

Organizadores  
OTÁVIO RIBEIRO CHAVES  
ELMAR FIGUEIREDO DE ARRUDA



*História e Memória*  
***Cáceres***



*Edição Comemorativa dos 233 anos de Cáceres*

EDITORA  
UNEMAT

## **Autores**

*Acir Fonseca Montecchi*  
*Adson de Arruda*  
*Clementino Nogueira de Souza*  
*Domingos Sávio da Cunha Garcia*  
*Elmar Figueiredo de Arruda*  
*Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi*  
*João Edson de Arruda Fanaia*  
*Luciano Pereira da Silva*  
*Maria de Lourdes Fanaia*  
*Maria do Socorro de Souza Araújo*  
*Marli Auxiliadora de Almeida*  
*Marisa Farias dos Santos Lima*  
*Olga Maria Castrillon-Mendes*  
*Otávio Ribeiro Chaves*  
*Oswaldo Mariotto Cerezer*  
*Rachel Tegon de Pinho*  
*Reinaldo Norberto da Silva*  
*Rubens Gomes de Lacerda*

# História e Memória: Cáceres

Editora	UNEMAT
Revisão Externa	Eliane Maria Viana da Costa Ferreira Elizabeth Nascimento de Oliveira Luciane Miranda Faria Maria Elizabeth Nascimento de Oliveira Soeli Aparecida Rossi de Arruda
Capa	Douglas Dantas
Projeto Gráfico / Diagramação	Gráfica Centro Oeste

Copyright ©2011 / Editora Unemat  
Impresso no Brasil - 2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de  
Bibliotecas - Unemat - Cáceres-MT

CHAVES, Otávio Ribeiro  
ARRUDA, Elmar Figueiredo de  
História e Memória Cáceres. Editora Unemat, 2011  
p. 303

ISBN 978-85-7911-061-0



**EDITORA UNEMAT**

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavahada  
Cáceres - MT - Brasil - 78200-000

Fone/Fax: 65 3221-0080 - [www.unemat.br](http://www.unemat.br) - [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)



# *Índice*

<b>PARTE I</b>	9
IMPÉRIO PORTUGUÊS: O MARCO DE JAURU E A POVOAÇÃO FRONTEIRIÇA DE VILA MARIA DO PARAGUAI, SÉCULO XVIII	11
A PRESENÇA INDÍGENA EM VILA MARIA DO PARAGUAI: OS BORORO CABAÇAL	36
SANTO ANTÔNIO NOS PROTEGEU E A “TAPAGEM” IMPEDIU OS PARAGUAIOS DE INVADIR VILA MARIA	50
CÁCERES: OLHARES SOBRE A TESSITURA URBANA DE SÃO LUIZ DE CÁCERES	66
O OLHAR DOS VEREADORES SOBRE A CIDADE DE VILA MARIA DO PARAGUAI NOS ANOS DE 1859-1880	81
<b>PARTE II</b>	95
OS DISCURSOS DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS SOBRE A CIDADE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	97
MEMÓRIA E HISTÓRIA: O LUGAR DO POLÍTICO NO UNIVERSO DAS LEMBRANÇAS	110
LUZ SOBRE OS MORTOS: PRÁTICAS DOS HOMENS INFAMES NA FRONTEIRA	120

COLETORIA DE CÁ CERES: FONTES DE UM OLHAR IMPOSTO	132
<i>ANJO DA VENTURA: A CIDADE E O ESPELHO</i>	148
<b>PARTE III</b>	175
HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FIGURAS INFAMES NA CIDADE DE CÁ CERES	177
INSTANTÂNEO HISTÓRICO DE CÁ CERES	193
O MARCO E O POETA NO DISCURSO HISTÓRICO LITERÁRIO	216
MEMÓRIAS SUBSCRITAS EM UM TEMPO REVISITADO	229
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA EM CÁ CERES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	258
IMAGENS DE CÁ CERES, A PARTIR DE FOTOGRAFIAS ESCOLARES	278
GESTÃO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CÁ CERES: DIVERSIDADE CULTURAL, SUSTENTABILIDADE E TURISMO	293

# *Apresentação*

Ao decidir pela publicação de um livro sobre a história de Cáceres, o coletivo de professores do Departamento de História da UNEMAT quer participar ativamente da vida da cidade, com uma contribuição que liga o fazer do historiador com a sua vida cotidiana.

Não pretendemos com este livro esgotar todos os assuntos, nem fazer uma história total de Cáceres, que iniciando na sua ancestralidade percorresse o seu desenvolvimento até os dias atuais.

Com este livro pretendemos fazer um panorama da produção historiográfica sobre a cidade, abrindo espaço para diferentes perspectivas sobre os traçados de sua história.

Dividimos o livro em três partes, que percorrem diferentes periodizações, mas também diferentes olhares sobre a sua história.

Ao optarmos por dividir o livro dessa forma, que acompanha o fazer historiográfico dos professores do Departamento de História e demais profissionais de áreas afins, pretendemos iniciar uma contribuição que coloque a cidade de Cáceres no centro do debate, que, sob diferentes perspectivas, lance luzes sobre o tempo presente.

Dessa forma procuramos ligar passado e presente ao longo das páginas deste livro.

Na primeira parte, os diferentes autores destacam o processo de formação da cidade desde o período colonial, chamando a atenção para o processo histórico político-institucional que deu origem a Povoação de Vila Maria do Paraguai (1778) e a participação indígena que deu origem ao núcleo urbano, que fez parte da estratégia portuguesa de consolidação de sua presença na fronteira oeste de seu império americano. Mas esse processo de consolidação não foi fácil, seja pela ameaça de invasão durante a Guerra do Paraguai, não efetivada pela estratégia dos próprios paraguaios, com a crença na providencial ajuda de Santo Antônio, seja pela necessidade de estabelecer mecanismos de controle entre os próprios moradores da cidade, levada a cabo pelo avanço da organização do poder público municipal, como a Câmara de Vereadores, instalada em 1859.

Na segunda parte há diferentes olhares sobre a cidade entre o final do século XIX e meados do século XX, onde a tessitura dos textos procura destacar o desenvolvimento das práticas políticas a partir de relatos orais

## História e Memória: Cáceres

---

ou de documentos judiciais, seja pelos detentores do poder político local, seja por aqueles considerados indesejáveis, ou ainda uma análise sobre a construção de mecanismos de hierarquização e controle em Cáceres, a partir da ação de seus intendentos. Nesta parte ainda temos uma rápida análise sobre as possibilidades de pesquisa que os arquivos da coletoria estadual abrem para os historiadores que desejarem olhar a cidade de São Luiz de Cáceres pela via de seus documentos fiscais.

A terceira parte do livro é dedicada a diferentes olhares sobre Cáceres no tempo presente, partindo de uma análise sobre o Anjo da Ventura, escultura estrategicamente colocada no topo de um edifício comercial histórico do centro de Cáceres, carregada de simbolismos e de significados. Em seguida há um percurso sobre temas considerados pouco relevantes pela historiografia, como a permanência de práticas discursivas sobre o comportamento de grupos sociais considerados indesejáveis, como as prostitutas, ou revelando as contradições da vida cotidiana da cidade. Em seguida a discussão sobre o Marco do Jauru é retomada, com o destaque para o seu valor simbólico. Em outra esfera, a da cultura política, o destaque é a militante cacerense Jane Vanini, destacando a sua vida familiar e as suas relações com a cidade onde nasceu. Concluindo as contribuições, temos os capítulos voltados para a questão da relação entre diversidade étnico-racial e o ensino de História, a construção da imagem da cidade a partir de fotografias escolares e uma provocante discussão sobre a necessidade da preservação do patrimônio arqueológico de Cáceres.

Este livro dá uma dimensão do trabalho que os professores do Departamento de História da UNEMAT e demais profissionais de História e de Letras aqui presentes produzem sobre a cidade de Cáceres.

Foi para servir de reflexão inicial que pensamos este livro, que é dedicado a sociedade cacerense/mato-grossense.

Cáceres, 06 de outubro de 2011.

***Domingos Savio da Cunha Garcia***  
Coordenador do Curso de História da UNEMAT



***Parte I***

***Leitura sobre a  
Vila Maria do Paraguai  
e a Cidade de Cáceres  
(Séculos XVIII - XIX)***





# IMPÉRIO PORTUGUÊS: O MARCO DE JAURU E A POVOAÇÃO FRONTEIRIÇA DE VILA MARIA DO PARAGUAI, SÉCULO XVIII

Otávio Ribeiro Chaves<sup>1</sup>

## Introdução

A cidade de Cáceres situa-se a noroeste do Estado de Mato Grosso, distante a 220 quilômetros da capital Cuiabá-MT, 233 anos se passaram desde a sua fundação pela Coroa Portuguesa, em 1778, período em que a mesma era denominada de Vila Maria do Paraguai. Uma povoação que nunca chegou a se constituir enquanto vila colonial, pois para receber tal definição havia critérios previamente definidos. A fundação de uma vila era “[...] entendida como uma concessão régia. Sede de um município, sua principal competência era a de zelar pelo bem comum de todos os moradores residentes em seu termo, o que se realiza através de uma câmara municipal”.<sup>2</sup> Não havia assim, a Câmara Municipal, nem a vereança eleita, nem a presença de oficiais municipais, nem o pelourinho e, nem a cadeia. Havia, porém, a freguesia de São Luiz de Vila Maria do Paraguai, instalada em 1779.<sup>3</sup>

Se houvesse câmara municipal, caberia a esta instituição funções como o ordenamento jurisdicional, controle da produção, comércio, entre outras. Determinações estas constantes nas Ordenações do Reino. Vila Maria constituiu-se, desta forma, na condição de povoação luso-brasileira, porém, sendo de fronteira colonial com o Vice-reinado do Peru. Povoar e demarcar vastas espacializações limítrofes com os domínios espanhóis eram objetivos do governo de D. José I (1750-1777).

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Cáceres.

<sup>2</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. 1999. *Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanista pombalina*. [on line] Tese de Doutorado em História. Curitiba. UFPR, p. 89. Disponível na World wide web: <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

<sup>3</sup> MORAES, Maria de Fátima Lima de. 2003. *Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste: 1778-1801*. [on line] Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá. UFMT, p. 38. Disponível na World wide web: <http://www.ppghis.com/site/index.php>

Após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, uma ardilosa política de povoamento e demarcação do território da América portuguesa foi incrementada, visando à criação de núcleos urbanos e a fixação de população. Ações estas que eram interdependentes, não isoladas. A Oeste da capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, em 1754, com o advento da terceira partida demarcatória foi fixado o Marco de Jauru, representação material de uma época de disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha na América do Sul. Portanto, mais de duas décadas separam a fixação do Marco de Jauru (1754) da criação da Vila Maria do Paraguai (1778), ações que se enquadravam no plano político, administrativo, econômico e populacional da Coroa Portuguesa, que deram origem à porção atual da fronteira oeste do Brasil.

É no contexto supracitado que se centra o foco e o objetivo deste artigo, visando analisar estes dois acontecimentos, de um lado a fixação do Marco do Jauru e de outro a fundação da Vila Maria do Paraguai, como resultante de um intrincado processo de centralização político-institucional, iniciado no reinado de D. João V (1706-1750), cujo propósito era adequar o território da América portuguesa com o aparato político-administrativo capaz de promover a integração dos distantes Estados do Brasil, nesta envolvidos o Estado do Grão-Pará e do Maranhão. A Coroa pretendia também fomentar a criação de novas rotas terrestres e fluviais que possibilitassem atender as exigências dos núcleos urbanos, surgidos na primeira metade do século XVIII. A delimitação das fronteiras com os domínios espanhóis e, o maior controle das riquezas existentes, eram medidas imprescindíveis para a sustentação do que restara do Império português.

### **O território da América portuguesa: artefatos da colonização**

O Brasil dos dias atuais ocupa um vasto território de 9.372.614 Km<sup>2</sup>, com uma população se aproximando a quase 200 milhões de habitantes. Quando acessamos os telejornais, com certa frequência recebemos informações sobre o clima e outros acontecimentos ocorridos em diferentes regiões do país. Estampa-se sob os nossos olhares, inúmeras vezes ao dia, uma determinada representação cartográfica do país, constando os seus 26 estados (unidades federativas) e 1 distrito

federal. No entanto, há poucas discussões referentes à organização político-administrativa e territorial, ocorrida desde o século XVI até o tempo presente.

Assim, visando fortalecer nossas proposições levantamos a seguinte questão: de que forma os portugueses – séculos XVI ao XVIII, ocuparam e reterritorializaram as vastas espacializações que outrora eram habitadas por distintas populações ameríndias? É, portanto, na busca de responder tal indagação que recorremos a caminhos diferentes para avançarmos na compreensão da formação do atual “território brasileiro”.

Oportuno registrar que não estamos pensando somente nas relações políticas, administrativas, econômicas e culturais estabelecidas entre a “colônia luso-brasileira” e Portugal, durante o período colonial. A nossa perspectiva se estende a noção de Império português – conceito que tem encontrado cada vez mais receptividade na historiografia.<sup>4</sup> Para António Manuel Hespanha, a organização do Império português não se apoiava em um “modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variadas, de acordo com as conveniências (e, também, com as influências) locais”.<sup>5</sup> O que significava a institucionalização de estruturas político-administrativas em território sul-americano com tipologias diferentes. A “Terra de Vera Cruz”, desde

---

<sup>4</sup> BOXER, Charles Ralph. O Império Marítimo Português. 1415-1825. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio “O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”, [on line] Novembro de 2005. Disponível na Worl wide web: <http://pt.scribd.com/doc/54227048/>; Antonio Manuel. Estrutura Político-administrativa no Império Português. [on line]. Disponível World wid web: [www.hespanha.net](http://www.hespanha.net); Modo de Governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). São Paulo: Alameda, 2005; MOREIRA, WAGNER, Ana Paula. O Império Ultramarino Português e o recenseamento de seus súditos na segunda metade do século XVIII. In VIª Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (orgs.). Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernand (orgs.). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>5</sup> Hespanha, António Manuel. *Estrutura Político-administrativa no Império Português*. [on line]. Disponível World wid web: [www.hespanha.net](http://www.hespanha.net).

o século XVI, era vista pela administração portuguesa como “domínio ultramarino”.

Pode-se afirmar que a estrutura do governo de tipo tradicional, inspirada nos modelos administrativos vigentes no Reino, foi a exceção, reservada às zonas de ocupação terrestre mais permanente; ainda que modificada, quer no seu aspecto institucional, quer na forma como foi praticada. As restantes instituições e formas de domínio ultramarino constituem um enquadramento político administrativo mais débil, pelo menos do ponto de vista formal, sendo possível estabelecer uma gradação entre expedientes formais de domínio. Desde o mais tradicional e formal (municípios ou capitánias-donatárias), passando modalidades menos institucionalizadas de organização de poder (fortalezas/feitorias, protectorados, tratados de paz e vassalagem, até as manifestações de poder indirecto e informal, como a influência exercida por meio de mercadores e de eclesiásticos.<sup>6</sup>

Em alguns livros didáticos de história do Brasil<sup>7</sup> encontramos informações sobre a fase inicial da organização político-territorial do país – nome este que sofreu modificações desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500 – “como Pindorama, Ilha de Vera Cruz (1500), Terra Nova (1501), Terra dos Papagaios (1501), Terra de Vera Cruz (1503), Terra de Santa Cruz do Brasil (1505), Terra do Brasil (1505)”. Nestas obras, as capitánias hereditárias ou donatárias são apresentadas como instrumentos de ocupação e colonização da América portuguesa. A criação do Governo Geral, em 1548, também é assunto discutido,

---

<sup>6</sup> Idem. [on line] Disponível na Word wide web: [www.hespanha.net](http://www.hespanha.net).

<sup>7</sup> Refiro-me a obra publicada por Azevedo, Gislane e Seriacopi, Reinaldo. *História série Brasil. Ensino Médio/Volume único*. São Paulo: Ática, 2005. Apud Souza, Laura de Mello. O nome do Brasil. *Nossa História*, ano I, n. 6, abr. 2004; Jancsó, István (Org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Unijui/Fapesp, 2003, p. 187; Moraes, José Geraldo Vinci. *História Geral e Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Atual, 2005; Campos, Flavio de; Miranda, Renan Garcia. *A Escrita da História*. 1ª edição. São Paulo: Escala Educacional, 2005; Cotrim, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

apontando para a iniciativa da Coroa em implantar uma estrutura político-administrativa e judicial na América portuguesa.

Até pouco tempo, não havia muito interesse por parte dos historiadores em discutir sobre a dinâmica do Império português e a administração colonial. Assunto que era considerado como algo enfadonho, desmotivador. Laura e Mello e Souza chama a nossa atenção para a reviravolta recente na historiografia.

Na última década, intensificou-se no Brasil o interesse pela história do império português e da administração colonial [...] o motivo principal foi a percepção de que o Atlântico Sul, a partir do século XVII, passou a constituir um sistema próprio dentro do império português<sup>8</sup>.

A experiência administrativa portuguesa no Ultramar, desde o século XVI ao XVIII, certamente, teve peso na implantação do aparato político-administrativo no continente sul-americano. A criação de uma rede de povoações desde o litoral as áreas mais interioranas, permitiu com que a Coroa portuguesa conseguisse impulsionar a expansão colonial, mantendo assim relativo controle da produção econômica, buscando implantar núcleos urbanos e “civilizar” as populações dos sertões do território da América portuguesa.<sup>9</sup>

Foi a partir do terceiro quartel do século XVIII que Portugal avançou na posse do seu mais importante domínio colonial, travando conflito armado e buscando legitimar espaços que, teoricamente, pertenciam à Espanha, segundo o antigo e decrépito Tratado de Tordesilhas (1492); ao mesmo tempo em que buscava por meio da diplomacia garantir a permanência dos seus colonos em áreas consideradas importantes, do ponto de vista econômico e militar, como a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro, situado na parte Sul do continente americano. Segundo Antonio Cesar de Almeida Santos, foi nesse período que a Coroa portuguesa procurou criar

---

<sup>8</sup> SOUZA, Laura de Melo e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 41.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1997.

“núcleos urbanos, a qual, apoiada no retorno da exclusividade do privilégio de fundação de vilas para as mãos do rei, reafirmou disposições referentes ao traçado (regular) das povoações instaladas”. O que nos leva a pensar, de imediato, no traçado urbano idealizado para a Vila Maria do Paraguai, em 1778, com ruas e quadras geometricamente traçadas como tabuleiro de xadrez, com a igreja voltada para o poente, não distante das margens do rio Paraguai.

Entenda-se por criação de núcleos urbanos, não somente a fundação de novas vilas, mas também a atribuição desse estatuto a antigas povoações (aldeamentos, lugares, freguesias e arraiais). Importante lembrar que o termo vila (ou cidade) atribuía um estatuto político à povoação, com uma jurisdição de justiça e de administração locais. Símbolo de autonomia municipal, a Câmara, todavia, tinha as suas atividades fiscalizadas por funcionários régios que garantiam uma relativa homogeneidade quanto ao trabalho administrativo e de justiça que os vereadores e juízes ordinários realizavam. Ao mesmo tempo em que novas vilas e cidades estavam sendo criadas, o governo português legislava sobre o estatuto político de seus súditos americanos. Os indígenas e os mestiços de pais índios que antes não detinham os privilégios de vassalos do reino, passam a ser reconhecidos como tais, procurando-se conduzir essas populações para viverem sob a égide das câmaras municipais.<sup>10</sup>

A criação de povoações em diferentes partes da América portuguesa não foi prerrogativa somente do governo de D. José I. Desde o século XVII, houve a promulgação pela Coroa de um conjunto de leis, propondo-se controlar de forma mais efetiva a posse da terra no interior do continente-sul-americano. Pretendia a Coroa, através da edição dessas leis, manter maior fiscalização e taxação da produção

---

<sup>10</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. 1999. *Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanista pombalina*. Tese de Doutorado em História. Curitiba. UFPR, p. 68. [on line] Disponível na Word wide web: <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

aurífera, além de estabelecer o controle diante de grupos poderosos que exerciam o poder à revelia do soberano português. Entre estes também estava o objetivo de garantir, através da criação de núcleos urbanos, no oeste e sul do continente sul-americano, as áreas conquistadas frente aos espanhóis.<sup>11</sup>

A recuperação econômica de Portugal dependia exclusivamente da organização político-administrativa da sua possessão americana. Decorreram desta, mudanças que contribuíram para que a Coroa controlasse melhor as áreas interioranas, através da criação de núcleos de povoamentos, da construção de fortalezas e da instalação das bases administrativas composta de representantes do poder régio, que serviram de elo entre a Coroa e seus súditos luso-brasileiros. Os desafios não eram poucos, principalmente, quando as pretensões da Coroa se voltaram para o oeste da América portuguesa, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, como também para o Rio Grande de São Pedro e a Colônia do Sacramento, área considerada de suma importância para a Coroa, por ser um ponto de convergência entre o Império português e o Império espanhol na bacia do Prata.<sup>12</sup>

### O Tratado de Madri e as partidas demarcatórias

O Tratado de Madri é uma peça chave da diplomacia lusa para se entender a criação de novas povoações a oeste do território da América portuguesa – a criação da Vila Maria do Paraguai, em 6 de Outubro de 1778, se enquadra nesse cenário. As cartas escritas pelo diplomata Alexandre de Gusmão ao rei D. João V, expressam a visão apurada deste estadista que considerava as vantagens que os portugueses poderiam obter ao assinar o Tratado de Madri, ao tornar nulo o que determinavam os antigos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Utrech (1713). Um dos pontos destacados dizia respeito à troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, o que

---

<sup>11</sup> DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1999.

<sup>12</sup> Chaves, Otávio Ribeiro. *Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português*. Tese de Doutorado em História. Curitiba. UFPR. [on line] Disponível na Word wide web: <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

possibilitaria obter terras de boa qualidade para a lavoura, abastecer os armazéns de gêneros alimentícios para sustentar as tropas militares instaladas naquela fronteira, além de mantê-los preparados para dar combate aos espanhóis, o que permitiria revidar, quando surgisse a oportunidade, conquistando algumas terras ocupadas pelos vizinhos inimigos.

Outro ponto seria manter o controle dos rios existentes na capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, no vale do Guaporé, região que daria acesso, através do rio Guaporé e demais rios amazônicos, ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além destas vantagens, considerava o experiente estadista sobre a possibilidade do estabelecimento de um profícuo comércio com os povoados espanhóis de Santa Cruz de La Sierra e Potosí, além das missões espanholas estabelecidas nas Províncias de Moxos e Chiquitos. Esses povoados eram distantes dos portos instalados no litoral de Buenos Aires e de Lima, o que implicaria em altos custos para a aquisição de mercadorias. Nesse caso, acreditava Gusmão que por meio dos portos de Belém poderia a Coroa introduzir mercadorias no Vice-reinado do Peru e auferir riquezas consideráveis.<sup>13</sup>

O embaixador “brasileiro”, nascido em Santos em 1695, Alexandre de Gusmão, preparava, com antecipação, uma agenda das principais atividades que os portugueses deveriam se pautar, a partir da assinatura do Tratado de Madri. Definia assim, os interesses geopolíticos traçados pela Coroa para a capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A integração entre essas duas regiões era imprescindível para que fosse fomentado o comércio regular entre a cidade de Belém e Vila Bela, como também se estabelecesse com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru relações comerciais promissoras. O acordo foi assinado em 14 de janeiro de 1750, portanto, caberia às Coroas de Portugal e da Espanha dar cumprimento ao que tinham acertado. Um dos principais pontos do documento relatava a demarcação de suas possessões na América do Sul, tendo como parâmetro o princípio do *uti possidetis* (ocupação

---

<sup>13</sup> COELHO, Mauro César. 2007. *Do Sertão para o Mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo. USP, pp. 95-96. [on line] Disponível na World wide web: <<http://www.teses.usp.br/teses>>.

efetiva). Desta forma, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo-sul do território da América portuguesa ficariam incorporadas, definitivamente, ao Império português. Também ficara decidido que Portugal entregaria, por definitivo, a Colônia do Sacramento para a Espanha que, em troca, repassaria o território dos Sete Povos das Missões aos portugueses, situado à margem leste do rio Uruguai.<sup>14</sup>

No entanto, seria simplista percebermos a celebração deste acordo se não observássemos o alcance que teria mais tarde, na reconfiguração político territorial da América portuguesa. Com a morte de D. João V e o início do reinado de D. José I, foi dada continuidade à reorganização político-administrativa da possessão americana, transformando o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará em Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Na capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, medidas importantes foram tomadas como a criação da Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), no vale do Guaporé, limítrofe com os domínios espanhóis e a liberação da navegação fluvial entre Vila Bela e Belém<sup>15</sup>.

A partir desse acordo, destacamentos militares, fortificações e povoações foram erigidas com o intuito de garantir a defesa político-territorial e a livre navegação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A companhia geral do comércio do Grão Pará e Maranhão criada pela Coroa em 1755, tinha como missão abastecer as capitanias da Amazônia portuguesa e de Mato Grosso e, nas décadas de 1760-1770, procurou por meio do contrabando oficial, introduzir mercadorias nos povoados espanhóis vizinhos, com a finalidade de obter a prata extraída do altiplano andino. Outro ponto acertado no Tratado de Madri foi que caberia às Coroas de Portugal e da Espanha, através da formação de comissões mistas de profissionais contratados nas áreas de engenharia, cartografia, astronomia, matemática, enfim, promover a demarcação das capitanias do Rio Grande de São Pedro, Cuiabá e Mato Grosso, do Pará

---

<sup>14</sup> SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850*. In História da América Latina. América Latina Colonial. Volume 1. Leslie Bethel (orgs.). Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição. São Paulo: USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

<sup>15</sup> JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos*. Tese de Doutorado em História. Niterói. UFF, 2006, p. 317. .

e da capitania de São José do Rio Negro criada em 1755, por fazerem fronteira com os domínios espanhóis.<sup>16</sup>

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, desde meados do século XVII, luso-brasileiros e padres jesuítas disputavam a mão-de-obra ameríndia existente. Os colonos alegavam que dependiam dos “naturais da terra” para o seu sustento cotidiano, utilizando-os para as mais diferentes tarefas, desde a exploração das drogas dos sertões, até a realização de atividades domésticas. Devido ao alto custo para se adquirir escravos africanos, a utilização da mão-de-obra ameríndia foi a solução encontrada para atender às demandas produtivas desses grupos sociais. Os jesuítas estabelecidos no Vale amazônico justificavam que o controle sobre os “naturais da terra” significava protegê-los das investidas dos colonos interessados apenas na exploração do seu trabalho. Em relação a este aspecto, Mauro César Coelho ressalta que a assinatura do Tratado de Madri reformulou a política metropolitana voltada ao controle das populações ameríndias, em especial, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, na medida em que:

[...] viabilizou, num contexto de falta de recursos e de pessoal, a utilização do indígena como o povoador português e, portanto, o instrumento de legitimação das ordens religiosas sobre os índios, e especialmente da Companhia de Jesus estava, desde a formulação do tratado, já ameaçado [...] o controle sobre os índios era essencial para a produtividade das atividades de coleta de gêneros da floresta.<sup>17</sup>

A Coroa tinha a preocupação em manter o controle sobre os ameríndios que viviam no Estado do Grão-Pará e Maranhão e na

---

<sup>16</sup> FIGUEROA, José de Mesa, et all. *História de Bolívia*. La Paz: Editorial Gisbert e Cia, 2001, p. 267. O Vice-reinado de Buenos Aires a partir de 1771 passa a se chamar Vice-reinado do Rio da Prata, sendo o primeiro Vice-rei nomeado D. Pedro de Zaballos (1771-1778), que durante o seu governo foi assinado o Tratado de Ildefonso (1777), sendo devolvida para a Coroa espanhola o direito sobre a Colônia do Sacramento.

<sup>17</sup> COELHO, Mauro César. 2007. *Do Sertão para o Mar*: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798), p. 103. [on line] Tese de Doutorado em História. São Paulo. USP, pp. 95-96. Disponível na World wide web: <http://www.teses.usp.br/teses>,

## História e Memória: Cáceres

capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, visando assegurar o povoamento desses dilatados domínios coloniais, como também utilizá-los como soldados-povoadores, assegurando a posse da terra, a defesa político-territorial. Nesse sentido, não se tratava de atos isolados, mas de um conjunto de ações que foram sendo empreendidas a partir do reinado de D. José I, exatamente a partir do início da administração pombalina, em 1756, com a ascensão de Sebastião José Carvalho de Melo ao cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino<sup>18</sup>.



Mapa elaborado durante o processo de demarcação de fronteiras. Autor desconhecido. Data 1754. Fonte Arquivo Público de Mato Grosso, APMT – Cuiabá.

<sup>18</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII*. In Anais da V Jornada Setecentista. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, pp. 122-123. 1. CD ROOM.

Povoamento, defesa político-territorial, comércio e demarcação, podemos considerá-los como pontos-chave contidos no Tratado de Madri, no qual coube ao reinado de D. José I dar cumprimento. A demarcação das extensas fronteiras entre as possessões americanas luso-espanhola, no entanto, não foi um processo fácil de levar adiante, pois desde o seu início em 1751, começou tumultuado em função de inúmeras desconfianças entre as Coroas portuguesa e espanhola.

### Expedições demarcatórias e o surgimento do Marco de Jauru

O historiador francês Jacques Le Goff (1994), em “História e Memória” comenta sobre “os materiais da memória coletiva e da história”, nos colocando no desafio de responder sobre o que é passado? O que é memória? O que é história? No encaixo desse assunto, ele argumenta:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: *os documentos e os monumentos* [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à do passado e do tempo que passa, os historiadores.<sup>19</sup>

Para alguns o Marco de Jauru é “produto” do passado, portanto, de relevância considerável, tendo em vista a importância na memória coletiva *local*. Neste sentido, o Marco de Jauru se torna instrumento de veneração, não é questionado pelo grupo social que o celebra, que o imputa significados diversos. Pois cabe ao historiador a tarefa de fazer:

[...] a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um

---

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (ET. all.). 3ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 535.

produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>20</sup>

Assim, não se trata de pensar o Marco de Jauru enquanto monumento, mas, enquanto documento. Situá-lo em seu contexto histórico, percebê-lo enquanto um artefato de poder capaz de inferir sentidos ao seu próprio tempo histórico. Nesse sentido, enquadrarmo-lo em seu devido tempo, ao nos reportar às atividades de demarcação do Tratado de Madri na América do Sul que tiveram relativo atraso, devido à morte do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, adiando o início dos trabalhos para o ano seguinte. Duas comissões demarcatórias foram constituídas por profissionais nomeados pelas respectivas Coroas.

A comissão da parte sul teve como comissários principais, do lado português, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), do lado espanhol, o Marquês de Val Lírios. Também foram nomeados José Custódio de Sá e Faria, representante da Coroa portuguesa, e D. Manuel Antonio de Flores, do lado espanhol, como comissários responsáveis para estabelecer os marcos fronteiriços até a foz do rio Jauru, na capitania do Mato Grosso.

Os trabalhos da Partida Sul tiveram início em 1752, mas sofreram interrupções, devido à eclosão do levante guaraníco ocorrido entre 1754 e 1756. Somente em dezembro de 1759, as Coroas de Portugal e da Espanha consideraram os trabalhos concluídos. Com a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), todo o trabalho feito por essa comissão foi considerado nulo, devido ao distrato do Tratado de Madri e assinatura de um novo acordo entre as duas Coroas, o Tratado de El Pardo, em 1761.

Pelo que ficava assentado, a fronteira começava em Castilhos Grande, no atual Uruguai, procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio

---

<sup>20</sup> Idem, 1994, p. 545.

Negro para alcançar o Ibicuí, pelo qual descia até o Rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu; daí prosseguia até o Iguaçu para alcançar o Paraná, buscando a seguir o Iguareí, e por este indo à fonte principal do contravertente mais próximo que desaguasse no Paraguai, por onde continuaria até o Jauru. Uma linha reta avançaria até o Guaporé. Na fronteira seguia as águas desse rio, do Mamoré e do Madeira, até a meia distância da boca de tal afluente do Amazonas, de lá saindo outra linha a buscar as nascentes do Javari, subindo este até o Solimões para continuar até a boca do Japurá, por cujo divisor de águas com o Negro, passaria ao encontro da cordilheira que se imaginava separasse a bacia do Orinoco da bacia do Amazonas.<sup>21</sup>

Para a comissão da Partida Norte, a Coroa designou o recém-nomeado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como primeiro comissário, em 30 de abril de 1752. Do lado espanhol, foi nomeado D. José de Iturriaga, em função do conhecimento que detinha sobre a região a ser demarcada e, os negócios que ali possuía. O roteiro a ser seguido pelos comissários da Partida Norte deveria começar do marco do Jauru até o rio Negro.

As comissões, formadas por portugueses e espanhóis, visavam, além de promover a fixação de limites de suas possessões na América do Sul, auferir o maior número de informações sobre povoados, localização de rios e as potencialidades econômicas das áreas a serem demarcadas. Tais atenções requereram o custeio de expressiva participação de profissionais formados nas áreas de engenharia, cartografia, matemática, desenho, astronomia, entre outras áreas do conhecimento. Esses profissionais, formados nas universidades de Portugal, Espanha e Itália eram contratados para participar das expedições demarcatórias, como também para fazer parte das viagens

---

<sup>21</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os Tratados de Limites. In *A Época Colonial: Do descobrimento à Expansão Territorial*. Sergio Buarque de Holanda (dir.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 384-385.

científicas ocorridas no século XVIII, com o objetivo de estudar as variedades de espécies existentes nos reinos animal, vegetal e mineral.

As comissões demarcatórias, como também as expedições científicas do século XVIII tinham como missão elaborar mapas e relatórios sobre as regiões em que trabalharam, gerando uma rica memória sobre os domínios coloniais ibéricos na América do Sul.<sup>22</sup> Ao analisar os mapas elaborados por José Custódio de Faria e as aquarelas feitas pelo italiano Miguel Ciera, que compunham a equipe de demarcadores da Terceira Partida Sul, Maria de Fátima Costa afirmou que o trecho demarcado do rio Iguereí até o rio Jauru,

[...] sem dúvida, foi a mais bem sucedida das *partidas* formadas para a execução do que havia sido imposto pelo Tratado de Madri. Entre 1753-1754, conseguiram executar o trabalho sem que houvessem maiores divergências e estas não impediram que o Diário desta partida fosse assinado por todos os comissários. Em janeiro de 1754 já haviam fixado o Marco na barra do rio Jauru.<sup>23</sup>

Parte da viagem empreendida por essa comissão foi registrada em aquarelas produzidas por Ciera, com ênfase à mítica Lagoa de Xarayes que, conforme constatação dos demarcadores tratava-se de pantanais, que se formavam com a cheia das águas do rio Paraguai. Através da leitura dessas aquarelas, pode ser observado:

O percurso desta partida ser acompanhado pelas singelas aquarelas deixadas pelo demarcador Miguel Ciera. Trata-se do primeiro registro iconográfico da paisagem inundável guardada no interior da América Meridional. Elas permitem alcançar as silhuetas do relevo pantaneiro e perceber

---

<sup>22</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. Revista História: Questões e Debates [on line] janeiro, junho de 2002, vol. 19, n. 36, Disponível na World wide web: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm>>. Acesso

<sup>23</sup> COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos: 1999, p. 214.

os diferentes ângulos que o seu olhar abrangia. Ali estão às vistas do Marco do Jauru, da serra de São Fernando, do Morro Pão de Açúcar e dos Três Irmãos, lugares sempre referidos como ponto de orientação de tantos conquistadores que por ali andaram. Olhando a imagem da grande Lagoa Gaíaba que Cierra reteve por seus pincéis, não podemos deixar de lembrar que ali ficava Puerto de los Reys, lugar onde Cabeza de Vaca encontrou os Orelhões e a antiga porta de entrada a Xarayes (Pranchas 13 a 16, pp. 242 a 245). Nessas aquarelas, no entanto, não encontramos nenhuma representação da paisagem de Xarayes.<sup>24</sup>

Não foram poucas as dúvidas dos comissários portugueses no tocante à localização exata dos rios e de outros indicadores, como montanhas, vales, entre outros declives da natureza, acidentes naturais que viessem validar os trabalhos demarcatórios. As informações contidas nas instruções passadas pela Coroa portuguesa nem sempre eram precisas, fazendo com que as áreas a serem demarcadas sofressem atrasos ou deixassem de ser referências para os trabalhos. Em uma correspondência de 1755, Rolim de Moura informou a Mendonça Furtado que Gomes Freire de Andrade tinha enviado cerca de 400 homens à foz do rio Jauru, para que as demarcações da Terceira Partida Sul pudessem ser concluídas. Nesta ocasião, o governador constatou que as informações decorrentes dos mapas elaborados pela Coroa estavam corretas, ao identificar as rotas terrestres e fluviais que ligavam a Vila Real do Cuiabá até a boca do rio Jauru, seguindo até as minas do distrito de Mato Grosso,<sup>25</sup> embora as distorções sobre a localização dos rios ou outras referências naturais, encontradas no Mapa das Cortes<sup>26</sup> e

---

<sup>24</sup> Idem, p. 215.

<sup>25</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 14 de fevereiro de 1755. Vol. 2. Documento 049. In Antônio Rolim de Moura, *Correspondências*. Imprensa Universitária / Proedi, 1993, pp. 60-68.

<sup>26</sup> O Mapa das Cortes foi elaborado durante as negociações entre as Coroas ibéricas para a assinatura de um tratado de limites entre suas possessões coloniais na América do Sul e na Ásia. Foi por elaborado por determinação de Alexandre de Gusmão e Azevedo Coutinho, a partir de vários documentos manuscritos e cartográficos. Um detalhado estudo sobre esse documento foi feito por PEREIRA, Mário Clemente. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri*. Revista Varia História [on

nas instruções já fossem previstas. Essa situação havia sido conferida pelo próprio governador Rolim de Moura durante a sua passagem por aquele trecho, quando fez o percurso, em 1751, da Vila Real do Cuiabá até o vale do Guaporé.<sup>27</sup>

Uma das maiores preocupações da Coroa era deter o conhecimento exato dos rios da região, o que significaria a possibilidade de transporte de cargas, pessoas, armamentos, enfim, de tudo o que fosse necessário para o povoamento; outra preocupação era a defesa e a integração daquela região com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. O governador Rolim de Moura referia-se à área prevista para a demarcação de responsabilidade dos comissários da Partida Norte e pretendia assegurar as terras ocupadas pelos luso-brasileiros próximas ao rio Sararé, afluente do rio Guaporé, além de garantir a definição da circunscrição político-administrativa da Vila Bela, ou seja, preocupava-se em garantir terras suficientes para o desenvolvimento da pecuária e lavoura.

Outro aspecto buscado pela Coroa, durante toda a segunda metade do século XVIII, foi integrar as bacias Amazônica e Platina, procurando fazer com que houvesse a ligação fluvial entre os rios Aguapeí e Alegre, para que o comércio entre os distritos do Mato Grosso e do Cuiabá fossem assegurados. Além deste aspecto, havia a preocupação com a defesa político-territorial: “o controle da navegação ao norte era fundamental para garantir o controle daquela região, porque ao sul da fronteira, na região do Prata, o acesso era controlado pelos espanhóis, enquanto que ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde sua entrada em Belém.”<sup>28</sup>

Esse objetivo foi perseguido arduamente pela Coroa, que designou a Rolim de Moura e seus sucessores, a difícil missão de levar adiante esta iniciativa, pois na sua ótica, poderia garantir o avanço do

---

line], janeiro a junho de 2007, vol. 23, nº 37. Disponível na World wide web: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a04.pdf>

<sup>27</sup> Diário de Viagem de D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Cuiabá, 17 de janeiro de 1751. In Antônio Rolim de Moura, Correspondências. Imprensa Universitária / Proedi, 1993, p. 30.

<sup>28</sup> GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Território e Negócio na “Era dos Impérios”: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. 2005. Tese de Doutorado em História. Campinas. UNICAMP, pp. 28-29.

comércio e a edificação de novos povoados entre Vila Bela e o rio Madeira, na divisa com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.<sup>29</sup>

Os trabalhos de demarcação realizados pela Terceira Partida Sul, comandada por Custódio de Farias, tinha completado a sua missão com a fixação do Marco de Jauru, em 1754. No entanto, caberia à comissão chefiada por Mendonça Furtado assegurar a demarcação a partir do rio Negro (capitania do Pará) até o Marco do Jauru. Com o atraso da chegada dos comissários espanhóis ao local combinado para o início dos trabalhos, Mendonça Furtado dirigiu-se à aldeia de Mariuá, situada na barra do rio Negro. Durante o tempo em que o governador permaneceu no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, transformou esse povoado ameríndio em vila, com o nome de Barcelos, que se tornou à sede político-administrativa da capitania de São José do Rio Negro.

A década de 1750 terminou sem, efetivamente, as Coroas de Portugal e da Espanha terem dado total cumprimento ao que tinha sido acordado no Tratado de Madri. Cabe considerar que desde a assinatura desse acordo diplomático, já havia desconfianças e oposições de grupos poderosos estabelecidos em Portugal e na Espanha, trabalhando contra a realização das demarcações. O principal Secretário de Estado do rei D. José, Carvalho de Melo, desde cedo se manifestara contra o acordo. No entanto, teve de dar cumprimento ao que se tinha acertado entre as duas Coroas, embora, em instruções secretas enviadas a Gomes Freire de Andrade, tenha determinado cautela na entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis. Para Carvalho de Melo, somente se efetivaria a troca com o território dos Sete Povos das Missões se houvesse a completa retirada dos padres jesuítas e ameríndios daquela região, fato que não acreditava que viesse a ocorrer<sup>30</sup>.

### **Os Tratados Diplomáticos e a criação da Vila Maria do Paraguai**

O Tratado de El Pardo (1761) foi assinado em um período, em que tinha eclodido a Guerra dos Sete anos (1756-1763) no continente

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. A Povoação Regular de Casal Vasco e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial – 1783 – 1802. [on line]. Dissertação em Mestrado em História. Cuiabá. 2003. UFMT. Disponível na World wide web: <[http://www.ppghis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppghis.com/dissertacao_lista.php)>.

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Álvaro Soares. O Marquês de Pombal. Brasília: Ed. UNB, 1983.

## História e Memória: Cáceres

---

européu. Conflito que arrastou, de um lado, várias nações européias como a França, a Áustria e países aliados; e do outro, a Inglaterra e a Prússia. Nesse período, os ânimos encontravam exaltados no “velho” continente. A justificativa espanhola de que os portugueses não tinham feito esforços para que houvesse a troca do território dos Sete Povos com a Colônia do Sacramento, deixaram as relações entre espanhóis e portugueses mais difíceis, principalmente, entre os seus vassalos estabelecidos em suas possessões americanas.

Com a assinatura desse acordo, houve pressão dos espanhóis para recuperar os seus antigos territórios, os quais foram ocupados pelos luso-brasileiros ao oeste e investiram contra a Colônia do Sacramento, região que consideravam estar em domínios da Coroa espanhola. Para as autoridades coloniais instaladas nas únicas vilas da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, pairavam o medo de que os espanhóis desferissem ataques contra esses povoados. Para o governador havia diminuta população na capitania e, se isso viesse a ocorrer, haveria grande risco da invasão devido à falta de efetivo militar, armamentos e dificuldades à chegada de socorros de outras capitanias, devido à longa distância que havia entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e Mato Grosso, como também dos reforços que poderiam vir da capitania de Goiás.

Em 24 de fevereiro de 1777 faleceu o rei de Portugal, D. José I, assumindo o trono D. Maria I. Mesmo com a mudança permaneceu no comando da capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A política de criação de novas povoações no reinado de D. Maria não foi deixada de lado. Quando Pereira e Cáceres assumiu o governo da capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso (1772-1789) a preocupação com a defesa do território mato-grossense era visível.

Este governador, desde a sua chegada em Mato Grosso, em 1772, exerceu uma política agressiva, com vista ao processo de demarcação de limites entre as duas Américas Ibéricas, cuja tônica principal era a dilatação e consolidação das fronteiras lusitanas no sentido oeste. Para tanto, sempre seguindo instruções régias, pôs em prática a

## História e Memória: Cáceres

---

fundação de núcleos colonizadores quase sempre localizados em terras nominalmente espanholas, ou em áreas que levassem à efetiva expansão da fronteira lusa. Desta forma, foram fundados neste governo, além de Vila Maria do Paraguai (1778), o Presídio de Nova Coimbra (1775), o Forte Príncipe da Beira (iniciado em 1776, considerado concluído em 1783), a Povoação de Viseu (1776), a Povoação de Albuquerque (1778) e a Povoação Regular de Casal Vasco (1783), entre outros núcleos.<sup>31</sup>

As relações entre portugueses e espanhóis ficaram menos tensas, após a assinatura do Tratado de Ildefonso, em 1º de outubro de 1777. Com esse novo acordo, Portugal teve que abrir mão, definitivamente, da Colônia do Sacramento e do território dos Sete Povos das Missões. Conseguiu assegurar, no entanto, a posse da capitania do Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina. Na capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, desde meados do século XVIII, foram definitivamente garantidas, conforme o que tinha sido estabelecido no Tratado de Madri, cerca de vinte e sete anos antes. Nesse período, a reformulação das forças militares existentes em Mato Grosso, não foi uma ação isolada, mas decorreu de preocupações da Coroa com a reorganização de suas tropas. As sucessivas guerras enfrentadas no continente europeu e em suas possessões no ultramar, ao longo do século XVIII, deixaram amargas experiências, demonstrando o total despreparo de suas tropas devido à falta de disciplina e às constantes deserções dos seus soldados em todo Império.

Vila Maria do Paraguai surge, neste contexto, da expansão político-territorial e defesa de fronteiras com os domínios espanhóis. Havia a preocupação por parte da Coroa portuguesa não somente em criar novas povoações, mas a de civilizar os seus habitantes. Como afirma Maria de Fátima Mendes de Lima Moraes (2003, p. 61). “Vila Maria seria um espaço social, segundo os seus idealizadores/construtores, em que deveriam incidir as concepções

---

<sup>31</sup> MORAES, Maria de Fátima Lima de. 2003. Vila Maria do Paraguai, op. cit., p. 11.

culturais de onde provinham”<sup>32</sup>. A criação de mais uma povoação era importante para a Coroa, principalmente, em área de fronteira com os domínios espanhóis. Seria mais um ponto de ligação entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão e entre Vila Bela da Santíssima Trindade (sede administrativa da capitania) com a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. A possibilidade da Coroa de transformar Vila Maria do Paraguai em espaço para o contrabando com as missões jesuítas da Província de Chiquitos não pode ser descartado.

Conclui-se, até o momento, que o Registro de Jauru, por exemplo, serviu em alguns momentos de porta de entrada para que os portugueses e os espanhóis promovessem o contrabando oficial – patrocinado pela Coroa. O forte Bragança, situado no distrito do Mato Grosso, não distante das obras de construção do forte Príncipe da Beira, era outro ponto de “comércio clandestino” com as missões jesuítas da Província de Moxos. Como observamos, faltou câmara municipal, vereança, cadeia e pelourinho, juízes ordinários. Faltou gente suficiente na povoação de Vila Maria para que tal projeto fosse levado adiante. Mas, outras razões, certamente, interferiram na decisão de criá-la apenas como “povoação bem estabelecida” em terras fronteiriças com os domínios espanhóis, portanto, a não transformação em vila, cabe maior discussão em outras futuras abordagens.

### FONTES

Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 14 de fevereiro de 1755. Vol. 2. Documento 049. In Antônio Rolim de Moura, Correspondências. Imprensa Universitária / Proedi, 1993, pp. 60-68.

Diário de Viagem de D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Cuiabá, 17 de janeiro de 1751. Vol. 2. In Antônio Rolim de Moura, Correspondências. Imprensa Universitária / Proedi, 1993.

---

<sup>32</sup> MORAES, Maria de Fátima Lima de. 2003. Vila Maria do Paraguai, op. cit., p. 61.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1997.

AZEVEDO, Gislane e Seriacopi, Reinaldo. *História série Brasil*. Ensino Médio/Volume único. São Paulo: Ática, 2005.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPOS, Flavio de; Miranda, Renan Garcia. *A Escrita da História*. 1ª edição. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português*. Tese de Doutorado em História. Curitiba. UFPR. [on line] Disponível na Word wide web: <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

COELHO, Mauro César. 2007. *Do Sertão para o Mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo. USP, pp. 95-96. [on line] Disponível na World wide web: <http://www.teses.usp.br/teses>

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos: 1999.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. Revista História: Questões e Debates [on line] janeiro, junho de 2002, vol. 19, n. 36, Disponível na World wide web: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm>>.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1999.

FIGUEROA, José de Mesa, et all. *História de Bolívia*. La Paz: Editorial Gisbert e Cia, 2001.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Território e Negócio na “Era dos Impérios”: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. 2005. Tese de Doutorado em História. Campinas. UNICAMP.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio “O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”, [on line] Novembro de 2005. Disponível na World wide web: <http://pt.scribd.com/doc/54227048/>

-----, Estrutura Político-administrativa no Império Português. [on line]. Disponível World wide web: [www.hespanha.net](http://www.hespanha.net)

JANCSÓ, István (Org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Unijuí/Fapesp, 2003.

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos*. Tese de Doutorado em História. Niterói. UFF, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (ET. all.). 3ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

**Modo de Governar:** idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). São Paulo: Alameda, 2005.

MORAES, Maria de Fátima Lima de. 2003. *Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste: 1778-1801*. [on line] Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá. UFMT, p. 38. Disponível na World wide web: <http://www.ppghis.com/site/index.php>

MORAES, José Geraldo Vinci. *História Geral e Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Atual, 2005.

MOREIRA, WAGNER, Ana Paula. O Império Ultramarino Português e o recenseamento de seus súditos na segunda metade do século XVIII. In VIª Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (orgs.). Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006.

**O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII). FRAGOSO, João; BICALHO, Maria

Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PEREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri. Revista Varia História [on line], janeiro a junho de 2007, vol. 23, n<sup>o</sup> 37. Disponível na World wide web: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a04.pdf>.

OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. A Povoação Regular de Casal Vasco e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial – 1783 – 1802. [on line]. Dissertação em Mestrado em História. Cuiabá. 2003. UFMT. Disponível na World wide web: [http://www.ppphis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppphis.com/dissertacao_lista.php).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os Tratados de Limites. In *A Época Colonial: Do descobrimento à Expansão Territorial*. Sergio Buarque de Holanda (dir.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. 1999. *Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanista pombalina*. [on line] Tese de Doutorado em História. Curitiba. UFPR, p. 89. Disponível na Wor wide web: <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

----- . *A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII*. In Anais da V Jornada Setecentista. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, pp. 122-123. 1. CD ROOM.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850*. In História da América Latina. América Latina Colonial. Volume 1. Leslie Bethel (orgs.). Tradução Maria Clara Cescato. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. Nossa História, ano I, n. 6, abr. 2004.

----- . *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## **História e Memória: Cáceres**

---

SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernand (orgs).. O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

TEIXEIRA, Álvaro Soares. O Marquês de Pombal. Brasília: Ed. UNB, 1983.

## A PRESENÇA INDÍGENA EM VILA MARIA DO PARAGUAI: OS BORORO CABAÇAL

Marli Auxiliadora de Almeida<sup>33</sup>

### Introdução

Ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1778 aos seis dias do mês de outubro (...) compreendidos todos os casais de índios castelhanos proximamente desertados para estes domínios portugueses da Província de Chiquitos, se dominará de hoje em diante em obséquio ao Real Nome de Sua Majestade de Vila Maria do Paraguai (AU, nº.1162. NDIHR)<sup>34</sup>.

Com as referidas palavras, o capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres registrou o cumprimento de sua ordem pelo tenente de dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho para fundar, erigir e povoar a Vila Maria do Paraguai, em 1778, hoje, Cáceres. Como podemos observar no discurso do representante da Coroa portuguesa, havia a preferência pela composição étnica chiquitana, juntamente com os demais grupos civilizados, a exemplo dos portugueses.

O domínio português nas imediações de Vila Maria, iniciado pela opção de povoamento de indígenas provenientes da República boliviana, representava um aval à expansão territorial portuguesa ao território espanhol, contrariando as determinações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelas duas Coroas ibéricas. Conforme o tratado, a parte interiorana da América pertenceria à Espanha, mas Portugal ao poucos desrespeitava a linha imaginária de Tordesilhas sob o pretexto de fortificar a fronteira a oeste de seus domínios.

---

<sup>33</sup> Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>34</sup> Neste artigo usaremos a grafia original da documentação e da bibliografia pesquisada nas citações. Também utilizaremos a nomenclatura de etnias indígenas no singular, conforme determinação da Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

É justamente nesse espaço de fronteira que Vila Maria foi construída e povoada. Desde sua fundação no ano de 1778, como no decorrer do século XVIII, a presença de indígenas em Vila Maria foi uma constante. Portanto, entre os objetivos deste artigo está o de proporcionar visibilidade aos indígenas que eram recomendados à povoação e fortificação do poder metropolitano na Capitania de Mato Grosso, os Bororo Cabaçal.

A ocupação do território espanhol da bacia do rio Paraguai pelos mamelucos paulistas, por meio de bandeiras, data do início do século XVIII, com a descoberta aurífera na região do rio Cuiabá e do rio Guaporé na Bacia Amazônica. Visando garantir sua expansão territorial, a Coroa portuguesa cria em 1727, às margens do rio Cuiabá, a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá e, em 1748, estrategicamente às margens do Guaporé, a cidade de Vila Bela, capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá (COSTA, 1999).

O cenário dessa conquista foi marcado por conflitos de sertanistas e mineradores com inúmeros grupos indígenas nativos da região das minas do rio Cuiabá e do Pantanal, tais como Bororo, Paresi, Guató, Caiapó, Paiaguá e Gaucuru, dentre outros. Assim, vale elucidar que analisaremos a conquista da parte oeste da capitania, pontualmente Vila Maria do Paraguai e a relação das autoridades de governo com os índios Bororo Cabaçal.

### **Os Bororo antes do contato com os conquistadores**

Conforme a *Enciclopédia Bororo* (1962), explicações mitológicas indicam a origem desse povo. Segundo suas lendas, a região onde moravam sofreu uma grande inundação, que cobriu quase todo o território e causou a morte do povo Bororo, exceto a de um índio, *Meríri Póro*. Este sobrevivente ficou sobre o cume de um morro, único lugar que as águas não cobriram e ali, para se aquecer, acendeu uma fogueira com restos de madeira e pedras. Quando as pedras ficavam incandescentes, ele as jogava nas águas, provocando com isso a evaporação e o retorno delas ao nível normal. Mais tarde, *Meríri Póro* encontrou um animal que também havia sobrevivido à inundação, uma

cerva, com quem procriou, construindo aldeias e reiniciando a povoação da terra.

Os Bororo habitam aldeias, geralmente, construídas em terrenos inclinados, próximos a um curso d'água, tendo em sua composição aspectos da natureza. As aldeias possuem formação circular em duas metades exógamas: a metade *Ecerae*, composta pelas casas na posição sul, e a *Tugarege*, ocupando a posição norte. No centro há uma grande casa, o *Baító*, que é circundada por um pátio, o *Bororo*; ou seja, o nome que os conquistadores atribuíram a esses indígenas corresponde ao grande espaço interno das suas aldeias. Entre si, eles se denominam *Bóe*.

As metades das aldeias compreendem quatro clãs, e a cada uma delas vários subclãs, sendo, portanto, a aldeia dividida em oito clãs, representados por linhagens de seres naturais, animais ou inanimados. A crença na descendência desses seres funciona para os Bororo como uma espécie de “totem”, onde cada clã é representado por um totem animal, que se faz presente em manifestações culturais como o nascimento, o casamento, o funeral e outras.

Os clãs *Ecerae* são os *Baadojebage Cebegiwuges*, chefes das aldeias de cima; os *Kies*, originários das “antas”; os *Bokodoris*, provenientes dos “tatus-canastra” e os *Baadojebage Cobugiwuges*, chefes das aldeias de baixo. Os *Tugarege* estão subdivididos em *Paiwoes*, os “bugios”; *Aroroes*, os “larvas”; os *Iwagududoges*, os “gralhas” e os *Apiboreges*, os donos da palmeira acuri (COLBACCHINI e VENTURELLI, 1942).

A composição das aldeias em clãs reflete na formação familiar dos Bororo. O casamento, por exemplo, acontece entre membros de clãs diferentes. A mulher é a responsável direta pela conservação e propagação do seu subclã. Destaca-se o princípio da matrilinearidade, ou seja, após o casamento é o homem que passa a pertencer à família da mulher, transferindo sua moradia para a casa da mãe de sua mulher, e os filhos dessa união pertencem ao subclã da mãe.

Os nomes próprios, que se derivam do clã da mulher, também são designados por animais, vegetais ou heróis antepassados, obedecendo às metades *Ecerae* e *Tugarege*. Cada grupo tem nomes

exclusivos, que não podem ser aplicados a outros, mesmo que da mesma metade.

Estudos realizados por antropólogos, etnólogos e mesmo por historiadores demonstram a riqueza cultural do povo Bororo e principalmente a sua singularidade na formação das aldeias em metades, assim como de suas moradas, questões que não aprofundaremos neste artigo; apenas trouxemos aqui alguns destes dados no sentido de apresentar aspectos da cultura desse povo, uma vez que buscamos tratar da história do contato entre os Bororo e aqueles que ocuparam seus territórios, notadamente a partir do século XVIII.

### **A dispersão e a divisão dos Bororo**

Antes do contato com os conquistadores de Mato Grosso, os indígenas Bororo eram apresentados por estudos etnográficos e fontes históricas como pertencentes ao tronco lingüístico *Macro-Jê*, que ocupava uma vastíssima área da Capitania de Mato Grosso, que hoje compreende o leste e o sudeste de Cuiabá, o vale do Rio São Lourenço e afluentes da Bacia Platina; as terras banhadas pelo alto curso do Rio Araguaia, o Rio das Mortes e seus tributários da vertente amazônica e, ao sul (hoje Mato Grosso do Sul), alcançando o rio Taquari, Coxim, Aquidauana, Miranda e o alto da Serra de Maracaju .

Com a chegada dos agentes colonizadores à Capitania de Mato Grosso, inicia-se o contato entre os Bororo e os bandeirantes, culminando na ocupação dos primitivos territórios desses índios para a fundação de núcleos de povoamento. Com a restauração do trono português, ocasionado pelo fim da União Ibérica (1580-1640) e a criação do Conselho Ultramarino (1642), os capitães-generais, a exemplo de Rolim de Moura, colocaram em funcionamento a política expansionista de Portugal nas capitanias.

As crônicas coloniais dão conta de que nos setecentos esses mamelucos paulistas se utilizaram de contingentes de Bororo, também denominados – a partir da localização de suas aldeias – de Porrudos, Coxiponés, Aravirás ou Purianas para o povoamento de terras conquistadas, utilizando-os também como “guias” na exploração de territórios e ainda como guerreiros nas lutas que se empreendiam contra

outros grupos indígenas, notadamente contra os Caiapó, os Paiaguá e os Guaicuru.

Além de participarem como “guias” e aliados nessas expedições, o contato inicial representado pelos bandeirantes foi muito prejudicial para os Bororo, principalmente porque os seus territórios estavam sendo ocupados pelo movimento colonizador luso-brasileiro, provocando a depopulação e interferindo em sua vida e cultura, o que provocou a dispersão desse povo.

De acordo com a descrição do cadete forriell João Augusto Caldas, a nação dos Bororo foi reduzida a menos da metade, dividindo-se em diversas tribos, procurando refúgio em diversas regiões. Muitos Bororo deixaram seus aldeamentos primitivos e foram divididos: os *Purianas*, também conhecidos como *Pararionés*, tornaram-se os *Bororo Cabaçal*; os *Aravirás*, que não tinham morada certa e viviam vagando pelas Campanhas, receberam a denominação *Bororo da Campanha*. Os antigos *Porrudos*, que permaneceram nos sítios de seus antepassados, dividiram-se em vários grupos e ocuparam a região do alto e do baixo Rio São Lourenço até os sertões dos seus afluentes *Piquiri* e *Itiquira*, passando a ser conhecidos como *Bororo Coroados*. O contato era marcado por situações de apresamento, corroboradas pela ocupação portuguesa de regiões mineradoras a oeste da capitania.

A divisão dos Bororo também foi apresentada pela *Enciclopédia Bororo* a partir do contato com os conquistadores. Após esse encontro, os Bororo seguiram como orientação geográfica o Rio Cuiabá. Os Bororo que migraram para o Oeste receberam a denominação de *ocidentais*, e os que permaneceram a Leste ficaram conhecidos por *orientais*, ou *Bororo Coroados*.

Os ocidentais habitavam a oeste do curso superior do Rio Paraguai, subdividindo-se em *Bororo Cabaçal* e *Bororo da Campanha*. Já os *Bororos orientais* subdividiam-se entre os habitantes dos Cerrados a leste de Cuiabá, transpondo o rio Araguaia - os habitantes da floresta ocupavam a Bacia do curso médio e superior do Rio São Lourenço; os habitantes das plagas do “Peixe Pintado”, ocupavam o curso inferior do Rio São Lourenço; os habitantes da montanha ocupavam a região da Serra do Jerônimo e

os habitantes do curso médio do Rio Taquari, a localidade das Taquaras (ALBISETTI e VENTURELLI, 1962).

Os fragmentos de uma documentação oficial que iremos ver neste trabalho nos possibilitam apreender, por meio de uma pequena história dos Bororo Cabaçal, a relação de contato entre esses índios e os colonizadores de Vila Maria, iniciado por bandeirantes paulistas e intensificado pelos procedimentos de presidentes da província, devidamente apoiados por proprietários de terras, causando a divisão do grupo. Uma vez divididos nos subgrupos Campanha, Cabaçal e Coroadó, receberam as "bandeiras", que os capturavam de forma violenta, sendo incorporados ao trabalho nas fazendas próximas à suas aldeias, morrendo por doenças trazidas pelos colonizadores ou por vícios adquiridos (como o consumo de bebidas alcoólicas) ou misturando-se à população de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade.

### **Os Bororo Cabaçal nas proximidades de Vila Maria**

Após a dispersão dos Bororo, os Cabaçal migraram para o oeste da capitania, tendo como primeira estadia uma aldeia próxima à fazenda Jacobina, esta de propriedade de João Pereira Leite. Ao visitar a fazenda Jacobina em 1827, o viajante francês Hércules Florence, integrante da expedição Langsdorff, fez as seguintes observações sobre o contato desses índios com o proprietário e os moradores do lugar:

Nem todos os Bororós haviam, contudo sido pacificados pelo tenente-coronel. Dividem-se eles em Bororo dos campos, dos quais fazem parte os que vieram nos ver, e Bororos do Cabaçal, indomáveis ainda e que praticavam roubos e assassinatos. Não na gente da Jacobina por temerem represálias, mas em viajantes e noutras fazendas. Num desses dias, tinha morto o correio de Mato Grosso no caminho que deveríamos seguir (FLORENCE, 1977, p. 198).

Ao descrever a recepção de sua comitiva pelo tenente-coronel João Carlos Pereira Leite e sua sogra D. Ana, que administrava a fazenda Jacobina, Florence se encantou com a simbologia cultural dos Bororo da Campanha que visitavam Jacobina. Realizou inúmeros desenhos de cenas da visita do cacique e demais indígenas à fazenda Jacobina, exaltando os traços da sua indumentária e adereços de nariz e de boca, apesar de alguns desses indígenas já utilizarem roupas de civilizados, a exemplo do cacique Pereira Leite.

Com olhar de homem ilustrado, típico representante do século XIX, Florence não se conteve ao relatar também o comportamento dos Bororo Cabaçal, tidos como não civilizados em relação ao Bororo da Campanha domesticados por Pereira Leite. Estes foram civilizados por intermédio de confrontos violentos, culminados pelo batismo cristão. Mas esta é uma outra história, a qual no momento não iremos nos reter, pois aqui proporcionaremos visibilidade aos Cabaçal, por serem considerados por muitos como “selvagens”, fazendo um contraponto com os Bororo da Campanha.

Os Bororo Cabaçal também foram descritos pelo conde francês Francis Castelnau, que visitou a província de Mato Grosso no ano de 1844, ao realizar uma viagem às regiões centrais da América do Sul. Conforme suas palavras,

os Cabaças habitavam antigamente as margens do rio do mesmo nome, o que tornava muito perigoso o caminho de Vila Maria a Mato Grosso. Os homens andam nus, exceção feita de um cordel de acuri passado à volta da cintura. As mulheres trazem geralmente um pequeno pedaço de pau no lábio inferior e, como única vestimenta, usavam em torno dos rins uma espécie de colete, feito de Jatobá (CASTELNAU, 1844, s/p.).

O conde francês, a exemplo do desenhista da expedição Langsdoff, não mediu palavras para descrever o contato conflituoso entre os Bororo Cabaçal e os não índios que ocupavam seus territórios na condição de viandantes ou proprietários de terras, haja vista que o caminho de Vila Maria a Mato Grosso (hoje Vila Bela) era de uso

constante devido à exploração da pecuária, da cana-de-açúcar e da poaia, que era amplamente explorada para a fabricação de remédios para doenças como bronquite, disenterias e coqueluches.

As narrativas dos dois viajantes citados acima representam os discursos que envolviam tanto intelectuais como governantes do Brasil (especificamente os de Mato Grosso) acerca da “catequese” e da “civilização” dos índios. Estes disseminavam o ideário de civilização propagado pelos europeus aos americanos desde a colonização. O ato de converter os indígenas aos costumes dos civilizados como o do trabalho, da religião e da moradia adequada ganhou força no limiar do século XIX.

### **Bandeiras contra os Bororo Cabaçal**

No limiar do século XIX, a província de Mato Grosso necessitava de acesso mais rápido à Corte para acompanhar a modernização proveniente da sede do Império brasileiro e romper com o isolamento das demais regiões do país. Por isso, o discurso de aprimorar as rotas monçoeiras e as vias terrestres era constante na fala dos presidentes da Província de Mato Grosso.

Na fala do Presidente da Província Pimenta Bueno, que tomou posse em 1837, podemos observar a força das palavras que viriam a se tornar ações: “[...] a catequese dessas nações oferecia grandes vantagens sem perigos e estragos; novas explorações e viagens se abririam; novas minas seriam descobertas, novos produtos e novas saídas e eles, os próprios índios, seriam os guias” (BUENO, 1837). Nessa perspectiva as terras indígenas deveriam ser ocupadas para se tornarem viáveis ao “progresso” da província.

Com a incumbência de liberar a importante via de comunicação ente Vila Maria e o distrito de Mato Grosso, o então presidente da província, José Antonio Pimenta Bueno ordenou uma bandeira contra os Bororo Cabaçal. A bandeira foi organizada pelo secretário de governo em Vila Maria, o cônego José da Silva Fraga, no ano de 1837.

A documentação oficial que analisaremos a seguir faz parte de um rico acervo documental guardado no Arquivo Público de Mato

## História e Memória: Cáceres

---

Grosso – APMT, e nos possibilitará conhecer um pouco da bandeira empreendida pelo governo provincial contra os Cabaçais:

Bandeira contra os índios Cabaçais

3ª. Expedição

José da Silva Fraga, delegado de governo da província nesta freguesia de S. Luiz de Vila Maria, tendo cabal conhecimento de incansável zelo, conhecimento das localidades nas vastas matas dos Cabaçais, grande faro e agilidade que tem o Sr. Capitão Inácio da Mota Godinho, o nomeia comandante da expedição composta de 20 homens armados e municados, que marcharam embarcados pelo rio Cabaçais. Á cima, estacionaram no lugar denominado Lages, onde se vai fazer o depósito de mantimentos externo de guerra que conduzem para as bandeiras, que por terra marcharam contra os índios Cabaçais. E externa a todos desta expedição e a cada indivíduo do que ela compõe, que o reconheçam por seu comandante como tal e respeitem e executam pontualmente suas ordens: Bem a fim nomeia o mesmo delegado de governo, Francisco de Almeida, ajudante do comando desta mesma expedição para que possa fazer por suas vezes, substituindo-o em detrimento e o cujo cuidado ficara toda escrituração do expediente e nesta qualidade de delegado e substituto do comandante deve ser igualmente reconhecido. E todos da Expedição. A fim de comparar a bem do serviço público e nacional.

Vila Maria, 27 de agosto de 1837

(RELATÓRIO DE JOSÉ DA SILVA FRAGA)

## História e Memória: Cáceres

---

De acordo com o relato do delegado de governo José da Silva Fraga ao presidente da província, o tratamento dado aos Bororo Cabaçal deveria ser de uma verdadeira “ação de guerra”. Esses índios deveriam ser procurados em suas moradas por pessoas que conheciam a geografia da região, munidas de armamentos e alimentos a fim de compor uma espécie de acampamento para a permanência dos combatentes.

Outro fator interessante que nos salta aos olhos é a descrição do delegado de governo acerca do resultado da expedição, que deveria ser a bem do serviço público nacional. As expedições tinham o objetivo de transformar indivíduos “selvagens”, como eram considerados os índios Cabaçal, em pessoas “civilizadas”. Seguiam exemplos de outros grupos indígenas do país que sofreram contatos violentos no período colonial, como os Botocudos em Minas Gerais e os Tamoios no Espírito Santo. Como podemos observar, na província de Mato Grosso, em plena era imperial, ainda se usava o artifício da bandeira, ou seja, o instrumento de guerra.

Em novembro do mesmo ano outra “diligência” foi montada para capturar os Cabaçal, inclusive causando um mal estar nos seus bastidores entre as autoridades governamentais e proprietários de terras, conforme verificamos a seguir:

Ilm<sup>o</sup>. Sr. Delegado de Governo

Recorra ao Exm<sup>o</sup>. Governo da Província , ex  
Causa

Vila Maria 13 de novembro de 1837

Disse João Bonifácio Martins, casado, morador desta Freguesia de São Luiz de Vila Maria, que sendo avisado para ir ao sertão em diligência atrás dos índios Cabaças, deixou seu comandante Leonardo de Lara em sua casa. Depois que o superior Maximiano foi para a fazenda Nacional de Caiçara e dali passou para a fazenda do Coronel D. Sebastião Ramos, na lagoa Salinas, além do Jauru, onde o superior não podia buscar a diligência sem licença. Um administrador de Caiçara tinha

## História e Memória: Cáceres

---

mandado-o vir apresentar ao Juiz de Paz. A V. Ex.<sup>a</sup>. Delegado de Governo se digne a analisar aquele administrador, observando que ele mesmo foi o motivo de estar o superior sem sua comitiva.

P. V.Ex Ilm<sup>o</sup>. Delegado de Governo seja deferido como é de direito.

E. R. I.

A falta de uma política indigenista definida na província de Mato Grosso deixava as tentativas de civilizar os índios em mãos de vontades particulares que fugiam da esfera pública, como podemos perceber no fragmento da documentação apresentada acima. Isto fez com que os Cabaçal testemunhassem o fracasso de mais uma tentativa de capturá-los à força. Os interesses governamentais da província esbarraram-se na circunstância de indefinição da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, visto que o boliviano Sebastião Ramalho possuía terras na fronteira do império brasileiro com a república boliviana. Fator que poderia possibilitar a concorrência da atividade econômica da pecuária com a Fazenda Nacional de Caiçara ou proporcionar a sensação de terreno livre para a movimentação dos indígenas.

Após as tentativas frustradas do uso da força para capturar os Cabaçal, utilizou-se na província de Mato Grosso o caminho de propor aldeamentos artificiais para os indígenas. A política indigenista no Mato Grosso provincial seguia as regras da Corte, caracterizando-se por momentos de defesa, de criação de aldeamentos administrados por missionários ou civis e pela inserção dos índios nos costumes dos conquistadores.

Os Bororo Cabaçal, após sofrerem ações pacificadoras aos ataques promovidos em Vila Maria e Mato Grosso, passaram a ser alvo de propostas de aldeamento. Em 1834, o Presidente da Província, Antonio Corrêa da Costa, aproveitou a política de descentralização imperial para propor ao Cônego José da Silva Fraga um “[...] plano de ‘catequese e civilização’ dos índios da província”, objetivando “[...] que estes índios se tornem amistosos e úteis ao Estado e nação” (OFÍCIOS DA DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS, 1843). O religioso respondeu

de forma positiva e inclusive propôs o uso de sua fazenda, no Registro do Jauru, para aldeamento dos Bororo. Sob o comando do presidente da província, o referido missionário realizou o aldeamento dos Bororo Cabaçal em caráter definitivo, em 1842, nas proximidades da Fazenda pública de Caiçara, pontualmente no Caité.

### **Resultado do Aldeamento dos Cabaçal**

O presidente da província, Ricardo José Gomes Jardim, nos apresenta o resultado da ação do cônego José da Silva Fraga, ao discursar na abertura da sessão na Assembléia Legislativa provincial, no ano de 1845:

Tenho ao menos a satisfação de participar que a horda de Bororos Cabaças, que infestavam a estrada desta cidade [Vila Maria] a de Mato Grosso, acham-se aldeada e domesticada no Porto de Jauru, sem que reste um só índio destes no mato, graças ao zelo e cuidados do cônego José da Silva Fraga. Cujas informações refiro-me: Sirvo-lhe o presente quadro estatístico destes índios, assim como uma breve memória sobre o local mais conveniente para o aldeamento definitivo. Mandeí pôr à disposição do referido cônego, a quantia de 400\$ réis, consignada no orçamento corrente para auxílio deste estabelecimento, e fiz contemplar para o mesmo fim, 800\$ réis para orçamento futuro. Este aldeamento deve continuar a merecer particular atenção, pois além de outros motivos de geral interesse, pode por sua posição ser muito útil do ponto de vista defensivo (LIVRO DE REGISTRO DE FALAS PRESIDÊNCIAIS, 1841-1851).

Como podemos ver, a catequese e civilização dos indígenas eram um dos mais importantes deveres que o Ato Adicional delegava às Assembléias Provinciais.

A proposta de catequese e de civilização dos indígenas considerados hostis, como os Bororo Cabaçal, ganhou reforço com a

## História e Memória: Cáceres

---

aprovação do Decreto nº. 46, de 24/07/1845. Este regulamentava, na prática, os discursos de civilidade dos indígenas ao recomendar os serviços de Missões por intermédio de missionários ou civis nos aldeamentos criados pelos governos.

Definitivamente, os índios seriam inseridos na sociedade não-índia por meio do trabalho capitalista. Pelo menos essa era a pretensão dos governantes mato-grossenses, que os consideravam avessos à vida civil e ao hábito de trabalho. Florence, por sua vez, continuava registrando a presença dos Cabaçal em Vila Maria em seus desenhos:

Moço de alto porte, robusto, mas não tão bem feito como o primeiro [...] Traz em lugar de coroa um adereço de penas amarelas e vermelhas, e por trás deste uma auréola formada de três fieiras de penas de arco concêntricos, dispostas a modo de raios. A primeira fieira é de penas pardacentas, a segunda de penas azuis, e a terceira de brancas (FLORENCE, 1977, p. 195).

Considerando a descrição de Florence é possível pensarmos em ações de “resistência” dos Bororo Cabaçal em relação ao contato hostil a eles proporcionado por representantes governamentais e ou outros segmentos da sociedade de Vila Maria no oitocentos. O fato de os Bororo Cabaçal transitarem na referida Vila devidamente ornamentados por penas de animais, como a arara, ou por dentes de animais como a onça, nos possibilita indicar, parafraseando o historiador Michel de Certeau, que os Bororo Cabaçal jogavam muito bem no “terreno do outro”: misturados à natureza, quando caçados como animais, e visíveis no meio urbano, e entre os não índios quando lhes fosse conveniente.

### FONTES

- Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Fundo: Documentos avulsos sobre Mato Grosso, caixa 18. nº. 1162.NDIHR/UFMT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Antonio Pimenta Bueno, 1837. APMT.
- Relatório do Cônego José da Silva Fraga, 1837. APMT.

## História e Memória: Cáceres

---

- Livro de Registro de Falas Presidenciais (1841-1851). APMT.
- Ofícios da Diretoria Geral de Índios (1843). APMT.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBISETTI, Cezar; VENTURELLI, Ângelo J. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962, v. 3.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. 2 v.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. Tradução Visconde de Taunay*. São Paulo: Editora Cultrix; EdUSP, 1977.

### SANTO ANTÔNIO NOS PROTEGEU E A “TAPAGEM” IMPEDIU OS PARAGUAIOS DE INVADIR VILA MARIA

Domingos Savio da Cunha Garcia<sup>34</sup>

A Guerra do Paraguai foi um acontecimento marcante na vida do império brasileiro, não só pela surpresa inicial que causou aos seus dirigentes como pela sua intensidade, duração e pela comoção geral, provocando indignação em setores da elite imperial e medo nos extratos mais pobres da população.

Na elite imperial a Guerra do Paraguai significou uma suposta traição por parte de uma nação bárbara, dirigida por um caudilho, um “ditador”, Francisco Solano Lopes, que teria atacado covardemente uma nação que representava a civilização na América.<sup>35</sup> Ainda mais que o Brasil havia sido o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai, em 1844, quando estava ameaçada pela cobiça da elite dirigente argentina, que desejava restabelecer a unidade política sobre o território que compusera o antigo Vice-Reino do Rio da Prata.<sup>36</sup> Por isso mesmo, para a elite imperial esse ataque deveria ser repellido e o dirigente paraguaio punido exemplarmente.

Para os extratos mais pobres da população a Guerra do Paraguai trazia o medo das batalhas, das bombas, da participação direta enfim, seja com um imaginado ataque paraguaio, mas principalmente com a convocação para servir nas forças armadas, principalmente no exército, o que significava a participação direta nas operações militares. Esse medo atingia principalmente a população masculina em idade adulta, que iria resistir à convocação, na medida em que a guerra foi se estendendo e as notícias dos campos de batalha foram se espalhando pelo império brasileiro.

---

<sup>34</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Cáceres.

<sup>35</sup> Sobre a identificação do Brasil como representante da civilização na América, contra o Paraguai “bárbaro”, ver Francisco Alambert: *Civilização e barbárie, História e cultura*. In Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. P. 83-96.

<sup>36</sup> Max Justo Guedes. *A Guerra: uma análise*. In Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. *Op. Cit.* P. 56-57.

A comoção causada pela guerra adveio em grande medida da invasão do território brasileiro por tropas paraguaias. Considerada uma ação covarde, essa invasão atingiu primeiramente a província de Mato Grosso e, depois, a província do Rio Grande do Sul.

Como um observador coevo e a historiografia recente tem destacado, a Guerra do Paraguai significou uma virada na vida do Império, marcando o início de sua derrocada, que terminará com a proclamação da República em 1889.<sup>37</sup> Diversas questões e práticas tiveram início, vieram à tona ou se destacaram durante a guerra. Basta que lembremos do movimento abolicionista, do movimento republicano e da chamada questão militar. Por isso mesmo a Guerra do Paraguai é motivo de intenso debate historiográfico no Brasil, no Paraguai, na Argentina e em outros países.

Todo acontecimento pode ser observado e interpretado de diferentes ângulos pela historiografia. Com a Guerra da Paraguai não é diferente. Neste momento não nos fixaremos no debate geral sobre a guerra e sim sobre um ponto específico dela. Vamos discutir e procurar interpretar aqui um acontecimento que é motivo de controvérsia e de diferentes interpretações no campo historiográfico, mas que, também, ganhou uma interpretação no campo religioso em Mato Grosso. O acontecimento a ser destacado foi a decisão tomada pelo Paraguai de não atacar a região norte da província de Mato Grosso, poupando com isso Cuiabá, capital da província, Vila Maria (atual Cáceres, então em franco desenvolvimento econômico) e demais núcleos urbanos da região. A questão que colocamos em debate é: por que os paraguaios decidiram não atacar e tomar essas cidades, se apoderando do conjunto da província de Mato Grosso, se retendo no rio Paraguai até a foz do rio

---

<sup>37</sup> Uma interpretação de um contemporâneo ao conflito está em Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. P. 752. O debate na historiografia recente sobre o conflito é muito grande e podemos citar como exemplo Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Op. Cit. Ricardo Sales. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990; Francisco Doaratioto. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. León Pomer. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1979. Julio José Chiavenatto. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

São Lourenço? Nessa perspectiva iremos dialogar com a historiografia que já deu uma interpretação para esse acontecimento e com a dimensão religiosa e popular que ganhou após o término da guerra.

A província de Mato Grosso foi invadida por tropas paraguaias em dezembro de 1864 em três frentes. A primeira frente, composta pela maior quantidade de soldados, transportados por embarcações armadas, seguiu pelo rio Paraguai e atacou o forte Coimbra em 27 de dezembro. Em desvantagem numérica, com pouca munição e demais recursos, os 150 soldados brasileiros que defendiam aquele forte resistiram pouco mais de 48 horas e o abandonaram durante a noite, seguindo rio Paraguai acima em direção a Corumbá.

A segunda coluna paraguaia seguiu por terra e era composta por divisões de cavalaria. Essas divisões atacaram o pequeno e frágil forte de Dourados, comandado pelo tenente Antonio João e mais quinze soldados, que logo foram dominados e mortos. Um dos soldados de Dourados saiu antes do ataque da cavalaria paraguaia àquele forte e avisou os moradores da vila de Miranda, que tiveram tempo de abandoná-la antes da chegada da terceira frente de forças paraguaias e se refugiar na serra de Maracajú, onde boa parte desses moradores permaneceu durante todo o conflito.

Prosseguindo a sua ação pelo rio Paraguai acima, no dia 3 de janeiro de 1865 as tropas paraguaias atacaram a vila de Corumbá, naquele momento considerado o núcleo populacional que mais se desenvolvia na província de Mato Grosso, já se destacando como o seu mais importante entreposto comercial.

O ataque dos paraguaios a Corumbá não encontrou maiores resistências por parte dos soldados brasileiros, que se retiraram da cidade antes da chegada dos invasores, levando consigo parte da sua população civil, transportados em diferentes tipos de barcos. Alguns desses barcos foram abandonados às margens do rio Paraguai, ao longo do percurso em direção à Cuiabá, na medida em que eram alcançados pelos paraguaios, com seus tripulantes e passageiros, civis e militares, se lançando nos barrancos e fazendo o percurso por terra até a capital da província, atravessando pantanais e rios. Os barcos abandonados foram capturados pelos paraguaios e incorporados à sua marinha. A parte da população da vila de Corumbá que ali permaneceu sofreu duramente

## História e Memória: Cáceres

---

com a repressão dos paraguaios, com algumas famílias sendo levadas prisioneiras para o Paraguai.<sup>38</sup>

A facilidade com que os paraguaios tomaram Corumbá, onde havia uma importante concentração de soldados do exército e da marinha imperial, não passaria despercebida pela população das demais vilas da província, inclusive da capital, Cuiabá. De outro lado, o avanço das tropas paraguaias também foi sentido pelo interior da região sudoeste da província, onde foram saqueando as fazendas, com o gado aí existente sendo utilizado para o abastecimento dessas tropas ou sendo levado para o Paraguai.

Após ultrapassar o forte Coimbra, vencer as pequenas resistências de Dourados e Miranda e ocupar a vila de Corumbá, os paraguaios avançaram pelo rio Paraguai acima e, por terra, ocuparam todo o sudoeste da província de Mato Grosso, alcançando inclusive Coxim, pequena povoação localizada no alto rio Taquari.

Os paraguaios perseguiram as tropas brasileiras que se retiraram de Corumbá pelo rio Paraguai até a foz do rio São Lourenço, onde estabeleceram uma espécie de limite para suas operações na frente norte de guerra, para se concentrar na frente sul, que começaria em seguida.

É preciso chamar a atenção para o fato de que uma parte do território da província de Mato Grosso que foi ocupada pelas tropas paraguaias, correspondia ao território que o governo paraguaio reclamava como lhe pertencendo, acrescido de uma faixa de segurança que englobava a parte economicamente mais importante da província naquele momento, correspondendo à vila de Corumbá e aos campos de criação de gado do Pantanal, que ia de Miranda até Vila Maria. O controle do sudoeste da província de Mato Grosso dava aos paraguaios o efetivo controle dessa região, evitando uma surpresa em sua retaguarda norte a partir do momento em que iniciassem a sua ofensiva na frente sul, em direção ao território da província do Rio Grande do Sul, território que estabeleceria uma ponte para a sua ação em direção ao Uruguai.

---

<sup>38</sup> Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe de esquadrão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, em 17 de outubro de 1865 (Daqui em diante, Relatório de 1865). P. 04-05.

Apesar de fixarem esse limite para suas operações na província de Mato Grosso, a facilidade com que os paraguaios avançaram sobre o território mato-grossense provocou enorme pânico entre os moradores de Cuiabá e Vila Maria, temerosos de que os paraguaios avançassem mais para o norte, ocupando a capital da província e a povoação situada às margens da parte superior do rio Paraguai. A população de Cuiabá e Vila Maria vivia sob o signo do medo, que advinha da percepção da superioridade militar dos paraguaios e da incapacidade dos militares brasileiros em organizar a defesa da província, como já haviam demonstrado em relação aos fortes e vilas anteriormente tomados, principalmente Corumbá. Alguns dos comandantes militares que exerciam postos em Corumbá foram inclusive acusados de covardia quando da ocupação paraguaia da cidade, por terem abandonado parte sua população civil e não oferecerem resistência aos invasores.

Augusto Leverger registrou em seu relatório de presidente da província o medo da população de Cuiabá diante da eventual chegada dos invasores paraguaios à capital de Mato Grosso. Repetimos, esse medo vinha da percepção da população da capital da província de que as forças militares encarregadas de defendê-la eram incapazes de realizar essa tarefa, seja por insuficiência numérica, por falta de treinamento e equipamentos militares, seja pela desmoralização que alcançava os seus comandantes militares mais importantes.

Essa situação de insegurança sentida pela população de Cuiabá foi concretamente confirmada quando um informante, que estava acompanhando a movimentação das tropas paraguaias no rio Paraguai, trouxe o alerta, que se revelou falso, de que essas tropas estavam subindo o rio São Lourenço e Cuiabá e que certamente atacariam a capital da província de Mato Grosso. As tropas que estavam estacionadas no morro do Melgaço e que deveriam dar o primeiro combate aos paraguaios, caso se confirmasse um ataque, logo se desfizeram, com os soldados abandonando as trincheiras e debandando. O pânico aumentou com a chegada da informação de que a vila de Coxim havia sido tomada pelas tropas paraguaias, composta de cerca de seis a oito mil soldados. Diante desses alertas anunciando a aproximação das tropas paraguaias e da debandada das tropas brasileiras

encarregadas de defender a capital da província, uma parte da população de Cuaibá fugiu “espavorida” para os sítios mais afastados da cidade.<sup>39</sup>

Como explicamos anteriormente, a ocupação da região sudoeste da província de Mato Grosso pelos paraguaios correspondeu a uma opção estratégica, que combinava seus interesses militares e geopolíticos. Os interesses militares se situavam na ocupação de um território que julgavam ser necessário para se proteger de um eventual ataque pelo norte, por parte do império brasileiro. Ao tomar os fortes Coimbra, Dourados e Miranda, e a vila de Corumbá, onde se concentrava soldados e equipamentos militares brasileiros, os paraguaios neutralizaram importante capacidade de reação das forças armadas do Brasil. Do ponto de vista do desenvolvimento da guerra, esse território correspondia à região economicamente mais dinâmica da província naquele momento e que ajudaria no abastecimento das tropas paraguaias, principalmente com o fornecimento de carne, já que tinha um importante rebanho bovino espalhado pelas fazendas recém formadas na região, rebanho esse que, em boa parte, foi levado para o Paraguai e utilizado como provisão de guerra.

De outro lado, a parte sul dessa região ocupada correspondia ao território que o governo paraguaio reclamava como sendo seu e que dizia estar sendo ocupado ilegalmente pelo império brasileiro. Segundo o governo paraguaio, essa região sul da província de Mato Grosso era parte do território das missões jesuíticas que se estabeleceram na região entre os rios Paraguai e Paraná, durante o período colonial, e que, portanto, era parte histórica do território paraguaio. Dessa forma, com a ocupação dessa região os paraguaios estariam recuperando um território que julgavam ser seu, reincorporando-o ao conjunto do seu território nacional. Para efetivar juridicamente essa incorporação criaram sobre esse território uma província paraguaia, denominando-a de Mbotetei, antiga denominação indígena do rio Miranda, tendo Corumbá como sede.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Relatório de 1865. P. 07-08. Esse relatório de Leverger é rico em informações sobre a ocupação paraguaia do sudoeste de Mato Grosso. Dele fazemos uso amplo.

<sup>40</sup> Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Ed. fac-similar. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 1994, p. 568.

## História e Memória: Cáceres

---

Do ponto de vista diplomático, essa ocupação ainda poderia ser usada futuramente para uma negociação com o império brasileiro. Ao não ocupar Cuiabá e Vila Maria, os dirigentes paraguaios talvez tenham dado uma demonstração de que não estivessem interessados em um território maior do que aquele que julgavam ser legitimamente seu. Poderiam eventualmente devolver até a vila Corumbá e parte da região sul do Pantanal aos brasileiros, ficando somente com o território ao sul do rio Miranda e Pardo, justamente o território das antigas Missões que estava incorporado ao território do império brasileiro até então.

Essa explicação é necessária para que possamos inicialmente dialogar com a historiografia, que aponta para outro fator que teria sido determinante para que os paraguaios não avançassem para o norte e ocupassem Cuiabá e Vila Maria. Segundo essa historiografia, teria sido o baixio das águas dos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá na sua parte superior, que teria impedido os paraguaios de subi-los e tomar Cuiabá e Vila Maria, bloqueados pelas águas rasas desses rios, impossibilitando que as embarcações paraguaias de grande calado por elas navegassem rio acima. Essa historiografia repercute a interpretação de Augusto Leverger, feita em seu relatório presidencial de 1865, para explicar a permanência dos paraguaios no porto do Sará, próximo à foz do rio São Lourenço.<sup>41</sup>

Essa explicação não pode ser desconsiderada, seja pela evidente relação com o sobe-e-desce dos rios que compõe a parte superior da bacia do rio Paraguai, com duas estações de chuva bem definidas. Uma com grande concentração de chuvas, que provoca a formação de águas volumosas e rios com boa profundidade, facilitando a navegação de embarcações de maior calado; outra com pouca chuva e reduzida vazão nas águas dos rios, com a conseqüente formação de grandes baixios, criando dificuldades de navegação para embarcações maiores. Soma-se a esse fator, relacionado com a hidrologia da região superior da bacia do rio Paraguai, a grande sinuosidade dos rios da região, que aumenta as dificuldades de navegação para embarcações de maior calado. Destaca-se ainda que esse processo de sobe-e-desce dos rios da região, relacionados com as estações de chuva e de estiagem, se dão em

---

<sup>41</sup> Virgílio Corrêa Filho. *Leverger: o bretão cuiabano*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1979. P. 63. Idem. *História de Mato Grosso*. Op. Cit., p. 543.

períodos bem definidos do ano, com a estação chuvosa se concentrando entre os meses de outubro e março, e a estação de estiagem entre os meses de abril e setembro.<sup>42</sup> Com isso, as maiores facilidades para a navegação na parte superior da bacia do rio Paraguai se estendem de dezembro a maio, quando as águas dos rios que compõe essa bacia estão com nível mais alto, invertendo a situação entre junho e novembro, quando estão em nível mais baixo.

Diante desses fatores, a explicação historiográfica para os paraguaios se reterem na foz do rio São Lourenço e não prosseguirem com a invasão do território mato-grossense até Cuiabá e Vila Maria, por conta do baixio dos rios da região, pode ser considerada para um determinado momento, o período das secas, quando os rios estão baixos e as embarcações não poderiam subi-los. No entanto, tal explicação não se sustenta para o período de chuvas, em que as águas dos rios Paraguai e seus afluentes São Lourenço e Cuiabá estavam em nível elevado, permitindo a navegação de embarcações de maior calado, como aquelas pertencentes à marinha paraguaia ou a ela incorporadas, tomadas da marinha brasileira após serem abandonadas na perseguição que seguiu à ocupação da vila de Corumbá.

A explicação dada em função da existência de baixios não se sustenta porque foi justamente durante o período de ascensão das águas do rio Paraguai e seus afluentes, entre dezembro de 1864 e janeiro de 1865, que os paraguaios avançaram sobre o território brasileiro da província de Mato Grosso, na primeira fase da Guerra do Paraguai. Pela explicação que desenvolvemos anteriormente, caso tivessem a decisão de avançar para o norte e atacar Cuiabá, Vila Maria e demais núcleos populacionais situados no norte da província, controlando com isso a totalidade do território de Mato Grosso, os paraguaios não teriam nos baixios dos rios grandes obstáculos. O máximo que poderia ter ocorrido seria uma espera pela continuidade da subida dos rios, que não duraria muito tempo, já que até fevereiro os rios da região alcançam níveis elevados. Com isso fica difícil sustentar a hipótese de que foram esses baixios dos rios que teriam impedido a tomadas de Cuiabá, Vila Maria e

---

<sup>42</sup> Embrapa. *Hidrologia do Pantanal*. Corumbá: Embrapa, 2006, p. 2.

## História e Memória: Cáceres

---

demais núcleos populacionais da província de Mato Grosso pelos paraguaios.

Dessa forma, consideramos mais adequada a hipótese explicativa que sustentamos anteriormente, de que a decisão de fixar a foz do rio São Lourenço como o limite superior da sua ocupação da província de Mato Grosso, tenha sido uma decisão militar e geopolítica dos paraguaios.

Por outro lado, nessa vertente explicativa também salta aos olhos a absoluta incapacidade das forças militares brasileiras estabelecidas em Mato Grosso em defender a província, e a facilidade com que as tropas paraguaias avançaram sobre o seu território, derrotando com muita facilidade as forças brasileiras que resistiram e dispersando as demais. Demonstrações de insuficiência numérica, de insuficiente preparo, de falta de armamento e mesmo de deserção de comandantes diante de eminentes dificuldades, foram marcantes nas tropas brasileiras encarregadas de defender a província.<sup>43</sup> É plenamente justificável, portanto, o temor da população civil de Cuiabá e Vila Maria, diante do avanço das tropas paraguaias. Essa população civil estava de fato sem proteção e, como ficou claro no abandono da vila de Corumbá pelos militares brasileiros, diante da chegada dos paraguaios, o mesmo também poderia ocorrer com as demais aglomerações urbanas da província.

Outra questão que também chama atenção nessa vertente interpretativa da historiografia é de isentar os chefes militares de então, que após a Guerra do Paraguai ganharam a condição de heróis, mesmo se alguns deles estivessem diretamente envolvidos nos episódios mais importantes de abandono da população civil de Corumbá no final de 1864, ou da deserção do Melgaço no início de 1865. Nada disso aparece na historiografia e muitos desses chefes militares, na condição de heróis da guerra, viraram nomes de praças, avenidas, ruas e demais

---

<sup>43</sup> O brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da província, no relatório entregue a Augusto Leverger, em agosto de 1865, quando transmitiu o cargo ao então vice-presidente, traz uma “Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya” de Mato Grosso, onde descreve as fragilidades militares da província e elenca diversos ofícios dirigidos ao governo imperial solicitando reforços para defesa de Mato Grosso, que estava fragilizada diante de um eventual ataque paraguaio. Nesse relatório o presidente que estava deixando o cargo também faz referencia ao comportamento militar pouco recomendável dos comandantes brasileiros durante a ocupação paraguaia de Corumbá.

logradouros públicos das cidades de Mato Grosso que já existiam quando da Guerra do Paraguai, como Cuiabá, Cáceres e Corumbá. O tenente Antonio João, que morreu na defesa do forte de Dourados juntamente com seus comandados, está entre esses heróis, mas, justamente ele que morreu lutando, foi quem teve as homenagens mais modestas.

Para terminar esta primeira parte queremos chamar atenção para uma outra dimensão interpretativa dos contemporâneos, relacionada à dimensão divina com que determinada parcela da população de Cuiabá interpretou o temporal que caiu sobre a cidade no primeiro dia de 1865, que deixou desabrigada parte dessa população, sendo interpretado como um aviso de Deus de que dias piores viriam ao longo desse ano.<sup>44</sup> A situação se complicou ainda mais em fevereiro do mesmo ano, quando uma enchente do rio Cuiabá causou destruição na cidade e grande perda de plantações situadas às margens daquele rio.<sup>45</sup> Com isso não é difícil ligar essa interpretação de aviso divino de que dias piores viriam, com o crescente medo, desconfiança e alarme com que os cuiabanos passaram o ano de 1865, assustados com a possibilidade de um ataque paraguaio iminente que, no entanto, não ocorreu.

Se determinada historiografia credita ao baixio dos rios a responsabilidade pelos paraguaios não terem tomado Cuiabá, Vila Maria e demais núcleos populacionais do norte de Mato Grosso, a explicação para que não avançassem em direção a Vila Maria tem uma outra dimensão, que ganhou amplitude não no campo da historiografia, mas no campo da religião, dimensão que, tendo se iniciado durante a guerra, atravessou os séculos XIX e XX e prosseguiu até os dias atuais, tornando-se parte do cotidiano de Cáceres em determinada época do ano, as Festas Juninas. Vamos a essa explicação.

O então coronel Antonio Aníbal da Motta, um dos comandantes militares que estavam em Corumbá quando do ataque paraguaio àquela vila, e que se retirou juntamente com as tropas brasileiras e parte da sua população civil em direção a Cuiabá, também ficou temeroso de que a ação dos paraguaios tivesse seqüência, com a invasão de Vila Maria, onde residia a sua família. Junto com o coronel Aníbal da Motta

---

<sup>44</sup> Virgílio Corrêa Filho. Op. Cit., p. 540.

<sup>45</sup> Relatório de 1865. Op. Cit., p. 18.

também estavam outros doze militares, todos com famílias também residindo em Vila Maria, perfazendo um total de treze militares. Diante dessa possibilidade, ao invés de se dedicar à organização da resistência militar aos paraguaios, que poderia ser interposta por militares e civis de Vila Maria, provavelmente pela percepção de que tal resistência seria vencida pela evidente superioridade dos paraguaios, os treze militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta resolveram apelar para Deus, ou melhor, para o santo que considerava o seu protetor, Santo Antonio.

Diz a tradição oral que os treze militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta, detentores de fé inabalável e colocados diante dessa ameaça, pediram a Santo Antonio que impedisse a invasão de Vila Maria pelos paraguaios e protegesse as suas famílias. Apelando para o seu santo protetor, prometeram que, caso os paraguaios não invadissem Vila Maria seriam eternamente gratos.

A tradição oral diz também que os treze militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta foram atendidos por Santo Antonio e os paraguaios não conseguiram tomar Vila Maria. Os paraguaios bem que teriam tentado atacar a cidade, mas foram impedidos por uma grande e fechada “tapagem”, formação de aguapés que se estendeu ao longo do leito do rio Paraguai, na região da lagoa Gayva, que teria bloqueado a passagem das embarcações paraguaias. Essa “tapagem” teria sido formada pela aglomeração de camalotes de aguapés que rodaram pelo rio Paraguai abaixo e se juntaram nesse ponto do rio, formando uma barreira natural. Dessa forma, a mão divina e protetora de Santo Antonio, atendendo à fé dos treze militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta, levou à formação dessa “tapagem” no rio Paraguai e impediu que Vila Maria caísse em mãos paraguaias.

Para confirmar ainda mais a força desse santo protetor, diz também a tradição oral que foi justamente no dia 13 de junho (de 1867), dia em que os católicos fazem homenagens religiosas e festivas a Santo Antonio, que a cidade de Corumbá teria sido libertada dos paraguaios. Com esses dois episódios estava claro que Santo Antonio estava protegendo os brasileiros em sua luta contra o invasor paraguaio.

Com a Guerra do Paraguai chegando ao fim e fiel ao seu santo protetor, diz ainda a tradição oral que o coronel Aníbal da Motta iniciou a cumprir a sua promessa em 1868, realizando anualmente uma reza

diária durante treze dias, sendo cada dia na casa de um devoto de Santo Antonio, culminando em uma grande reza, seguida de festa em sua casa, durante o período das festas juninas. Essa devoção a Santo Antonio teria passado de geração para geração dos familiares, companheiros de farda e amigos do coronel Aníbal da Motta, até chegar à geração atual, que, dando prosseguimento a essa fé religiosa, realizam a “Trezena de Santo Antonio” entre os meses de maio e junho em Cáceres, agora organizada por uma irmandade religiosa que foi se constituindo ao longo dos anos.

Nessa trezena em devoção a Santo Antonio, os membros dessa irmandade rezam diante de algumas imagens do santo, com destaque para uma imagem mais antiga, trazida de Corumbá para Cáceres após a Guerra do Paraguai pelo próprio coronel Aníbal da Motta, que passou a residir na cidade, e permanece como uma relíquia até hoje, demonstrando a ligação de fé entre o passado daqueles militares liderados pelo então coronel e o presente, representado pela irmandade de Santo Antonio.<sup>46</sup>

Em Cáceres e em outras cidades de Mato Grosso (assim como em outras centenas pelo Brasil afora) há logradouros públicos registradas com nomes de heróis da Guerra do Paraguai, como ruas e praças (Duque de Caxias, Marechal Deodoro, General Osório, Comandante Balduino, Porto Carreiro, Antonio Maria Coelho ou Voluntários da Pátria, neste caso heróis genéricos), de batalhas (Riachuelo, Humaitá) ou de datas de momentos importantes da guerra (13 de junho, data da suposta retomada de Corumbá). No entanto a interpretação religiosa para a permanência dos paraguaios no baixo rio Paraguai, sem atacar Vila Maria, ganhou tanta força no período posterior à Guerra do Paraguai que até uma das ruas do centro de Cáceres foi denominada em 1912 de “rua da Tapagem”, em ato do então intendente municipal João Campos Widal.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> A descrição feita aqui está presente em pequeno resumo sobre as origens da trezena de Santo Antonio, que pertence aos membros da irmandade que nos dias atuais prosseguem com as rezas, devoções e festejos em homenagem a Santo Antonio na cidade de Cáceres. Esse resumo foi produzido a partir de relatos orais de descendentes do coronel Aníbal da Motta, que ganhou a patente de general após a Guerra do Paraguai. Fica aos membros dessa irmandade o nosso agradecimento pela consulta a esse resumo sobre as origens da trezena.

<sup>47</sup> Natalino Ferreira Mendes. *Memória Cacerense*. Cáceres: Carline & Caniato, 1998. P. 159.

## História e Memória: Cáceres

---

Dessa forma, enquanto a historiográfica credits a fatores hidrológicos, no caso a pouca profundidade dos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, para que os paraguaios não tivessem atacados Cuiabá e Vila Maria, uma outra explicação, de caráter religioso e popular, credits tal fato à mão divina de Santo Antonio, cuja ação, resultante da fé dos treze militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta, levou à formação da “tapagem”, com o conseqüente bloqueio na subida dos paraguaios e a impossibilidade de invadirem Vila Maria.

Examinemos essa versão religiosa e popular com o mesmo método que examinamos a versão historiográfica para a permanência dos paraguaios na parte centro-sul da província de Mato Grosso, sem que tenham atacado os núcleos urbanos da região norte, principalmente Cuiabá e Vila Maria.

Os fenômenos naturais decorrentes das especificidades da bacia do rio Paraguai são conhecidos. Um desses fenômenos é o desprendimento de grande quantidade de formações de aguapés, uma planta aquática muito comum e que se desenvolve em grande quantidade nos rios tropicais. Essas formações de aguapés se desprendem das margens dos rios e das baías, levadas pelo aumento da correnteza durante o período de cheia, se deslocando rio abaixo. Nesse deslocamento as formações de aguapés acabam por receber ainda outras plantas das margens dos rios, além de paus ou mesmo de cobras e jacarés, por vezes ganhando grandes dimensões e recebendo a denominação de “camalote”. Os camalotes descem os rios e acabam por se aglomerar nas regiões onde esses rios são mais sinuosos ou estreitos, chegando por vezes a fechá-los totalmente, bloqueando a navegação para barcos pequenos ou mesmo para barcos maiores. Esse fenômeno de aglomeração de camalotes é muito comum até os dias atuais, no trecho do rio Paraguai entre Cáceres e Corumbá, na região das lagoas Gayva e Uberaba, que estão localizadas próximo à foz do rio São Lourenço.<sup>48</sup>

Dessa forma, é possível que as embarcações paraguaias que subiram o rio Paraguai tivessem encontrado obstáculos nos camalotes

---

<sup>48</sup> Recentemente um grupo de argentinos foi obrigado mudar o trajeto de sua descida, da nascente do rio Paraguai até o rio da Prata, após serem advertidos pela Marinha do Brasil de que uma “tapagem” bloqueava a passagem pelo rio abaixo de Cáceres, na região da lagoa Gayva, mostrando a permanência do fenômeno. João Arruda. *Argentinos que exploram o rio Paraguai de caiaque estão em Cáceres*. [www.jornaloeste.com.br](http://www.jornaloeste.com.br). Acesso em 10 de junho de 2011.

que estivessem presos em alguma região do trecho do rio Paraguai que mencionamos, formando uma “tapagem” e impedindo a sua passagem. No entanto, dificilmente essa “tapagem” teria durado o ano todo e, como ocorre normalmente, em algum momento teria possibilitado o deslocamento dessas embarcações rio acima e, com isso, os paraguaios teriam condições de avançar em direção a Vila Maria. Além disso, as embarcações paraguaias poderiam ter condições de romper uma eventual “tapagem” pela força de suas máquinas, como também ocorre nos dias atuais com as embarcações maiores.

Assim voltamos novamente à explicação inicial para o estabelecimento de um limite na ação dos paraguaios à foz do rio São Lourenço. Ou seja, os paraguaios não avançaram em direção a Cuiabá e Vila Maria por opção estratégica, derivada de seus interesses militares e geopolíticos. A facilidade com que tomaram todo o sudoeste de Mato Grosso deixa claro que poderiam prosseguir em direção a essas duas cidades e também tomá-las.

Chama atenção ainda como esse grupo de militares liderados pelo coronel Aníbal da Motta tinha a clara percepção de sua incapacidade numérica e de equipamentos militares para fazer frente aos paraguaios. Dessa forma, não conseguindo organizar a defesa da província, da cidade onde se encontravam (Corumbá) ou da cidade onde estavam os seus familiares (Vila Maria), acabaram por entregar tudo às mãos divinas, no caso apostando na fé que tinham em Santo Antonio.

A interpretação de que foi a fé em Santo Antonio que impediu Vila Maria de ser tomada pelos paraguaios nos permite desenvolver dois vieses interpretativos.

O primeiro revela de maneira cristalina a absoluta incapacidade do exército e da marinha imperial de defender a província de Mato Gross de um eventual ataque de seus vizinhos paraguaios, como já havia alertado várias vezes alguns dos ex-presidentes da província, entre os quais estava Augusto Leverger, no período anterior à Guerra do Paraguai. Os diversos pedidos para que a defesa militar da província fosse reforçada, com soldados, armamentos e equipamentos militares, não foram atendidos pelo governo do Império. Essa incapacidade militar não se restringia à província de Mato Grosso e estava ligada à natureza do Estado imperial, onde a permanência do regime escravista e toda a

contradição que daí advinha, impedia a constituição de forças armadas que dessem conta de realizar as tarefas que lhes cabiam em um Estado moderno.<sup>49</sup>

O segundo viés interpretativo diz respeito à transfiguração daquele episódio de impotência militar em um ato de fé religiosa pelos personagens dos acontecimentos, o coronel Aníbal da Motta e seus doze companheiros de farda. A transfiguração consiste em transformar a fraqueza militar em força religiosa; a impotência diante dos paraguaios, o lado mais forte, se transfigura em demonstração de que Deus e Santo Antonio estavam do lado brasileiro, o lado mais fraco, que acabou saindo vencedor, porque, afinal, os paraguaios não alcançaram o seu objetivo e Vila Maria acabou não sendo invadida. Esse viés interpretativo precisa ser analisado com outras ferramentas historiográficas, o que não nos é permitido nos limites deste trabalho. Fica para a historiografia a tarefa de dar prosseguimento a esse debate.

Para terminar, uma observação: qualquer que seja o viés interpretativo que adotemos, o rio Paraguai é um fenômeno físico que está no centro do debate, mostrando a sua importância para a história de Mato Grosso e de Cáceres.

### **FONTES**

#### **Fonte manuscrita**

MIRANDA, Ana Maria Moraes Miranda (Red.). *Histórico da Trezena de Santo Antônio da família Motta e amigos*. Cáceres –MT: 2005.

#### **Fontes eletrônicas e impressas**

ARRUDA, João. *Argentinos que exploram o rio Paraguai de caiaque estão em Cáceres*. [www.jornaloeste.com.br](http://www.jornaloeste.com.br). Acesso em 10 de junho de 2011.

RELATÓRIO do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe de esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, em 17 de outubro de 1865. Cuyabá: Typ. de Souza Neves, 1865.

---

<sup>49</sup>Para uma análise arguta dessa contradição ver Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*. Op. cit., especialmente o capítulo IV.

RELATÓRIO apresentado ao Illm. e Exm. Snr. Chefe de Esquadra Augusto Leverger, Vice-Presidente da província de Matto-Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao entregar a Administração da mesma Província em Agosto de 1865. Contendo a Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya na mesma Província. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Pereira Braga, 17. Rua do Ouvidor – 25, 1866.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALAMBERT, Francisco. Civilização e barbárie, História e cultura. In Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. P. 83-96

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Ed. fac-similar. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 1994.

\_\_\_\_\_. *Leverger: o bretão cuiabano*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1979.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GUEDES, Max Justo. A Guerra: uma análise. In Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. P 51-63.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MARQUES Maria Eduarda Castro Magalhães. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

MENDES, Natalino Ferreira. *Memória Cacerense*. Cáceres: Carline & Caniato, 1998.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1979.

SALES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

### CÁCERES: OLHARES SOBRE A TESSITURA URBANA DE SÃO LUIZ DE CÁCERES

Rachel Tegon de Pinho<sup>50</sup>

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.  
Quem está ao pé dele, só está ao pé dele.  
(Fernando Pessoa).

O poema de Fernando Pessoa nos faz pensar na grande baía que circunda em boa parte da porção central da cidade de Cáceres e na sensação de tranquilidade que a mesma evoca até desaguar no majestoso rio Paraguai. Estar só ao pé do rio é um convite ao deslumbramento e ao chamamento de Hercules Florence<sup>51</sup>, ainda na primeira metade do século XIX, e ficar esperando o sol dar sua volta diária pela Província Serrana, enchendo de colorido a Ponta do Morro até o mesmo se pôr aos pés do rio numa imagem de tirar o fôlego.

Porém, basta voltar nosso olhar e nos depararemos com uma cidade repleta de temporalidades inscritas nas suas edificações, nos seus monumentos, nos passeios públicos, nos seus jardins, no traçado urbano e no trânsito aparentemente confuso de bicicletas, motociclistas, automóveis e pedestres e que apresentam formas distintas de se relacionarem nessa cidade, repleta de memória e historicidade.

Dentre as inúmeras possibilidades de se olhar a cidade, podemos pensar na mesma como

[...] lugar do possível, como escreveu Peter Pál Pelbart<sup>52</sup> como o lugar da exterioridade por excelência, a cidade “como um universo dissonante e

---

<sup>50</sup> Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>51</sup> Hercules Florence era desenhista, inventor da fotografia, e participou da Expedição Langsdorff liderada pelo médico alemão naturalizado russo Barão de Langsdorff entre os anos de 1825 a 1829.

<sup>52</sup> PELBART, Peter Pál. Cidade, lugar do possível. In: *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iuminuras, 2000, p. 43-49.

pluralista, mundo do perspectivismo nietzschiano onde já não se trata de múltiplos pontos de vista sobre a mesma coexistência de cidadãos, mas múltiplas cidades em cada ponto de vista, unidos por sua distância e ressoando por suas divergências” (PINHO, 2007, p. 48).

Cidade que pode ser revelada por meio de seus signos, nem tão secretos assim e que evidenciam seus desejos, alguns de seus medos, suas paixões, seus afetos, seus estriamentos e que talvez, por estar tão evidenciada, tão a mão de qualquer um, passam despercebidas, e são vistas de forma naturalizada, retirando para muitos a possibilidade de questionamentos múltiplos.

Assim, este ensaio tem a pretensão de percorrer a cidade levando-se em conta apenas a sua exterioridade e que ainda assim nos permite pensá-la e, sobretudo, compreender algumas das formas de se existir na mesma.

Para isso, convido-os para realizar comigo uma espécie de passeio por Cáceres, cidade<sup>53</sup> fundada no terceiro quartel do século XVIII por razões geopolíticas<sup>54</sup>, e local escolhido neste texto para se percorrer parcialmente seu processo civilizador. A referência temporal compreende o fim do século XIX, mais precisamente a partir da publicação do Código de Posturas Municipais de 1888, que possibilita algumas reflexões sobre o que os governantes tencionavam em relação à localidade, afinal “compreendemos a cidade como o local escolhido pelo Estado — nunca ela em si mesma — para interditar práticas tidas

---

<sup>53</sup> A denominação cidade utilizada aqui, leva-se em conta a elevação da mesma a essa categoria em 1874.

<sup>54</sup> Segundo Maria de Lourdes Fanaia Castrillon a fundação se deve à “política da Coroa metropolitana portuguesa de defesa da fronteira oeste contra a invasão dos espanhóis” In: CASTRILLON, 2006, p.12. Ainda sobre a cidade de Cáceres ver: Adson de Arruda. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do séc. XX (1900-1930)*. Disponível em: [http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002\\_mest\\_ufmt\\_adson\\_de\\_arruda.zip](http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002_mest_ufmt_adson_de_arruda.zip); Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes *Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778-1801)*

Disponível em: [http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002\\_mest](http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002_mest).

como atrasada ou práticas que tendem a escapar a qualquer controle (em geral umas e outras acabam sendo coincidentes)” (PINHO, 2007, p. 49).

### **A Modernidade vem pelas águas**

Após o término da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, a navegação pelo Rio Paraguai foi liberada e a partir dela mudanças consideráveis ocorreram na antiga Povoação de Vila Maria. Na barranca da baía, em frente à pequena Igrejinha, vapores, lanchas e paquetes de variados calados atracavam trazendo mercadorias vindas da Europa como tecidos, azeites, cristais, pianos, materiais de construção, novidades, quinquilharias que logo iam sendo incorporadas ao figurino local, sobretudo das pessoas mais abastadas, mas não apenas destas. Não eram apenas mercadorias que aportavam em Vila Maria do Paraguai, também desembarcavam ideias, ciência, modas e modismos transformando a paisagem e a economia local.

E aí, a cidade já não era a mesma cidade. Os nomes de ruas pouco a pouco deixaram de ser aqueles nomes conhecidos por toda gente, já que provavelmente foram designados pelos mesmos e que se reportavam a sua localização, como a Rua Direita; ou ao uso que se fazia dela, como Rua da Manga por conta da existência de um manguezal de porcos. Todos foram substituídos por denominações que sugerem acontecimentos e construção de personalidades, como as ruas 13 de Junho, Antonio Maria, Quintino Bocaiúva, Comandante Balduino etc, dotando essa espacialidade de outros signos, fundando assim um lugar/tempo de algo e de alguma tradição que se almejava e que se fazia necessária, de acordo com o desejo de governantes e intelectuais da época, naqueles tempos de invenção da nação no final do século XIX e início do séc. XX.

Gradualmente, após a liberação da navegação pelo Rio Paraguai<sup>55</sup>, a paisagem citadina revelou por meio de sua arquitetura e

---

<sup>55</sup> Maria de Lourdes Fanaia Castrillon observa que: O comércio fluvial inseria Vila Maria numa rede de comunicações que a interligavam a várias áreas do Império e a outras nações, possibilitando o surgimento de estabelecimentos comerciais de maior porte que devido os artigos de luxo que ali chegavam diferenciavam do comércio existente na localidade antes da navegação. In: Vila Maria nos

abertura de novas artérias, várias transformações. Ao lado das antigas casas de tipologia colonial, foram construídas grandes casas em estilo neoclássico e eclético só possível com a entrada de novos materiais e técnicas importadas, principalmente da Europa, a exemplo das transformações que ocorreram em Cuiabá no mesmo período, com a instalação de gradis de ferro no guarda corpo e bandeira adornada (casa da família Pinto de Arruda) escadaria de ferro (Descalvados<sup>56</sup>), acabamento de platibanda em ferro (Casa da família Costa Marques atual Câmara Municipal) com grandes pés direito e portas e janelas em arco.

Assim como, em Cuiabá, estas edificações mantiveram a mistura com outras técnicas construtivas, como é o caso da tipologia colonial, uma vez que na maioria dessas edificações apesar da modernidade da fachada, jardim interno e ladrilho hidráulico, prevaleceu, em muitos casos, tanto a distribuição da planta nos moldes coloniais quanto à utilização de técnicas construtivas de tipologia colonial com o uso de tijolo de taipa ou adobe nas paredes internas das edificações, o que contribuiu para garantir um perfeito isolamento térmico no interior das mesmas, auxiliado pelos grandes pés direito e portas e janelas de dimensões majestosas.

Essas novas edificações expressavam a emergência de uma nova elite, constituída por negociantes estrangeiros e brasileiros, e que se dedicavam tanto à exportação de gêneros como a poaia, erva mate, charque, extrato de carne e peles de animais silvestres, e a importação de maquinários, louças, artigos de luxo, perfumaria, tecidos, azeites, além do transporte de passageiros e dinheiro, transformando dessa forma não apenas a paisagem, mas o modo de vida dos cidadãos e suas práticas sociais.

---

tempos da Guerra do Paraguai. Disponível em:  
<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=156>

<sup>56</sup> Sobre Descalvados, fazenda localizada às margens do Rio Paraguai, ver GARCIA, Domingos Savio da Cunha. *Territórios e Negócios na Era dos Impérios: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. (NEGRITAR). São Paulo: Ed. Fund. Alexandre de Gusmão, 2009.

## História e Memória: Cáceres

---

Mas não são apenas estas as únicas transformações que foram operadas em Cáceres, no final do século XIX, pois apesar de serem as mais evidentes não constituem, a nosso ver, os únicos, tampouco os mais importantes signos das mudanças que estavam ocorrendo. E é com relação a estas mudanças que voltamos nosso olhar para outros lugares, mais precisamente para aqueles lugares em que a disciplina parecia jamais poder alcançar, não fosse a adoção de dispositivos disciplinares: o espaço público. Para Roberto Da Matta:

o espaço público tanto pode ser o lugar do trabalho, ou o caminho para este, como pode ser o lugar onde a desordem pode reinar absoluta. O espaço público (a rua, neste caso), é o lugar da imprevisibilidade, onde tudo pode acontecer e onde não se tem o controle de nada, pelo menos não aparentemente (DA MATTA, 1987 p.91).

A atenção dos governantes em relação ao espaço público, por sua vez, apresenta novidade e indica mudança para Robert Pechman (2002) uma vez que elege

[...] a rua, como o novo lugar da sociabilidade, onde o olhar, livre da obliteração das paredes palacianas, pode vagar à procura de novos objetos de observação; e a expressão, como atributo de uma parte enorme da população que nunca saíra do anonimato e, na rua, vê-se, de repente, alvo dos olhares dos viajantes, dos pintores, dos desenhistas, dos literatos, dos artistas em geral (IBIDEM, 2002, p.248).

É, exatamente, a partir da configuração desse novo problema que vemos na publicação do Código de Posturas de 1888 de Cáceres<sup>57</sup>, uma das estratégias utilizadas pelos governantes na tentativa de civilizar a cidade, disciplinar os espaços e moralizar as condutas.

---

<sup>57</sup> Segundo Castrillon (2006), o primeiro Código de Posturas de Cáceres data de 1860 e foi elaborado pelos Vereadores da localidade em 1859 quando a mesma ainda não tinha sido elevada à categoria de cidade e contava com, aproximadamente, 1800 habitantes.

## História e Memória: Cáceres

---

Documento rico em informações, o Código de Posturas possibilita inúmeras análises para todos os interessados nos estudos sobre cidade e em especial sobre Cáceres e sua modernização. Constituído por 17 capítulos e 91 artigos que tratam do ordenamento das ruas, travessas e praças, do comércio e manipulação de gêneros, do regime de trabalho dos criados, com as devidas regulamentações a respeito dos deveres e obrigações, entre outras questões.

No capítulo 12 que trata das *Medidas Preventivas* ficam evidenciadas as práticas tidas como atrasadas ou bárbaras, como é o caso do §7 onde consta ser proibido “Dar tiro a qualquer hora da noite, dentro da cidade ou povoações”. Já no §8 onde conta a proibição de “Lavar roupa, tomar banho e lavar animais e mesmo dar-lhe de beber, da boca da Bahia até o Porto do Marimbondo, na frente desta cidade” fica claro que a preocupação em civilizar os espaços, expulsando práticas indesejadas, até este período, se circunscrevia apenas a alguns pontos da cidade e não compreendia todo tecido urbano.

Também, no capítulo 14, sob o título *Dos jogos, reuniões ilícitas, vozerias e ofensas a Moralidade Pública* podemos vislumbrar alguns dos estriamentos da cidade e principalmente, o principal alvo de disciplinarização e que em seu Artigo 38 determina que:

Fica expressamente proibido:

§1º Fazer bulha ou algazarra, e dar altos gritos à noite;

§2º Fazer sambas, cururus, batuques e outros brinquedos ou divertimento, que produzam estrondo e desordem dentro desta cidade;

§3º Contender ou sustentar controvérsias em altas vozes pelas ruas, quer de dia, quer de noite;

§4º Proferir palavras obscenas ou licenciosas que ofendem o pudor das famílias ou a moral pública;

## História e Memória: Cáceres

---

§5º Aos camaradas, criados e criados fazerem reuniões nas tavernas, bem como, quando chegarem ou saírem para os sítios ou feitorias de poaia, embriagarem-se não dando conta dos serviços dos seus patrões [...] (Código de Posturas Municipais, 1888, p. 12).

Não que a elite estivesse excluída do processo civilizador, afinal, as Posturas Municipais também regulamentaram e interditarão práticas até então adotadas por pessoas de todas as classes sociais e que passam a ser vistas pelos governantes e intelectuais, como símbolo de atraso e por isso deveriam ser banidas, a fim de não obstar a civilização que se almejava construir. Considerando que,

nesse período, a sociedade, nos padrões desejáveis da modernidade, ainda se encontrava em processo de gestação. Afinal, ela estava tentando se desvencilhar da antiga sociedade brasileira, moldada, segundo Buarque de Holanda<sup>58</sup>, por uma estrutura familiar cujas afetividades e relações de simpatia tornaram difícil a incorporação normal a outros agrupamentos (PINHO, 2007, p70).

A esse respeito Pinho (2007) afirma ainda que:

A moralidade, os comportamentos, as atitudes, os vícios, as sociabilidades, o lazer, as relações de trabalho, a observância às leis, o comércio, a higiene, a saúde já não podiam ser tratados apenas no âmbito familiar, ou na esfera privada. O Estado passa a se ocupar dessas questões, tanto por meio da adoção de estratégias de disciplinarização, como pelo estabelecimento e fortalecimento de algumas instituições que vão circunscrever o espaço cidadão (PINHO, 2007, p. 70).

---

<sup>58</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. p. 141-151.

Mas a quem caberia o papel de vigiar os espaços, zelar da ordem, conter os excessos?

Seguindo os preceitos de Bentham, qualquer um podia vigiar e ser vigiado, o que nos remete à idéia de uma vigilância não identificável, ou invisível, ou ainda um olhar sem rosto, como observou Foucault. No Brasil, essa tarefa coube à polícia (PINHO, 2007, p.67)

No capítulo 15º do Código de 1888, que dispunha sobre os contratos de criados e amas de leite, havia a determinação de que todos os registros deveriam passar pelo crivo da Delegacia de Polícia e mais uma vez é explicitada a preocupação com o detalhe, corroborando com as impressões de Michel Foucault (1987) em relação à estatização dos mecanismos de disciplina e, sobretudo a atuação da polícia como um aparelho “coextensivo ao corpo social inteiro, e não só pelos limites extremos que atinge, mas também pela minúcia dos detalhes de que se encarrega” (FOUCAULT, 1987, p.187). A esse respeito o artigo 43º traz a seguinte determinação:

Para inscrição dos criados haverá na Delegacia de Polícia do termo um livro no qual se fará a declaração da época de sua inscrição, nome, idade, naturalidade, filiação, estado, cor, classe de ocupação e mais características que possam no futuro, servir de base à prova de sua identidade com a margem precisa para observações tiradas dos certificados do procedimento dos mesmos inscritos nas cadernetas respectivas.

Contudo, o cuidado com a disposição e uso dos espaços e com a efetiva separação dos corpos tornam-se evidentes somente no século XX e para isso o Estado não se furtou em lançar mão de outros agentes e instituições, onde a tecnologia de poder disciplinar poderia ser facilmente aplicada, como as escolas, os quartéis e etc.

## História e Memória: Cáceres

---

A obrigatoriedade de ensino em Mato Grosso datava de 1892, considerando que da educação também se incumbirá, além da família, o Estado. Mas, segundo Pinho (2007),

[...] esta determinação não foi cumprida de imediato, conforme as informações contidas nos relatos governamentais de 1894 e dos anos subsequentes. A falta de professores e também de espaço físico destinado para esse fim comprometia a sua execução segundo o que determinava a Constituição Estadual. Não que as crianças da capital não frequentassem a escola nesse período. Segundo o Presidente do Estado, Antonio Cesário de Figueiredo, as pessoas de posses optavam por matricular os seus filhos nas escolas particulares existentes em Cuiabá, sobretudo pela baixa qualidade de ensino ofertado pelas escolas Modelo e Liceu Cuiabano, mantidas pelo governo estadual. Além disso, a capital carecia de mão de obra qualificada, o que demandava a necessidade de contratar professores oriundos de outros Estados. Contudo, os salários pagos eram tão baixos que não atraíam a vinda desses profissionais para Mato Grosso. (PINHO, 2007. P.70).

Em Cáceres, essa realidade não era diferente e talvez a falta de professores fosse ainda mais crítica se comparada à Cuiabá, porém a grandiosidade do prédio construído em 1913 especialmente para essa finalidade indica o desejo de dotar a cidade pantaneira de instrumentos de disciplinarização que não deixassem nada a dever à capital. Em estilo neoclássico, de dimensões grandiosas, o imponente prédio da Escola Estadual Esperidião Marques, traz todos os preceitos modernos da arquitetura institucional, com todas as salas de aula voltadas para um grande pátio central, bem ao gosto do Panóptico de Josep Bentham<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Segundo Pinho (2007, p.65 e 66) “o Panóptico de Bentham constituía-se numa arquitetura que possibilitava a vigilância permanente, contínua, do ver-sem-ser-visto, projetada, a princípio, como um novo modelo de prisão, escola, e outras instituições fechadas, em que se prescindia da disciplina. Todavia, era muito mais do que isso. O panóptico estava “destinado a se difundir no corpo social”, com função generalizada e papel amplificador. Para Foucault, “[...] o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (FOUCAULT, 1987, p.181).

## História e Memória: Cáceres

---

No aspecto sanitário é também no Código de Posturas Municipais que encontraremos as regulamentações que traduzem o medo reinante da morte, a exemplo da terrível epidemia de varíola ocorrida em Cuiabá em 1867 e que dizimou boa parte da população cuiabana. Nesse aspecto, Pinho (2207, p.83) ressalta que “a preocupação com a população não obedeceu a nenhum apelo humanitário, e sim à sua importância para o fortalecimento do Estado” e é sobre questões relacionadas à limpeza (Artigo 15) e à vacinação (Artigo 18) que as Posturas Municipais apresentam uma série de proibições tais como:

§1º- Criar ou conservar porcos, cabras e gado vaccum dentro desta cidade;

§2º Lançar lixo, palha, vidros e animais mortos nas praças, ruas, travessas ou qualquer lugar que não seja o designado para o depósito;

[...] §4º Lavar em casa ou quintais roupas de pessoas afetadas de moléstia contagiosa.

E em seu capítulo 8º da Vacina vemos as seguintes determinações:

Artigo 18 – Todas as pessoas não vacinadas deverão ir à casa da Câmara, nos dias por ela marcados, para se vacinarem, levando para o mesmo fim seus filhos, tutelados, curatelados, fâmulos ou qualquer pessoa que esteja sob sua guarda.

O infrator será multado em vinte mil réis ou oito dias de prisão.

Também nesse documento há ainda toda regulamentação do Cemitério<sup>60</sup> São João Batista localizado na saída da cidade, conforme os preceitos higienistas em voga e a teoria dos miasmas que não admitia mais a prática de sepultamento ao redor da Igreja. Este Regulamento

---

<sup>60</sup> A respeito dos cemitérios, jazigos e práticas de sepultamento ver o trabalho de Maria Aparecida Borges de Barros Rocha Igrejas e cemitérios - as transformações nas práticas de enterramento na cidade de Cuiabá - 1850-1889. Dissertação de Mestrado em História- UFMT, Cuiabá/MT.

## História e Memória: Cáceres

---

trata dos sepultamentos, jazigos, traslado dos corpos, entre outras determinações e é claro, também, trata das proibições como em seu Artigo 35 ao vetar

[...] a entrada no cemitério aos indivíduos loucos e embriagados, às crianças não acompanhadas das famílias e às pessoas que levarem seus cães ou outros animais domésticos [...] (Regulamento do Cemitério de S. Luiz de Cáceres, 1888 – nº 789, p.7).

Em relação às praças públicas, ruas e travessas, apesar da mudança de nomenclatura, a proibição constante no Capítulo 2 de “fincar árvores ou paus, [...] colocar [...] objetos que de qualquer modo impeçam o trânsito público” (Posturas Municipais de Cáceres, 1888 p. 4) evidencia que a modernização até essa data constava apenas no vocabulário.

Foi somente no século XX que a praça recebeu ornamentos com a introdução de canteiros de plantas de espécies variadas, muitas das quais morreram por não se adaptarem ao clima local. A construção do coreto e a fixação de gradis de ferro em todo entorno da Praça Barão foram medidas adotadas que traduziam a inserção da cidade na modernidade, tão ciosa do perigo das misturas e do desejo de afirmação da elite local, configurando numa espécie de barreira social, já que a mesma frequentava o interior da Praça e as pessoas pobres ficavam no seu entorno o que deixa transparecer os estriamentos dessa cidade em processo de modernização, com a disciplinarização de seus espaços, sobretudo os espaços públicos.

Neste aspecto, a introdução de “modernos” equipamentos urbanos como o Clube Humaitá de estilo eclético, construído no início do século XX vai se tornar outra opção de lazer da elite local, que também mantinha o hábito de frequentar os saraus realizados no interior das residências e as sessões de cinema no antigo Poerinha. Todos estes locais vão propiciar o desfile de figurinos à moda europeia e comprovar as habilidades de prendas domésticas das mulheres da elite local (BAPTISTA, 2005).

## História e Memória: Cáceres

---

O que não significa que não existissem atividades de lazer para as pessoas pobres. Ainda que proibidos, os batuques, os cururus, os sambas nunca deixaram de ser praticados inclusive pela elite, sobretudo no tempo da seca, quando se realizavam a maioria das festas religiosas, com direito à procissão, missa e muito baile<sup>61</sup>, prática essa que perdura na atualidade com algumas alterações.

A abertura de novas ruas, por sua vez, também espelhou as novas atividades econômicas e que tinha no Rio Paraguai a principal via de escoamento. Grande parte das ruas foi aberta no sentido norte-sul margeando toda extensão da Baía, num traçado mais orgânico do que o traçado embrionário setecentista, o que não significa que as formas retilíneas tivessem sido abandonadas e foi seguindo esse padrão que a cidade também avançou na direção leste, considerando que tanto a Fazenda Jacobina, quanto os sítios e fazendas da região da Morraria, eram os principais fornecedores de gêneros consumidos internamente, e que eram comercializados tanto no Largo da Jacobina (atual Praça Major João Carlos) quanto no Mercado Municipal (atual Museu Histórico de Cáceres).

No decorrer dos anos e décadas seguintes, mais transformações ocorreram em Cáceres no sentido de se alcançar a modernidade almejada pelos governantes e intelectuais, com o aprimoramento da disciplinarização, e a adoção de outras tecnologias de poder, muitas delas mais sutis que as estratégias apresentadas neste ensaio. Além disso, é oportuno salientar, que o Estado não se furtou em lançar mão de outros atores sociais, além da polícia e dos professores, no intuito de civilizar essa porção oeste do Brasil e deixar definitivamente para trás a imagem descrita por Florence como povoação dotada de “um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luiz de França, muro de separação por trás das casas, eis tudo” (FLORENCE, s/d, p.137).

---

<sup>61</sup> As festas realizadas em algumas regiões do Brasil, no tempo da seca estão também relacionadas às dificuldades no campo, plantio, na produção de gêneros alimentícios. As festas serviam como “equivalentes”, ou seja, era preciso promover as festas populares como uma forma de “dissipar” as energias, a miséria. Para o povo, as festas populares. Para elite, outras modalidades.

## Considerações Finais

A eleição de praticamente uma única fonte, examinada ainda que de forma preliminar neste ensaio, à luz de algumas ferramentas conceituais, nos permitiu vislumbrar que as tecnologias de poder possuem variações consideráveis, o que de certa forma não se traduz para muitos em novidade, mas que de qualquer forma possibilitou perceber a singularidade do processo de modernização ocorrido em Cáceres, mais precisamente no final do século XIX e que guarda distinções consideráveis do processo civilizatório empreendido em Cuiabá, no mesmo período, ainda que haja semelhanças, principalmente no que diz respeito ao aspecto arquitetônico de ambas no mesmo período.

Mas, para procedermos à análise da cidade enquanto exterioridade, “como lugar do possível” é fundamental tentar escolher outras rotas e, se possível for, fugir das aparências atraentes de seus monumentos, exatamente por pensar tal qual Michel de Certeau que diz “são as vivências multiformes que tecem os lugares da cidade” (DE CERTEAU, 1999, p.176).

Isso implica, necessariamente, na busca aos arquivos, no exame das fontes produzidas, sejam elas oficiais ou não, que uma vez cotejadas com ferramentas diversas, a partir de questões formuladas no presente, afinal nossas indagações são formuladas nesse tempo, permitem entre outras coisas, desnaturalizar e em certa medida, dessacralizar, retirando as camadas sobrepostas e encobertas de inúmeras práticas e que mantidas assim empobrecem a história de homens e mulheres em quaisquer tempo e espaço.

Tal constatação evidencia para nós a necessidade permanente de investigação, afinal é nesse campo que nós, historiadores, atuamos e que se reverbera, e intensifica felizmente, com o estímulo permanente à produção acadêmica realizada pelos docentes e discentes de Cursos de Graduação e Pós-graduação em História.

### FONTES

Código de Posturas de Cáceres- 1888 nº 788. Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Regulamento do Cemitério de São Luiz de Cáceres – 1888 nº 789. Arquivo Público Municipal de Cáceres.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Martha. *Cantos de amor e Saudade: A história de Cáceres contada através das lembranças de Vó Estella*. Cuiabá- MT : Entrelinhas., 2005.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *Um esboço sobre a Câmara Municipal do Paraguai 1859-1889*. Cuiabá/MT: Ed. KCM, 2006.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano I – Artes de Fazer*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas - De 1825 a 1829*. Ed. Melhoramentos. São Paulo, s/d.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na Era dos Impérios: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. São Paulo: Ed. Fund. Alexandre de Gusmão, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MULLER, Lucia Rodrigues. *As construtoras da nação*. Professoras primárias na Primeira República.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiada: O detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PINHO, Rachel Tegon de Pinho. *Cidade e Loucura*. EdUFMT e Entrelinhas, Cuiabá-MT, 2007.

### DISSERTAÇÕES

ARRUDA, Adson. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do séc. XX (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá: UFMT, 2002. Disponível em:

<[http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002\\_mest\\_ufmt\\_adson\\_de\\_arruda.zip](http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2002_mest_ufmt_adson_de_arruda.zip)> Acesso em 10/06/2011.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. *Dissertação de Mestrado em História*. Cuiabá/MT: UFMT, 2002. Disponível em: <[http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2003\\_mest\\_ufmt\\_maria\\_de\\_fatima\\_mendes.zip](http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2003_mest_ufmt_maria_de_fatima_mendes.zip)> Acesso em 12/06/2011.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e cemitérios - as transformações nas práticas de enterramento na cidade de Cuiabá - 1850-1889*. Dissertação de Mestrado em História, Cuiabá: UFMT, 2002. Disponível em: <[http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2001\\_mest\\_ufmt\\_maria\\_aparecida\\_borges.zip](http://www.ppghis.com/site/dissertacao/arquivos/2001_mest_ufmt_maria_aparecida_borges.zip)> Acesso em 20/07/2011.

## O OLHAR DOS VEREADORES SOBRE A CIDADE DE VILA MARIA DO PARAGUAI NOS ANOS DE 1859-1880

Maria de Lourdes Fanaia<sup>62</sup>

### Introdução

A povoação de Vila Maria do Paraguai foi fundada em 6 de outubro de 1778, pelo governador e capitão-general, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como parte da política da Coroa Metropolitana portuguesa de defesa de fronteira, contra a invasão dos espanhóis. Importante lembrar que, embora a povoação tivesse sido fundada e designada na ata de fundação com a categoria de “vila”, fora apenas uma questão nominal, pois até então, era apenas “freguesia” e só adquiriu a categoria de vila em 1859, recebendo oficialmente o status de “vila”.

As funções administrativas da Câmara Municipal nas vilas eram diversas e, de modo geral, não variavam muito de uma para outra. Em Vila Maria do Paraguai, as deliberações mais frequentes instituídas pela Câmara correspondiam à manutenção da tranquilidade dos municípios, a segurança, a ordem pública, a saúde, a comodidade dos habitantes, a construção dos edifícios públicos e privados, a abertura de esgotos e limpeza de ruas, a iluminação, a regulação das tabelas de preços dos gêneros alimentícios, a autorização da abertura de lojas de vendas e, podiam ainda, editar as arrematações dos contratos. Em suma, todas as deliberações do governo municipal estavam relacionadas à urbanidade. Também competia a Câmara editar o Código de Posturas e, por meio desse dispositivo, arrecadar os tributos. Acrescenta-se ainda que, a Câmara Municipal das vilas e cidades era também um espaço de negociações e de conflitos, mas sem alterar as estruturas políticas do governo provincial ou Imperial.

Importante ressaltar que, o governo provincial da capital interferia tanto na elaboração das prescrições das posturas, como nos impostos a serem cobrados pelo município. Desse modo, o poder público local estava submetido à Assembleia legislativa, ou seja, à

---

<sup>62</sup> Professora da Universidade de Cuiabá - UNIC.

administração camarária que não possuía autonomia política. Uma das funções da Assembleia era determinar os impostos a serem recolhidos frente às despesas, tanto as provinciais quanto as municipais. Considera-se que, embora a Câmara Municipal de qualquer localidade do Brasil, no século XIX, tivesse poderes limitados, a administração pública local, no âmbito da estrutura do governo imperial, se tornava a única instância com funções executivas e deliberativas, esta representava na localidade as decisões políticas e econômicas da Coroa Imperial.

Dentre as funções dos vereadores, uma delas era regular o espaço urbano, tanto dos vivos como dos mortos, pois foi na década de 1880 que o município ganhou o cemitério São João Batista sob prescrições do estatuto municipal. Em se tratando dos Códigos de Posturas, estes eram regulamentos normativos utilizados em vila ou cidade. Nenhuma administração pública local do país, na época, governava sem o estatuto. Tais regulamentos visavam regular a vida dos moradores e principalmente o mercado econômico, para garantir a manutenção das despesas do município, revelando as intervenções da Câmara na localidade, pois governar uma vila ou cidade no período dependia também das ações de cobrar e multar as receitas recolhidas pela localidade destinadas á manutenção das despesas do município.

Uma das intervenções mais frequentes da Câmara que, de certa forma, revertia em uma das maiores receitas do município eram as concessões de aforamentos. No entanto, o procedimento para conseguir o terreno era efetuado mediante petição entregue ao secretário da Câmara, depois o fiscal que averiguava se o terreno era, ou não, devoluto, ou ainda, se o morador tinha possibilidades para tal direito. A Câmara ao conceder o lote urbano, enviava o fiscal, o secretário, o arruador, o porteiro e os proprietários dos lotes vizinhos (caso tivesse) para que fosse feita a medição da área concedida, pois, ao ocupar o espaço, não poderia ultrapassar os limites do terreno. Para tanto, a política urbanística do governo imperial visava não somente a regulamentação dos espaços públicos, mas sim as arrecadações.

Muitos vereadores por estarem no cargo de vereança obtinham lotes urbanos com mais facilidade e, geralmente, adquiriam mais de um de lote. A exemplo, Adolpho Jorge da Cunha, vereava em 1885 e, na ocasião, obteve mais de um terreno, um deles ficava nos fundos de sua

## **História e Memória: Cáceres**

---

residência, situada à Rua da Manga. Do mesmo modo, João Carlos Pereira Leite possuía quatro residências na Praça da Matriz, três na Rua 7 de setembro, duas na Rua de Baixo, uma na Rua Direita, uma na Rua de Baixo, uma na Rua da Piúva e uma na travessa do Quartel. A obtenção dos muitos terrenos nas mãos de poucos promovia ainda mais a desigualdade social e a hierarquização do espaço.

Na segunda metade do século XIX, os vereadores denominaram para Vila Maria um novo traçado urbano, ou seja, provocavam uma (re)organização espacial com as alterações na estrutura urbana e, a partir de então, constituíram seis ruas, quatro travessas e dois largos, como apresentado no quadro que segue:

### **Ruas:**

- 1ª Rua da Manga (hoje Quintino Bocaiúva)
- 2ª Rua Direita (hoje 13 de junho)
- 3ª Rua Formosa (hoje João Pessoa)
- 4ª Rua do Meio (hoje Antonio Maria)
- 5ª Rua Augusta (hoje Cel. José Dulce)
- 6ª Rua de Baixo (hoje Mar. Deodoro)

### **Travessas:**

- 1ª do Mercado (hoje Padre Casimiro)
- 2ª da Esperança (hoje General Osório)
- 3ª da Câmara (hoje Comandante Balduino)
- 4ª do Quartel (hoje Coronel Faria)

### **Largos:**

- 1º da Matriz (Praça Barão dório Branco)
- 2º do Mercado (Praça Major João Carlos)<sup>1</sup>

Nota-se a diferença entre o traçado urbanístico do século XIX com o período colonial, pois o pequeno traçado urbano existente em

---

<sup>1</sup>MENDES, Ferreira Natalino. *História da administração Municipal Cáceres* s/ed. 1973 p.61

## História e Memória: Cáceres

---

Vila Maria do Paraguai, desde 1778, referia-se a duas ruas, duas travessas e a uma praça: Rua Albuquerque, Rua de Melo, as travessas Pinto e Rego e, o largo da praça da Matriz.

A reforma urbanística visada pelos vereadores modificava o traçado urbano, valorizava os terrenos, sempre com tendência a excluir ou desterritorializar os segmentos sociais com menos condições financeiras. Essa exclusão decorria devido a vários fatores, pois em um contexto no qual a rua estava associada a elementos pejorativos, as autoridades pensavam a rua como "o lugar do caos, do anonimato, onde escravos, libertos e pobres livres eram vistos como desordeiros em grande potencial e estes tinham modo de arruar".<sup>63</sup>

Um outro fator que denotava a exclusão social, dizia respeito as décimas urbanas ou Décimas prediais, um tipo de imposto criado pela Corte imperial em 1808 e incorporado à renda das províncias a partir de 1835, quando foi criada a Assembleia Legislativa. Em contexto de reorganização espacial como no de Vila Maria, a cobrança desse determinado imposto recaía sobre os moradores citadinos. No período, pagar imposto podia significar que o proprietário ou inquilino tivesse certo poder aquisitivo, pois dentre os moradores identificados nas fontes, inclui-se apenas uma determinada camada social, visto que, se tratava de uma sociedade escravocrata.

O imposto arrecadado demonstrava, em parte, como se processava a interferência do governo provincial no espaço urbano da vila já que esse imposto não era recolhido às receitas do município, destinava-se ao cofre da província. Essa intervenção política processava-se por meio da atuação de um funcionário público, o coletor, que registrava o determinado imposto. Assim muitos moradores de Vila Maria pagaram o imposto predial no período, equivalente ao valor da décima parte do imóvel, a exemplo de Manoel Pereira de Souza, com residência na Rua da Manga que em 1864, pagou 10\$800 *réis*, cujo imóvel correspondia ao valor de 12\$000 *réis*.<sup>64</sup> Da mesma forma, em 1866, Jerônimo e outros moradores contribuíam com os impostos que

---

<sup>63</sup> SILVA, Maciel Henrique. Artigo publicado nas páginas eletrônicas da Revista de Ciências Sociais da UFPE. *A paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras*. Encontrado em <[www.seol.com.br/mnem/ed15\146](http://www.seol.com.br/mnem/ed15\146)>. Acessado em janeiro de 2006. p 16.

<sup>64</sup> Décimas urbanas de Vila Maria do Paraguai (1864-1866). APMT: Cuiabá.

## História e Memória: Cáceres

poderiam aumentar as receitas dos cofres do município se estes não fossem recolhidos antes pelo governo provincial. Em documento no ano de 1864 consta o lançamento dos impostos dos prédios urbanos da Rua do Meio de Vila Maria, observa-se que, entre os proprietários e os inquilinos dos imóveis, a maioria era do sexo feminino. O quadro apresentado a seguir permite verificar as ruas e os respectivos moradores de Vila Maria do Paraguai entre os anos de 1864 a 1870:

### Relação das ruas e dos moradores de Vila Maria do Paraguai referente aos anos de 1864 a 1870

Rua	Moradores	Anos						
		1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Manga	Fogos	37	36	29	31	31	31	29
	Proprietários	29	30	23	23	23	21	20
	Inquilinos	08	06	06	08	08	11	09
	Mulheres	10	11	06	08	07	09	06
	Homens							
	Militares	04	04	05	05	06	03	02
Direita	Fogos	34	34	36	36	36	39	39
	Proprietários	26	33	24	28	16	34	29
	Inquilinos	09	01	12	08	10	05	10
	Mulheres	12	15	15	13	15	13	11
	Homens							
	Militares	07	04	04	07	05	08	08
	Fogos	14	14	15	24	17	20	20
	Proprietários	10	10	09	16	12	18	14

## História e Memória: Cáceres

<b>Formosa</b>	<b>Inquilinos</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>06</b>
	<b>Mulheres</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>11</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>12</b>
	<b>Homens</b>							
	<b>Militares</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
<b>Meio</b>	<b>Fogos</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
	<b>Proprietários</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
	<b>Inquilinos</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	<b>Mulheres</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>08</b>
	<b>Homens</b>							
	<b>Militares</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>05</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
<b>Augusta</b>	<b>Fogos</b>	<b>39</b>	<b>15</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>43</b>
	<b>Proprietários</b>	<b>33</b>	<b>12</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>27</b>	<b>34</b>	<b>32</b>
	<b>Inquilinos</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>07</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>11</b>
	<b>Mulheres</b>	<b>15</b>	<b>05</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>19</b>
	<b>Homens</b>							
	<b>Militares</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
<b>Baixo</b>	<b>Fogos</b>	<b>20</b>	<b>39</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>38</b>	<b>40</b>
	<b>Proprietários</b>	<b>07</b>	<b>32</b>	<b>10</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>31</b>	<b>30</b>
	<b>Inquilinos</b>	<b>13</b>	<b>07</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>10</b>
	<b>Mulheres</b>	<b>06</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>16</b>
	<b>Homens</b>							
	<b>Militares</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

## História e Memória: Cáceres

---

Fonte: Livro das décimas prediais – expedido pela coletoria de Vila Maria -1864/1865/1866/1867/1868/1869/1870 – APMT

Comparando o ano de 1864 com o ano de 1870, na tabela em análise, pode-se observar que havia na cidade um maior número de fogos e de moradores, em especial na Rua de Baixo. Segundo o cronista Joaquim Ferreira Moutinho, em Vila Maria, no final da década de 1860, havia 254 fogos<sup>65</sup> dados que se diferem das pistas indicadas nos livros das décimas urbanas, que apontam 109 fogos para a referida década. Além disso, também se percebe que muitos moradores identificados nessas ruas, eram vereadores, a exemplo de Salvador Jorge da Cunha, este residente à Rua da Manga, atualmente, rua Quintino Bocaiuva. Assim como Salvador, havia também outros vereadores: José Augusto Pereira Leite e João Carlos Pereira Leite, ambos moradores da Rua Direita, nos anos de 1864, os quais também constituíam numerosas famílias em Cáceres e ainda residem no local.

Pela tabela acima, também pode ser observado que, nos anos de 1864 a 1870, em todas as ruas, uma grande quantidade de mulheres estava à frente dos fogos. Possivelmente, isso estaria relacionado com a Guerra do Paraguai, momento em que muitas mulheres, esposas de homens livres que estavam envolvidos no conflito bélico e estavam engajados, recrutados ou mesmo eram voluntários, assumiram tarefas nos lares e nos espaços públicos.<sup>66</sup> Outra observação é que, a partir do ano de 1868, há maior número de fogos e maior proporção de moradores, indicando um aumento do número de homens e, supostamente em partes, isso estaria relacionado com o término da Guerra do Paraguai. Além disso, nas Ruas Formosa e do Meio, a proporção de moradores tanto de homens como de mulheres são equivalentes.

Cabe ainda ressaltar que, entre as mulheres residentes nessa e em outras ruas da vila, haviam aquelas que recebiam o título de *senhorinha*

---

<sup>65</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Noticias sobre província de Mato Grosso seguida de roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schoroeder, 1869. p. 115.

<sup>66</sup> PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império; Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX*, São Paulo: Contexto, 2001.P. 54

## História e Memória: Cáceres

---

ou *Dona*, o que poderia significar que poderiam ser proprietárias de bens ou ainda casadas. Maria Adenir Peraro, ao estudar as mulheres, mães de filhos ilegítimos, na segunda metade do século XIX, enfoca que as de *boa estirpe* recebiam a denominação de *dona* e os respectivos nomes eram acrescidos ao do marido ou ao pai dos seus filhos.<sup>67</sup> No caso de Vila Maria, as mulheres que constam na lista das décimas urbanas, apenas algumas tinham a frente do pré-nome a palavra *dona* ou *senhorinha*, e nesse caso pode-se dizer que as demais moradoras, possivelmente, eram solteiras ou livres pobres.

Alguns historiadores indicam que as donas de tavernas, em Cuiabá no século XIX, eram mulheres livres pobres. Em Vila Maria, as proprietárias de tavernas, em sua maioria, eram mulheres livre pobres, mas na documentação em estudo, também consta que Ana Josefha era proprietária de taverna e possuía propriedade rural.

No entanto, após a Guerra do Paraguai, em Vila Maria, foram constituídas mais oito ruas e travessas, estas são indicativos de mudanças no espaço urbano, moldados conforme as exigências do poder público, sendo as ruas as que seguem: "Rua do Campo, Rua Bela Vista, Rua de Cáceres, Rua do Barreiro, Rua do Imperador, Rua da Marinha, Rua D. Januária, Rua da Piúva, as travessas eram: Jacobina, da Cadeia, da Caridade e do Quartel".<sup>68</sup>

Uma observação a ser destacada é que, os nomes das ruas estão associados às autoridades do Império Brasileiro e ainda expressavam os nomes das ruas existentes na Corte do Rio de Janeiro e, na capital de Mato Grosso, tais como Imperador, Imperatriz, D. Januária, Rua Direita, Rua Augusta. Em Cuiabá e em Vila Maria havia a Rua Augusta, a Rua do Meio, a Rua Direita, a Rua de Baixo e a Rua de Cima.

O traçado urbano de Vila Maria, do ano de 1879, apresenta alteração, não somente no aspecto físico, mas indicando maior proporção do número de fogos, de moradores e, conseqüentemente, um relativo aumento nos impostos recolhidos aos cofres do município e da

---

<sup>67</sup> Idem. Op. Cit.p.164.

<sup>68</sup> Livro da Décimas Urbanas de São Luiz de Cáceres. 1879. APMT: Cuiabá- MT.

## História e Memória: Cáceres

---

província, conforme pode ser observado no exemplo: "Número de fogos na Rua da Manga 29, Proprietários 26, Inquilinos 03, mulheres 11, homens 18, militares 06".<sup>69</sup>

Conforme a documentação existente, observa-se que, o número de fogos e de moradores é bem maior que nos anos anteriores, já que, em 1879, a documentação apresenta em todo seu traçado urbanístico 411 moradores, ou seja, um número de habitantes quatro vezes maior que a década de 1860. Vale lembrar que, o número de habitantes na década de 1870 era três vezes maior do que na década de 1860, compreendendo um total de 4.537 habitantes.

Entretanto, em determinadas ruas, observa-se na documentação referências ao comércio das tavernas, bem como, aos proprietários que vendiam aguardente:

**Rua da Manga:** snr Camilo Selles, snr José Domingos D'Almeida, snr<sup>a</sup> D. Ana Alves Bastos, snr João Antonio Alves da Cunha.

**Rua de Baixo:** snr<sup>a</sup> Paula Magdalena, Gertrudes Maria Luiza, snr João José Dias, snr<sup>a</sup> Constancia Pinto, snr<sup>a</sup> Anna Robim;

**Rua do Meio:** snr<sup>a</sup> D. Mmaria Josepha de Jesus Leite, sm<sup>a</sup> D.Maria Delfina;

**Rua Augusta:** snr<sup>a</sup> Anna Medeira de Arruda, snr José Augusto Pereira Leite, snr<sup>a</sup> Florencia de Arruda Leite.<sup>70</sup>

Dentre as pessoas que vendiam a aguardente, percebe-se que, nas quatro ruas acima mencionadas, a maioria era do gênero feminino, sendo nove mulheres e cinco homens e o imposto pago por pessoa era no valor de 30\$000 réis. Um outro local da cidade que possivelmente servia para a comercialização de produtos alimentícios e da venda da aguardente era a Travessa do Mercado (atualmente praça Major João Carlos). No século XIX, tavernas eram estabelecimentos comerciais considerados como

---

<sup>69</sup> Livro das Décimas urbanas de São Luiz de Cáceres. 1879. APMT: Cuiabá- MT.

<sup>70</sup> Livro das Décimas urbanas de Vila Maria do Paraguai 1869. APMT: Cuiabá-MT.

## História e Memória: Cáceres

---

casas de pequenos negócios e lugares onde era vendida a aguardente embora não fosse regra geral.<sup>71</sup> Segundo Mário Maestri, as tavernas urbanas ou rurais eram descritas de forma negativa, apesar de constituírem em locais de lazer e de produção de uma cultura da resistência. Um detalhe importante a ser lembrado é que a obtenção da abertura das “casas de negócios” era um dos impostos mais rentáveis pagos pelos munícipes além dos aforamentos.

Na época, o morador deveria obter licença da Câmara para desenvolver atividades comerciais, o que proporcionava rendas aos cofres do município e, quando solicitada a licença, os produtos comercializados deveriam ser mencionados. Por outro lado, a Câmara ao conceder tal licença, estabelecia penalidades que constam no estatuto municipal no art 10º: "todo aquele que consentir em suas tavernas ou casas de bebidas ajuntamentos ilícitos, isto é, de pessoas que não estiverem comprando, e vender bebidas espirituosas aos que estiverem em estado de embriaguez".<sup>72</sup> No imaginário do grupo político da província tanto a venda como a taverna estavam associados a tudo o que havia de mais perigoso. Eram locais que pertenciam a determinados espaços de uma determinada vila, onde a convivência dos mais pobres ou dos escravos e forros tornava-se possível; locais onde geralmente faziam-se compras dos gêneros alimentícios e de aguardente, eles embriagavam-se, encontravam-se com amigos ou amásios<sup>73</sup>.

Entretanto, esse tipo de atividade comercial, regulamentada pela Câmara de Vila Maria, foi também visada pelas autoridades locais como espaço que possibilitava os ajuntamentos “ilícitos”, geradores de brigas e bebedeiras, considerado também como um local de compra de objetos furtados, frequentados por pessoas munidas de armas ou embriagadas. Se as tavernas ou vendas foram visadas como espaços de prostituição, por outro lado, revelam o papel das mulheres que comercializavam nas pequenas *casas de negócios*, contrariando a historiografia que aborda os estereótipos da mulher reclusa e submissa, enquadrada na sociedade

---

<sup>71</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho*. Passo Fundo.UFP. p. 170.

<sup>72</sup> Código de Posturas de Vila Maria do Paraguai ( 1860). APMC: Cáceres- MT.

<sup>73</sup> SILVA, Maciel Henrique. Op. Cit., p. 23.

## História e Memória: Cáceres

---

patriarcal. Possivelmente, os vereadores entendiam por bebida espirituosa a aguardente, que causava ações consideradas transgressoras tais como brigas e embriagues. Para Avanete Pereira, no Brasil colonial, a aguardente trouxe certa rentabilidade às Câmaras, porém, havia controvérsias de natureza moral e comercial, pois os religiosos viam o consumo de aguardente como um dano a sociedade<sup>74</sup>.

O valor pago por alvará a administração Municipal era de 8\$8000 réis a 9\$000 réis. Entre os estabelecimentos comerciais da cidade haviam “lojas”, um tipo de comércio que se difere das tavernas e das casas comerciais. As lojas não eram, portanto, especializadas e, em geral, recebiam tal denominação por terem grandes dimensões e geralmente por estarem situadas no centro das vilas<sup>75</sup>. As lojas vendiam além de aguardente, produtos alimentícios e a poaia. Já as tavernas e vendas eram pequenos estabelecimentos que vendiam a aguardente e os gêneros alimentícios.

A diferença dessas atividades comerciais é que, as pessoas que possuíam lojas na década de 1860, a maioria eram vereadores como: Salvador Jorge da Cunha, Miguel Alves da Cunha, Lucidoro Paes Costa, Antonio Libânio de Barros, José Duarte da Cunha Pontes, Joaquim José da Silva e Luis Pedroso da Silva. No período em estudo, *Agente* ou *Caixeiro Ambulante*, significava aquele que exercia algum tipo de profissão ou algum tipo de negócio, considerado possivelmente um pequeno estabelecimento comercial chamado de loja.

Os proprietários das lojas também financiavam comerciantes menores que revendiam mercadorias no interior da vila, sendo que, vários deles não administravam seus estabelecimentos, mantendo "caixeiros escriturários".<sup>76</sup> além dessas atividades econômicas havia em média uns quarenta tipos de profissionais, conforme consta na

---

<sup>74</sup> SOUZA, Avanete Pereira. *Poder Local, Cidade e Atividades econômicas* (Bahia, século XVIII). Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – USP, 2000. p.159.

<sup>75</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO, Júnia Ferreira. *Comerciantes, tratantes e mascate*. IN: PRIORI, Mary Del. *Revisão do paraíso 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro. RJ: Campus, 200. p.105.

<sup>76</sup> Idem. Op. Cit., p. 103.

## História e Memória: Cáceres

---

documentação, lembrando que na década de 1870 os dados do recenseamento revelam que o local em estudo, possuía 663 estrangeiros, 1938 mulheres livres e 1854 homens livres além de 526 escravos<sup>77</sup>. Entre as categorias profissionais havia: alfaiates, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, marceneiros, ferreiros, oleiros, seleiros, farmacêuticos, profissionais agrícolas, médicos, advogados, artistas, professores, empregados públicos, entre outros.

O censo demográfico de 1872 revelava não somente o aumento demográfico, mas as formas de sobrevivência dos moradores que desempenhavam diversas atividades econômicas, ou ainda, porque estavam inclusos nas diversas categorias profissionais. De modo geral a constituição da vila foi movida pelas práticas dos homens e mulheres que ali buscavam experimentar vivências, pois movimentavam a vila de várias maneiras, desenvolvendo diferenciadas atividades econômicas e principalmente efetuando o pagamento de impostos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Noticias sobre província de Mato Grosso seguida de roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schoroeder, 1869.

CANAVARROS, Otávio. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)* Editora da UFMT. Cuiabá – MT. 2004.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social n Século XVIII* Edições ALVA CIORD. 1997.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAESTRI, Mário. O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho. Passo Fundo.UFP. p. 170.

MARX, Murilo. *A cidade no Brasil. Terra de quem?*

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. Cáceres-MT.

---

<sup>77</sup> GARCIA, Romyr Conde. *O perfil eleitoral de Vila Maria do Paraguai:1860-1900*. Texto mimeografado. S.ed.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre província de Mato Grosso seguida de roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schoroeder, 1869.

PECHMAN, Moisés Robert. *Cidades Estreitamente Vigiada: O detetive e o urbanista* Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PERARO Maria Adenir. *Bastardos do Império; Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX*, São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA Pereira Avanete. *Poder Local, Cidade e Atividades econômicas* (Bahia, século XVIII). Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – USP, 2000.

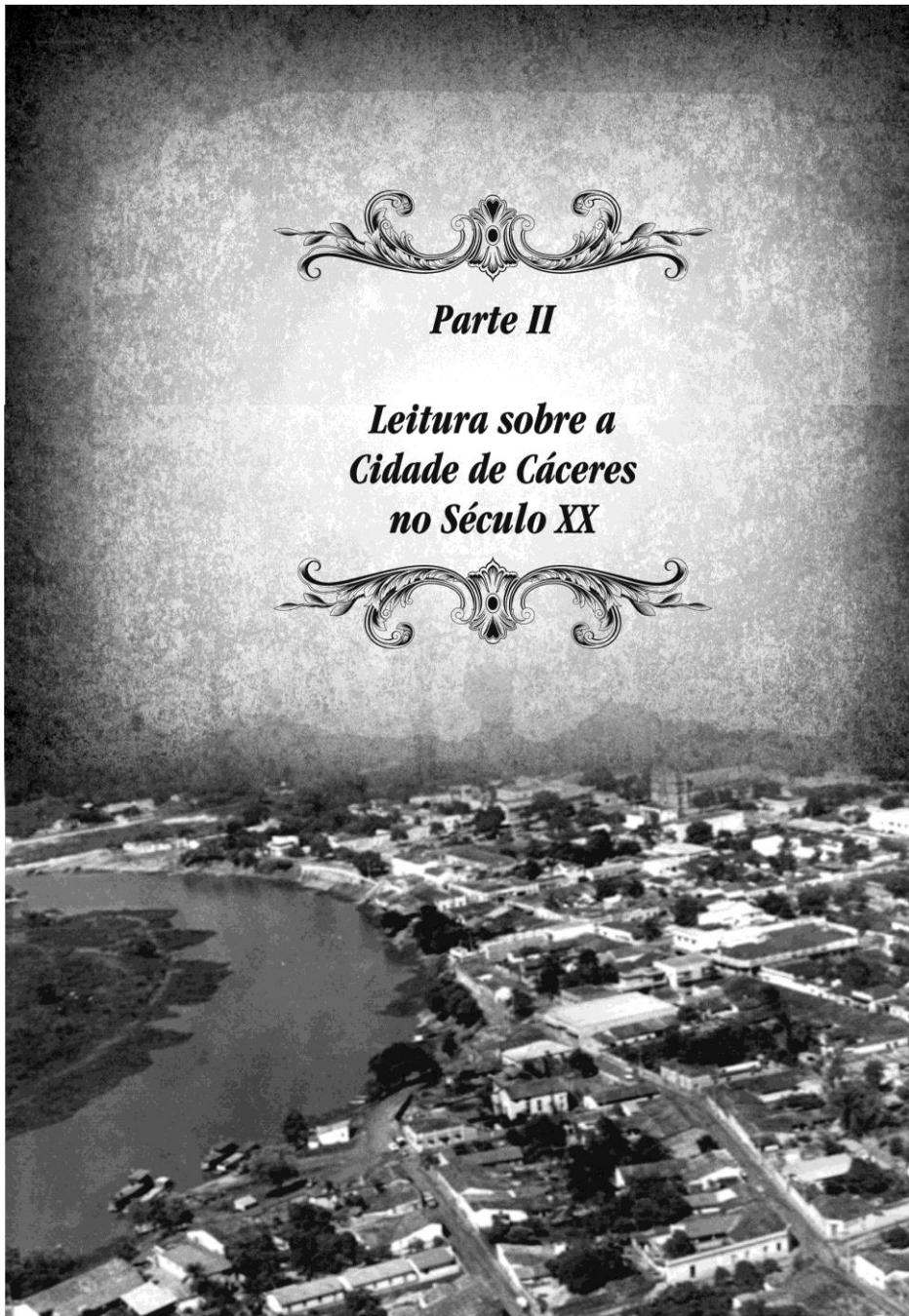
VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO. Júnia Ferreira. *Comerciantes, tratantes e mascate*. IN: PRIORI, Mary Del. *Revisão do paraíso 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro. RJ: Campus, 200. P.105.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Mato Grosso: UFMT, 1993.



***Parte II***

***Leitura sobre a  
Cidade de Cáceres  
no Século XX***





# OS DISCURSOS DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS SOBRE A CIDADE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Adson de Arruda<sup>78</sup>

### Introdução

Este artigo tem como finalidade fazer algumas reflexões que julgo relevantes para pensarmos a arte de governar dos intendentos de São Luiz de Cáceres nas primeiras décadas do século XX.<sup>79</sup> Usarei como fio condutor de minhas análises as concepções de Michel Foucault sobre discurso e poder que estão presentes em suas obras “A ordem do discurso” e “Vigiar e punir: nascimento da prisão” e também nas indicações relacionadas a estes temas contidas no livro “Microfísica do poder”. Minha intenção não é a de apresentar, pormenorizadamente, as ideias deste filósofo-historiador, nem a de utilizar suas concepções de forma anacrônica, mas a de me apropriar de seus pensamentos para adentrar nas sinuosidades dos discursos e atos dos administradores públicos desta cidade no referido período. No limite, seria pensar a cidade como um espaço organizado, hierarquizado e demarcado por fronteiras que se definem nas práticas sociais e culturais de seus moradores.

A cidade de São Luiz de Cáceres, nesse período, era considerada uma das mais importantes, no conjunto das cidades de Mato Grosso. Constantemente, a apontavam como a terceira praça comercial do estado, especializada na exportação de produtos extrativistas e na criação e aproveitamento do gado bovino. Na tabela abaixo,

---

<sup>78</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>79</sup> Este artigo tem como pano de fundo minha dissertação de mestrado intitulada: Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930).

## História e Memória: Cáceres

---

apresentamos os valores aproximados da exportação do município do ano de 1912<sup>80</sup>:

PRODUTOS	QUANTIDADE	TOTAL
Borracha	Kilos	80,000
Ipecacuanha	Kilos	20,000
Couros Vaccuns	Números	16,000
Couros de onça	Números	400
Pennas de garça	Kilos	20

Cáceres era vista como importante centro de atração de trabalhadores, porque estes partiam dela para as matas de extração da poaia e da borracha, assim como para empregar-se nas grandes propriedades situadas no município<sup>81</sup>. Em números demográficos, na década de 1910, havia cerca de quatorze mil habitantes, somando os que viviam no centro urbano, nas propriedades ao longo dos rios e nas povoações pertencentes aos distritos de Barra do Rio Bugres e Taquaral. A quase totalidade desses moradores era de nacionalidade brasileira, mas havia muitos estrangeiros como bolivianos, paraguaios, sírios, portugueses, italianos, alemães, franceses e argentinos<sup>82</sup>.

O responsável por esta dinâmica econômica e populacional pelos padrões da época era o Rio Paraguai e seus afluentes. Os caminhos que este percorria, ligavam as principais cidades de Mato Grosso aos países do sul do Continente e, destes, para a Europa e Estados Unidos, principais mercados dos produtos brasileiros. Para os administradores públicos do período, o rio é concebido sempre ligado à sua importância econômica, isto é, como meio de transporte. A continuidade do fluxo comercial interessava particularmente aos grupos econômicos que monopolizavam as atividades comerciais e, por isso, as melhorias, em relação ao porto e seu funcionamento, eram uma preocupação constante:

---

<sup>80</sup> AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. Album Graphico do Estado de Matto Grosso. Hamburgo/Corumbá, 1914. p. 352.

<sup>81</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. p. 58-70; AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. Op. cit. p. 350-357.

<sup>82</sup> AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. Op. cit., p. 356.

## História e Memória: Cáceres

---

O systema hydrographico, essencialmente vantajoso para as communicações internas entre as principaes localidades do Estado, tem desde longo tempo influído para o desenvolvimento da navegação: toda ella está centralizada sobre o rio Paraguay e os seus affluentes para o interior, e para o exterior ella segue para o Oceano pelo mesmo Paraguay, percorrendo o Paraná e Rio da Prata<sup>83</sup>.

Outra característica importante desta cidade é a sua localização. Está situada a, aproximadamente, oitenta quilômetros da linha divisória que separa o Brasil da Bolívia. Este território, tal como nos dias atuais, abrigava várias propriedades rurais como a fazenda Descalvados, por exemplo, cujas terras adentravam em território boliviano e onde viviam muitos estrangeiros. Uma extensa linha de ‘fronteira seca’, sem acidentes geográficos especiais, com várias fazendas de criação de gado, as quais eram extremamente fáceis para atravessar. Para vigiar essa extensa fronteira, existia na época um pequeno contingente militar sediado em São Luiz de Cáceres além de postos avançados, perto da linha divisória<sup>84</sup>.

### Os Discursos dos Intendentes na cidade de Cáceres

Inicio esta discussão tomando como ponto de partida os discursos. Nas primeiras décadas do século XX, os discursos dos intendentes da cidade de São Luiz de Cáceres revestiam-se de um caráter civilizatório instituindo verdades que eram plasmadas, sobretudo, no Código de Postura do Município e nas leis promulgadas pela Câmara Municipal. Carregando o estandarte do progresso, da erradicação das doenças e da melhoria das condições de vida de seus moradores, esses documentos prescreviam uma série de ações que deveriam ser seguidas por todos. Logicamente, a legislação municipal

---

<sup>83</sup> AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. *Op. cit.*, p. 140.

<sup>84</sup> Ofício do Delegado de Polícia de São Luiz de Cáceres aos Comandantes dos Destacamentos de Fronteira – Corixa e Tremedal, enviando instruções no sentido de impedirem a propagação da varíola para a cidade de Cáceres. Cuiabá: APMT, 1890. [Doc. avulsos, Lata F]

## História e Memória: Cáceres

não pode ser colocada como ponto de partida de uma mudança radical de hábitos ou de atitudes, isto é, não existe uma relação direta entre “lei e obediência” ou entre “prescrever e cumprir”. Por outro lado, estes discursos não podem ser analisados sem levar em consideração a sua temporalidade e ao mesmo tempo a sua função normativa. Sendo assim, estes ordenamentos não passaram em branco, pois como bem sabemos o período conhecido como Primeira República (1889-1930) tinha um forte apelo no sentido de construir a nação brasileira e, para isto, as escolas primárias tiveram uma importância fundamental para se conseguir este objetivo. Nessas instituições de ensino não se aprendia apenas a língua ou os heróis nacionais, mas também noções de bom comportamento, de cidadania e de higiene.

Na década de 1920, havia em São Luiz de Cáceres várias escolas entre públicas, privadas e mantidas por ordens religiosas, o que pressupõe que o alcance das informações veiculadas em seu interior era bem maior do que o número de alunos matriculados nessas instituições. Em 1927, o número de alunos matriculados em São Luiz de Cáceres era o seguinte<sup>85</sup>:

o	DENOMINAÇÃO	Matriculados		Total
		Masc.	Fem.	
	<b>Grupo Esc. Esperidião Marques</b>	<b>80</b>	<b>59</b>	<b>139</b>
	<b>Collegio Immaculada Conceição</b>	<b>25</b>	<b>59</b>	<b>84</b>
	<b>Collegio São Luiz</b>	<b>58</b>	.....	<b>58</b>
	<b>Collegio São José</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>35</b>
	<b>Collegio Leonidia de Moraes</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>40</b>
	<b>Collegio Carlos Harris</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>30</b>
	<b>Collegio Costa Pereira</b>	<b>15</b>	.....	<b>15</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>228</b>	<b>173</b>	<b>401</b>

Esses discursos não têm status de verdade e alcance apenas pela sua veiculação, mas, sobretudo, pelo lugar, pela qualificação, pelo comportamento e pelas circunstâncias dos indivíduos que os enunciam.

<sup>85</sup> Município de Cáceres. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente Geral Leopoldo Ambrósio Filho. Cuiabá: APMT, 1927, p.4.

As autoridades públicas, nesse sentido, estão investidas de um poder que as tornam referência como portadoras dessas verdades. A composição das várias legislaturas da Câmara Municipal e o rol de ocupantes da cadeira de Intendente Geral de São Luiz de Cáceres exprime bem esta lógica. Somam-se a esses políticos os indivíduos que não faziam parte do estafe administrativo, mas cujas profissões eram consideradas importantes naquele momento, e que tiveram grande influência na produção desses enunciados.

Dentre os ofícios destacam-se os militares, fato que nos sugere pelo menos duas perspectivas: a primeira seria a militarização da região onde localiza o município devido à sua proximidade com a fronteira boliviana e, a segunda, diz respeito ao papel político dos militares na Primeira República simbolizado pela Coluna Prestes e pela própria queda da monarquia em 1889. De qualquer maneira estes dois caminhos de interpretação apontam na direção de um discurso competente que denota a autoridade de seu emissor. Em suma, o lugar de onde esses indivíduos estavam falando é de fundamental importância para a sua aceitação pelo público.

A percepção da relação desses profissionais na produção dessas verdades aparece de forma mais efetiva nos periódicos que circulavam nessa época na cidade. A deferência aos títulos dos seus protagonistas, antecedendo a sua fala ou o relato de suas ações era lugar-comum nos noticiários e nos editoriais. Longe de isenção, os jornais se proclamavam arautos do ‘bem-estar’ de todos os moradores da cidade, do ‘progresso’ e da ‘civilização’, condição que todos deveriam alcançar. Nesse sentido, torna-se perceptível a articulação que os jornais mantêm com as elites políticas e econômicas, pois atuando como porta-vozes das reformas urbanas, projetam um modelo de sociedade que deve ser compartilhado indistintamente por todos.

Por outro lado, os paradigmas da arte de governar nesse período apontavam para outros percursos que poderíamos pensar em termos de uma biopolítica, apesar das especificidades existentes entre a Europa e o interior do Brasil. Mesmo reconhecendo essa distância pode-se perceber a reverberação desse conceito nas ações dos governantes que abarcavam um amplo espectro – abrangendo do calçamento das ruas à saúde dos moradores - podendo reconhecer aí uma tensão que ia em direção ao

## História e Memória: Cáceres

---

que prescrever, ou em perceber quais as demandas dos governados. Em São Luiz de Cáceres, durante esse período ocorreu um evento que poderíamos classificar dentro desta lógica: a gripe espanhola que atacou os moradores da cidade em 1921. Nesse ano, como podemos perceber na matéria publicada no jornal “O Combate”, a cidade possuía uma pequena estrutura organizacional criada para pugnar contra as epidemias ou quaisquer outras doenças:

Ao surgirem os primeiros casos de gripe nesta cidade, os quaes se limitavam a alguns marinheiros do Etrúria o sr. José Rizzo, Intendente Geral do Municipio procurou o sr. Elysio Mello, inspector de hygiene, nesta cidade, a que expoz o apparecimetoto da gripe solicitando o concurso daquella illustre autoridade sanitária, no sentido de se tomarem quaesquer medidas prophylacticas, para se evitar a propagação do mal.<sup>86</sup>

Quando irrompeu esta epidemia, a cidade já tinha alguma experiência no trato com estes surtos. Além das doenças endêmicas que amiúde atingiam os moradores, a convivência devido ao fluxo de pessoas que chegavam pelo rio ou por meio da fronteira boliviana eram outras fontes de preocupação. Pelas próprias características territoriais do município, este era um espaço em que havia uma relativa quantidade de homens e mulheres desterritorializados em busca de trabalho, ocupando de forma irregular um pequeno pedaço de terra ou então, em casos extremos, fazendo parte de grupos armados que saqueavam as fazendas situadas na zona de fronteira. Portanto, estamos diante de um espaço carregado de multiplicidade, impregnado de fluxos, o que obrigava os dirigentes da cidade a buscar sempre novas estratégias para administrá-la.

Penso que nem sempre damos muita atenção aos “objetos dos discursos” e, no entanto, estes imprimem uma dinâmica no cotidiano dos moradores da cidade tornando-os atores privilegiados dos

---

<sup>86</sup> Jornal O Combate, Cáceres, 25/08/1921. p. 1.

## História e Memória: Cáceres

---

acontecimentos, dando a eles uma oportunidade de se sentirem pertencendo ao lugar em que vivem.

Os longos debates em torno da construção do mercado municipal, da iluminação pública, do porto dentre outros equipamentos urbanos assumiam a condição de um *logos* a partir do qual tudo se irradiaria, isto é, é como se a concretização dessas obras impulsionasse um movimento a guisa de um moto contínuo que enredaria, de forma mais ou menos geral, a população como um todo. É verdade que uma parte dos moradores da cidade de São Luiz de Cáceres vivia nessa época, a exemplo de outras cidades brasileiras, outras sensibilidades que aos poucos iam se tornando estranhas para uns, mas que para outros se constituía em um singular modelo de vida o qual deveria ser externado para todos. O debate não girava, naturalmente, em uma oposição entre campo e cidade, mas entre o que se acreditava ser civilizado opondo-se ao outro à ideia de barbárie. E o que então seria ser civilizado? Os textos abaixo nos dão um vislumbre do que se entendia por civilização:

### [Coleção de Resoluções, Atos e Relatório da Câmara e da Intendência]

Um dos problemas dignos do mais demorado estudo e merecedores da atenção dos Poderes Públicos Municipaes é o do abastecimento d'água potavel, visto como delle dependem a bôa hygiene desta cidade e a saude desta população.

Esta cidade, pela admirável posição que occupa á margem do caudaloso Paraguay, mais do que nenhum outro lugar, está fadada para ter optima e abundante agua potável.<sup>87</sup>

### [Livro de Registro de Resoluções e Posturas, 1918-1928]

Fica prohibida a permanência continua de vaccas, porcos e cabras no interior da cidade. Considera para effeito desta Postura as ruas [da área central da cidade]. Ao Fiscal cumpre executar

---

<sup>87</sup> Municipio de Caceres. Collecção de Resoluções, Acto e Relatorio da Camara e da Intendencia. Cáceres: APMC, 1924. p. 15.

fielmente esta disposição; devendo impor a pena de multa de 20\$000 [vinte mil réis] aos contraventores e o dobro na reincidência.<sup>88</sup>

### **[Regulamento do Matadouro Público, no seu artigo 11º, letras ‘b’ e ‘e’]**

b) exercer polícia interna do Matadouro, impedindo a entrada no estabelecimento a indivíduos de maos costumes, alcoolizados e aos que sofrem de molestias repugnantes ou contajiosas (...)

e) obrigar a observância dos mais rigorosos princípios de hygiene no estabelecimento, proibindo os escarros no soalho, as dejeções nos arredores, etc, bem como a entrada e permanencia de animaes.<sup>89</sup>

Vimos, portanto, que dentre os temas organizadores dos discursos relativos ao que é civilizado, o da hygiene e os seus correlatos estão muito onipresente. Eles percorrem um caminho em direção à intimidade das famílias, organizando a vida dos seus membros nos mínimos detalhes, transformando essas práticas em um modelo a ser seguido. Podemos inferir que de um ponto de vista mais amplo, mesmo que seja pouco perceptível este conjunto de regras, torna-se parte constitutiva de uma rede de poderes que se estabelece na cidade e seus arredores.

É na perspectiva do controle do território citadino que esses discursos concebem a cidade como um espaço racional e homogêneo, um espaço privilegiado de saberes dispostos e amparados pela “neutralidade científica” produzida pelos mais variados especialistas. À maneira de um sujeito fundante, estes saberes formulam e instituem normas que excitam, estimulam e positivam as ações dos moradores da

---

<sup>88</sup> Município de S. Luiz de Cáceres. Livro de Registro de Resoluções e Posturas de nº 88 a 133. Cáceres: APMC, 1918 a 1928, fl. 98 verso.

<sup>89</sup> Município de S. Luiz de Cáceres. Livro de Registros de Resoluções e Posturas de nº 88<sup>a</sup> 133. Cáceres: APMC, 1918 a 1928. fl. 10 verso.

cidade, preenchendo os espaços vazios e dando inteligibilidade a tudo que circula ao seu redor.

Os discursos dos intendentes impõem uma ligação quase sempre assimétrica entre o “emissor” e o “receptor” porque esta conexão encontra-se impregnada por uma relação de poder mediada pelo lugar ocupado por “quem fala”, como aludimos anteriormente. Longe de emanar ou localizar em um ponto ou mesmo ser propriedade de alguém ou de uma instituição, o poder somente pode ser entendido em seu aspecto relacional e por uma íntima ligação com a produção de saberes. A divisão operada entre científico (verdade) e não-científico (falso) vai efetuar por meio do discurso da racionalidade uma ordenação da sociedade. Nesse sentido, talvez a cidade se constitua em um campo experimental de exercício de poder. Ao mesmo tempo em que se utilizam do discurso da inclusão – “o progresso para todos” - as cidades implantam um rigoroso policiamento espacial, cujo objetivo principal é introduzir os corpos num ordenamento que perpassa pela inserção destes corpos no processo produtivo, nas normas de comportamento, de asseio etc. Observemos o discurso abaixo, mesmo não sendo produzido por um órgão público, oferece-nos um panorama do que afirmamos:

[...] A dança nesta cidade, nos tempos hodiernos, tornou-se tão desenvolvida e familiar que, até as tenras criancinhas, pode-se dizer ainda no berço, já procuram imprimir ao corpo os requebros lascivos do MAXIXE. E que noutros tempos, só era dançado nos lupanares por indivíduos devassos de par com essas criaturas que perderam o rubôr das faces.

Nesta cidade de Luiz d’Albuquerque, muito mais fácil será encontrar um jovem que não saiba o A, B, C e os mais simples officios, do que dançar e cantar as quadras licenciosas do ‘Roda Morena’, verdadeiro fandango que constitue hoje o chic dos nossos salões.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Jornal A Razão. Cáceres, 25/10/1924, p. 1.

Podemos perceber também esta característica das cidades enquanto espaço onde se exercitam relações de poder em momentos muito singulares, nas ocasiões de perigo como a guerra ou quando grassava alguma epidemia, como já afirmamos. Nesses momentos, o medo, que para Jean Delumeau “é um dos maiores componentes da experiência humana”, funcionava como uma catapulta que dotava os indivíduos de uma força capaz de superar ou mesmo criar barreiras contra todos os revezes, pois a segurança “está na base da afetividade e da moral humanas”.<sup>91</sup> Mas, é justamente durante esses acontecimentos que os efeitos da relação de poder promovem experiências, propõem ações para modificar os comportamentos ou para treinar os indivíduos, desenvolvem um conjunto de aparelhos específicos de governo e produzem saberes.

A experiência da cidade, no Brasil, neste início de século XX, é um acontecimento que é interpenetrado por diferentes níveis e redes de relações – marcadas por poderes, discursos, práticas e estratégias – para além de qualquer pensamento estruturalista. Porém, não podemos pensar este momento sem relacionar o fenômeno urbano e a consolidação da sociedade capitalista, pois ambos emergiram nesta mesma época. Este tipo de povoação humana há muito já existia, mas o urbano é uma marca da contemporaneidade. Ou seja, as cidades dos séculos XIX e XX, sobretudo, possuem características funcionais, estéticas e simbólicas diferentes de suas precedentes. Desde então, aceleração, novas formas de ordenamento e de modelos de gestão são algumas das bases conceituais presentes nos discursos dirigidos à administração das cidades.

Talvez seja por isso que para os intendentess de São Luiz de Cáceres, que ocuparam este cargo, nessas décadas, a questão fundamental era: Como controlar o que entrava e saía da cidade que não tem muralhas para definir claramente os espaços de dentro e de fora? Havia duas cidades. A primeira sustentada pelo discurso do progresso dizia-se aberta para o mundo, para os novos tempos, para a tecnologia. Esta cidade era simbolizada pelo Rio Paraguai e o seu porto situado na

---

<sup>91</sup> DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente (1300-1800). pp. 18-19.

praça central. Dali embarcavam-se os produtos extrativistas e da pecuária que iam ser processados em diferentes lugares e de lá para cá vinham mercadorias manufaturadas de todo tipo: tecidos, louças, ferragens, máquinas, dentre outros. Esta imagem está arraigada na memória dos cidadãos mais velhos, na historiografia e na história oficial.

A segunda é uma cidade que se apresenta fechada. Para se proteger ela levanta ao seu redor barreiras invisíveis que escapam ao primeiro olhar. Elas controlam e classificam tudo o que entra e o que sai. Para se chegar até ela, passando pelas suas ‘muralhas’, é preciso seguir as ‘normas’ – ‘passar’ pela vigilância dos fiscais de quarteirão, ‘transpor’ as mesas de renda, somente assim poder-se-á entrar em seus domínios. Em outras palavras, ela é um ponto de passagem, um portal que ora abre, ora fecha, conforme os interesses de quem ‘autoriza’ as entradas e saídas. Mas, às vezes, elas são sabotadas pelos ‘delinquentes’ que agem nos interstícios das ordens emanadas pelos ‘guardiões’ deste portal.

Como exemplo desta organização institucional, a Intendência de São Luiz de Cáceres possuía uma estrutura burocrática, para cumprir a tarefa de ‘vigiar’ a fronteira, considerada na época um ponto nodal da administração municipal. Este organismo compreendia inspetores de quarteirões e fiscais. O trabalho era feito em conjunto com as forças federais e com a polícia. Completava esta estrutura o Posto de Profilaxia, mantido pelo governo estadual, que funcionava como coordenador das ações na cidade.<sup>92</sup> No seu ponto mais elementar, próximo da linha divisória com a Bolívia, era o Inspetor de Quarteirão, funcionário que se deslocava de um lado para outro ao longo da linha divisória entre os dois países, informando as autoridades de ‘todos os acontecimentos’ ali ocorridos. Na sede do município, num nível mais profundo, ficava o Posto de Profilaxia que contava com uma pequena estrutura e um médico responsável. Este local centralizava todas as ações de caráter preventivo e profilático, em caso de epidemias.

Ora, todo este desfile de ‘personagens’ como médicos, inspetores, funcionários da Intendência, membros da Câmara Municipal,

---

<sup>92</sup> Jornal A Razão, Cáceres 25/10/1924, p. 2.

## História e Memória: Cáceres

---

Intendente e seus saberes; além da estrutura física, demonstra um nível de organização, que normalmente, temos dificuldade de imaginar levando em conta a temporalidade e a espacialidade. Ela demonstra também a preeminência deste tipo de poder que talvez, naquele momento, iniciava a sobrepor os demais; uma racionalidade própria eivada de estratégias centradas na população, nos seus problemas, nas suas demandas. Penso que esta arte de governar estabelece um diferencial importante neste período ao utilizar a instrumentalização de diversos saberes.

Finalizo este artigo salientando a importância da reflexão sobre os discursos dos Intendentes da cidade de São Luiz de Cáceres sob a ótica que propus no seu início. A história sempre teima em nos apresentar de forma ‘natural’ como se os eventos passados, particularmente, os ligados a que poderíamos chamar de ‘pequenos detalhes’ de uma administração municipal não são importantes. Michel Foucault já chamava a atenção ao pensar sobre as disciplinas afirmando que elas são uma anatomia política do detalhe que a elas deve-se ter mais ‘precaução’ do que procurar nelas um ‘sentido’.<sup>93</sup>

### FONTES

AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá, 1914.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

MUNICIPIO DE SÃO LUIZ DE CACERES. *Livro de Registros de Resoluções e Posturas de nº 88<sup>a</sup> 133*. Cáceres: APMC, 1918 a 1928.

MUNICIPIO DE SÃO LUIZ DE CACERES. *Collecção de Resoluções, Acto e Relatorio da Camara e da Intendencia*. Cáceres: APMC, 1924.

MUNICIPIO DE SÃO LUIZ DE CACERES. *Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente Geral Leopoldo Ambrósio Filho*. Cuiabá: APMT, 1927.

---

<sup>93</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. p. 134.

## FONTES MANUSCRITAS

Ofício do Delegado de Polícia de São Luiz de Cáceres aos Comandantes dos Destacamentos de Fronteira – Corixa e Tremedal, enviando instruções no sentido de impedirem a propagação da varíola para a cidade de Cáceres. Cuiabá: APMT, 1890. [Doc. avulsos, Lata F]

## JORNAIS

O Combate, Cáceres, 25/08/1921.

A Razão, Cáceres, 25/10/1924.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Adson de. Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). Cuiabá-MT: UFMT, 2002. (Dissertação de Mestrado).

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente (1300-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 36ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

### MEMÓRIA E HISTÓRIA: O LUGAR DO POLÍTICO NO UNIVERSO DAS LEMBRANÇAS

João Edson de Arruda Fanaia <sup>94</sup>

Nas últimas três décadas houve significativo alargamento dos campos de estudo e investigação da produção historiográfica, com a inclusão de novos temas e as múltiplas possibilidades de abordá-los. A diversificação das fontes acompanhou e ao mesmo tempo oportunizou o surgimento de novos objetos, exigindo do profissional de história o repensar tanto sobre a forma, como o tratamento a ser dispensado a registros até então não devidamente considerados, ou mesmo ignorados, em virtude de sua “inaplicabilidade” no trabalho de constituição do texto histórico. Os trabalhos com fontes orais vêm se multiplicando e têm demandado um contínuo refinamento na análise dos materiais disponibilizados para as pesquisas. A relação entre memória e construção do conhecimento histórico, com todos os problemas que lhe são inerentes, revitalizam as discussões sobre a constituição do texto historiográfico e as possibilidades exploratórias deste campo específico de investigação.

No meu entendimento, os estudos sobre o campo político (BOURDIEU, 1989: 163-207) ganham densidade com a inserção das fontes orais, ao dar visibilidade às diferentes dimensões que envolvem as diversas formas de relações de poder, nuançando ou dando visibilidade a aspectos insondáveis do ponto de vista comportamental entre os diversos atores envolvidos.

Nesta perspectiva, este texto tem como propósito desenvolver algumas reflexões preliminares, tomando por base relatos obtidos a partir de memórias individuais, transformadas em textos e, portanto, passíveis de utilização enquanto fontes de pesquisa para a constituição da tessitura do campo político na cidade de Cáceres. Sua aplicação, no entanto, é pensada na perspectiva de uma determinada história política,

---

<sup>94</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

área de investigação que, nas últimas décadas, sofreu constantes redefinições, ampliando as possibilidades de abordagem dos seus objetos, não ficando mais circunscrita ao acontecimental ou o meramente episódico, alvo principal das veementes críticas que lhe foram feitas definindo-a como eminentemente *événementielle*. Em texto de certa forma inaugural, Jacques Julliard chamou a atenção para essa questão e afirmou que “... nada se ganharia em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos aos quais ele se aplica” (JULLIARD, 1989: 265). O problema para o autor era de ordem diversa e não residia no *político*, mas no tratamento que lhe era até então dispensado.

Já, mais recentemente, René Rémond chama também a atenção para dois aspectos responsáveis pelo distanciamento dos estudos políticos; o primeiro, uma reação ao seu estatuto de hegemonia e o segundo, uma desconfiança em relação ao poder e ao Estado (RÉMOND, 1994: 14). Há que se considerar também que sendo o político mero reflexo de forças econômicas, ele seria incapaz de proporcionar uma compreensão da realidade, que está por trás das aparências não representadas nos fenômenos políticos. De modo distinto, parto do pressuposto que o campo onde a ação política é materializada reveste-se de uma dinâmica e existência que lhe são intrínsecas, em que coexistem o particular e o coletivo, a curta e a longa duração, estabelecendo suas conexões numa constante intercombinação (CAPELATO, 1996: 161-165).

Em outro trabalho Rémond afirma que o político “[...] tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta” (RÉMOND, 1996: 445). Neste sentido, acredito que este campo de estudo, entre outros, constitui um *locus* fértil na compreensão de como os seres humanos estabelecem as suas relações, pois reúnem em suas fronteiras os distintos níveis de tensão social com as respectivas especificidades que delineiam o seu perfil.

De modo ainda mais bem definido, este mesmo autor, ao procurar os pontos de interligação entre as motivações que perpassam as relações sociais e as vincula ao universo do político, nos chama a atenção para a multiplicidade de elementos que age de forma concomitante e se manifesta de maneiras diversas e em momentos

também distintos. Segundo ele:

O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, idéias e até paixões, como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade. Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária. (RÉMOND, 1994: 19).

Significa dizer que, para além dos aspectos de maior visibilidade, há um conjunto de sentimentos, de procedimentos ritualísticos internalizados pelos mais diversos agentes sociais e inscritos na longa e na curta duração, onde necessariamente não é pela via da busca de uma racionalidade das atitudes e comportamentos políticos que se tornarão apreensíveis.

Entendo que é possível a partir dos novos instrumentais e metodologias utilizadas para o estudo do político, construir e fornecer ao lado das demais perspectivas de abordagem do passado, importantes contribuições. O revigoramento da História política tem oportunizado o alargamento dos seus estudos, desde as análises das ações individualizadas, pontualmente datadas, dos eventos chave, às grandes formações partidárias ou mesmo hábitos e práticas que se perenizam e nos são revelados a partir dos estudos que operam com o conceito de *cultura política*.

Penso que o conceito de *cultura política* incorporado aos mais recentes estudos, bem se aplica aos nossos objetivos, ao alargar os horizontes na tentativa de compreensão dos múltiplos fenômenos que atuam e interferem nas opções e forma de atuação política de uma determinada sociedade e no interior das estruturas que a compõe.

Através do estudo da *cultura política* é possível compreender determinadas práticas que transcendem as fronteiras artificialmente estabelecidas pela cronologia. Para além dos espaços institucionalmente entendidos como o campo natural onde se materializam as ações políticas, é necessário desvendar outras áreas onde o poder é exercido tão ou mais eficazmente em virtude do forte caráter de seu simbolismo.

## História e Memória: Cáceres

---

O conceito de *cultura política* é aqui tratado como determinados padrões de comportamento, assim como estratégias, que são constantemente elaboradas e reelaboradas, geradoras de identidades políticas que caracterizam e matizam certos grupos sociais, particularizando-os.

Ao ler trechos dos relatos concedidos pelos entrevistados<sup>94</sup>, nos é possível perceber determinados nexos com um passado que evidentemente não lhes era contemporâneo. Entre os aspectos do cotidiano político em Mato Grosso, particularmente, nas duas primeiras décadas republicanas, e que não se constitui em ação fortuita, temos o denominado coronelismo e suas decorrências. Em termos regionais, ter a capacidade de mobilizar homens em armas era fundamental na resolução de determinados impasses, era o ápice de conflitos mal resolvidos, acordos rompidos, honras ofendidas, entre outros aspectos. É da natureza do fenômeno coronelístico, a mesclagem das mais variadas práticas políticas em que ações coercitivas coexistem com o estabelecimento de uma complexa rede de compromissos mútuos (CARVALHO, 1998: 132). Este autor assim o define:

[...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste seu domínio no Estado (CARVALHO, 1998: 132).

No caso do universo matogrossense os embates armados, as lutas de distintas dimensões possuíam largo espectro, num *continuum* que ia desde uma ação pontual que tinha como alvo um indivíduo, aos atos coletivos previamente organizados como o sitiamento da capital do Estado. Havia, portanto, uma clara definição do lugar a ser ocupado por

---

<sup>94</sup> Os trechos das entrevistas utilizadas neste texto foram extraídos dos depoimentos concedidos aos membros da equipe do projeto de pesquisa intitulado História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

cada um no cenário das disputas políticas. Ao fazer esta afirmação, procuro chamar a atenção para o imbricamento entre temporalidades distintas presentes na relação entre história e memória, pois como afirma David Lowenthal: “A história expande e elabora a memória ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado” (LOWENTHAL, 1998: 104).

Desse modo, apresentamos os depoimentos, a começar pela entrevista do senhor Natalino Fontes que, em uma única sentença, define de forma muito concisa e objetiva a personalidade impregnada nas ações políticas neste período ao afirmar que “[...] o comício era o prestígio do coronel, né, num tinha muito comício não”.<sup>95</sup> Independente do fato do depoente se referir a outro recorte cronológico, o que de fato interessa é a força da própria expressão designativa de quem detinha o poder, sua capacidade de concentração e mando são resquícios que certamente permeavam o imaginário político, não apenas do entrevistado como de seus antecedentes, mais próximos de uma *cultura política* palmilhada por relações de poder, pautadas pelo pacto homem a homem.

Se no universo oligárquico havia o espaço para constantes reacomodações das forças políticas, o compromisso era vital no interior das relações coronelísticas, assim como a ruptura de um pacto era inaceitável. Assim, o custo político de uma dissidência, podia ser responsável pela quebra da estabilidade do sistema. Evidente que, nos depoimentos, os mecanismos mais ou menos coercitivos mudam a sua face e, o que é mais instigante, estão tacitamente implícitos nas práticas políticas obtidas pelos testemunhos transcritos. Não estou afirmando que o fenômeno coronelístico esteve presente em outros recortes cronológicos, inclusive por interpretá-lo como fenômeno datado, mas apenas observando como suas características permeiam as lembranças de certos entrevistados.

Em sua entrevista, a senhora Noelita Curvo nos fornece elementos importantes para traçar o quadro do ambiente eleitoral, então vivenciado no município de Cáceres, nas décadas de 50 e 60 ao afirmar que:

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida pelo senhor Natalino Fontes, no dia 27 de abril de 2005, à equipe do projeto de pesquisa História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

## História e Memória: Cáceres

---

No dia da eleição? Papai lá em casa ficava pegando os eleitores. ‘Aquele lá mora longe, vai pegar.’ Ficava tudo aqui no quintal da casa da gente. Cada turma, ia de grupo, e a gente ia escoltando pra não deixar ninguém roubar seu eleitor; até na hora, ficava por perto assim. E assim todos eles faziam; a gente ia era o dia inteiro; cada um passava dava comida, almoço, tudo em casa, contanto que não falasse com ninguém, não visse ninguém pra não mudar de partido e levava até em cima da urna. ‘Era o papelzinho, punha no sutiã, punha no bolso, não falava com ninguém, e levava os eleitores, assim que era.’<sup>96</sup>

Tomar o depoimento apenas como uma representação de relações pautadas pela subserviência é a meu ver reduzir as possibilidades de explorar a questão, pois em sua narrativa podemos perceber a integração da postura política traduzida na forma de proteção, de amparo, com fortes ingredientes de uma lealdade possivelmente dissimulada ou não, elementos estes presentes no evento *eleição*, acontecimento vivenciado de forma intensa na cidade.

Outra entrevistada, a senhora Glicéria de Barros Couto nos relata o seguinte:

Olha, esse mesmo como agora, só que quem era de um partido não aparecia lá no outro. E hoje em dia tudo mistura, você não sabe, não fica sabendo quem que é quem que não é, né? Quem não era desse nem passava lá por perto, viu? Assim que era: não vou, não mesmo. É assim; agora hoje, todo mundo mistura, você não sabe de quem que é... ou vai, ou não vai... tá votando pra outro vai, né? É, era um comício mesmo duro, era pra valer e quem visse expulsava ele do partido, se ele fosse n’outro, expulsava. Você não vai, mas votar pra mim. Pra esse, expulsava ele do partido, era fino mesmo, viu! O povo era muito exigente viu?

Neste sentido, nos é perceptível apreender uma radical alteração em seu cotidiano, dando-lhe uma coloração distinta, com a clara definição do campo de atuação dos contendores e a intensificação das disputas. De uma forma ou de outra, é um momento de divisões e

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida pela senhora Noelita Curvo, no dia 18 de outubro de 2005, à equipe do projeto de pesquisa História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

conflitos que sacralizavam a vida política cidadina e neste universo, quem votava passava a ter importância, ganhava significados especiais, era acalentado e de certa maneira protegido, “cortejado”, ainda que intermitentemente, criando uma rede diversificada de fidelidades pessoais, envolvendo atores com capital político diferenciado, mas entrelaçados no momento do exercício do voto.

Nesta perspectiva de abordagem, trabalhos mais recentes chamam a atenção para a necessidade do clientelismo ser tratado não necessariamente como uma “deturpação” em relação a modelos teóricos que dão aporte para a compreensão de sistemas políticos diferenciados.

A partir deste pressuposto, o voto tomado de forma isolada ou conjunta, revela-se um poderoso elemento de adesão, permeado pelo caráter de troca que lhe é intrínseco e as relações pessoais que o fundam. Em que medida, nos casos observados, o voto é desqualificado e desprovido de valor, considerando que os recursos coercitivos utilizados pelos agentes em jogo, se tornam em determinados momentos mais eficazes, é sem dúvida algo que merece nossa atenção, ainda que, o empenho na sua obtenção aponte preliminarmente para a manutenção de sua importância durante os pleitos eleitorais. Mecanismos coercitivos e clientelismo não são componentes por excelência de um tempo que não é o nosso e de um passado que não nos diz respeito, a alternância de ambas as práticas ou sua utilização simultânea depende de uma série de fatores, bem como a dosagem com que são aplicadas. A *cultura política* no Estado é por elas forjada e o conjunto dos atores envolvidos nas disputas de poder, não podia delas prescindir.

É interessante observar, como entre as narrativas colhidas, caminham lado a lado referências substantivas sobre os partidos políticos que estabelecem o campo de divisão dos contendores, revestindo-os de significado, valorando-os e ao mesmo tempo políticas que os reduzem à siglas meramente formais, destituindo-os de um sentido. Pode-se até mesmo pensar num primeiro momento em uma relação paradoxal em que fica muito bem explicitado a não institucionalização da vida partidária, mas de outro, não há como desconsiderar os nexos de uma dinâmica partidária que se encontram nas dobras e com poucas possibilidades de os explicitarmos se no

atermos ao formalismo que permeiam determinados estudos de ciência política.

Dito de outra forma, há todo um ritual anuviado, que não aparece nos dados e estatísticas, nas tabelas, na composição dos quadros eleitorais e nos desenhos frios e assépticos dos gráficos. Eles não podem simplesmente ser desconsiderados ou desprovidos enquanto resíduos que apontam para a complexidade da vida social. E aqui tomo as palavras de Putnam, em um momento particularmente propício ao debate, considerando as polêmicas e discussões sobre atual reforma política, espécie de apanágio para a resolução de todos os problemas e questões. Acerca da relação entre as práticas políticas e as normas institucionalmente estabelecidas, este autor nos apresenta algumas perguntas que dão o que pensar, como por exemplo:

Se reformarmos as instituições, seguirão as práticas políticas o mesmo caminho?; De que forma o meio ambiente social, econômico e cultural influencia a performance das instituições democráticas?; Ou ainda, será que a qualidade da democracia depende da qualidade de seus cidadãos? (KUSCHINIR & CARNEIRO, 1999: 242, apud) .

Questionamentos que dão o que pensar e nos instigam a refletir sobre como as cidades vivenciam o político e os nexos possíveis de serem estabelecidos, oportunizando também, no meu entender, a produção de uma grade de leitura para a compreensão deste rico campo de investigação. Penso que as abordagens historiográficas que tratam dos estudos do político, a partir da utilização de fontes orais, cruzando-as com os demais registros disponíveis é mais um componente no sentido de tornar inteligível o conjunto de feixes que envolvem a relação dos personagens surgidos e construídos em seus relatos com os espaços por eles coabitados.

Para finalizar é sempre bom lembrar que cotidianamente mudam as perguntas e, por conseguinte, como o passado é abordado e filtrado, ou seja, no interior do complexo conjunto de alterações, muda também a forma como o texto histórico é produzido, a linguagem retira e introduz novas figuras, o modo como o ser humano estabelece suas relações com

o mundo são modificadas, o conjunto de fontes, rastros, pistas ou vestígios são diversificados, os combates no campo do conhecimento historiográfico, entendido como legitimado e autorizado são revitalizados, toda uma rede de sociabilidade calcada em valores distintos é permanentemente construída ou reconstruída, num amalgamento de práticas do passado, do presente e de um possível devir.

É no interior deste turbilhão e em meio aos nexos responsáveis por sua inter-relação que está situado o historiador. Seu trabalho está entrecortado por este complexo universo de sentimentos e sentidos, onde a percepção e as experiências das sensações não são homogêneas nem unívocas. Sua construção se dá no diálogo interno e intrínseco à sua escrita, com as percepções externas que nos são inerentes, uma composição tensa, mas necessária e permanentemente perpassada pela condição de como nos situamos perante a vida e estabelecemos os nossos mecanismos de leitura do mundo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDEIU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História política*. In: *Estudos Históricos*. Vol. 9, nº. 17. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pp. 161-165.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Pp. 130-153.
- \_\_\_\_\_. *Coronelismo*. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/FINEP/Forense Universitária, 1984. Pp. 932-934.
- JULLIARD, Jacques. *A política*. In: Le Goff, Jacques & Nora, Pierre (org.) **Fazer História**. Bertrand, 1989.
- KUSCHINIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da*

*política*. In: *Estudos Históricos*. Vol. 13, nº. 24. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 227-250.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: *Projeto História*. (17). São Paulo: EDUC, nov. 1998.

RÉMOND, René. *Por que a história política?* In: *Estudos históricos*. Vol. 7, nº. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994. Pp. 9-19.

\_\_\_\_\_. *Do político*. In: RÉMOND, René (org.). ***Por uma história política***. (org.). Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. Pp. 441-450.

### LUZ SOBRE OS MORTOS: PRÁTICAS DOS HOMENS INFAMES NA FRONTEIRA

Reinaldo Norberto da Silva<sup>97</sup>

Lembremos que as coisas e as pessoas nunca estão onde as palavras as acham; do lugar onde estamos sempre já fomos embora; as palavras mais escondem que desvelam; por isso as histórias verdadeiras são as que parecem inventadas, e por isso a história é invenção de versões plausíveis de nossa trajetória no tempo, para delas nos afastar, diferir-se (Durval Muniz de Albuquerque Junior).

Pensar o diferente. É essa a estratégia de luta do historiador. Tentando seguir esse objetivo, neste texto buscaremos dar visibilidade às manifestações festivas como espaços de sociabilidade de indivíduos que povoaram as fazendas situadas em um lugar instituído enquanto fronteira do Império Brasileiro com a República da Bolívia. Procurando também inventariar, além desses lugares, as práticas desses sujeitos, que, ao tomarem parte em brincadeiras<sup>98</sup>, e ao se encontrarem em conflito, tiveram lampejos das suas vidas e desejos iluminados através de um processo-crime, que abrigam em suas páginas os detritos, os cacos, os restos putrefatos de existências, até a bem pouco tempo, consideradas desimportantes para história Institucional. Enfim, daremos voz a seres que foram capturados pelo poder (judicial/policial), mas que, como forma de vingança velada, emanaram seus gritos de existência, preservados ironicamente pelo mecanismo de sua dominação.

---

<sup>97</sup> Profissional Técnico de Ensino Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>98</sup> Brincadeira pode ser uma pequena festa, folgança, festa familiar ou baile improvisado.

### Uma Brincadeira na Fazenda Tremedal

Era um domingo de Páscoa do ano 1881 quando Manoel do Carmo, soldado do 19º Batalhão de Infantaria e destacado no ponto da Corixa, pegou seu chapéu, embainhou sua pequena faca na cintura, colocou sua espingarda nas costas e foi pedir autorização ao comandante para ir caçar e colher mel nos arredores do referido destacamento, ponto situado na fronteira entre o Império Brasileiro e a República Boliviana, mais precisamente, a 16 léguas da cidade de São Luiz de Cáceres, na Província de Mato Grosso. Obtendo tal autorização, após algum tempo de caminhada pela mata percebeu que estava perdido. Nesse instante, ouviu ao longe um som, então resolveu caminhar nessa direção. Era o som das batidas em caixa, executado pelos índios chiquitos para animar suas “brincadeiras”<sup>99</sup>.

Eram quatro horas da tarde, mais ou menos, quando o soldado Manoel do Carmo chegou ao local de onde partia aquela atraente sonoridade. Som de alegria, de festa, um verdadeiro convite ao esquecimento da vida dura do dia-a-dia. Estava na Fazenda Tremedal, a duas léguas de distância do destacamento, ficando no caminho para a cidade de São Luiz de Cáceres. Acontecia, nesse lugar, uma brincadeira da qual logo o nosso soldado tomou parte, se esbaldando em goles e mais goles de chinha. Essa bebida, denominada como espirituosa pelas autoridades, era produzida através da fermentação do milho. Talvez, no dia anterior à feitura dessa bebida tenha sido motivo para esses indivíduos se reunirem, então em roda mastigavam o milho maduro e cru e depois cuspiam em uma grande panela de barro enquanto jogavam conversa fora<sup>100</sup>, e depois colocavam água e deixavam pernoitar. Mas, também poderia ter sido feito de outro modo, agora com um toque de ocidentalização, poderiam ter socado o milho em um pilão e colocado

---

<sup>99</sup> O presente relato é resultado da junção dos diversos depoimentos e dos termos de informação contidos no processo criminal de homicídio movido contra Manoel Patrício e Miguel José, pertencente ao acervo do NUDHEO – Núcleo de História Escrita e Oral/UNEMAT.

<sup>100</sup> Essa cena foi iluminada pelo viajante Hercule Florence. Apesar de se referir aos índios Guanás, esse modo de fabricação parece ser utilizado por outros grupos indígenas. E, ainda, por ser uma região que entrelaçava vários indivíduos que se reterritorializavam é e supor que as técnicas circulavam entre esses povos em processo de sedentarizarão. (FLORENCE, 1875, p. 91)

água e deixado fermentar por alguns dias para ser consumida em dias de festa<sup>101</sup>.

Todavia, algumas dúvidas pairam sobre as sombras de nosso soldado. Será que realmente ele se perdeu e, por um desses acasos da vida, foi parar na Fazenda Tremedal justamente em um dia de “brincadeira”, no domingo de páscoa? Será que foi de caso pensado? Ou mesmo, no meio da sua caçada ouviu os batuques e logo se animou para tomar parte no divertimento? Como não temos como dizer uma coisa nem outra, mesmo porque, não é o nosso objetivo estabelecer uma separação entre o que é real e o que é fictício, pois diferentemente dos funcionários da verdade<sup>102</sup>, nós não pretendemos resgatar o passado em sua forma supostamente verdadeira, mas apenas tecer reflexões sobre algumas facetas desse passado. Desse modo, sem comprometer a nossa obrigação com a interpretação histórica, senão seria literatura, somente podemos tecer conjecturas, imaginar e nos aventurar em outras dimensões silenciadas pela documentação. Portanto, para Durval Muniz de Albuquerque Júnior a narrativa histórica, ainda que não tenha liberdade criativa ficcional, ela estabelece uma ligação de proximidade com o fazer artístico, ou mesmo:

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos. A interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão<sup>103</sup>.

Nessa perspectiva, podemos conjecturar que o Soldado Manoel já soubesse que ia haver “brincadeira” no Tremedal. Algumas

---

<sup>101</sup> A historiadora Verone Cristina da Silva relata em sua pesquisa sobre os aldeamentos dos povos Guanás, que “durante as festas, geralmente religiosas, serviam uma bebida feita de milho socado em pilão, que deixavam fermentar até o ponto de ser consumida” (SILVA, 2001, p. 107)

<sup>102</sup> FOUCAUL, 2004, p. 5.

<sup>103</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 63.

ocorrências nos fazem acreditar nessa possibilidade: Primeiro, porque ao chegar ao Tremedal pediu para o capataz da fazenda que desejava que o Comandante do destacamento não soubesse de sua estada ali<sup>104</sup>, invertendo as evidências da fonte, essa solicitação pode ser sinal de que as escapadas dos militares destacados na Corixa, para essas manifestações, ocorriam com certa frequência a ponto de o comandante proibi-las; em segundo lugar, vale lembrar que ele tinha parentes na Fazenda, incluindo o referido capataz<sup>105</sup>, que podia ter lhe convidado; e, por último, porque o cabo Cyrillo quando saiu para procurar Manoel do Carmo se dirigiu diretamente para a fazenda Tremedal, novamente, levanta novas suspeitas que as “brincadeiras” nesse local atraíam o desejo da soldadesca do destacamento.

Outro detalhe que essa fonte nos releva foi o fato desse acontecimento ter se dado na semana santa. Assim, se cruzarmos essa informação com outras fontes, perceberemos que essa data é reveladora para nossa trama. O viajante Karl Von Den Steinen, que visitou a Província de Mato Grosso no final do século XIX, descreve uma desses acontecimentos na colônia militar de Tereza-Cristina, aldeamento bororo localizada próximo à região da foz do rio São Lourenço. Para esse observador, a sexta-feira da paixão era completamente silenciosa e com caráter tristonho. Já no outro dia, o chamado sábado de aleluia, marca o fim da quaresma, período que vai da quarta-feira de cinzas à sexta-feira da Paixão e indica a proibição das manifestações festivas pela tradição católica. Mas, a partir do meio dia do sábado de aleluia, acaba-se o luto e transforma-se em uma alegria desenfreada. Em toda parte estalam tiros, é dia de destruir os bonecos do traidor Judas, pendurados nas árvores que eram injuriados e despedaçados<sup>106</sup>.

Como podemos ver, é de supor que esses indivíduos compartilhavam a prática de celebrarem festas em homenagem aos santos. Desse modo, o capataz da Fazenda Tremedal, Manoel Felix de Miranda, em seu depoimento demarca o tempo em que recebeu a notícia da morte do Soldado Manoel do Carmo se situando pelo tempo dos santos:

---

<sup>104</sup> Depoimento de Manoel Felix de Miranda, capataz da Fazenda Tremedal.

<sup>105</sup> Depoimento do Thomé Pereira Leite, encarregado da mesma Fazenda.

<sup>106</sup> STEINEN, 1915, p. 26

No dia de Sant'anna ella testemunha soube pelo indio Bororo de nome Sebastião que os chiquitanos Miguel e Patricio tinha mattado o soldado Manoel do carmo avista do que teve ella testemunha de immediatamente participar a Thomé encarregado d'aquella fasenda e este lhe respondeo que já tinha sabhido<sup>107</sup>.

Logo, essa passagem nos releva um pequeno indício, o de que esses indivíduos conheciam e talvez participassem de outra manifestação festiva, comemorado no dia de Sant'Anna. Nessa perspectiva, a antropóloga Renata Bortoletto Silva, que na sua tese de doutoramento, pesquisando a ocupação chiquitana na fronteira Brasil-Bolívia, observa que as festas de santo fazem parte dos ciclos das festas promovidos por esses indivíduos. Essas festas, semelhantes às realizadas nas antigas missões jesuíticas, “são marcadas por procissões, como a de Santa Ana, cuja saída acontece de uma comunidade da Bolívia e prossegue percorrendo diversas comunidades, inclusive no Brasil”<sup>108</sup>.

Por mais que as festas de santo constituam uma oportunidade de divertimento desses indivíduos, elas são revestidas por código que norteia como deve ser uma festa de santo, seguem um padrão: é divertimento, mas também agenciamento. Assim, essas festas situam-se entre a captura, pois foi construído por códigos católico-religiosos, mas também, é linha de fuga e transgressão, pois há uma reterritorialização desses espaços, que extrapolam os códigos religiosos e convergem em espaço de sociabilidade e diversão. É a partir dessa reterritorialização que as autoridades da província vão enquadrar essas manifestações (as festas, as brincadeiras e os batuques), promovidas pelos indivíduos infames da província dentro das práticas que devem ser contidas, estabelecendo-as como lócus da criminalidade.

---

<sup>107</sup> Depoimento de Manoel Felix de Miranda.

<sup>108</sup> SILVA, 2007, p. 98.

### Os Homens Infames<sup>109</sup>

No contexto anteriormente apresentado, os participantes daquela brincadeira, iluminados pelo processo-crime instaurado para desvendar a morte do soldado Manoel do Carmo, foram definitivamente marcados pelas garras do poder que por ironia do destino foi o mecanismo que anuncia e preserva as suas existências, espreitadas nas poucas linhas de um processo-crime com suas páginas amareladas, ressecadas e devoradas pelas traças.

Personagens entre o real e o fictício. Estes não existem senão por meia dúzia de palavras que antes de tudo os enquadram, nomeiam e limitam o que pode ser dito e não dito. Todavia, para que suas breves palavras chegassem até nós, foi preciso um poder agir sobre elas. Foi preciso uma luz estabelecer um clarão sobre suas existências, iluminando brevemente suas passagens pela vida entre os milhares que permaneceram na escuridão do esquecimento, ou ainda:

O poder espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam<sup>110</sup>.

As falas atravessadas pelo poder, estreitada em breve palavras, estão para Michel Foucault entre os poucos monumentos deixados e produzidos por esses seres desqualificados da ordem social<sup>111</sup>. Palavras, que não apreendem a realidade tal qual em estado livre. Palavras carregadas de mentiras, estratégias, raivas, emoções, acusações. Enfim, palavras entorpecidas pelos jogos de poder, pela captura e pelo confronto. É como se sua sobrevivência, fosse assegurada por aquilo que lhe nega, que tenta apagá-los ou mesmo aniquilá-los, ou seja, o choque com o poder. E, *ainda*, “*vidas que só nos retornam pelo feito*

---

<sup>109</sup> O termo Homem Infame é empregado, neste texto, como seres excluídos socialmente e historicamente, que deles só possuímos pequenos lapsos ou mesmo flashes de existência.

<sup>110</sup> FOUCAULT, 2003, p. 207

<sup>111</sup> Idem, p. 208

*de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis juntar alguns restos*”<sup>112</sup>.

Nessa perspectiva, o acontecimento que deu visibilidade àquela brincadeira e a seus participantes, reunia quase todos os fatores geradores da criminalidade presente nos relatórios dos presidentes da Província de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX, ou seja, foi resultado de rixa, envolvia paixões desordenadas, embriaguês, foi em uma festa e por fim, todos os envolvidos eram indivíduos pertencentes à ínfima classe sem civilidade e moral religiosa. Desse modo, uma regularidade discursiva se apresenta nos relatórios dos presidentes da seguinte forma: “Os homicídios e ferimentos são quase sempre o resultado de rixas entre indivíduos da ínfima classe, às mais das vezes no estado de embriaguez<sup>113</sup>” ou “os assassinios são geralmente provenientes de rixas e de paixões desordenadas de gente das ultimas classes da sociedade”<sup>114</sup>. Logo, o discurso constata que a criminalidade estava situada em uma determinada classe social, espaço e modos de vida que devem ser disciplinados, controlados, vigiados e submetidos a mecanismos capazes de uma verdadeira operação para produção de subjetividades adequadas a um determinado modo de sociedade.

Na obra já clássica da historiografia mato-grossense “Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888”, Luiza R. R. Volpato, ao propor um estudo do cotidiano de escravos e livres pobres da cidade de Cuiabá, na segunda metade do século XIX, argumenta que pelos altos índices de conflitos que ocorriam nessas manifestações as festas, os divertimentos, os batuques, eram vistos pelas autoridades como momentos privilegiados de brigas e por isso deveriam ser evitados ao máximo<sup>115</sup>. De acordo com a mesma historiadora:

---

<sup>112</sup> Ibidem, p. 210

<sup>113</sup> Relatório apresentado ao Ilm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Senr. Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Presidente da Província de Mato Grosso pelo Vice-Presidente Chefe d’Esquadra Augusto Leveger, ao entregar a administração da mesma Província. Cuyabá: 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u433/>> acesso: 10 de jun. de 2011. pág. 05.

<sup>114</sup> Falla com que o Excellentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Provincial de Mato-Grosso no dia 3 de Maio de 1877. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/428/>>. Acesso: 10 de jun. de 2011. pág. 7.

<sup>115</sup> VOLPATO: 1993, p 205.

As brigas por ocasião dessas festas foram bastantes freqüentes. Mesmo festas e batizado e casamento poderiam resultar em conflito, inclusive com crime de morte. As pessoas envolvidas nessas disputas eram quase sempre antigos conhecidos ou até amigos que, alterados por alguma razão, ou com sua autocensura atenuada pelo uso de bebidas alcoólicas, passavam rapidamente da ofensa verbal a ofensa física. A maioria dessas pessoas andava armada pelo menos com uma faca, instrumento ao mesmo tempo de trabalho e defesa. A presença da faca, ou qualquer outra arma nessas ocasiões, fazia com que a rixa acabasse em crime<sup>116</sup>.

Entretanto, discordamos da autora porque ela apenas reproduz os discursos contidos nos documentos, dizendo realmente que as brincadeiras são essencialmente perigosas e conflituosas, pois são produzidos por instituições repressoras. Igualmente, se pesquisarmos em processo crime teremos sempre tensão, e se observarmos os relatórios dos Chefes de Polícia ou dos Presidentes de Província, veremos apenas o discurso da sociedade perfeita que idealizavam, logicamente desqualificando e combatendo qualquer manifestação que não enquadrasse nesse ideal sociedade e de subjetividades. Portanto, se não praticarmos a inversão das evidências nas fontes, invariavelmente, contribuiremos apenas para a reprodução do discurso dominante. Conseqüentemente, talvez faltasse em sua obra, discutir não a criminalidade em si contida nos processos-crimes ou relatórios, mas como e com que objetivo foi se construindo um discurso sobre a criminalidade que vai ganhando destaque e marcando os corpos desses indivíduos. Desse modo, o constante combate às manifestações de divertimento dessa população excluída economicamente e socialmente está dentro de um nascente mecanismo disciplinar que tem nos corpos e desejos desses seres o seu lócus privilegiado.

---

<sup>116</sup> Idem, p. 204.

### Brincadeiras como espaço de sociabilidade

Após esse breve hiato, podemos observar nos depoimentos das testemunhas arroladas no processo-crime movido contra Manoel Patrício e Miguel José, que há uma intensa movimentação desses camaradas entre as fazendas dessa região, seja ela do lado brasileiro ou do lado boliviano, formando uma rede de ligações entre eles, fazendas e cidade. Assim, esses indivíduos estão muito mais conectados do que possamos imaginar. Os personagens presentes, aqui, estabelecem entre si ligações ora de solidariedade ora de confronto. Para termos uma idéia, o Soldado Manoel do Carmo era parente de Manoel Felix, este era compadre de Manoel Patrício. O filho de Manoel Patrício era parente da mulher do Soldado assassinado. O camarada Estevão Sebalho era primo irmão de Miguel José. O camarada Anselmo era cunhado de Manoel Patrício. Sem falar na circularidade dos boatos entre os moradores dessa região, indicando uma relação próxima: Destacamento da Corixa, Fazenda Tremedal, Fazenda Fumaça, Bahia de Pedra, Fazenda Imperial da Caissara, São Luiz de Cáceres e San Matias.

Entretanto, isso não indica a constituição de uma pretensa solidariedade entre esses indivíduos, como é comum nas análises identitárias. Desse modo, as construções de identidades criam fronteiras e homogeneizam determinados grupos, não revelando as multiplicidades de relações e os poros das fronteiras. E, ainda, seguindo as pegadas de Durval Muniz, o papel do historiador é exatamente desconstruir identidades, dizer que a vida natural e social é constante transmutação. E as figuras mais petrificadas, as identidades mais cristalizadas, as memórias mais ossificadas são corroídos por processos microscópios de ruína, por linhas de fuga, por virtualidades, por processos de mudança e de transformação<sup>117</sup>.

De tal modo, nos ensina as palavras de Durval Muniz:

Cabe ao historiador escutar estes processos e estes agentes das ruínas, estar atento para esta microeconomia e esta micropolítica das forças que trabalham o solo da História e o tornam um pântano

---

<sup>117</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 89.

onde seres e coisas nascem e morrem, onde acontecimentos emergem e submergem, formam-se e se deformam, ganham ossatura e se desmancham em lama, em lodo e em carniça.<sup>118</sup>

Quando mudamos o foco de pesquisa do historiador e olhamos mais ao chão da sociedade, percebemos a riqueza do pequeno, do ínfimo, das migalhas, do cotidiano de pessoas apropriadas ao desprezo e, assim, proclamamos o valor do cisco, do caco, destruindo as catedrais e os monumentos que aprisionaram, esmagaram e esmigalharam estes homens<sup>119</sup>.

Nesse sentido, as vozes que surgem do processo-crime em questão revelam multiplicidades de relações, que não é só conflito, porém também não é somente solidariedade: Manoel Patrício acusa Miguel José de ser o assassino e este acusa o primeiro; o camarada Anselmo mesmo sendo cunhado de Manoel Patrício, logo que sabe sobre o assassinato vai correndo contar para o encarregado da Fazenda; Manoel Felix não dá sustentação à versão de Manoel Patrício sobre a acusação contra Miguel José. Não sabemos o que levou esses indivíduos a agirem de tal forma, se tinham alguma intriga entre eles ou se fizeram isso apenas para agradar seus patrões ou responsáveis ou mesmo por ser a fonte um processo-crime, que por si só já é um território de conflito. Ao deporem e fornecerem informações, as testemunhas e os acusados, o fazem quase sempre se esquivando, mentindo, delatando e se afastando do acontecimento que gerou o processo. Apesar de tudo, só podemos afirmar que esses indivíduos agiam segundo suas contingências de vida.

Mas de todo modo, partimos do pressuposto de que as brincadeiras estabelecem o ponto onde acontece o entrelaçamento dessas redes de ligações, que pode ser de conflito, mas que é principalmente, junção de corpos em divertimentos, espaço das paixões, lugares do desejo e, sobretudo, transgressão aos bons costumes<sup>120</sup>. É por

---

<sup>118</sup> Idem, p. 90.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>120</sup> Invertendo a sentença, maus costumes é deslocar a análise da continuidade para a ruptura, dar visibilidade à ultrapassagem dos códigos, das fronteiras e dos limites, é instaurar as diferenças e a invenção de novas relações. (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2007, p. 125.)

tudo isso que essas manifestações festivas se constituem em espaços de sociabilidade.

Portanto, ao contrário do que se pensa, não só nas cidades era possível se divertir, mas também, nas próprias fazendas isso ocorria com certa frequência. Assim, não resumindo apenas às festas religiosas, essas manifestações são, possivelmente, uma prática que tem nos finais de semana o seu lugar. Nesse sentido, submetido as uma perversa relação de poder, esses camaradas e agregados<sup>121</sup> colocavam-se sob dominação pessoal de seus patrões, integrados pelas relações de trabalho e favor<sup>122</sup>. Todavia, certamente isso não os impediam de agirem com uma certa liberdade e de constituírem nas brincadeiras uma espécie de linha de fugas frente à dureza do dia-a-dia.

Finalmente, os divertimentos ou brinquedos estabeleciam uma alternativa de sociabilidade para as almas que povoaram essas fazendas. Desse modo, acreditamos que a brincadeira do qual o soldado Manoel do Carmo tomou parte está relacionada às práticas de sociabilidade, que apesar de nessa ocasião ser anunciadas como sendo preparada pelos indígenas<sup>123</sup>, nos parece que era o espaço de divertimento e encontro dos camaradas, tropeiros, arrieiros, roceiros, agregados, escravos, ou seja, todos esses personagens de vidas infames.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História a Arte de Inventar o Passado. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaios da teoria da História*. Bauru – SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. No Castelo da História só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaios da teoria da história*. Bauru – SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaios da teoria da*

---

<sup>121</sup> Os agregados eram trabalhadores que mantinham roças próprias em terras do patrão, regido por um acordo que geralmente consistia na entrega de parte da produção. Já os camaradas, desempenhavam as atividades que eram determinadas, sendo na maioria das vezes subordinadas as ordens de um feitor ou capataz, e podiam estar sujeitos a castigos físicos. (VOLPATO: 1993, p. 202.)

<sup>122</sup> VOLPATO: 1993, p. 202.

<sup>123</sup> Que também eram camaradas da fazenda.

história. Bauru – SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. Os “Maus costumes” de Foucault. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaio da teoria da história*. Bauru – SP: Edusc, 2007.

FLORENCE, Hercules. 1875, 1876. *Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até Março de 1829*. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXXVIII, parte primeira, p. 355-469; parte segunda, p. 231-301; tomo xxxix, parte segunda, p. 157-182. Rio de Janeiro: R. L. Garnier. Disponível em: <[http://biblio.etnolinguistica.org/florence\\_1875\\_esboco](http://biblio.etnolinguistica.org/florence_1875_esboco)> Acesso em: 10 de jun. 2011.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens Infames. In: *Ditos & Escritos – Estratégias, Poder-saber*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *Por uma vida não fascista*. (coletânea Michel Foucault Sabotagem). Coletivo Sabotagem. Disponível em: <[www.sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org)>. Acesso: 10 de jun. de 2011.

SILVA, Verone Cristina da. *Missão, aldeamento e cidade: Os guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFMT, 2001.

SILVA, Renata Bortoletto. *Os Chiquitanos de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP: 2007.

STEINEN, Karl von den. 1915. Entre os Borôros. (Tradução do cap. XVII da obra *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, por Basílio de Magalhães). *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXVIII, Parte II, p. 391-490. Disponível em: <[http://biblio.etnolinguistica.org/steinen\\_1915\\_bororos](http://biblio.etnolinguistica.org/steinen_1915_bororos)> Acesso em: 10 de jun. de 2011.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

# COLETORIA DE CÁCERES: FONTES DE UM OLHAR IMPOSTO

Elmar Figueiredo de Arruda <sup>124</sup>

Deveria começar este artigo já conversando sobre o seu conteúdo, porém prefiro explicar, dar ao leitor algumas justificativas breves, mas necessárias. Como gosto de economia, me interessei pelas caixas da coletoria das cidades existentes no arquivo público do estado. O que poderia encontrar em relações de pagamentos de impostos, para muitos historiadores nada, apenas números e mais números. Mas algo dentro daquelas caixas me chamava, havia um convite implícito entre nós, do tipo: decifra-me ou te devoro.

Este é um exercício de fonte e espero trazer possibilidades e novas interpretações ao trabalhar em uma área normalmente menos interessante para o exercício do historiador. Dessa forma, convido vocês a um passeio pela coletoria da cidade de Cáceres lembrando que todas as outras vilas tinham postos da coletoria.

Desta maneira, neste artigo, apenas 27 livros foram analisados, da coleção existente no Arquivo Público de Mato Grosso, onde constam mais de uma centena, demonstrando ser uma excelente fonte de pesquisa onde as pessoas se revelam em novo estado de atenção, de atividade, como administravam seu dia a dia financeiro, expondo seus bens, de onde tiravam suas rendas, confessando um status através da produção, do movimento das moradias e também proporcionando uma ideia palpável da inserção da região no desenvolvimento atual da Província.

---

<sup>124</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Cáceres.

## História e Memória: Cáceres

---

Percebemos uma relação da administração com os mercadores do Rio de Janeiro, pois os livros da coletoria foram adquiridos na Rua do Sabão, por vários anos. Estes livros são divididos por área de atuação – impostos territoriais, prediais, ofícios, profissões liberais e rendas variadas – descrevendo os pagamentos em todos os anos, pois os impostos eram cobrados e registrados ano a ano.

As coletorias são repartições arrecadoras de impostos locais, que vêm do final da colônia oriundas das provedorias, avançam no período imperial e são responsáveis pela arrecadação local dos impostos (e são muitos) e que também enviava dinheiro em espécie para a tesouraria na capital. Sua administração era bem enxuta, dispunha de um coletor, escrivão e agentes, que eram subordinados às Tesourarias Fazendárias das províncias e seus vencimentos (salários), vinham da própria movimentação dos impostos.

Há um livro para o imposto das terras, um para a décima predial e um para anotação de vários tributos menores, porém não existe uma organização seguida regidamente em todos os anos. Em seguida, apresentamos o índice de um dos livros fiscais. Este livro serviu no ano do exercício de 1860, tendo com coletor provincial da Vila Maria José Gomes Pedroso, a saber:

- Da f. 1 a 3 para receita da taxa de heranças e legados;
- Da f.4 a 6 para receita da novos e velhos direitos provinciais;
- Da f.4 a 10 para as declarações de aquisição de escravos;
- Da f.11 a 13 para sua receita (receita e despesas da própria instituição);
- Da f.14 a 20 para receita da meia siza das vendas e das doações de escravos;
- De f.21 a 23 para diário das reses do consumo sujeitas ao imposto de 1.600 réis;
- De f 24 a 26 para sua receita;
- De f 27 a 29 para receita do imposto sobre a carne seca;
- De f 30 a 32 para o lançamento das casas que obtiverem licença para venderem aguardente;
- De f 33 a 35 para sua receita na razão tríplice do que pagavam;

## História e Memória: Cáceres

---

De f 36 a 37 para o lançamento de cada olaria sujeita ao imposto de 25.000 réis;

De 38 a 39 para sua receita;

De f 40 a 41 para receita da multa sobre os contribuintes morosos;

De f 42 a 43 para receita da dívida ativa;

De 44 a 46 para receita do imposto de 30 por cento sobre o valor da cada um escravo que for vendido para fora da província;

De f 47 a 50 para receita do imposto de 10.000 *reis* sobre cada *hum* papel de subscrição voluntária, que se houver de “manifesto” para quaisquer fins, e multa da revalidação na razão de 20 vezes mais sobre o papel que for apreendido com uma ou mais assinaturas sem o prévio pagamento do imposto.

Todos os livros indicados são numerados, assinados no final e não contém rasuras. Nesses livros vêm a definição do que será cobrado, estipula a quantia e numera as páginas.

### A Região e seus Atores

Região hoje tomada pela pecuária, Cáceres sempre teve sua economia ligada ao extrativismo e ao trabalho com o gado. No livro destinado aos impostos territoriais, onde se destaca a empresa Brazil Land Cattle and G. Cia contém um montante assombroso e interessante de posses de terras, apresentado da seguinte forma: contamos 270 pedaços de terras com o mesmo tamanho (3.600 ha.), todos de pastagens sendo somente as áreas da Pescaria (9458ha), Descalvado (34.848 ha.), Cascavel (13.068 ha.) e Carandá da forquilha (7.534 ha.) maiores que as outras. Aí vem os outros fazendeiros, numa média de 900 ha e os pequenos, com 200 ha. a 50 ha.<sup>125</sup>

Nos demais livros enumeram-se os impostos urbanos e produção rural enviada para a vila. A partir daí entramos na vila para conhecer seus habitantes, pelo menos aqueles que pagam impostos, como também muitos que não pagam, mas estão figurando nas listas,

---

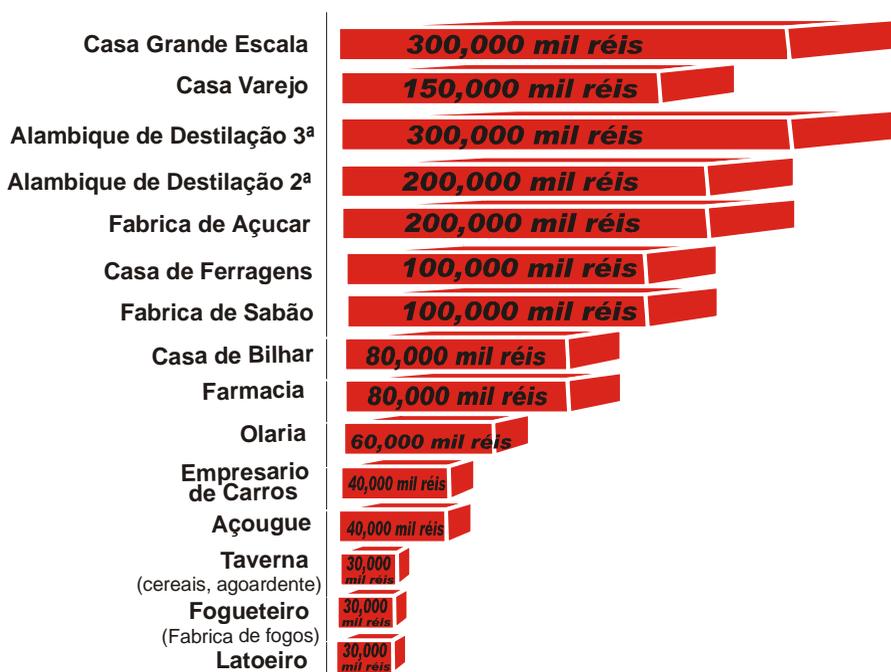
<sup>125</sup> Coletoria de Cáceres. APMT. Cx.01 L01 p.05

## História e Memória: Cáceres

com nome, local, valor, todos expostos numa romaria de profissões e trabalhos variados.

Pela extensa lista acreditamos que todos contribuem para o bem comum, alguns mais, outros menos. Até o momento não foi possível saber o motivo das diferenças de alíquotas, mas parece decorrer do cotidiano das profissões, ofícios e atividades de cada pessoa, tipo de serviço, casa comercial ou indústria.

### GRÁFICO DE ALIQUOTAS DE CASAS COMERCIAIS E INDUSTRIAS



Dados retirados dos livros de recolhimento da Coletoria - APMT

É difícil fazer uma relação entre o que é justo e as alíquotas impostas, como as apresentadas no século XIX, visto que há certa harmonia entre aqueles que mais ganham e os demais; é uma situação a se pensar, uma vez que ganhos trabalhistas e embates sociais em torno

## História e Memória: Cáceres

de melhores condições de vida, só aparecem claramente na historiografia a partir das décadas de 1900.

**TABELA DE ALÍQUOTA DAS PROFISSÕES**

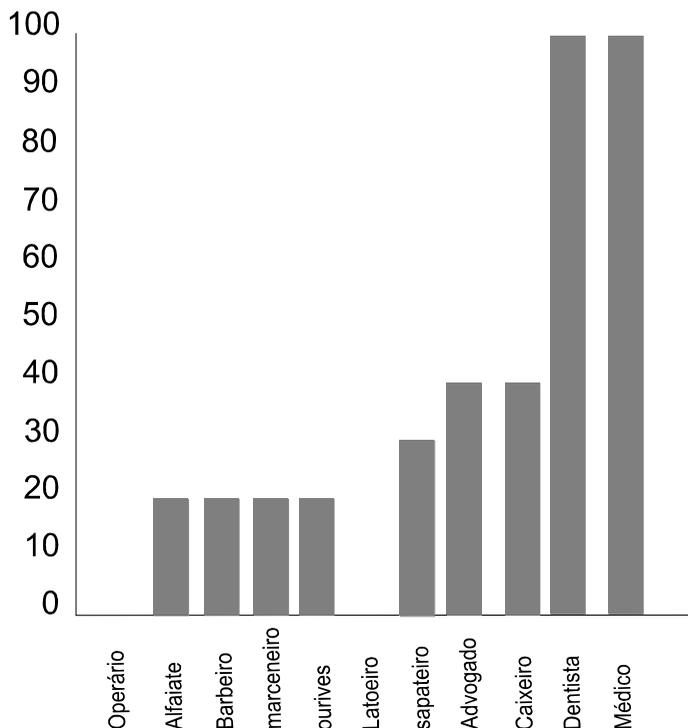


Tabela referência em mil *réis* anuais.

Dados retirados dos livros de recolhimento da coletoria de Cáceres – APMT.

No gráfico acima percebemos as diferenças de impostos entre os vários profissionais.

### **Uma certa mobilidade ...**

Encontramos uma administração fiscal onde sugere certa diferença com relação a várias alíquotas, inclusive dos impostos prediais. Além de pagarem o mesmo valor, só as ruas centrais figuram

## História e Memória: Cáceres

---

nas listas e não se percebeu o porquê de muitas outras ruas ficarem de fora nos primeiros livros. Provavelmente essas ruas já existiam na época, (como o largo da matriz) e não foram listadas. As profissões liberais mantêm o mesmo padrão sendo que o operariado nada paga.

Há uma produção rural intensa nos derivados do gado, algumas culturas e principalmente a cultura extrativa da poaia, o que sugere uma atuação, não só no mercado interno da vila, mas fazendo parte da pauta de exportação, produtos de procedência do gado e do extrativismo.

Nada parece ficar fora dos olhos (ou das garras) da coletoria; uma vila de porte pequeno como é o caso de Cáceres tem a sua vida produtiva toda vigiada, inclusive a produção que vinha do campo.

Os médicos, Dr. Elísio Mello e Dr. João Mariano, da Rua 13, pagavam o mesmo que os dentistas – 100.000 réis de imposto.

Os carpinteiros e marceneiros (trabalhando somente por encomenda), alfaiates e barbeiros (com uma só cadeira) pagavam a mesma quantia – 20.000 réis; já os empresários de carro (carroceiros) contribuía com um pouco mais – 40.000 réis, como também o açougueiro.

Algumas “categorias” profissionais ficavam fora das garras da coletoria, não pagavam nada, pois estavam amparados pela lei nº. 806 de novembro de 1819; são isentos de impostos os caixeiros, pedreiros ajudantes e os operários.

As olarias que fabricavam telhas e tijolos para o desenvolvimento da cidade pagavam 60.000 réis, até Rachid Massad e Irmãos, que pagou a contra gosto, pois “reclamou não estar trabalhando”<sup>126</sup>.

Podemos ver os proprietários da Rua da Manga, o Senhor Salvador Jorge da Cunha, dona Valentina Lopes Vianna e o senhor João da Costa Leite, todos alegremente esperando o coletor, na esquina,

---

<sup>126</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx.01 L02 p05

## História e Memória: Cáceres

---

felizes e sorridentes. Lá vem ele, com sua penca de livros, chega para receber a décima predial.<sup>127</sup>

A partir de 1872, percebe-se uma mobilidade social, o movimento das pessoas em relação à moradia, como a Rua da Manga, uma das mais habitadas, antigas e extensas, que passa a perder moradores. Ao fim desse ano contamos onze casas em ruínas, pois as pessoas começam a priorizar novos espaços para morar, talvez pela transformação econômica da rua; a exemplo, “o senhor João José Dias pagou trinta mil *réis* de imposto de vender aguardente de miúdo em sua casa na Rua da Manga nº1 ”.<sup>128</sup>

Passamos agora a pormenorizar alguns tributos, tecendo pequenas considerações sobre eles, visto que os livros da coletoria são excelentes fontes de apoio, mas como só se escreve o essencial resumido a valores, seguindo uma rotina ano a ano, esta é uma fonte que dá pouca margem para uma ginástica mental do historiador.

### Décima Predial

As casas da Rua Direita, na sua maioria, são mais caras, poucas têm valor abaixo de 100.000 *réis*, chegando até 360.000 *réis*, pois são bem longas. A Rua da Manga, também é uma rua extensa, mas boa parte das casas tem valor abaixo de 100.000 *réis*.

Não parece que se cobrava de todas as residências, pelo número de ruas declaradas nos livros da décima predial. Sendo só algumas das ruas centrais, por sinal o imposto era muito alto, dez por cento do valor do imóvel. A casa mais cara da vila era a do Sr. Elisbão Pinto Guedes situada na Rua de Baixo – 504.000 mil *réis*.<sup>129</sup> Este mesmo senhor foi o proprietário da primeira “vila”, também na Rua de Baixo.

---

<sup>127</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx 02 L01

<sup>128</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 01, p.37

<sup>129</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L. 02, p.02

## História e Memória: Cáceres

---

Nessa rua nasce o que se popularizou chamar de “vilas” em Cáceres; o Sr. Elisbão Pinto Guedes pagava imposto referente a 10 pequenas casas, uma junto à outra. Estamos no ano de 1868.<sup>130</sup>

A partir do ano de 1872, novas ruas começam a ser listadas: o Largo da Matriz (com residências de alto padrão), a Rua 7 de Setembro, Travessa da Caridade e Travessa do Quartel (com residências de médio e baixo padrão).

Algumas pessoas tinham muitas casas na vila. O capitão Miguel Alves da Cunha era proprietário de 2 casas na Rua da Manga (n.ºs. 11 e 104), o Sr. José Augusto Pereira Leite tinha também 2 casas na Rua Direita (n.ºs. 28 e 202).

O major João Carlos Pereira Leite igualmente era um feliz proprietário de várias casas, as quais listamos duas situadas na Rua do Meio, uma de padrão médio, a segunda um pouco menor e a outra na Rua Direita.<sup>131</sup> Porém acreditamos que sua moradia ficava no Largo da Matriz. As casas situadas no Largo tinham valores altos – 144.000 réis era o valor da casa do major, mas havia outras de maior valor.<sup>132</sup>

O Major João Carlos Pereira Leite pagou as décimas dos prédios de sua propriedade, sendo. Nº 1 do largo da matriz, 3 e 5 do mesmo largo, 18 da rua direita e 3 e 4 da rua 7 de setembro, 2 e 24 da rua de baixo, lançados no exercício de 1873.<sup>133</sup>

Curiosamente, na capital Cuiabá, também encontramos denominações parecidas fazendo parte do quadrilátero urbano central mais antigo, a Rua de Baixo (ladeando o córrego da Prainha), uma quadra depois, a Rua do Meio e a Rua de Cima, todas paralelas.

Pessoas como o Major João Carlos, que têm sua provável residência no largo da matriz, acreditam no desenvolvimento e no

---

<sup>130</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 09, p.07

<sup>131</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 04,

<sup>132</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 07, p.02

<sup>133</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 07, p.07

## História e Memória: Cáceres

---

progresso dos novos tempos. Esta classe preferia e pretendia mudanças no espaço urbano a fim de modernizá-lo;

[...] o estágio em que se encontrava a economia e a maneira de como estes fatores de produção eram explorados, não correspondia às potencialidades e às riquezas existentes no município.<sup>134</sup>

Nesse tempo, “à noite a cidade ficava totalmente às escuras por falta de iluminação pública, o estado dos prédios públicos era péssimo<sup>135</sup>”. Os administradores estavam pensando em projetos de urbanização e a luz elétrica significava a era da modernização. A vida dos inquilinos não era fácil, pois muitos acabavam pagando a décima predial da casa onde alugavam:

O Senr. Faustino O. Campos pagou a quantia de vinte um mil e seis centos reis de decima predial da propriedade da casa do Senr” João José da S<sup>a</sup> cita n’esta Vila na Rua de baixo nº 5 , conforme o lançamento que se procedeu nos annos de mil oito centos sessenta té mil oito centos sessenta e quatro.<sup>136</sup>

José Duarte da C. Ponte, inquilino – declarou ter pago 10.800 *réis* pela décima da casa onde mora L2 F1. Também se pagava com atraso a décima predial, gente graúda e gente miúda:

Fica carregado ao actual collector a quantia de vinte e cinco mil nove centos e vinte reis que pagou Senra. Maria Rosa da Conceição, de impostos de sua propriedade da casa nº 29, cita na rua da

---

<sup>134</sup> ARRUDA, Adson. “Imprensa, vida urbana e fronteira; a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do sec. XX (1900-1930). Cuiabá. Dissertação de Mestrado. UFMT. 2002 p57

<sup>135</sup> Idem. P57

<sup>136</sup> Coletoria de Cáceres , APMT. Cx. 02, L 01, p.14

## História e Memória: Cáceres

---

Manga vencidas nos exercícios de 1865, 1866, 1867 e 1868.<sup>137</sup>

Em 1861 renova-se a Câmara Municipal, propondo novos nomes para as ruas centrais da vila. E, encontramos novamente, o Sr. Elisbão, agora como vereador, integrante do poder constituído. Talvez não seja por acaso, "os vereadores de Vila Maria" não recebiam remuneração. No entanto, vantagens poderiam ser obtidas o que lhes permitia manter certos privilégios. A exemplo, das concessões dos "terrenos urbanos para que vereadores se tornassem proprietários de imóveis urbanos"<sup>138</sup>. Abaixo, a lista que Natalino Ferreira Mendes fez das novas ruas:

Rua da Manga (hoje, Quintino Bocaiúva);  
Rua Direita (13 de Junho);  
Rua Formosa (João Pessoa);  
Rua do Meio (Antonio Maria);  
Rua Augusta (Cel. José Dulce);  
Rua de Baixo (Mal. Deodoro).  
TRAVESSAS  
Do Mercado (Padre Casemiro);  
Da Esperança (Gen. Osório);  
Da Câmara (Com. Balduino);  
Do Quartel (Cel. Faria).  
LARGOS  
Da Matriz (Praça Barão do Rio Branco);  
Do Mercado (Praça Major João Carlos).

E para erguer o cemitério, resolvendo o problema da última morada das pessoas, a câmara designou aquele que entendia do assunto, o Sr. José da Boa Morte.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02, p.97

<sup>138</sup> CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. "Um esboço sobre a câmara municipal de Vila Maria do Paraguai – 1859/1889". Cáceres ed. Kcm, p.30

<sup>139</sup> MENDES, Natalino Ferreira. "História da administração municipal" 2 ed. Cáceres-MT, Ed. UNEMAT. 2009. P44

### Imposto sobre Cáceres

Dois são os impostos que incidem sobre a pecuária, o gado em pé quando exportado ou vendido na província e para o consumo nos açougues. O capitão Gabriel Alves da Cunha tinha um dos maiores açougues da vila, pois matou cinquenta rezes e pagou impostos sobre tal. Porém, não menor era o açougue do major João Carlos Pereira Leite, que matou em seu açougue 384 rezes no ano.<sup>140</sup>

### Imposto da *Agoardente*

Nas casas que vendem *agoardente a miúdo*, ou seja, em dose, direto para o freguês, também se comercializa cereais, arroz em casca ou “pilado”, feijão, farinha, açúcar e pequenas miudezas do dia a dia doméstico. O valor do imposto é o mesmo para todas as casas.<sup>141</sup>

No centro da pequena vila encontramos muitas casas e tavernas que vendiam *agoardente a miúdo*, pagando 30.000 (trinta mil réis) de imposto ao ano, sendo que na Rua Direita concentram-se algumas.

No livro de 1873 estão listados 23 estabelecimentos, tendo como proprietários de alguns destes, funcionários da administração pública e do exército, tudo para servir ao povo e aumentar as rendas próprias.<sup>142</sup> A exemplo, destacamos que, “o Sr. Antonio José da Silva manifestou o gênero seguinte de sua propriedade 10 medidas *d’Agoardente* - 10,000 (réis)”.<sup>143</sup>

Faz parte da lista dos donos de tavernas, por exemplo, o Ten. Cel. Luiz Benedicto Pereira Leite, o Alferes José Augusto Pereira Leite, o capitão Francisco Xavier Pinto Bahia.

---

<sup>140</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02. p46

<sup>141</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02, p.36,37.

<sup>142</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 08. p.16

<sup>143</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 10. p.68

Também mulheres aparecem na lista como, “a Sn<sup>a</sup> D. Anna Maria do Araujo Costa pagou a quantia de trinta mil *réis* de imposto de vender *agoardente a miúdo*, em sua casa, cita na rua direita n<sup>o</sup>4”.<sup>144</sup>

### Dízimos dos gêneros de lavoura

Com relação ao produtor rural havia certa diversificação dos produtos, a maioria voltada para o abastecimento interno da vila e arredores, mas também existe uma produção que era exportada. Nos livros que verificamos há, desde uma pequena produção de fumo de rolo, a uma expressiva produção de carne seca e poaia.

O produtor rural pagava menor alíquota de imposto, mas ele era obrigado a manifestar a quantidade trazida, sendo possível, nesse caso, diferenciar o pequeno agricultor dos demais, como por exemplo, em relação ao pequeno produtor, “o Sr. Mariano ramos manifestou; 3 alqueires de feijão e 3 arrobas de toucinho”<sup>145</sup>. Em outro exemplo, vemos que “o Sr. Alfe’res Eustaquio Tobias da Costa Magalhaes manifestou o genero seguinte de sua propriedade: 6 alqueires de milho”.<sup>146</sup> Ele pagou 3.600 *réis*, dez por cento.

Já em relação ao grande produtor, temos o seguinte exemplo : “O Snr. Deodoro Antonio Cardoso, manifestou os generos seguintes de sua propriedade: 25 arrobas de açúcar”.<sup>147</sup> Como podemos ver, ele pagou 31,250 *réis*. E, ainda, encontramos os seguintes registros: “o Snr. Joaquim Pereira manifestou os generos seguintes de sua propriedade: 153 arrobas de poaia”.<sup>148</sup> Ele pagou 306,000 *réis*; o alferes Francisco Pinto de Arruda manifestou 125 arrobas de poaia.<sup>149</sup>

Num dos livros mais antigos, de 1837, encontramos o registro de que havia a poaia em boa quantidade, mostrando que no século XIX o

---

<sup>144</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 02. p36

<sup>145</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 03. p01

<sup>146</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02 p01

<sup>147</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02. p06

<sup>148</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02. p31

<sup>149</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 06. p5

extrativismo foi importante na balança de exportação da região. Nesse registro consta que,

recebido de Mario... de Souza sessenta e seis mil ducados e quarenta reis de cento e trinta e oito arrobas de puaya como da nota consta em n6 e da guia n6 em letra e manda p hum só pagamento.<sup>150</sup>

### **Imposto sobre a carne seca**

Como era uma região de pecuária, em muitos casos extensiva, os produtos derivados do gado ganhavam importância e eram cultivados por pequenos e grandes produtores. Assim, o imposto sobre a carne seca não parecia ser muito alto (1,600 réis) e a produção que vinha do campo era significativa, por exemplo, “o Sr. Antonio Francisco da S. Cardozo manifestou os generos de sua propriedade; 3 arrobas de carne seca”<sup>151</sup>. Ele pagou de imposto 1,200 réis.

### **Siza de escravos**

Tudo o que se relacionava ao escravo tinha um valor cobrado e como era uma região de fronteira mineira, seu valor crescia muito. Para fazer uma transação de venda ou compra era preciso adquirir um papel selado na procuradoria. Algumas transações de compras de escravos pareciam estranhas, como por exemplo, várias pessoas adquiriam escravos já de idade avançada (50, 55 ou 60 anos), com qual interesse? Sabemos que já havia no império e na região de Mato Grosso, a presença dos clubes que investiam nas alforrias dos escravos e pelas idades descritas é o que se supunha, pois,

o Sr. Cadete Luiz Pinto de Miranda pagou seis centos reis pela compra de um papel sellado de aquisição por ter de comprar da Senra. D. Maria Josefa de Jesus Leite uma escrava de nome Rosa crioula idade de cecenta annos por preço e quantia de

---

<sup>150</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 01, L 03. (1837)

<sup>151</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02. p55

## História e Memória: Cáceres

---

tresentos mil reis”;<sup>152</sup> (mais a frente na pg. 15, o cadete Luiz Pinto paga a meia siza da transferência).

Além da siza pelo escravo vendido, se pagava também a introdução deste na província. A saber:

O Snr. Leopoldino de Mello Cabral pagou a quantia de cento e vinte mil reis de taxa dos escravos Salvador crioulo idade 8 annos e Gertrudes cabra idade 10 annos, introduzidos nesta villa, vindo de Minas.<sup>153</sup>

Só no ano de 1869 o Sr. Leopoldino introduziu 9 escravos na Vila, onde entrou Maria, de 21 anos, sua filha Joaquina de 10 meses e Esmesia de 10 anos; todos esses escravos entraram no mês de julho, vindos da província de Minas.

### Novos e velhos direitos

Hoje, para se transmitir bens e imóveis a herdeiros, é preciso pagar o ITBI (imposto de transmissão de bens e imóveis). Esse tributo ficava sob a responsabilidade dos herdeiros. Na época, este imposto chamava-se “novos e velhos direitos”.<sup>154</sup>

Assim, para a legitimação dos filhos, pagava-se na coletoria o imposto de novos e velhos direitos, o bilhete do pagamento saía em nome do pai ou da mãe. O mesmo imposto também era pago por quem se prestava a ser testamenteiro - as assinaturas de artigos de justiça, por exemplo, "a Snra. Florencia de Arruda Leite pagou a quantia de seis mil réis de novos e velhos direitos de legitimação de seu filho de nome Venâncio"<sup>155</sup>

---

<sup>152</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 06, p06

<sup>153</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 02 .p.92

<sup>154</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 02, L 05

<sup>155</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L 03

### Alguns gêneros diferentes

O fumo e a mandioca também eram taxados, por exemplo, “*O Snr. Jose Antunes Maciel manifestou o genero seguinte de propriedade sua 200 varas de fumo*”<sup>156</sup> o que equivalia a 20,00 réis. Na época, 01 vara correspondia a 1,000 réis.

Notadamente, havia muita manifestação de milho, uma cultura que estava ligada ao abastecimento interno, ligada à atividade de roceiros e pequenos sitiantes, localizados no entorno próximo à Vila, por exemplo, “o sr. Manoel Theotonio da Silva manifestou o genero seguinte de propriedade sua 6 alqueires de milho...1,200”<sup>157</sup>.

É evidente que o imposto “cai em cascata”, pois se o produtor fazia o pagamento quando manifestava e transportava seus produtos para a venda ou mercado, este também era obrigado a pagá-lo novamente.

### Finalizando

Não pretendemos aprofundar, neste momento, em uma discussão teórica nem em outros estudos acerca das “coletorias”. Mas, dar voz a um tipo de fonte, dentro dos estudos de Mato Grosso, ainda muito desprezada. Fonte que possibilita revelar ligações inesperadas, constituída de testemunhos documentais de um possível entendimento diferenciado de um tempo marcado, datado, histórico de um determinado lugar. Um tipo de fonte que continua à espera de olhares cuidadosos, pronta a revelar nos números, nos impostos pagos pelos cidadãos, na diferenciação das profissões, no tipo de comércio e de produtos, a vida que se desenrola em meio ao ir e vir das pessoas no tempo.

---

<sup>156</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 03, L08

<sup>157</sup> Coletoria de Cáceres, APMT. Cx. 01, L 07. p08

### FONTES

Coletoria de Cáceres, Arquivo Público de Mato Grosso - APMT. Utilizamos para este artigo as caixas n°. 01 (total de 9 livros), 02 (total de 10 livros) 03 (total de 7 livros).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Adson. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do sec. XX (1900-1930)*. Cuiabá. Dissertação de Mestrado: UFMT, 2002.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *Um esboço sobre a câmara municipal de vila Maria do Paraguai – 1859/1889*. Cáceres ed. Kcm

MENDES, Natalino Ferreira. *História da administração municipal*. 2 ed. Cáceres-MT, Ed. UNEMAT. 2009.

## ANJO DA VENTURA: A CIDADE E O ESPELHO

Acir Fonseca Montecchi;  
Inêz Ap<sup>a</sup>. Deliberaes Montecchi <sup>158</sup>

### Introdução

*(...) neste mundo, não se joga xadrez com figuras eternas,  
o rei, o louco: as figuras são o que as configurações  
sucessivas sobre o tabuleiro fazem delas*  
Paul Veyne

No começo apenas olhares e indagações, dirigidos a uma escultura de mulher alada, colocada no alto de um prédio comercial, datado de 1890, situado na esquina do cruzamento das ruas Cel. José Dulce e Comte. Balduino, em Cáceres, MT<sup>159</sup>. Por que colocar uma imagem dessas sobre uma casa comercial? Qual mensagem essa imagem estava destinando e a quem? Seria essa imagem portadora de significações especiais? Quais as razões que trariam a obra de arte para o Pantanal matogrossense, no final do século XIX?

O Pantanal é emblemático. Sua geografia, suas águas, montanhas e diversidade de populações indígenas, desde o século XVI dão margem à criação de muitos mitos. Maria de Fátima Costa<sup>160</sup> traduz algumas dessas visões:

*A imensa planície inundável situada no interior da América do Sul, hoje denominada Pantanal, foi transformada em terras pertencentes à coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas, no final do século XV. Originalmente era território de diversas nações e povos indígenas, entre outros, dos Guarani, Payaguá, Guaxarapos e Xarayes. Já no início do século XVI passou a ser visitada por europeus devido à possibilidade de conter riquezas minerais ou fabulosos tesouros.*<sup>161</sup> (COSTA, 1999, p. 17).

---

<sup>158</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres e Professora do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT - campus Cáceres.

<sup>159</sup> Cidade pantaneira no oeste de Mato Grosso.

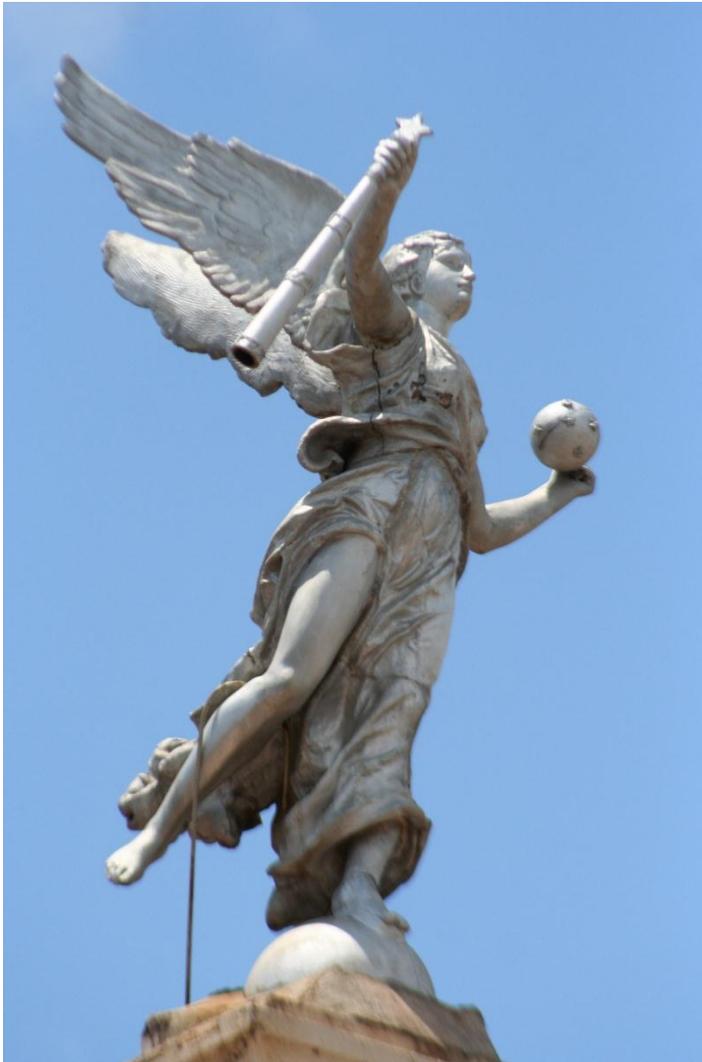
<sup>160</sup> Ver Maria de Fátima Costa *História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo : Estação Liberdade: Kosmos, 1999; *Deus e o Diabo em terras molhadas*, in: Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. I. n. 1 jul/dez/2000 – Cuiabá-MT. p. 63-83.

<sup>161</sup> Maria de Fátima Costa, op. cit.: 17.

## História e Memória: Cáceres

---

Depois, o desafio de estudar a escultura conhecida como *Anjo da Ventura*, que marca sua presença em Cáceres há mais de um século e entender a dimensão simbólica da cidade em torno dela. Para Angel Rama *uma articulação de signos que compõem uma identidade socialmente e culturalmente construída*<sup>162</sup>.



---

<sup>162</sup> Noção desenvolvida por Angel Rama em *A Cidade das Letras*.

Às imagens revividas e recriadas, inclui-se o nosso ponto de vista, o nosso envolvimento com a cidade e as complexidades decorrentes da condição de observador que se move, ora com sentimento de pertencimento<sup>163</sup>, ou objetivamente como *flanêur*<sup>164</sup> para alcançar a inteligibilidade desse espaço de sociabilidade e memória, dando destaque para a significação atribuída ao *Anjo da Ventura* neste mais de um século de sua existência na cidade.

É importante apontar a probabilidade de a escultura ter sido trazida num navio vapor, cruzando o Atlântico, no último quartel do século XIX para compor a fachada da casa comercial *Ao Anjo da Ventura*, localizada em um espaço citadino que vai se configurando como “lugar de negócios”, num espaço físico que no ano de 1942, com a instalação de agência bancária, consolidou-se como o centro financeiro e monetário da cidade portuária de Cáceres.

A imagem do Anjo da Ventura enquanto canal de acesso à percepção da sociabilidade e da ritualização da vida cotidiana da cidade mostrou-se reveladora de uma cultura metropolitana que se expressa, sobretudo, através de signos positivistas de progresso e modernidade, permitiu o entrecruzamento de olhares que vasculharam significados intrincados, como por exemplo, de que os moradores, especialmente os mais idosos, sacralizam a relação com o *Anjo da Ventura*. Por conseguinte, a escultura converte-se em testemunha de acontecimentos, permite observar cenários e vivências, hábitos e costumes que ainda permanecem em desfavor do tempo e das mudanças ocorridas no aspecto cênico da cidade, provocadas por novos atores e outras configurações.

Cada passo dado ao longo deste estudo, respondia a perguntas que tínhamos à cerca da escultura e também revelava a cidade como objeto de investigação para outras histórias, silenciadas entre o casario e ruas aparentemente estreitas.

---

<sup>163</sup> Estamos (os autores) inseridos neste contexto, sendo cingidos por todas as configurações das dimensões do imaginário.

<sup>164</sup> Utilizamos aqui a noção utilizada pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento no *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*, para quem o *flâneur* é um observador atento, “espectador privilegiado do social”, uma espécie de detetive e espião, cujo olhar tudo capta, tudo percebe.

O conteúdo mítico que cerca a escultura indica uma relação cosmológica, possivelmente originada da sensibilidade dos povos que tradicionalmente habitavam o pantanal e da percepção de mundo dos que aqui se instalaram a partir do século XVIII, trazendo e moldando representações e conceitos religiosos.

O *Anjo da Ventura* participa da vida de moradores da cidade, aliás, provoca uma inquietação em suas vidas. Ansiosamente seguimos as prefigurações míticas e as representações como expressão de um imaginário que nos empurrou em direção a um caminho como se fosse uma sina, levando-nos a compreender o que diz Edgar Allan Poe, *adoramos os enigmas, as adivinhas, os hieróglifos, exibindo nas soluções de todos eles um poder de acuidade que, para o vulgo, toma o aspecto de coisa sobrenatural*<sup>165</sup>.

Nesse caso, as interrogações dirigidas ao *Anjo da Ventura* permitiram decifrar historicidade, verificar experiências do passado, momentos de origem, momentos distantes e momentos extremamente atuais. Temos consciência de que a *nossa história*, fruto de pesquisa e ancorada em eventos, datas e documentos, não abarca todos os significados e *outras histórias*, seguramente, mais romaneadas e talvez por isso, mais atraentes, continuarão no imaginário das pessoas, mediadas por conteúdos míticos e ritualizados. Ainda assim, foi nesse universo que buscamos penetrar, para interrogar e dar visibilidade a esse cenário social da cidade.

O estudo articula as áreas da História da Arte e da História Cultural tendo como suportes teóricos, conceitos de iconografia e iconologia, utilizados por Erwin Panofsky, José Alcina Franch e Maria Del Mar Ramirez Alvarado, os postulados de uma recente Filosofia da Arte, da qual faz referência o pesquisador Michel Harr, e ainda, a contribuição dos estudos de Carlo Ginzburg e Michel de Certeau para compreensão das produções culturais e da circulação destas.

As fontes principais constituem-se de relatos orais de pessoas da família de José Dulce, o antigo proprietário da casa comercial *Ao Anjo da Ventura* e possivelmente, idealizador da escultura, do atual proprietário do imóvel, e de moradores da cidade que convivem e

---

<sup>165</sup> Edgar Allan Poe. 1996: p. 6.

revitalizam o conteúdo histórico/simbólico do *Anjo da Ventura*. Também recorremos a fontes secundárias, ao *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*<sup>166</sup> editado em Hamburgo no ano de 1914, aos escritos do historiador Natalino Ferreira Mendes<sup>167</sup>, bem como a entrevista concedida pelo mesmo e às reminiscências de Estella Ambrósio, publicadas pela jornalista Martha Baptista<sup>168</sup> e a pesquisa da historiadora Cristiane Thais do Amaral Cezósimo Gomes<sup>169</sup>.

Na primeira parte, a par de lidarmos com a descrição iconográfica da escultura tida como a de um *Anjo*, rica em detalhes e em traços que seguem rígidos princípios estéticos, influências do Renascimento italiano e característicos do *Neoclassicismo* das primeiras décadas do século XIX, trazemos a trajetória do comerciante genovês José Dulce, suas concepções e iniciativas.

Na segunda parte, buscamos por em relevo as razões da escolha de um “anjo” para representar iniciativas mercantis. Empreendimentos comerciais estes, sem dúvida, compatíveis com os investimentos que aportaram nas cidades portuárias de Mato Grosso, através da Bacia do rio da Prata com a reabertura da navegação, terminada a Guerra do Paraguai, em 1870. Nesse panorama, quais os significados, os conceitos específicos e os valores culturais que se buscavam expressar através das representações que encarnam o *Anjo da Ventura*.

Na terceira parte, a explanação de uma interpretação iconológica da escultura, apreendendo os significados da obra, o universo de convicções religiosas em que ela está inserida e a forma como em diferentes condições históricas, são expressos, através de representações e imagens, conceitos simbólicos construídos pelo homem. Neste caso, destacando o universo mental do cacerense, que contribui, para nesse cenário, dar uma tonalidade de tradição. Compreendendo a tradição

---

<sup>166</sup> *Album Graphico do Estado de Matto Grosso* editado em Hamburgo, Alemanha, no ano de 1914.

<sup>167</sup> Natalino Ferreira Mendes. *Efemérides Cacerenses*, vols. I e II. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

<sup>168</sup> Para melhor entendermos o contexto da cidade de Cáceres do final do dezenove e início do vinte, no qual está inserida a imagem, recorremos ao que foi escrito por Martha Baptista. *Estrela de uma vida inteira-A história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella*- Cáceres, 1998.

<sup>169</sup> Cezósimo Gomes, Cristiane Thais do Amaral. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP 2001.

como respeito à cultura, aos monumentos e outros vestígios do passado que vozes do tempo presente atualizam ao tecer suas narrativas.

### Histórico

A escultura batizada pelo nome de *Anjo da Ventura* pelo que as fontes indicam, foi trazida para São Luiz de Cáceres no ano de 1890, por José Dulce. Nascido em 1847, em Gênova na Itália, aos dezenove anos desembarca em Buenos Aires, Argentina, trabalhando inicialmente no comércio, para em seguida iniciar atividade de comerciante ambulante. O advento da Guerra do Paraguai (1864-1870) demarcou sua atividade comercial itinerante. Seguindo as tropas em combate, fazendose presente nos acampamentos militares, mascateando mercadorias<sup>170</sup>, teve uma rápida passagem por Corumbá, chegando a Vila Maria do Paraguai em 1871, após o término do conflito bélico. Nesta localidade, instalou-se comercialmente, constituiu família, conquistou poder político, acumulou um grande patrimônio e morreu em 1921.

Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, observa-se a presença de imigrantes no controle do capital mercantil no Brasil e na região do rio da Prata, exercendo forte influência em Mato Grosso. O desenvolvimento capital mercantil está ligado ao desenvolvimento da indústria na Europa, na segunda metade do século XIX, ao desenvolvimento dos transportes (barcos a vapor, ferrovias) e à necessidade de novos mercados consumidores e novas fontes de matérias primas. Aquilo que conhecemos hoje como mercado mundial está, nesse momento, sendo formado<sup>171</sup>. Os comerciantes e suas casas comerciais eram postos de distribuição de mercadorias (redes) produzidas pelas indústrias e, simultaneamente, compradores de

---

<sup>170</sup> Segundo Richard Francis Burton. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1997, p. 331-332, “Os oficiais andavam com os bolsos cheios, enquanto os mascates faziam pequenas fortunas vendendo colheres de prata, canecas e artigos semelhantes”. Para melhor compreensão, podemos ainda, sugerir maior aproximação da Guerra do Paraguai e desse aspecto do processo de abastecimento das tropas brasileiras, através do trabalho realizado por Divalte Garcia Figueira que focaliza a presença de mascates na frente de guerra.

<sup>171</sup> No tocante a este ponto nos apoiamos em Eric J. Hobsbawm. *A era das revoluções: Europa 1789-1849*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

## História e Memória: Cáceres

---

matéria-prima para a indústria, para a indústria européia (e americana, mais à frente) que eram a outra ponta do sistema.

Em 1871 José Dulce e o também italiano Leopoldo Livio D'Ambrósio fundam a firma comercial José Dulce & Vilanova, instalando-se na Rua de Baixo, hoje Mal. Deodoro, tendo como principal atividade, a compra e a venda de produtos nacionais e importados, tais como tecidos, perfumarias, cristais, móveis, ferragens, drogas, armas de fogo, bebidas, arreamentos, roupa feita para homens e senhoras, e ainda, manejo do couro de boi para exportação, expandindo suas atividades, exportando peles de animais silvestres e ervas medicinais.

Em 1890, já consolidada, a empresa inaugura a sua sede comercial na confluência da Travessa da Cadeia com a Rua Augusta, hoje, Ruas Comandante Balduino e Coronel José Dulce, funcionando como agência de crédito e financeira na medida em que era preposto do Banco do Brasil.

Após alguns anos de funcionamento da empresa comercial, José Dulce compra a parte de Leopoldo D'Ambrósio, passa a ser o único proprietário do estabelecimento e de outros ramos de atividade produtiva e de transporte de passageiros e cargas. Dentre suas propriedades destacavam-se mais de 70.000, (setenta mil) alqueires de terras na região e o vapor *Etrúria*, que se tornou um ícone do transporte de passageiros e cargas, - com destaque para a seringa fina defumada e seringa pura<sup>172</sup>, - na bacia do rio Paraguai, estabelecendo regularmente a rota Cáceres-Corumbá-Cáceres.

O navio *Etrúria* ainda está muito vivo no imaginário dos habitantes mais antigos de Cáceres, a sua chegada ao Cais do Porto reunia todas as classes da sociedade, Dona Feliciano de Oliveira Montecchi com 78 anos lembra: (...) *ainda ouço o Etrúria apitar no Porto de Cáceres quando da sua chegada ou partida, a banda de música, o foguetório, era uma festa linda... as pessoas corriam para o cais do porto para saber das novidades que chegavam.*

Para acumular riqueza e poder social, José Dulce transformou os conhecimentos sobre a região do Prata, adquiridos em sua itinerância

---

<sup>172</sup> A documentação verificada no arquivo Público Municipal demonstra considerável volume de transporte de seringa através do vapor *Etrúria*.

comercial seguindo as tropas em combate durante a Guerra do Paraguai, em fonte fundamental que lhe valeram oportunidades de negócios e lucros, com a abertura da navegação do Rio Paraguai e fundamentalmente, com a isenção de impostos de exportação na zona de livre comércio instalada no porto de Corumbá pelo Governo Imperial.

Através de iniciativas comerciais de feições monopolistas, dentre as quais, a casa comercial *Ao Anjo da Ventura* e o vapor *Etrúria*, Cáceres mantinha estreitas relações comerciais com Porto Alegre, Santos e Rio de Janeiro e também recebia todo tipo de artigos importados da Europa o que a transformou no final do século XIX e primeiras décadas do XX numa cidade à feição das cidades modernas, no que diz respeito aos padrões de ocupação e desenvolvimento urbanístico e de crescente desigualdade social.

Em 1900, Cáceres tinha uma população de 9.000 habitantes, duas escolas públicas de ensino<sup>173</sup> e pouquíssimas ruas, que no período das chuvas ficavam tomadas por lamaçais intransitáveis, o que levou o Intendente Geral a confeccionar um plano para o calçamento das principais ruas. Não havia energia elétrica, a iluminação pública era proveniente de lâmpões abastecidos com querosene, tampouco havia água encanada, porém, nas casas das famílias mais abastadas se usava de “vestidos franceses a agulhas inglesas”<sup>174</sup>. Em poder de algumas famílias podem-se encontrar, ainda hoje, pratarias e louças conservadas, vindas de diferentes países europeus pelas iniciativas do comerciante José Dulce.

Nos primeiros anos do século XX, o processo *modernizador* da cidade foi acompanhado pela preocupação com a informação fixando uma nova produção urbana de linguagem, assim, em 3 de maio de 1911, passa a circular o jornal *O Argos*<sup>175</sup> com uma equipe de redação composta de letrados de notável influência política, a exemplo do professor Demétrio Costa Pereira que em seguida é levado à condição de administrador do município.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> Mendes, op. cit., vol. I. p. 59.

<sup>174</sup> Batista. Op. cit., p. 34-35.

<sup>175</sup> Mendes, op. cit., vol I. p. 111.

<sup>176</sup> Idem. p. 119.

## História e Memória: Cáceres

---

Dulce mostrou desde a sua chegada em Mato Grosso, ser portador de idéias e atitudes sintonizadas com os preceitos de desenvolvimento e de progresso do liberalismo europeu e com os processos de expansão da cultura européia no final do século XIX.

O desenvolvimento comercial e o processo que reorientou as atividades extrativistas de minerais e vegetais para uma perspectiva industrial de exportação, trouxeram para a cidade grandes transformações, sobretudo, a vinda de pessoas de diversos lugares do mundo, assinalando um novo ritmo na composição urbana daquela época<sup>177</sup>.

Entre as inovações tecnológicas trazidas inicialmente pela empresa José Dulce & Vilanova e posteriormente, José Dulce & Cia., encontram-se a instalação de quatro lâmpões no *boulevard*<sup>178</sup> do Largo da Matriz,<sup>179</sup> que em 7 de maio de 1912 tornou-se Praça Barão do Rio Branco,<sup>180</sup> a primeira bicicleta da cidade, e a instalação de uma Usina Diesel Elétrica em 1914,<sup>181</sup> através de concessão do poder público municipal, com privilégio de 50 anos, para o fornecimento da luz elétrica.

Dulce além de influência econômica tinha igual influência na vida política do município, tendo exercido funções e cargos públicos importantes<sup>182</sup>. Recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional<sup>183</sup>. Homem de negócios tivera participação em momentos cruciais da vida política do Município e do Estado, no movimento revolucionário

---

<sup>177</sup> Ver Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1914. Ver MENDES, Natalino Ferreira: *História de Cáceres-a História da Administração Municipal*, 1993.

<sup>178</sup> Os *boulevards* têm origem nas muralhas que circundam as cidades dos séculos XVI e XVII, incorporando a noção de centralidade e periferia, mais tarde evoluíram tornando-se caminho de passeio para a população.

<sup>179</sup> Arquivo Público Municipal. Fundo Câmara Municipal 1889.

<sup>180</sup> Mendes, op. cit., vol I, p. 116.

<sup>181</sup> Idem. p. 157.

<sup>182</sup> Eleito Vice-Intendente do Município, em 4 de fevereiro de 1892 assume o posto de Intendente em razão do afastamento do titular Cel. Luiz Benedicto Pereira Leite, em 11 de dezembro de 1917 é eleito Intendente da Fazenda do Município.

<sup>183</sup> Instituição fundada no Império (1831) e encarregada de manter a ordem nos municípios. Foi extinta em 1918.

ocorrido em Corumbá em 22 de janeiro de 1892, apoiou as forças do Sul<sup>184</sup> ligadas aos produtores de erva-mate e grandes pecuaristas.

Na Cáceres do final do século XIX, a higiene é objeto de cuidados, não apenas no que se refere a uma questão de saúde pública, mas também, no que se refere aos padrões estéticos de modernidade, de cultura urbana e de rompimento com o passado rural. Claramente, a cidade está vivenciando alguns contrastes, José Dulce, concilia interesses públicos com os inerentes às suas atividades privadas mercantis. Em 1892, o Delegado de Polícia Sebastião Pompeo de Barros<sup>185</sup>, vê-se envolvido no drama das queixas pela ocorrência de animais soltos pelas ruas e solicita a demarcação dos limites urbanos para vetar a criação de porcos. José Dulce, responde com a virtude do cumprimento das medidas disciplinadoras contidas nas Posturas da urbe<sup>186</sup>, mencionando enfaticamente “Os limites, julga esta Intendência, que se ampliam até ouiver casas sujeitas a pagamento de dízimos e mais direitos dos munícipes”. Em defesa da cidade civilizada e higienizada, embelezada, centro irradiador de cultura como um ideal de progresso, Dulce reafirma a sua disposição: “As posturas não estão partes dellas em execussão, por assim não ter determinado esta Intendência, não obstante ellas estão em vigor perante as autoridades a bem dos interesses Hygienicos do Município”.

É desse cenário que emerge a escultura. Existem fortes indícios de que tenha sido encomendada a um artista italiano ainda, por nós, desconhecido. Uma vez em Cáceres, a obra de arte foi colocada no alto da platibanda de balaústre do imponente prédio neoclássico que abriga a casa comercial identificada pelo nome fantasia *Ao Anjo da Ventura*.

Certamente a principal questão que nos é colocada e nos impulsiona para o estudo da escultura *Anjo da Ventura* é buscar compreender como e porque, a escultura suscitou uma interpretação

---

<sup>184</sup> O Intendente Geral de S. Luiz de Cáceres Coronel Luiz Benedicto Pereira Leite desloca-se para Corumbá a capital provisória, para compor a Junta Governativa do Estado, após a deposição em 1º de fevereiro de 1892 de Manoel José Murtinho que havia sido eleito governador em 1891, com isso, abre vacância do cargo. Sob o discurso da legalidade, patriotismo, ordem, paz e tranqüilidade para manter a liberdade e os direitos do povo Luiz Benedicto é aclamado e empossado Governador de Mato Grosso, assim, em S. Luiz de Cáceres José Dulce é empossado Intendente Geral.

<sup>185</sup> Arquivo Público Municipal de Cáceres. Fundo Câmara Municipal de São Luiz de Cáceres.

<sup>186</sup> Em 13 de janeiro de 1875 Dr. Félix da Costa Moran, envia à Câmara Municipal Código de Posturas com 54 artigos. Mendes, op. cit., vol. I. p. 29.

secular, quase homogênea, convertendo-se em patrimônio cultural da cidade de Cáceres, e incluindo em suas histórias apagamentos de sentidos, propositais ou não. Maria Del Mar Ramirez Alvarado em seus trabalhos sobre a construção de imagens diz que (...) *la imagen como expresión material de las ideas no solo remite a lo que se “ve” sino que, de igual manera, remite a lo que se “sabe” del objeto*<sup>187</sup>.

Histórias e imaginários desenvolvidos em torno da escultura do *Anjo da Ventura* expressam que o universo sócio-cultural foi determinante para a criação da interpretação sobre a imagem e essa interpretação foi sendo aceita e absorvida como a única, mesmo por aqueles que reconhecem nela, outros significados.

### Descrição iconográfica

Os postulados metodológicos de Erwin Panofsky, para o estudo de uma imagem, orientam primeiramente descrever os motivos, significados primários ou naturais. É o reconhecimento de elementos fáticos e expressivos que segundo José Alcina Franch, constituem o universo de motivos artísticos<sup>188</sup>. Com esse aparato teórico-metodológico iniciamos o estudo dessa escultura conhecida como *Anjo da Ventura*, uma obra esculpida em antimônio, pesando aproximadamente 150 kg.

Enquanto motivos, temos nessa escultura uma figura feminina alada, em pé, apoiando o pé esquerdo sobre um globo, com a perna direita levemente flexionada para trás. Em sua mão esquerda, outro objeto esférico tendo como detalhes, estrelas incrustadas. Na mão direita, um cetro ou bastão ornamentado com detalhes cônicos e uma estrela em sua extremidade. Seus cabelos ondulados estão presos, as asas afastadas para trás. Uma túnica drapeada, colada, desenha os contornos do seu corpo que, levantada pelo vento, lhe descobre a perna direita até a altura da coxa o que provoca no observador uma idéia de movimento. A posição da cabeça suavemente levantada em direção ao céu dá a sensação de que a escultura vai alçar vôo em direção ao norte.

---

<sup>187</sup> Alvarado, Maria Del Mar Ramirez: *Construir uma imagem*. Sevilla, CSIC, 2001. p. 45.

<sup>188</sup> Franch, José Alcina, *Arte e Antropologia*, 1992, p. 219.

Para Panofsky, a identificação dos significados factual e expressional se dá em razão dos mesmos fazerem parte de nossas experiências práticas, eventos e objetos que nos são familiares. Esses eventos e objetos constituem o que Panofsky chama de “a classe de significados primitivos ou naturais”<sup>189</sup>.

### Análise iconográfica

...o olho que vê é o órgão da tradição.

Franz Boas

O tema, significado secundário ou convencional é o segundo passo para a compreensão de uma imagem. É a inscrição da obra em um determinado contexto cultural.<sup>190</sup> Uma análise iconográfica da escultura *Anjo da Ventura* prescinde de um apontamento fundamental: como não conseguimos determinar o artista que esculpiu a imagem, procuraremos entender os significados estabelecidos pela família Dulce e pelos habitantes da cidade, levando em conta como já sugerimos anteriormente, que pode haver uma intencionalidade no deslocamento dos significados da obra.

Pelas entrevistas realizadas com moradores de famílias tradicionais da cidade e com descendentes do empreendedor, percebemos que há uma unanimidade de pensamento ao atribuir à escolha de José Dulce, sua fervorosa religiosidade. Dulce teria colocado sobre a edificação comercial um *Anjo*, por acreditar que estava abençoando o empreendimento comercial e toda a cidade.

Ao questionarmos se não havia outra possibilidade como, por exemplo, a representação de um ideal de progresso através de uma figura que olha para o rio Paraguai, principal via de acesso aos grandes centros comerciais, ou a representação de um horizonte que se descortina desejando sucesso para o seu empreendimento comercial, ainda, que estando apoiada sobre o globo e trazendo outro globo em uma das mãos, busca estabelecer ligações entre dois mundos, conquistando espaços ou integrando lugares distantes e pouco habitados

---

<sup>189</sup> Panofsky, Erwin: *O significado nas artes visuais*. Presença, p. 31.

<sup>190</sup> Franch, op. cit., p. 219.

ao restante do mundo, e que, o nome de fantasia *Ao anjo da Ventura* poderia significar para José Dulce a busca da fartura, da fortuna, da sorte ou da felicidade e que a escultura não teria o mesmo nome dado ao comércio, o que parece uma interpretação mais provável nesse contexto, a resposta é sempre negativa.

A escultura esculpida originariamente em metal cor de bronze é um *Anjo* e expressa para os habitantes da cidade, a crença fervorosa e os princípios religiosos que orientavam José Dulce. Essa afirmação é sempre acompanhada de comentários como: “foi o primeiro morador da cidade a comemorar todos os anos com uma grande festa, o dia do Divino Espírito Santo”, ou ainda, “as comemorações natalinas na residência dos Dulce eram esperadas com enormes expectativas pelos moradores, pois contavam com rituais religiosos que agradavam a todos os católicos praticantes da cidade”<sup>191</sup>. Natalino Ferreira Mendes atesta essas informações no levantamento das mais significativas datas cacerenses, nas quais ganham destaque as festas religiosas promovidas pelo patriarca da família Dulce<sup>192</sup>.

Inferimos que a escultura apresenta alguns elementos que a afastam da representação tradicional-cristã de um Anjo. A representação de Anjo, na tradição judaico-cristã, é de um ser assexuado, geralmente expresso em formas masculinas. O *Anjo da Ventura* apresenta contornos nitidamente femininos e pagãos. Os seios em relevo, a perna descoberta, demonstram sensualidade, os cabelos são longos e estão presos para trás. Quando comparado a outras representações nos leva a pensar que, possivelmente, *O Anjo da Ventura* tenha sido inspirado em uma obra de arte, a escultura de *Vitória de Samotrácia*.

Encontrada numa ilha da Grécia, a escultura *Vitória de Samotrácia*, esculpida em mármore cerca de 190 a.C., com altura de 275 cm. hoje, encontra-se exposta no Museu do Louvre, Paris. Supõe-se que a mesma estivesse presa à proa de um navio que conduzia uma grande frota naval<sup>193</sup>. Esta peça pertence a uma tendência do período helenístico que buscava através da Arte expressar movimentos,

---

<sup>191</sup> Depoimentos de Dulce Regina Curvo Alves, bisneta de José Dulce. As pessoas mais velhas que conheceram José Dulce ou que ouviram histórias sobre ele, repetem as afirmações de dona Dulce.

<sup>192</sup> Mendes, op. cit., vols I e II.

<sup>193</sup> Proença, Graça: *História da Arte*. Ática, São Paulo, 2001. p.34-35.



*Deusa da Vitória ou Vitória de Samotrácia*

mobilidade e figuras que pudessem ter sua beleza apreciada de todos os ângulos. A *Vitória de Samotrácia*, ou *Nike*, geralmente acompanha a Zeus e a Atena e como *Deusa da Vitória*, é a representação da glória aos vencedores. É representada como uma figura alada, sentada ou em pé sobre um globo, segurando em suas mãos uma folha de louro e um galho de palmas, ou ainda, em algumas representações, uma guirlanda ou uma espada. Presidia as competições atléticas e o desejo da vitória, da fama e das conquistas. A presença dos mundos representados pelos

dois globos nos leva a identificar a tentativa de reproduzir nesta parte do mundo os arquétipos do mundo europeu.



Deusa Niké

Há que se considerar a possibilidade da escultura que em Cáceres recebeu a denominação de *Anjo da Ventura*, ter sido esculpida na Itália e provavelmente no século XIX, com outros significados pretendidos pelo seu autor. Como já mencionamos anteriormente, não nos foi possível ainda identificá-lo e, portanto uma lacuna ficará momentaneamente aberta para investigação. Sabemos que é fundamental para entender o significado de uma obra de arte, partir

daquele significado pretendido pelo autor. Se por um lado não podemos fazer uma análise da interpretação pretendida por ele, podemos, entretanto, localizá-lo no contexto histórico-cultural do período.

O século XIX é marcado por uma nova tendência estética que predomina nas criações artísticas europeias. Essa tendência trata-se do *Neoclassicismo* e expressa valores de uma burguesia fortalecida que assume a direção da sociedade europeia e de um processo de expansão cultural, após a Revolução Francesa. O conceito valorativo das obras de Arte pressupunha a imitação de artistas clássicos gregos e renascentistas italianos, ou seja, implicava técnicas e convenções que dominavam as academias de belas-artes da Europa.

Com a sujeição às leis clássicas a obra de Arte de estilo *Neoclássico* buscava expressar o perfeito e o sereno, abolindo das suas produções os excessos e extravagâncias do *Barroco*. Entre os principais temas escolhidos para serem representados estão a mitologia e as entidades pagãs.

A escultura *Anjo da Ventura* é de estilo *Neoclássico* e forma um conjunto com a edificação à qual está afixada. A edificação revela-se numa construção arquitetônica que segue os mesmos princípios de inspiração renascentista. Datada do final do século XIX marca o rompimento com os modelos arquitetônicos que até então tinham influência de estilo português, com janelas retangulares, caixilhos, beiral.

No prédio da casa comercial *Ao Anjo da Ventura* destacam-se as colunas com capitéis, janelas e portas abandonando a forma retangular. Essas estruturas agora são apresentadas em arcos, vidros coloridos e fixos na parte superior das portas e platibandas em balaústres substituindo os antigos beirais.

Como vemos, não só a escultura *Anjo da Ventura*, mas também a arquitetura da edificação são exemplos típicos de novas e poderosas influências europeias que aportam em Cáceres na segunda metade do século XIX, expressando os temas e os conceitos do mundo que José Dulce reproduziu aqui.

É inegável a diferença de concepções, de modelos e padrões que se defrontaram em Cáceres naquele momento. Em uma imagem fotográfica estampada no Álbum Gráfico de Mato Grosso, pode-se

visualizar a diferença de estilos nas coberturas, nos telhados de construções existentes no período. Enquanto de um lado fica expressa a influência portuguesa, de outro, a edificação comercial *Ao Anjo da Ventura* altera profundamente o conjunto, apresentando uma arquitetura inspirada em modelos e gostos característicos do pensamento de arquitetos e construtores italianos.

### Interpretação Iconológica

*As interpretações vão e voltam e a “verdade” fica em algum lugar difícil de achar.*

Peter Fry

Erwin Panofsky assinala que o significado intrínseco ou o conteúdo imbricado na escultura, levam a apreensão de princípios que no momento de sua produção eram determinantes nas manifestações de uma nação, de um período e de determinadas populações. Valores simbólicos que representam atitudes documentadas de um artista ou de um pensamento que domina uma cultura.

José Dulce, pelo contato que, no decorrer deste estudo, pudemos ter com objetos que a ele pertenceram, cultivava gosto por obras de arte. Ao que tudo indica, sabia que a escultura não retratava a imagem de um anjo. Sua história de vida nos apresenta um homem culto, erudito e influente, que viajava todos os anos para a Europa o que lhe possibilitava um contato constante com valores e tendências artístico-culturais do “velho mundo”.

Em Cáceres a escultura foi acolhida de outra forma, recebendo outros significados, passa a ser pensada de maneira diferente, pela qual, ainda hoje é possível perceber uma linha de permanência que orienta os sentidos mais elementares dos moradores em seu cotidiano. Foram esses moradores que construíram para a escultura uma história adequada a seu contexto cultural.

O nome fantasia *Ao Anjo da Ventura*, da empresa comercial Dulce & Cia., contribuiu para que as pessoas associassem a imagem da *Deusa da Vitória* ou *Niké* à imagem de um *Anjo* e mais, que o próprio José Dulce permitisse que esta interpretação permanecesse assim,

provavelmente por perceber que havia nesta criação interpretativa um saldo positivo: o novo conceito religioso atribuído à Deusa valorizava por extensão a sua pessoa e o seu ramo de atividade.

Se por um lado, o nome fantasia da empresa passou a significar o nome da escultura, por outro, as pessoas transformaram o nome da firma, Dulce & Cia no nome fantasia. Todos os personagens desta história, com inclusão do poder público municipal, quando utiliza fotos antigas para divulgação do seu Centro Histórico, se referem à casa comercial como Casa Dulce e não *Ao Anjo da Ventura*. Portanto, há um deslocamento nos referentes deliberadamente assumido pelos protagonistas desta história.

A percepção da obra de arte, sua leitura e sua relação enquanto símbolo se dá em um momento histórico determinado e tem êxito por que neste momento, deseja-se a proteção divina. A sua presença no principal cruzamento da cidade, também se reveste de grande importância, forma um conjunto, é símbolo de felicidade e amparo. Esse conteúdo interpretativo arraigado na figura do *Anjo da Ventura* seguramente é “involuntário e inconsciente” como assinala Carlo Ginzburg citando Panofsky, é a manifestação da relação das pessoas com o mundo que habitam, são “fenômenos característicos de um povo, de uma época, de uma comunidade cultural”.<sup>194</sup>

O prédio com seus detalhes neoclássicos, as alegorias e a escultura, do ponto de vista arquitetônico formam um conjunto harmônico e articulado que comunica valores e, por isso mesmo permite leituras, como a de um surpreendente encontro de dois mundos, de concepções que compõem parte significativa dessa história. Cabe lembrar que a leitura iconológica implica a compreensão das escolhas, desde os motivos empregados na composição da obra, até o conjunto de temas elegidos para expressar essas concepções. O brasão afixado pouco abaixo do pedestal que sustenta a escultura pressupõe em José Dulce a existência de um conhecimento de história e mitologia grega, que neste caso, orientam sua compreensão de mundo e projetam sua sensibilidade de ver esta região inserida em paradigmas planetários de matriz européia. O brasão apresenta uma gravura alegórica do comércio,

---

<sup>194</sup> Ginzburg, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo : Cia. das Letras, 1989. p. 66.

através do elmo alado de Hermes o patrono do comércio, ladeado por dois caduceus, o cetro que simboliza o poder do comércio.

Com uma série de ícones, a escultura entrou no que Gombrich considera “o jogo recíproco de expectativas e observações”,<sup>195</sup> cada ícone constituinte da escultura responde a uma expectativa da comunidade cultural.

É válido lembrar que José Dulce já circulava pelas cidades da Bacia do Prata desde a Guerra do Paraguai e portanto conhecia os costumes e o apego a princípios religiosos das populações portuárias. De posse desses conhecimentos, ele quer preservar valores europeus, elege, portanto, para representar seu comércio a *Deusa da Vitória*, incorporando a ela elementos que a aproximam da imagem de um *Anjo*. Ao escolher para o seu comércio o nome de fantasia *Ao Anjo da Ventura*, oferece mais uma vez a possibilidade dessa interpretação. É bastante possível que mesmo desejando moldar costumes e valores da sociedade européia na comunidade local, com perspicácia, José Dulce constrói seu projeto visando corresponder a expectativa local.

Uma reflexão sobre o contexto histórico-cultural da última década do século XIX e primeiras décadas do XX, nos mostra do lado de cá do Atlântico, uma cidade que contava com algo em torno de 9 mil habitantes. As atividades econômicas da cidade, em sua maioria, eram ligadas a produtos de exportação, como couros de animais e extrativismo vegetal (ipecacuanha e borracha). As pessoas se encontravam afastadas da vida urbana e conviviam constantemente com os perigos de uma natureza ao mesmo tempo exuberante e hostil e tinham como via de transporte, apenas os barcos que singravam o rio Paraguai.

É compreensível, que vivendo nessas condições, buscassem um conjunto de explicações para entender esse universo cosmológico, e nesse sentido, recorressem a uma explicação espiritual apegando-se à proteção divina. É comum atribuir a um *ser superior* a decisão de como resolver as dificuldades que a racionalidade não dá conta de desembaraçar. Ter fé seria a solução dos problemas. Trata-se, como demonstrou em suas reflexões a respeito da identidade e das escolhas de

---

<sup>195</sup> Idem. p. 91.

valores do povo brasileiro o antropólogo Roberto Da Matta, de “usar a religião como meio de explicação para os infortúnios – as coincidências negativas”... “a religião pode explicar porque uma pessoa é vítima indefesa e gratuita de desesperadora aflição”.<sup>196</sup> O que se configura é a tentativa de obter da religião -aqui simbolizada pela imagem do *Anjo*-soluções a dificuldades relacionadas ao sofrimento, ao desconforto, à falta de perspectiva de “dias melhores”, que a ciência e a tecnologia, até então, neste lugar bastante distante dos centros metropolitanos, não davam conta de oferecer.

Além da escultura com a imagem de Anjo – a composição dos motivos gerou essa interpretação – a casa comercial *Ao Anjo da Ventura* representava um grande avanço para a cidade. A exibição em sua mão do globo significa para os moradores da cidade a perspectiva de contar com o progresso e com a integração ao restante do mundo. Mesmo com o passar do tempo não houve uma leitura que se diferenciasse desta construída quando da chegada da escultura a Cáceres.

Devemos considerar também, que José Dulce ao escolher a escultura como símbolo da sua casa comercial, escolheu simplesmente a *Deusa da Vitória*, e neste caso, o tema cristianizado introduzido na imagem pela comunidade cacerense está distante daquilo que provavelmente o seu autor idealizou. Concordando com essa hipótese de que Dulce tenha desejado introduzir a imagem da Deusa com os significados não cristãos, então há que se destacar as práticas culturais da comunidade, que se apropria da imagem e sem ser passiva e obediente como frisa De Certeau, altera seus códigos e signos e os utiliza à sua maneira.

Outras forças de compreensão de mundo pontuam a trama *fantástica* em que se constrói a história do *Anjo da Ventura*. Dulce alimentava uma visão positiva e crença no progresso e na razão. Desde a sua instalação em São Luiz de Cáceres se dispôs a difundir seus ideais, trazidos do outro lado do Atlântico. Em 1900 funda a Loja Maçônica União e Força, cujos valores ele já vinha difundindo desde a sua chegada em 1871.

---

<sup>196</sup> Da Matta, Roberto: *O que faz o Brasil Brasil?* Rio de Janeiro, 2001. p.111-112.

José Dulce morre em 1921 e a fortuna que construiu nos seus setenta e quatro anos de vida, com a divisão da herança, começa a se dissolver. Muitas de suas propriedades são vendidas e na década de 1950, Thomas Dulce, um dos filhos de José Dulce, ao vender o prédio que abrigou a casa comercial, retira o *Anjo*, por acreditar que era feito de bronze, e que, portanto, tinha grande valor comercial, vendendo-o, posteriormente, a um morador da cidade de Corumbá. Os moradores da cidade de Cáceres se deparam de repente, com um vazio no lugar antes ocupado pela imagem e imediatamente, corre um boato na cidade de que “roubaram o *Anjo*”. Segundo o historiador Natalino Ferreira Mendes, os integrantes das famílias tradicionais da cidade são os que mais sentem o episódio, “Havia no espírito do cacerense uma vontade unânime de preservar suas tradições após os trinta anos de todo o movimento modernista pelo novo, da década de vinte”. E o *Anjo da Ventura* fazia parte dessa tradição. Poucos moradores da cidade, mesmo passados cinquenta anos, sabem da transação que possibilitou a remoção do *Anjo* para Corumbá. Constrangidos, os protagonistas dessa parte da história deixaram permanecer a versão do roubo.

No ano de 1998, quase meio século transcorrido, alguns integrantes dessas famílias tradicionais, recebem informações do local onde se encontra a escultura. O novo proprietário da escultura havia morrido, a escultura da *Deusa* tinha sido afixada em sua sepultura no cemitério de Corumbá. Uma planejada operação de resgate é preparada para trazer de volta o *Anjo*. Os moradores que detinham as informações sobre o paradeiro do *Anjo* tomam o rumo de Corumbá, negociam com o coveiro e retiram a escultura do cemitério. Pouco tempo depois, em uma das chatas que fazem carregamento da soja pelo rio Paraguai o *Anjo* faz o caminho de volta.

Em Cáceres, a escultura que apresentava alguns danos, como uma das asas quebrada, foi restaurada. No trabalho de restauro, sua cor foi alterada, a imagem que originalmente era de cor bronze, recebeu uma pintura prateada com a qual ainda se encontra. A cidade fez festa, sua proteção divina foi recuperada. Na verdade, a maior parte dos acontecimentos que envolveram o resgate da escultura não teve visibilidade pública. A volta triunfal do *Anjo* para ocupar novamente o seu lugar de destaque no centro, no principal cruzamento de uma cidade

em constante transformação, com grande efervescência de transeuntes e de modernas agências bancárias, onde se mesclam a tradição e a modernidade, compondo a estética da cidade com grande suntuosidade, reforça o seu conteúdo fantástico e de um passado em movimento.

As personagens envolvidas nesta trama da volta do *Anjo* preferem o anonimato, primeiramente por questão de segurança e segundo porque a finalidade foi alcançada. Todo o percurso seguido, desde a elaboração do plano de resgate até a recolocação do *Anjo* em seu antigo lugar foi acompanhado e legitimado pelo poder público municipal, que sugeriu a doação da escultura à Prefeitura Municipal sem que houvesse a identificação dos nomes dos doadores. Segundo palavras dessas personagens, aquela platibanda não poderia continuar vazia, faltava uma coisa fundamental. Passar todos os dias pela rua sem poder apreciar o *Anjo* lhes causava um mal estar muito grande. Foi por isso que procuraram pela escultura. Perguntados se fariam novamente o que fizeram a resposta não surpreende: “Esse Anjo pertence a nossa cidade, significa a proteção para nós, é patrimônio histórico e nunca poderia ter saído daqui...”.

### Considerações finais

José Dulce chegou em 1871 à Vila Maria do Paraguai (a Vila foi elevada à categoria de cidade em 1875), em 1890 a escultura chega a São Luiz de Cáceres.

Quando José Dulce morre em 1921, a feição da cidade já está bastante mudada: a elite local composta de comerciantes, grandes e médios fazendeiros e letrados tinha sedimentado uma ordem sociopolítica. Os de origem estrangeira haviam se integrado a vida nacional, a urbe, a uma identidade histórica e de poder.

Pouco a pouco entre uma e outra ação administrativa o cenário da cidade foi se alterando, ganhando ares de “*modernidade e progresso*”. Em 1928, o Intendente-Geral do Município Leopoldo Ambrósio Filho, descendente de um dos fundadores da Dulce & Cia., inaugura o Cais do Porto, fazendo do espaço portuário um cenário privilegiado para o movimento de homens e mercadorias, ao dizer as

seguintes palavras: “fica o aludido porto desde hoje franqueado ao público e ao comercial tráfego”<sup>197</sup>.

Estradas foram abertas, caminhos que ligam a outras partes do país. O Cais do Porto não é mais o lugar do espetáculo da partida nem da chegada à cidade, mas, é o espaço de afirmação do *ethos*<sup>198</sup> cacerense, microcosmo de encontros, hospitalidades e prazeres. A população se deleita com as visitas ao antigo porto, é um espaço sublime onde se desfruta a união da cidade com o rio.

Cenário e palco de um festival internacional que se constitui no orgulho da cidade, em parte, por ser o maior em pesca em água doce do mundo, mas, sobretudo, por exhibir-se através de imagens que transfiguram o real e rompem com o cotidiano e os problemas da cidade, transforma-se num ambiente cosmopolita fervilhante. Os bares do antigo *boulevard* do Largo da Matriz (em 1912, denominada de Praça Barão do Rio Branco) iluminam-se, dando uma coloração especial à noite e à brejeirice pantaneira das mulheres que ao fazerem o seu *footing* se apresentam com elegância e com certa aura de mistério e maravilhamento aos que aqui chegam.

Epidemias, inovações e mercadorias, já não chegam pelo porto, mas é no espaço portuário, que as duas últimas contribuem para a espetacularização da cidade. A tecnologia exerce o seu fetiche através da faceta de beleza. Nos dias do festival internacional de pesca, os moradores, convertidos em espectadores e seduzidos por produtos de alta tecnologia estrategicamente exibidos, embalam sonhos de consumo, apesar dos preços majorados.

O olhar do *flâneur*, apreciador anônimo, percorre as imagens que emergem desses dias festivos, cruza com outros olhares, perscruta os diálogos de rua, sem dúvida, percebe nos detalhes a importância do cais do porto, do casario, das ruas apertadas, da igreja matriz, do rio e suas praias, elementos de composição da sociabilidade do cacerense, que visivelmente, ditam o ritmo da mobilidade da vida cotidiana na urbe.

---

<sup>197</sup> Mendes, op. cit., vol I, p. 36.

<sup>198</sup> São os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos. “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”.

## História e Memória: Cáceres

---

O espaço que envolve a edificação da antiga casa comercial *Ao Anjo da Ventura* é paisagem urbana, dominada por novos atores sociais que, ávidos por fazer valer seus conceitos de progresso, confrontam com a tradição e suas ações de resistência traduzidas pelo seu olhar e sua perspectiva histórica, de patrimônio e de memória da cidade. Ainda assim, antigas histórias permitem o surgimento de reminiscências e com elas, os contornos e os interstícios de outras vidas. O passado e o presente dialogam nesse espaço em constante alteração na busca da modernização.

Hoje, em Cáceres, iniciativas evocam a memória, buscam revitalizar lembranças, ao mesmo tempo em que estimulam sonhos de futuro, cujas imagens fugazes, são lampejos de difícil interpretação. Desde o dia 09 de julho de 2002, seu patrimônio histórico, que se constitui de uma arquitetura eclética, está preservado por uma Portaria de Tombamento do Governo do Estado de Mato Grosso. São construções arquitetônicas que traduzem representações do final do século XVIII, de todo o século XIX e das primeiras décadas do XX. Edifícios, casarões antigos e monumentos. Entre esses, o prédio comercial da antiga *Casa Dulce*, como ficou registrado no imaginário popular o empreendimento *Ao Anjo da Ventura*.

O *Anjo da Ventura* reflete os elementos renascentistas indicativos de modernidade presentes no arcabouço mental de José Dulce, cuja essência do seu sistema de representações era marcadamente de tradição religiosa.

A *Deusa da Vitória*, mesmo depois de tantos anos, não se encarnou Deusa, continua sendo o *Anjo da Ventura*. É com essa denominação que a comunidade se refere à obra de arte, nas conversas casuais dos que se cruzam na esquina mais movimentada da cidade, onde as lembranças do que foi movimentam-se em direção às histórias do que é, histórias construídas com o testemunho do *Anjo*. Em todo material de divulgação da cidade, observa-se a escultura do *Anjo da Ventura* e a imagem da edificação da memorável *Casa Dulce*, aquela que no final do século XIX introduziu significativos elementos de modernidade, colocou a população local em contato com as tendências do mundo europeu e possibilitou outros significados culturais para a escultura inspirada na *Vitória de Samotrácia*. O suntuoso *Anjo da*

*Ventura* é um símbolo de religiosidade cristã, de apego do seu proprietário às causas espirituais, está associado para sempre a um valor simbólico de protetor e de guardião das pessoas “de bem” da cidade.

Essa interpretação construída de um *Anjo* protetor da cidade, ainda que surjam outras, nos parece ser a que mais corresponde às condições e expectativas dos cacerenses. Na imagem da cidade refletida no espelho a comunidade local vê na escultura aquilo que ela acredita ser mais verossímil à sua realidade, um Anjo.

### FONTES ORAIS

Dulce Regina Curvo Alves, bisneta do coronel José Dulce, residente em Cáceres, à rua Coronel José Dulce.

Feliciano de Oliveira Fonseca Montecchi, moradora da rua Coronel José Dulce, 78 anos.

Natalino Ferreira Mendes, historiador com diversas obras abordando aspectos do cotidiano cacerense, 78anos, morador da rua Riachuelo, Cáceres, MT.

\* Alguns moradores da cidade concederam suas versões para a trajetória do *Anjo*, porém mediante o nosso compromisso de manter seus nomes em sigilo, pois em suas histórias estão presentes os nomes dos envolvidos no resgate da escultura em 1998.

### FONTES ESCRITAS

Arquivo Público Municipal, Fundo Câmara Municipal.

### REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Ediores. 1914.

ALVARADO, Maria Del Mar Ramirez: *Construir uma imagem*. Sevilla, CSIC, 2001.

BAPTISTA, Martha. *Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella*. Cáceres, s. ed., 1998.

BIENNÈS, Don Máximo. *Uma Igreja na fronteira*. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema*, in Domínios da História de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs), Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

COSTA, Maria de Fátima *História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo : Estação Liberdade : Kosmos. 1999.

\_\_\_\_\_. *Deus e o Diabo em terras molhadas*. In: Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. I. n. 1 jul/dez/2000 – Cuiabá-MT. p. 63-83.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, ROCCO, 1984.

FERREIRA DA SILVA, M. F. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha (1870-1914)*. Niterói: Univ. Fed. Fluminense, 1978.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *O abastecimento das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 1998.

FRANCH, José Alcina. *Arte y Antropología*. Madri, 1982.

FUNDAÇÃO DE VILA MARIA- Universidade Federal de Mato Grosso. 1978.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora S. A., 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo, Schwarcz Ltda, 1990.

HARR, Michel. *A Obra de Arte. Ensaio sobre a ontologia das obras*. Rio de Janeiro, BCD, 2000.

MENDES, Natalino Ferreira. *Efemérides Cacerenses*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1992. V. I e II.

\_\_\_\_\_. *História de Cáceres- a História da Administração Municipal*. Cáceres, MT, 1973

PANOFSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. Presença.

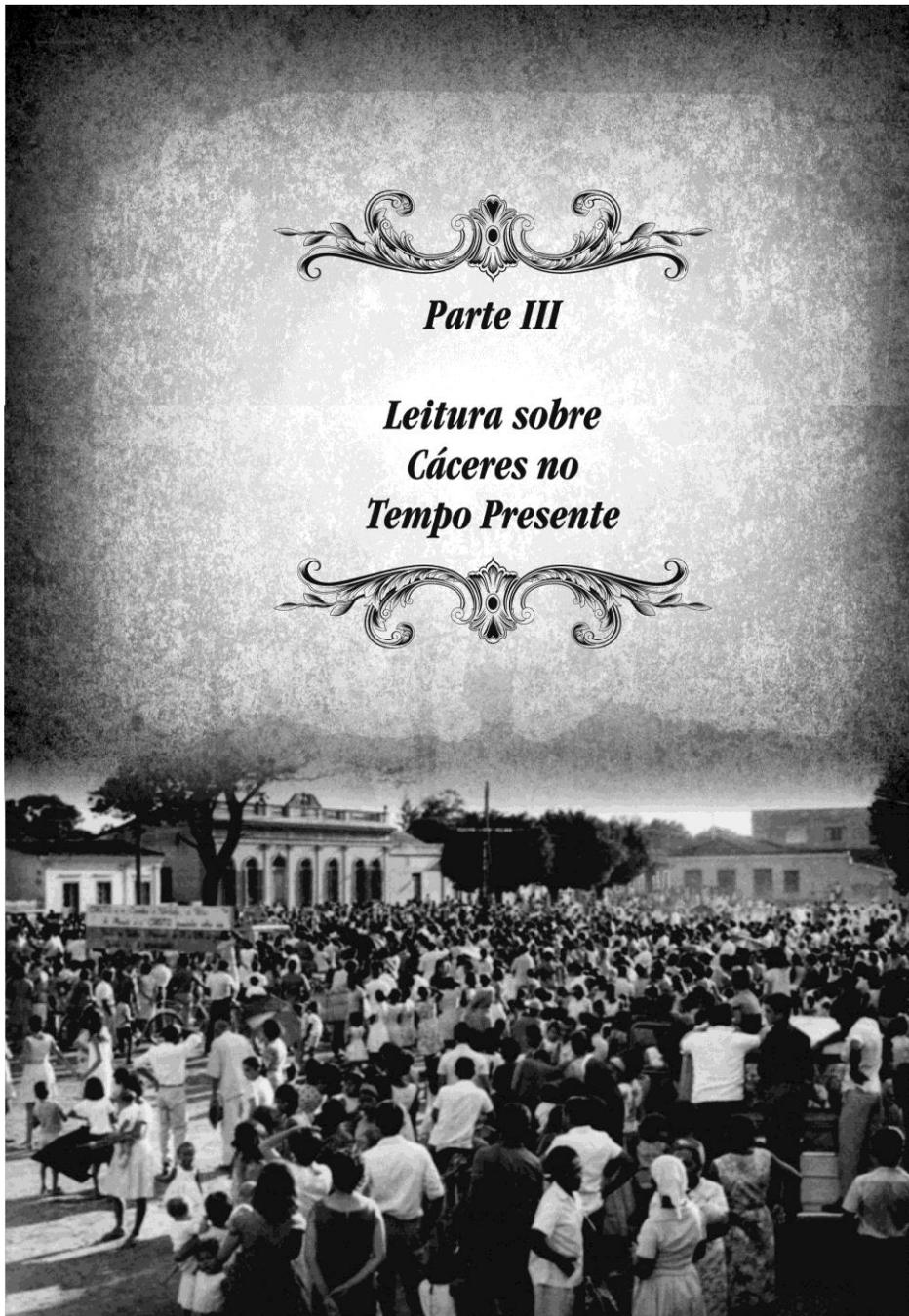
PÓVOAS, Lenine C. *Influências do Rio da Prata em Mato Grosso*. (Do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso). Cuiabá, MT, 1982.

PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo, Ática, 2001.



***Parte III***

***Leitura sobre  
Cáceres no  
Tempo Presente***





### HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FIGURAS INFAMES NA CIDADE DE CÁCERES

Clementino Nogueira de Sousa<sup>199</sup>

O Departamento de História, da Universidade Estadual de Mato Grosso - Unemat, organizou a coletânea de textos **História e memória da cidade de Cáceres**, com o objetivo de demonstrar as múltiplas formas de ver e escrever a história. Neste caso, o primeiro passo para uma operação historiográfica, é indagar: qual memória e qual história é fundamental para fazer parte deste arquivo historiográfico? Escrever sobre a Igreja Matriz? Escrever sobre a Praça Barão? Escrever sobre as grandes figuras políticas da cidade? Reforçar a história e memória sacralizada e cristalizada pela relação de saber e poder? Produzir uma história linear e contínua? Reforçar os paradoxos ontológicos dos pretéritos? Construir a história e a memória como uma leitura do passado?

Eis, portanto, o desafio do historiado de produzir um discurso historiográfico que escape, do contexto histórico, das grandes coordenadas econômicas, da objetividade em história, da empatia e, aponte a descontinuidade, a dispersão, o acontecimento e a historicidade, como forma de textualizar a história e a memória.

Para tanto, elegi dois acontecimentos ocorridos em temporalidades diferentes: o primeiro ocorreu em 15 de março de 1966, quando o Delegado Regional da Região de Cáceres baixou uma portaria proibindo as prostitutas de praticarem “*trottoir*” pela cidade a partir das 22 horas; o segundo foi o fechamento do Bar da Loira, localizado na praça da feira, pelas autoridades judiciais e policiais. A questão que me interessa nesses casos é pensá-los como *feito discursivo de uma biopolítica que fabrica sujeitos, identidade, subjetividade, corpo, sexualidade, memória, história conectado à sociedade disciplinar e de controle* (PELBART, 2003, p.22).

---

<sup>199</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso – campus de Cáceres.

Pensar em tramar a história a partir dessas conexões, significa pensá-la enquanto acontecimento que nos remete para outras possibilidades de leitura dessas experiências, *enquanto um discurso que constitui limite, singularidades, descontinuidades* cf. (FOUCAULT, 1995, p.10) a partir do *ato subjetivo do historiador em operar com as inversões das evidências* (FOUCAULT, 2008, p.51).

São esses postulados de constituir a história da subjetividade a partir da experiência de nós mesmos e não mais a teoria social do sujeito, que (FOUCAULT, 1996, p.15) nos ensina que uma atitude genealógica, *começa sempre a partir do presente e que o mais importante numa pesquisa é investir nas conexões*, mesmo que seja em temporalidades diferentes, com objetivo de analisar as formas de subjetivação e as técnicas de si das prostitutas e outras figuras infames. Desta forma, é importante salientar que o historiador ao construir a sua narrativa, a partir de uma leitura crítica do documento, *inventa muito mais o seu objeto em dispersão, do que revela uma verdade* (DURVAL, 2007, p.153).

Este texto, portanto, parte destes dois acontecimentos que explodem em temporalidades históricas diferentes, na tentativa de produzir outro acontecimento capaz de provocar rupturas e descontinuidades, dando visibilidade e dizibilidade às formas de subjetividade e às práticas de si, produzidas por essas figuras femininas e masculinas que escandalizavam e escandalizam a cidade com seus gestos pornográficos, corpos erotizados em movimento pelos espaços desejanter. Assim, cada texto iluminado pelo poder, ressurgirá como um acontecimento único e singular, carregado de experimentações e desterritorializações, forjadas nas experiências de vida dessas figuras ordinárias que constituíram e constituem, através de suas práticas de vida, uma cartografia do amor na cidade de Cáceres. Desta maneira, a trama discursiva terá como base as descrições críticas e genealógicas como instrumentais discursivos para problematizar a documentação e fazer emergir um estilo de vida nômade, resultante de práticas subjetivas. Logo, são vidas que escaparam e escapam às políticas de subjetivações produzidas pelo poder que não aparecem no contexto e, nem sempre, é possível

capturá-las porque são fugidias, são vidas relâmpagos e vidas breves, cujas práticas funcionariam, então, como uma antimemória.

Seguir as pegadas dessas figuras infames pela cidade de Cáceres, constituída a partir de suas práticas desejanças, é um desafio para o historiador. Ler essas pegadas enquanto um sinal de desterritorialização significa pensar a história como se estivesse numa espreita para dar visibilidade aos agenciamentos produzidos por essas figuras. Por outro lado, trata-se de inverter as evidências da lógica do negativo, dando positividade a este estilo de vida, cartografando movimentos heterotópicos de criação de outras máscaras dessas figuras infames que ganham intensidade a partir das formas, muito particulares, de produção de subjetividade e da prática de si.

Ao eleger a temática relativa à produção de subjetividade e à prática de si de figuras feminina e masculina, aproximo-me da historiografia feminista pós-estruturalista que me levou a refletir sobre a genealogia de Michel Foucault. Segundo (RAGO, 2006, p.105), a influência de Foucault na epistemologia feminista foi de fundamental importância pela maneira como repensou a história, isto é, a partir das técnicas e das práticas de si que nos possibilitam, hoje, escrever a história de nós mesmos e não mais produzir a história do sujeito da teoria.

Com efeito, fundamentado nessas reflexões teóricas e metodológicas de Foucault e Deleuze, seguir as pegadas desses nômades em temporalidades diferentes, seja em 1966 e 2010, significa, a cada instante, marcar a sua errância, de bar em bar, de bordel em bordel, momento em que se vai constituindo uma cartografia do desejo a partir de suas próprias práticas de vida. Significa também conectar a subjetividade com o devir, compondo dessa forma, um quadro de multiplicidades, que modulam vidas infames que caminham entre os saberes e os poderes, *atijando fogo nas essencialidades, através de seu princípio de afirmação diferencial* cf.(ORLANDI, 2004, p.127). Assim, o objetivo é seguir as pegadas, os rumores, as gargalhadas, os gritos, as lágrimas, as paixões, os sonhos dessas figuras que, possivelmente, caminham pela cidade de Cáceres e que pulsavam a cada instante entre a vida e

a morte. São nesses instantes de tempo arborescente que, o corpo escapa dos órgãos, formando um corpo sem órgãos e começa a desaparecer todo um processo de rostificação e entra, provavelmente, em outro regime imperceptível de devires subterrâneo, *desterritorializações noturnas que transpõem os limites do sistema significante* (DELEUZE, 1995, p.24-5).

### **A Invenção das Mulheres Meretrizes, Prostitutas e Decaídas da Sociedade Disciplinar**

A proibição da prática de *trottoir*<sup>200</sup> na cidade de Cáceres-MT, tem como efeito discursivo, consolidar e sacralizar a memória da prostituição enquanto lógica do negativo, perpetuando desta maneira esta prática desejante *sempre associados à violência, à depravação, à bestialidade do sexo, do gozo irrefreável, dos corpos exalando cervejas e cigarros, reafirmando, assim, a lógica do negativo* (RAGO, 1990, p.243-4). Portanto, a nomeação, a classificação desta prática de espaço das prostitutas, revela uma tática discursiva de instituir a ordem, como aponta o ofício do Delegado Hênio Maldonado para o juiz de Direito:

[...] II - Informo a V. Exa. Que esta Regional por 02 (duas) vezes advertira as meretrizes, cujos nomes constam da petição de Habeas corpus preventivo impetrado a fim dos mesmos pelo advogado Jacques Souto Faria, de não perturbarem a tranqüilidade Pública; não sendo atendida esta Regional, visando à tranqüilidade pública, exigiu que as mesmas, após as 22 horas, deveriam munir-se da competente documentação de identidades, e, se encontradas sem tal documentação seriam recolhidas incontinentemente à cadeia pública.

---

<sup>200</sup> Termo utilizado pelo Delegado Regional da Região de Cáceres conforme consta no processo de Habeas Corpus preventivo - 1960, Fórum da comarca de Cáceres.

III - O objetivo de abolir, por completo, com a desordem das referidas meretrizes, esta Regional recomendou que após as 22.00 horas todas deveriam encontrar-se em suas respectivas residências, evitando assim as badernas, as gritarias, os palavrões de baixo calão, os tiroteios, e desacato às autoridades<sup>201</sup> [...].

Diante dessa construção discursiva, compete ao historiador problematizar essas evidências: como historicizar a construção deste modelo feminino? Em nome de que e para que tais nomeações? Como problematizar tais práticas discursivas e não discursivas? Recorro então à historiografia para tentar demonstrar outras possibilidades de ler tal documento.

Segundo (THOMAS LAQUEUR, 2001, p.53-4), o modelo de mulher inventado pela cultura iluminista entre o final do século do XVIII e começo do século XIX, quando se instaurou uma nova ordem política e econômica, acrescentava ao corpo feminino uma identidade sexual e uma função social e cultural.

Para Laqueur (2001), até o século XVIII, não havia no Ocidente divisão entre a sexualidade masculina e feminina, ou seja, havia um único sexo, uma única carne. Por exemplo, os órgãos genitais das mulheres tinham como referência os do homem, onde o *útero era o escroto, os ovários eram os testículos, a vulva era o prepúcio e a vagina era o pênis* (IBIDEM, 2001, p.60). Complementa, ainda, o autor que, o corpo feminino passou a sofrer diferenciações em decorrência das formas de relações sociais que se instalaram com as revoluções burguesas. A solução encontrada por essa nova ordem burguesa foi a criação científica de argumentos que justificassem qual a principal capacidade das mulheres. Primeiramente, as mulheres possuíam um autocontrole de sua sexualidade; segundo, devido a sua fragilidade biológica e natural, a sua vocação seria a de coordenar a vida privada. Assim, atribuíam-se a elas, nessa *nova economia política de reordenação da sexualidade*

---

<sup>201</sup> Fórum da Comarca de Cáceres - processo Habeas Corpus preventivo – 1960.

*dos indivíduos a função de gerar filhos e serem as guardiãs das famílias* (LAQUEUR, 2001, p.54).

Esse modelo, feminino e masculino, gestado na razão, ganhou força a partir da constituição do Estado moderno no século XIX e instituiu uma arte de governar que controlava de forma eficiente os homens e mulheres que colocavam em perigo a tranquilidade e a paz do Império. Tática essa fundamentada na governamentalização com a criação de mecanismos de controle da vida, da noite e da mercadoria através da criação da Secretaria de Polícia que tinha como atribuições principais, esquadrinhar as cidades, controlar a taxa de natalidade, nascimentos de legítimos e ilegítimos, alimentação, moradia e, fundamentalmente, o controle da ordem, ou seja, *o papel do Chefe de Polícia foi direcionado para produzir regulamentos, relatórios, estatísticas criminais e inspeções em lugares público* (SOUSA, 2001, p.30).

O resultado da implantação desse processo discursivo será a negatificação das práticas sexuais dessas mulheres, nomeadas pelos discursos policiais como *turbulentas, ébrias e prostitutas*, posteriormente, nominadas de *decaídas, mulher de vida fácil*, hoje denominadas de *garota de programa* e mesmo *prostitutas*.

Essas regularidades discursivas presentes nos discursos médicos, policiais e midiáticos, visaram constituir verdades e estabelecer normas, valores e modelos de comportamento sexual, através de paradigmas que definiram a ordem e a desordem, numa cidade inventada para silenciar a cartografia sentimental do desejo.

Nesta direção, Rago (1991, p.235) argumenta que, o enquadramento fora feito em nome de *um novo modelo feminino gestado no século XVIII e XIX* e que agora os intelectuais reproduziram este modelo feminino como resultado da condição feminina. Neste sentido, a autora salienta que, o resultado dessa produção científica sobre *a prostituição foi um processo de sujeição que construíram masculinamente a identidade da prostituta com o intuito de silenciá-la e estigmatizá-la* (IDEM, 1991, p. 244-5). O ponto importante analisado pela autora reside nas questões ou nas representações com as quais constituíram uma prostituta: a primeira explicação resume-se na justificativa da miserabilidade, ou seja, para

complementar a sua renda, através da prostituição elas buscavam complementar a sua renda; a segunda seria a falta de qualificação profissional, ficando fora do mercado de trabalho; a terceira reside na questão das análises psicologizantes: traumas de infâncias, complexos edípicos, etc.

Destaca ainda, a espetacularização da prostituta na modernidade produziu inúmeras imagens desejantes: mulher desejante, o corpo da prostituta e, a cidade se apresentava como espetáculo a ser visitado e revela os seus becos, as ruas, curvas e orgasmos. Entretanto, ao mesmo tempo, *num discurso moralizante inventaram o fantasma da prostituição que perseguiu muito mais a mulher honesta do que as que ficavam no meretrício cf. afirma (RAGO, 1991, p.253)*, constituindo modelos de comportamentos sexuais. Ainda, neste universo de modernização da cidade, emerge a prostituta francesa que era desejada pelos coronéis e empresários, muito mais pela imagem discursiva que ela passava, de mulher higienizada e civilizada; em contraponto à imagem feminina da mulher dona de casa que era constituída e afirmada como modelo ideal de mulher.

Em suma, pensar a prostituição enquanto um espaço heterotópico tem como objetivo demonstrar que a prostituição é também um espaço de sociabilidade, entre homens, amigos. Muitos deles frequentavam os bordéis mais para conversar, fazer política, do que especificamente para descarregar os seus instintos libidinais. O segundo aspecto importante reside na imagem construída sobre o baixo meretrício, como lugar da sordidez maldita, descontrole, da doença e da representação atormentada. É, justamente neste ponto, que começa o meu trabalho, ou seja, o meu objeto de pesquisa nada mais é do que isto. Ele parte do baixo meretrício.

Feitas tais considerações metodológicas e historiográficas, a leitura do supra Habeas Corpus preventivo nos permite pensar algumas questões fundamentais sobre a prostituição na cidade de Cáceres em 1966. Ainda, pesquisando no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso localizei processo crime de tentativa de homicídio, que me ajuda a pensar este acontecimento.

## História e Memória: Cáceres

---

Caminhando pela zona de baixo meretrício na década de 1960, à noite, na cidade de Cuiabá, pelas ruas São Francisco, Rua do Carmo, Rua Corumbá, há grande movimento de corpos erotizados pelos bordeis em tempos de festa de São João, festa de carnavais, e outras. Sempre há uma festa. Como já é marca nessas ruas, o final de semana e, fundamentalmente no final do mês, elas ganhavam novos passos e um alarido maior de vozes e gargalhadas. Numa dessas festas, alguns trabalhadores da Ponte Nova do Rio Cuiabá, dirigiram-se para zona de baixo meretrício da cidade de Cuiabá, à Rua São Francisco<sup>202</sup>. Segundo os relatos dos depoentes, eles estavam tranquilamente se divertindo quando apareceu o investigador Carlos. Após algum tempo de música, gritos, gargalhadas, vozerio em alguns bordéis, a trilha sonora desses ambientes foi quebrada por uma briga entre os trabalhadores e um investigador de polícia.

Apesar da briga oferecer múltiplas possibilidades de leitura, a minha atenção foi dirigida para o depoimento de uma prostituta: Ilda Taques, 18 anos meretriz. Ela declara em depoimento as seguintes informações:

Dia 29 de julho, cerca de 10 horas da noite, a depoente encontrava-se a porta do Bordel de Didi Barbosa, em companhia de uma outra mulher de nome Nercy e mais dois indivíduos; que surgiu então o acusado e a depoente afirma que o mesmo estava afobado, e que naquele momento o acusado lhe fizera uma entrega de uma garrucha calibre 32, tendo pedido que a depoente guardasse aquela arma, ela guardou em seu armário no seu quarto. Posteriormente o mesmo retornou e pediu a arma.<sup>203</sup>

Compete ao historiador fazer a crítica ao documento, desconfiar de suas evidências e de suas verdades, porque o documento é uma construção discursiva. Além disso, Para o historiador, além de fazer a crítica ao documento, ele pode usar a própria informação, cruzando dados, por exemplo, constatar que tal prostituta está fichada na cidade de Cáceres.

---

<sup>202</sup> APMT- Cartório do 6º. Ofício-sumário crime- homicídio, 1960.

<sup>203</sup> APMT- Processo crime – Homicídio – Cartório 6º Ofício, 1960.

## História e Memória: Cáceres

---

Recentemente, ao fazer o arranjo de uma documentação do Núcleo de documentação de história escrita e oral – NUDHEO, de 400 fichas de prostitutas que foram registradas na delegacia de Cáceres e, para minha surpresa, ao cruzar as informações levantadas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT com a documentação da Delegacia de Polícia de Cáceres, encontrei várias fichas de prostitutas que atuavam em Cuiabá. Mas, qual o significado deste deslocamento de prostitutas de Cuiabá para Cáceres neste período?

É importante destacar para a nossa análise que na década de 1940 e 1950, a rota do amor era outra: Cuiabá – Poxoréu – Lajeado - Chapada dos Guimarães - Gatinho (hoje Alto Paraguai) – Pontesina (hoje Rosário Oeste). Todavia, no final da década de 1950 e início de 60 começou uma forte decadência da mineração de diamantes nestas cidades, levando várias prostitutas a se deslocarem para outro fluxo desejante, a região de Cáceres que recebia neste momento investimentos federais e estaduais para colonização e criação de novas cidades, assim, a região de Cáceres era o objeto de desejo dessas figuras femininas. Desta maneira, como pensar, as formas de subjetivação praticadas pelas prostitutas na cidade de Cáceres?

Em primeiro lugar, as autoridades policiais e médicas construíram cientificamente a identidade sexual da prostituta. Assim, o resultado dessa produção científica sobre a prostituição foi um processo de sujeição que construíram masculinamente a identidade da prostituta, com intuito de silenciá-la e estigmatizá-la: pessoa que não tem educação, não tem postura, não tem moral, com objetivo de silenciar as formas de subjetivação dessas prostitutas.

### **Transição entre a Prostituição e o Mercado do Sexo: Efeito Discursivo da Sociedade de Controle**

Já eram quatro horas da manhã. A patrulha militar fez mais uma ronda na praça da feira. Somente uma música rasgava o silêncio que reinava naquele momento. Esse som vinha do *Bar da Loira*<sup>204</sup>. Lá se

---

<sup>204</sup> Bar da Loira localizado na Praça da Feira e para um maior estudo deste espaço ver a dissertação de mestrado da professora Vivian Lara Dan Cáceres, defendida em 2010 na Unioest-“O Acesso à cidade: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da feira.

encontravam um grupo de figuras infames, prostitutas, lésbicas, homossexuais, bêbados, michês, loucos e loucas, que ouviam músicas. Um quadro perfeito para o poder que se alimenta da nossa sexualidade, situando as diferenças em agrupamentos, categorias, classificações, no sentido de localizar, territorializar, controlar as intensidades das práticas desejanter. Mas, será que o agenciamento Bar da Loira foi capturado pelo discurso? Será que essas formas de subjetividade foram controladas? Será que o perigo do Bar da Loira, não está somente na questão da tranquilidade pública, mas na excitação de algo entorpecido na paixão, na traição, os casos efêmeros e eternos e que se expressa através das práticas desejanter que nos dominam e nos imobilizam? Será que o desejo de fechar o Bar da Loira se encontra exatamente no avesso daquilo que caracteriza a sociedade disciplinar e de controle, ou seja, o desejo de compartilhar a nudez da linguagem, as fantasias sexuais, os erotismos e os prazeres da noite? Será que o fantasma da prostituição não persegue muito mais as mulheres honestas do que as prostitutas? Será que a micropolítica da prostituição não nos ajudaria a pensar a questão conjugal e familiar?

Como o historiador poderia problematizar este quadro? De que maneira ele poderia operar com a história da subjetividade estas questões? Que estratégias ele poderia usar para escapar das explicações científicas, sexista, racista? Seria a imaginação?

Assim, dar visibilidade e dizibilidade às pegadas desses sujeitos nômades, significa pensar a genealogia-rizomática como efeito de determinadas práticas e linguagens. Portanto, não me interessa seguir as evidências do discurso historiográfico arborescente, que classifica a história como impensável, se não tiver determinadas premissas e hipóteses fundamentais. Nesse caso específico, as premissas fundantes, o contexto: obrigatoriedade de mostrar uma cidade panarômica, a marcha para o oeste, o plano rodoviário nacional, deslocamento populacional, como hipóteses fundamentais para compreendermos esse momento histórico etc. Mas, será que esses contextos darão conta de explicar essa cartografia do desejo, constituídos pelas práticas desejanter dessas figuras na cidade de Cáceres?

As reflexões de Deleuze e Foucault inspiram-me a pensar outras possibilidades de compreendermos tais movimentos. A figura nômade para Deleuze (1995, p.50-1), *só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípios, os pontos são para ele alternância num trajeto, ou formar um conjunto comum; deixando, contudo, de ter causas e condições muitos diferentes*. Tal reflexão me leva a compreender que a intinerância dessas prostitutas não se sustenta pela explicação realista e contextualista, ou seja, as grandes coordenadas econômicas e políticas.

Neste sentido, a abordagem do filósofo Deleuze, me ajuda a pensar que tais deslocamentos pela região de Cáceres são efeitos de uma força desejante. Assim, olhar para Cáceres enquanto um rizoma<sup>205</sup> significa pensar multiplicidade e descontinuidade como linhas de desterritorialização. Esta característica é para diferenciar o pensamento arborescente que se constitui pela unidade, pela totalidade, pela lógica etc. O rizoma conecta-se em qualquer ponto, porque ele não é um ponto, ele é uma linha. Neste sentido, a cidade de Cáceres tem múltiplas entradas e formas de se pensar e refletir os paradoxos urbanos. E a cada instante produzir corpos sem órgão e novas formas de subjetivação.

Nesta direção, para Foucault a histórica crítica se constitui na medida em que as nossas análises, leva em consideração, as condições nas quais as mutações e transformações de determinadas relações entre o sujeito e o objeto são efeitos discursivos de um saber historiográfico. A histórica crítica, nesse aspecto, não significa definir as condições formais e empíricas de um objeto ou sujeito. Trata-se, portanto, de determinar as formas de objetivação e subjetivação que, o conhecimento elegeu o sujeito como objeto de suas análises, num jogo de verdades.

Essa busca de Michel Foucault em analisar a constituição do sujeito representa todo a sua trajetória teórica, se não vejamos: 1) em primeiro lugar Foucault buscou estudar as formações discursivas que produziram um saber científico, ou seja, ele historicizou arqueologicamente a constituição de um saber; 2) Foucault em outro momento buscou estudar as formas de produção do sujeito pelas normas e pelo o sistema disciplinar; 3) por último, Foucault buscou estudar as

---

<sup>205</sup> Conceito inventado por Gilles Deleuze e Félix Guattari – significa múltiplas entradas: meio, começo, fim, ou seja, ele rompe com a lógica.

formas de subjetivação que o sujeito colocou a si mesmo enquanto objeto de estudo, a história da subjetividade. Posso acrescentar que, esses três momentos sempre estiveram presentes nas preocupações do autor. Por exemplo, essa questão de construir uma história da experiência de nós mesmos e não do sujeito da teoria, apareceu já desde algumas passagens das palavras e as coisas até o texto “Genealogia, Nietzsche e a história”. É aqui que ele marca posição de uma futura história da subjetividade.

Essa preocupação em constituir uma história da subjetividade remeteu o autor a um deslocamento teórico. Para ele o importante agora, não era mais estudar as normas e as regras de constituição do sujeito moderno. O que interessava a ele passava a ser estudar as formas de subjetivação, ou seja, o que interessava realmente era analisar as formas de constituição de si. Por isto, ele foi estudar os gregos e romanos no século I e II. Foucault em suas obras: o uso dos prazeres, o cuidado de si, a hermenêutica do sujeito, tendo como foco fundamental , a subjetividade e a verdade, o sujeito e a verdade. Assim, a preocupação central de Foucault passou a estudar formas de assujeitamento para a produção do sujeito e as formas de subjetivação para produção do sujeito ético.

Com efeito, é importante marcar que esta sociedade que ora se implanta no século XXI, não é tão diferente daquela que iniciamos o século XX. O que distingue, fundamentalmente, uma da outra, é a forma compulsiva e obsessiva de competitividade e produtividade da sociedade atual. A marca dessa sociedade líquida é o colapso gradual da sociedade, assim como, a privatização e a desregulamentação das tarefas e deveres modernizantes do indivíduo. A reflexão de Bauman (2001, p.70), ajuda-me a entender o enunciado *Bar da Loira*, bem como, o efeito identitário que o discurso da ordem busca constituir. Assim, diz ele:

O que está em jogo não é simplesmente outra renegociação da fronteira notoriamente móvel entre o privado e o público. O que parece estar em jogo é uma redefinição da esfera pública como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos. A definição corrente de ”interesse público“, promovido

pela mídia e amplamente aceita por quase todos os setores da sociedade, é o dever de encenar tais dramas públicos e o direito público de assistir a encenação. As condições sociais que fazem com que tal desenvolvimento não seja surpreendente e apareça como natural devem ficar evidentes as luzes do argumento precedente; mas as conseqüências desse desenvolvimento ainda não foram inteiramente exploradas. Pode ter maior alcance do que em geral se aceita (BAUMAN, 2001, p.73).

Portanto, essa reflexão auxilia-me a desconstruir, desnaturalizar e desestruturar o enunciado: *Bar da Loira* e os sentidos e a ideia de unidade produzida pelo discurso. Assim, gostaria de dar outro sentido ao enunciado – *Bar da Loira*, enquanto lugar de passagens de almas, como nos ensina (GALLI, 2007, p.152):

Queremos frisar a noção da alma, tal como nos ensina Walter Benjamim: enquanto sensibilidades, conhecimento de si, construção de si, construção de alteridades produzidas historicamente e que se fazem presentes nas tramas da cultura, do cotidiano, nos minúsculos espaços da ação humana, como nos gestos, nas articulações e sentidos dos olhos, com as mãos no ato do trabalho, nas inquietações produtoras de sonhos, utopias e memória.

Desta maneira, pensar o *Bar da Loira* como um lugar de almas e como um território existencial, produzido pelas figuras infames que ali passam, sem rosto, sem identidade, significa romper com o binarismo, com as táticas de localização, de segregação, de tecnologia de racismo, com as táticas da biopolítica ao produzir sujeitos zumbis para pensar e viver como porcos. Como nos aponta (GALLI, 2008, p.157):

Se é verdade que o estilo de nossos atos compõe o espaço que inventamos, e que este deve ser concebido como conjunto indissociável de coisas

e de ações, temos de convir que nossa casa, como moradia, reflete-se tanto como produto quanto produtora de nossos modos de existir. Constituída como um dentro em permanente acoplamento com os corpos que atravessam e com a exterioridade que a circunscreve, uma casa pode também se revelar como tempo, ultrapassando, assim, o seu caráter espacial strictu sensu. [...] O que nos afeta em uma casa é a sua atmosfera criada a partir das tensões entre moléculas imperceptíveis e que se encontram em constante movimento em busca de uma configuração. Produtora de almas, uma casa também se auto-produz, escavando de si elementos que contornam o vazio e os silêncios de seu espaço-tempo.

Assim, pensar o *Bar da Loira* enquanto lugar de produção de corpos sem órgãos, um território existencial, um lugar de almas nômades, um espaço carregado de heterotopias, significa afirmar que a fronteira não passa entre a linguagem e o acontecimento, mas entre duas interpretações entre linguagem e mundo. Portanto, é nesse campo discursivo que trava a batalha entre uma visão pós-estruturalista de antimemória e a noção de memória da historiografia arborescente.

### Considerações Finais

Assim, Deleuze e Guattari (1995, p.48) argumentam que, a diferença entre a memória curta e a memória longa efetua-se da seguinte maneira: enquanto a memória longa se caracteriza pela forma quantitativa, arborescente e centralizada, possuidora da lei de contiguidade ou de imediatismo em seu objeto, ou seja, tem como principal objetivo sacralizar, cristalizar e lembrar um espaço estriado. Por outro lado, a memória curta ou a antimemória se caracteriza por ser rizomática, de descontinuidade, rupturas e multiplicidades.

Em suma, a história e a memória de uma cidade se localizam num campo de forças, de atitudes políticas, onde as armas bélicas das

figuras infames têm como propósito fundamental deixar falar a nudez do desejo.

### FONTES

Processo Penal – Habeas Corpus Preventivo, 1996 - Acervo Fórum de Cáceres.

Processo Penal – Homicídio – APMT – Cartório do 6º. Ofício, 1964.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. (Trad.) DENTZIEN, Plínio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1 e 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

FONSECA, T. M. G. *a alma paradoxal da casa*. In: Verve- Revista do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC – SP, 2007.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do Sujeito*. (Trad.) FONSECA, Márcio Alves da & MUCHAIL, Salma. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ética, Sexualidade, Política*. (Org.) MOTTA, Manoel de Barros; (Trad.) MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* (Trad.) CASCAIS, Antonio Fernando; CORDEIRO, Eduardo. São Paulo: Passagens, 2000.

\_\_\_\_\_. *O cuidado de si*. (Trad.) ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; (Ver. Técnica) ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

KEHL, M. R. “As máquinas falantes”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O homem máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LAQUEUR, T. *Inventado o sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PELBART, P. P. *Vida Capital: Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

RAGO, M. *Os prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feminista. In: *O legado de Foucault*. SAVONE, Lucila et al. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Orgs). In: *Falas de Gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

SOUSA, C. N. *Entre a vida e morte no jogo das paixões: mulheres e homens caminhando pela cidade de Cuiabá no século XIX (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História. Cuiabá: UFMT, 2001.

### INSTANTÂNEO HISTÓRICO DE CÁ CERES

Rubens Gomes Lacerda<sup>206</sup>

Cáceres, assim como a grande maioria dos municípios brasileiros, apresenta no seu tecido social muitas contradições e contrastes, afinal, coexistem lado a lado: opulência e pobreza; honestidade e corrupção; preconceitos e respeito à alteridade cultural; democracia e autoritarismo; temos nesta cidade pessoas na era da nanotecnologia, ao mesmo tempo em que, outras não têm acesso nem às antigas inovações gutenberguianas da máquina de caracteres tipográficos; temos pessoas que se locupletam com as benesses do mundo do chip de silício, enquanto outras sofrem na pele e no bolso as consequências da automação; temos, simultaneamente, uma forte defesa das tradições e, ainda, certo cosmopolitismo cultural.

Contudo, não obstante, essa similitude com outras partes do país, também, devemos destacar que, Cáceres é uma cidade possuidora de algumas especificidades, vinculadas, é, importante salientar, a uma História palmilhada por continuidades e descontinuidades. Há especificidade, por exemplo, de ter uma História fortemente arraigada em uma memória bandeirantizada de longa duração, de um tempo: “em que Brasil ainda não era Brasil, sendo melhor chamá-lo de América Portuguesa, pois como portugueses da América, mais do que brasileiros – designativo dos comerciantes de pau-brasil –, se viam os próprios habitantes do território”<sup>207</sup>; assim, também podemos ressaltar que,

---

<sup>206</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres; Professor da Rede Pública Municipal de Cáceres.

<sup>207</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre Brasil Colônia, In: FREITAS, Marco Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editor Contexto, 2003, p.39. É muito comum se ouvir e ver, desde muito tempo atrás, discursos provenientes tanto da História quanto da literatura – pois, estes, geralmente exemplificam a carta de Pero Vaz de Caminha como o primeiro documento/peça da História/Literatura do Brasil –, que cometem graves anacronismos quando buscam mapear o início da literatura ou da História do país. Isso feito por livros didáticos de História e de literatura ou, ainda, por historiadores como José Honório Rodrigues; mais recentemente, pode ser evidenciado como grande exemplo desta determinada prática discursiva, todo o conjunto de programações/comemorações efetuadas pela Rede Globo de Televisão a respeito dos 500 anos do Brasil. Entretanto, uma leitura mais detida sobre o assunto – em autores como Laura de Melo e Souza ou Oto Maria Carpeaux, nos possibilita perceber que a Carta de Pero Vaz de Caminha,

procurar iniciar a História da cidade de Cáceres em Vila Maria, talvez seja um anacronismo tão grande quanto iniciar a História da França na Gália<sup>208</sup> Romana. Pior do que isso, é procurar identificar e estabelecer uma continuidade de interesses, durante um tempo tão elástico, como se os objetivos dos líderes daquele tempo fossem os mesmos dos atuais. Desta maneira, é querer fazer pensar que Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que em 1778, ordena a fundação de Vila Maria, já tivesse duzentos e trinta três anos antes os mesmos propósitos das atuais lideranças políticas da cidade de Cáceres.

Seguramente, as alusões a um passado bandeirante e a uma História monumental, apresentam características bem fortes e recorrentes nas descrições e interpretações sobre o passado que (influenciam e constituem) a realidade mais concreta e simbólica do acontecer humano de nosso município.

Esta História bandeirantizada, vivida durante as disputas e as negociações territoriais de dois impérios ultramarinos – Portugal e Espanha –, vai adquirir grande visibilidade na construção de todo um arcabouço de memória, sobretudo, em cidades como Cáceres, Corumbá e Cuiabá. Nestas cidades, ao observarmos os nomes de ruas, avenidas, praças ou prédios públicos, podemos perceber os diferentes momentos da invenção de um Estado/Nação – Brasil –, com heróis da monarquia, da república e, inclusive, do período colonial.

---

literariamente é uma peça da literatura portuguesa de viagens e, historiograficamente, é um documento relacionado ao Império Ultramarino Português, por tanto, iniciar a História do Brasil baseando-se neste documento, ou pior ainda, dizer que o Brasil tem 500 anos é fazer pouco caso de toda a produção historiográfica concernente ao estudo da América portuguesa; a este respeito ler: RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.; CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1951, 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

<sup>208</sup> A Gália foi um território conquistado pelo vasto império Romano, através de sua específica política de anexação de outros povos à sua ampla estrutura administrativa; nesta época da conquista romana, os principais habitantes deste local eram os gauleses. Normalmente, como coincidem os territórios da Gália Romana, e do que muito tempo depois veio a se tornar o Estado Nação francês, as genealogias mais tradicionalistas, insistem em construir uma identidade francesa a partir dos gauleses.

## História e Memória: Cáceres

---

O próprio topônimo Cáceres – vigente desde 1938, por força de um decreto-lei estadual – é alusivo a uma eminente figura desse passado bandeirantizado: Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4º Capitão General e Governador da Capitania de Mato Grosso, o qual dentro de uma determinada política de ocupação instigada pelas disputas territoriais de dois impérios ultramarinos, mandou fundar em 6 de Outubro de 1778, na localidade que atualmente é Cáceres, um povoado nomeado de Vila Maria do Paraguay, em homenagem a rainha reinante da época, em Portugal. No entanto, devemos observar que, a expressão “Vila” talvez seja mais apropriada para ser empregada na segunda metade do século XIX, quando Vila Maria passou a ter uma Câmara Municipal. Aliás, pouco tempo depois, em 1874, a Vila é elevada a condição de cidade, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres, uma direta e respectiva homenagem ao Santo Padroeiro e ao fundador de Vila Maria.

Aquém e além desta História mais monumental, simbolizada em topônimos como: Rua General Osório<sup>209</sup>, Praça Duque de Caxias<sup>210</sup>, Rua Quintino Bocaiúva<sup>211</sup>, Praça Barão do Rio Branco<sup>212</sup>, como

---

<sup>209</sup> Depois de ter participado de diferes conflitos em território brasileiro, desde as batalhas da independência e da Cisplatina, passando pela guerra dos farrapos, na qual começa ao lado dos revoltosos, porém, termina do lado das forças Imperiais, Manuel Luiz Osório, popularmente conhecido como General Osório que comandou as nossas tropas em batalhas internacionais como a Batalha de Caseros de 1855 e 1856, contra Oribe e Rosas.

Contudo, os feitos militares que mais lhe deram prestígio foram, sem dúvida, a invasão do sul do Paraguai em 16 de abril de 1866. Foi responsável, também, pela estratégia que, como consequência, permitiu que as tropas brasileiras vencessem a Batalha de Tuiuti. Em julho de 1866, manteve-se no Rio Grande do Sul, onde formou novas tropas. Em 1868, retornou à batalha para conquistar a fortaleza de Huimaitá, durante a batalha do Avaí. É importante lembrar que, se em sua juventude quando lutou na guerra da Cisplatina, era defensor dos ideais republicanos, durante suas investidas militares tornou-se paulatinamente partidário da monarquia, recebendo importantes títulos no decorrer de sua vida, entre eles o de Barão de Eral (1866), Visconde do Eral (1868) e marquês do Eral (1869).

<sup>210</sup> Luís Alves de Lima e Silva, único indivíduo a receber o título de Duque do Império Brasileiro, e possuidor da maior honraria do Exército Brasileiro, ou seja, Patrono do Exército Brasileiro, em virtude de sua vida militar, mas, principalmente, em decorrência das campanhas vitoriosas na Guerra da Tríplice Aliança.

<sup>211</sup> Conhecido político republicano redator do Manifesto Republicano, que veio a público em 3 de Dezembro de 1870, na primeira edição do *A República* e, em cujas páginas escreveu, até o encerramento em 1874, quando fundou o jornal *O Globo* (1874-1883). Em 1884 fundou *O Paiz*, que exerceu grande influência na campanha republicana. Segundo o historiador Domingos Sávio, este político juntamente com outros nomes importantes do período republicano como: Rui Barbosa

## História e Memória: Cáceres

também, da valorização de um passado mais relacionado a uma elite política e/ou econômica: Fazenda Jacobina<sup>213</sup>, Fazenda Descalvados<sup>214</sup>, Casa Dulce<sup>215</sup>, Vapor Etrúria<sup>216</sup>, ou, ainda, na constante enumeração de algum grande personagem que viveu ou passou por Cáceres como: Hércules Florence<sup>217</sup>, Sabino Vieira<sup>218</sup> ou da passagem do Presidente Roosevelt com a comissão Rondon<sup>219</sup>; seguramente, o elemento sócio-cultural mais marcante do município – relacionado ao aspecto histórico de longa duração<sup>220</sup> –, reside no fato de este estar situado em uma

---

(senador e primeiro ministro da fazenda do novo regime político), Antonio Azeredo (deputado federal eleito por Mato Grosso) e Orozinho Muniz Barreto (capitão-tenente), teriam através da Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, adquirido “o vasto domínio do Descalvados, no Estado de Mato Grosso (com uma superfície de 350 legoas quadradas e número superior a 250 mil cabeças de gado e de porcos).” (SAVIO, Domingos, 2009, p. 107). No entanto, após o não cumprimento dos devidos pagamentos e da acalorada disputa judicial e de negociação política, o antigo dono da Fazenda Descalvados, Jaime Sibils Buxareo, a vendeu para uma companhia Belga.

<sup>212</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, considerado pelo Itamaraty como o maior diplomata brasileiro, responsável pelo sucesso nacional nas renegociações de limites e delimitação de fronteiras, ou mesmo na negociação de novos territórios, como no caso mais clássico e conhecido do Acre que antes pertencia a Bolívia.

<sup>213</sup> Fazenda muito citada nos discursos dos memorialistas da cidade e grande orgulho dos Pereira Leite, família abastada da cidade. LEITE, Luís-Phillippe Pereira. *Vila Maria dos Meus Maiores*. Ed. Mato Grosso: IHGMT, 1978, pp. 41-42; CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanal mato-grossense: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A. “Livros”, publicação, v.3), pp. 66-70.

<sup>214</sup> Esta outra fazenda sempre esta presente na fala destes memorialistas, foi também estudada, de forma mais crítica, em trabalhos monográficos, em artigos e, inclusive, em uma tese de doutorado. GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Cobiçada Carne*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p.34 – 37,01 fev. 2008; Kleiton, César Silva de Almeida. *Descalvados: 1872-1882*. De uma rudimentar salgadeira a uma fábrica de extrato de carne. Monografia. Cáceres: UNEMAT, 2008; GARCIA, Domingos Sávio. *Territórios e Negócios na Era dos Impérios: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

<sup>215</sup> Importante Casa comercial de importação e exportação existente em São Luiz de Cáceres no início do século XX.

<sup>216</sup> Vapor que fazia o trajeto de Cáceres a Corumbá no início do século XX.

<sup>217</sup> Em setembro de 1827, Hércules Florence, que integrava a missão do Barão de Langsdorff, que de 1825 a 1829 percorreu detidamente as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará, retratava Vila Maria no seu “Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas”

<sup>218</sup> Médico que havia liderado uma revolta na Bahia conhecida como Sabinada, porém malograda a revolta fora condenado a prisão, da qual fuge e refugia-se em Jacobina durante o resto da vida.

<sup>219</sup> Natalino Ferreira Mendes. **Cáceres – Duzentos Anos**. Caderno especial 06/10/01978, In: *Correio Cacerense*, ano II, n. 353, – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

<sup>220</sup> Ao realçarmos a importâncias destas questões sobre a longa duração, estamos apenas reiterando parte dos argumentos observados pelo importante historiador francês, Fernando Braudel, quando destaca o perigo dos historiadores ficarem dando muita importância a fatos isolados que, servem muito pouco, para o melhor entendimento da História, assim, Braudel defende que os historiadores se

região fronteira. Não apenas fronteira geográfica, mas, sobretudo, fronteira entendida como local de negociação, onde a distinção entre a ríspida proibição e a facilitada permissão é delimitada por uma linha muito tênue, muitas vezes, indefinida e inteligível.

A relação econômica e cultural, estabelecida de forma direta e indireta, entre grande parte da população cacerense e significativo percentual de bolivianos não se restringe apenas a circulação – de forma lícita ou ilícita – de pessoas e de mercadorias, pois em sentido mais amplo, as culturas de Brasil e Bolívia se interpenetram nesta região de fronteira. Elementos da cultura e da economia boliviana estão bem presentes no dia a dia de muitos cacerenses, desde os produtos dos camelôs, passando pela ida de brasileiros para estudar ou para trabalhar na Bolívia, até alguns aspectos da culinária, do idioma, da dança e da música.

Talvez esta relação de reciprocidade estabelecida em uma região de fronteira, com proibição e permissão coexistindo mutuamente, esteja relacionada a uma prática sócio-cultural de longa duração, afinal, na ata de fundação de Vila Maria, as recomendações de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, são explícitas, quando ordena ao Tenente de Dragões João Pinto do Rego:

[...] para com efeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada aonde se congregasse todo o mayor número de moradores possível compreendidos todos os cazaes de índios castellanos proximamente desertados para esse domínio portugueses da Província de Chiquitos que fazem o número de 78 indivíduos de ambos os sexos a que juntando-se todo o outro número

---

dediquem mais ao estudo das estruturas socioeconômicas de longa duração, ou mesmo das conjunturas políticas de média duração, afinal, estes fatos são muito mais os efeitos do que aquilo que explicariam propriamente o acontecer humano; usando outra metáfora de Braudel, podemos asseverar que os fatos são apenas as espumas das ondas do mar, enquanto as estruturas seriam as correntes marítimas mais profundas que explicam melhor a dinâmica do mar da História; a este respeito ler: BRAUDEL, Fernand. “A longa duração.” In: *Escritos sobre História*. Trad. J. Ginsburg e Tereza C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 44-46; BRAUDEL, Fernand. “Posição da História em 1950”. In: *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editora Presença, 1990, pp. 56-57.

## História e Memória: Cáceres

---

das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos [...].<sup>221</sup>

Não obstante, todo o preconceito semântico da palavra civilizada, podemos a partir deste enunciado, compreender que os interstícios e as interfaces presentes em uma região de fronteira, localizada na porção mais austral da América do sul, não se restringiram a uma mera fronteira geográfica. Mesmo porque, como bem deixa entrever o Auto de Devassa<sup>222</sup> iniciado em 1797, contra o Capitão General e irmão mais novo de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, João Albuquerque. Após a morte deste, as relações socioculturais nesta região de fronteira adquiriam uma diversidade muito grande de possibilidades; sendo, mesmo, extremamente difícil discernir de forma categórica o que era permitido ou proibido; em muitas circunstâncias, a integração/interação e a sobrevivência, seja a partir de práticas lícitas/incentivadas<sup>223</sup> ou ilícitamente/permitidas<sup>224</sup>, para alguns poucos, é importante ressaltar, eram mais importantes do que a simples defesa militar da fronteira, afinal, em larga medida, estas práticas e suas variadas nuances, acabavam por corroborar também com a consolidação dos limites fronteiriços.

---

<sup>221</sup> Termo de fundação do novo estabelecimento a que mandou proceder o Il.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr.<sup>o</sup> Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, denominado Vila Maria do Paraguay. Cópia de um documento original do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Fundo: Documento Avulso sobre Mato Grosso – Caixa 18, n.<sup>o</sup> 1162. FUFMAT/NDHR – Microficha 273.

<sup>222</sup> Este importante documento do período colonial encontra-se no Acervo Documental do Arquivo Ultramarino Português (caixa 35- N.<sup>o</sup> 1826); também esta disponível, na forma digital, no NUDHEO – Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral – UNEMAT/CÁCERES.

<sup>223</sup> É interessante salientarmos que apesar da legislação portuguesa emitir bandos – leis –, extremamente categóricos contra o comércio com o lado espanhol, seguramente, os colonos, ou pelo menos, uma parte destes, iam contra as recomendações destes bandos, fazendo, inclusive, o (contra)bando permitido e até incentivado pela coroa, seja para adquirir gado vacum o cavalari ou, simplesmente, preciosas informações sobre a configuração da fronteira do lado espanhol.

<sup>224</sup> Neste caso, um bom exemplo, pode ser o próprio Auto de Devassa contra João de Albuquerque, que mesmo estando dividido em duas partes; a primeira, constituída pelo inventário dos bens do governados; a segunda, com o auto das quarenta e quatro testemunhas e, principalmente, ter durado três anos, a fim e ao cabo, não condenou o defunto, ou melhor, a memória dos Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

### O marco que ainda demarca

Na cidade de Cáceres, por exemplo, no limiar do século XXI, entre os vários ícones/palavras/símbolos<sup>225</sup> que constantemente são agenciados pelo discurso identitário, para se definir uma identidade comum ao povo cacerense, seguramente, o marco do Jauru<sup>226</sup>, inscreve-se como elemento constante deste arcabouço de memória. Podemos encontrar a sua imagem nos mais diferentes momentos e lugares da cidade: nos *folders* de divulgação das pousadas; no *layout* dos programas televisivos da cidade; em *banners* de publicidade; nas imagens, afixadas em diferentes tipos de estabelecimentos comerciais; na logomarca de diferentes instituições e administrações públicas; na mochila e na camisa, doadas aos alunos da rede pública municipal; nos *slogans* de propaganda política, enfim, sem qualquer preocupação em exagerar, podemos perceber que o marco do Jauru ainda demarca os contornos simbólicos de uma História de Cáceres.

É como se este elemento da cultura material, proveniente da negociação metropolitana de dois impérios, mesmo após sua superação diplomática, continuasse a marcar e delimitar um território, agora

---

<sup>225</sup> Casa Dulce, Catedral, Viola de Cocho, Casa Rosada, Tuiuiú, Vitória Régia, jacaré, bicicleta, entre outros.

<sup>226</sup> O marco do Jauru é uma peça de mármore lioz em forma de toco de pirâmide, com aproximadamente vinte palmos de altura, cindida ao meio e contendo em cada um dos lados as armas de Portugal e Espanha à época do tratado de Madri, firmado entre estes dois Impérios Ultramarinos em 13 de Janeiro de 1750, com o intuito de demarcar seus respectivos territórios na parte mais austral da América do sul, no entanto, o mesmo só fora trasladado e assentados em local definitivo no novo mundo, em 18 de janeiro de 1754, mais especificamente na barra do rio Jauru com o Paraguai; mesmo havendo rumores da existência ainda de outros marcos concernentes a este mesmo tratado, segundo o renomado historiador Jaime Cortesão este é: “o único existente dos monumentos semelhantes que, com grande trabalho, foram trazidos até o lugar onde deviam assentar” segundo ele “depois do Tratado do Porto, os espanhóis mandaram destruir os marcos que haviam sido colocados nas fronteiras do sul”. Independente desta polêmica, o importante é sabermos que o marcos do Jauru encontra-se atualmente na Parca Barão do Rio Brando enfrente a Igreja Matriz de São Luís de Cáceres, em virtude dos seu re-translado efetuado em 1882 por um dos heróis da retomada de Corumbá na Guerra com o Paraguai, o Tenente Coronel Antônio Maria Coelho, o qual cobrou dos cofres públicos, ou mais especificamente da Câmara municipal, a importância de 93\$795 para colocá-lo no largo da Matriz. Talvez também seja interessante destacarmos que este marco é a único bem do Patrimônio Históricas de Cáceres efetivamente resguardado por legislação Federal, pois ainda em 13 de Setembro de 1978, no ano das comemorações do bicentenário de Cáceres, o Ministro da Educação, Auro Brandão, homologou o tombamento do marco do Jauru após a sua aprovação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

## História e Memória: Cáceres

---

balizado por uma nova cartografia, a dos sentidos, da memória e das identidades. Talvez uma cartografia dos sentimentos, da noção de pertencimento e da sensação de memória comum.

O marco acaba se constituindo como uma espécie de curinga, neste baralho de cartas memoráveis, porque serve para qualquer tipo de configuração no jogo do discurso identitário. Sua imagem é agenciada não apenas pelo poder político, mas também pelo capital:



Imagem existente na parte interna da loja Loja de Eletrodomésticos: City Lar, 2008.



Pintura feita no muro da Câmara Municipal de Cáceres, 2009.

O jogo/discurso do turismo, mesmo partindo de um quite de imagens/cartas mais relacionado à natureza, como o tuiuiú, a onça pintada, o jacaré, o Rio Paraguai ou, de forma mais ampla, do conjunto de imagens atribuídas normalmente ao pantanal, acaba também fazendo uso do curinga – marco do Jauru –, na organização de seu jogo discursivo, ou seja, mesmo nos enunciados da fala ecológica, correlacionados ao interesse de evidenciar a fauna e a flora local, podemos encontrar a presença ou, mais propriamente, a mistura dos traços da memória identitária concernentes ao marco.

Ao percebermos essa constante simbólica, com toda a preocupação em utilizar as imagens do marco do Jauru, em tão diferentes locais e circunstâncias, duas perguntas ou, melhor, duas problemáticas, acabaram se constituindo como importantes questões deste artigo. Primeira, por que essa amplitude de possibilidades de uso? Segunda, e talvez principal, quando e, sobretudo, como essa imagem do marco passa a adquirir essa nova conotação simbólica? Ou seja, como de um simples elemento/resquício da cultura material de uma cartografia antiga<sup>227</sup>, metamorfoseia-se em símbolo cultural, quase mesmo, num elemento da cultura imaterial, transformando-se assim, em um sofisticado curinga simbólico.

A primeira pergunta pode ser respondida ao observarmos que o marco está articulado, misturado e impregnado pela lógica de funcionamento do discurso das identidades, dentro de uma relação de poder e saber que busca disciplinar uma determinada memória para cidade. Memória interessada em construir uma História eivada pelo discurso grandiloquente de um passado bandeirantizado.

Ao fazermos um estudo genealógico de quando e como o marco se tornou um importante elemento do discurso identitário, chegamos a conclusão que a gênese desta transformação está situada no final da década de 70, mais propriamente, entre os anos de 1977 e 1978, quando vai surgir, também em Cáceres, todo um interesse de se construir uma História da cidade baseada em fragmentos de memória pertencentes a um segmento social – elite econômica e política da população cacerense.

Em 1977 podemos ver já estampada – no cabeçário do recente jornal criado na cidade<sup>228</sup> – a figura do marco do Jauru, mas talvez mais importante ainda, seja percebermos que a figura que ganhou o concurso para o Distintivo do Bicentenário, tenha também a presença do marco do Jauru, inclusive, o vencedor deste concurso, Wandyonon Vanini

---

<sup>227</sup> Geografia de General, ou melhor, de Capitão General e Governador do século XVIII, que busca esquadrihar e ocupar as terras do novo mundo, dentro da lógica bem própria do UTI POSSIDETIS.

<sup>228</sup> *Correio Cacerense*, jornal criado no ano de 1977.

## História e Memória: Cáceres

Filho teve toda uma preocupação em explicar os sentidos desta imagem:



### Justificativa:

- A letra C, em maior destaque, representa a nossa dinâmica grande Cáceres na comemoração do seu BICENTENÁRIO.
- O marco, no centro, recorda e enaltece a epopéia da conquista de nossas fronteiras e da guarda do osso território.
- Ao fundo, o rio Paraguai e seus afluentes banham o solo, tornando-o mais fértil (agricultura) cheio de pastagens (pecuária).
- Ao lado da letra C, vemos a localização da cidade de Cáceres, a Princesinha do Paraguai.
- 1778-1978= 200 anos de trabalho para um amanhã melhor.<sup>229</sup>

Esta cação de Wandyonon Vanini Filho nos permite perceber quais eram as principais figuras simbólicas agenciadas pelo discurso identitário na construção e definição de uma memória em um para a cidade, ou seja, a História de Cáceres estava sendo construída/inventada a partir de um discurso que oscilava entre uma valorização de elementos de um passado bandeirantizado e aspectos da natureza. Natalino Ferreira Mendes<sup>230</sup>, ao elaborar o hino de Cáceres, também vai fazer uso de uma prática discursiva correlata a esta:

Marcha um povo rompendo a floresta  
Ganha terras e aumenta o Brasil

<sup>229</sup> Documento datilografado assinado por Wandyonon Vanini Filho – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

<sup>230</sup> Natalino Ferreira Mendes, era em 1978, Secretário Municipal de Administração e presidente da Comissão dos festejos do Bicentenário.

## História e Memória: Cáceres

---

No Ocidente penetra e, na testa,  
Albuquerque de porte viril (...).

Tuas terras banhadas dos Rios  
Sepotuba, Jauru, Cabaçal,  
Paraguai – porta aberta pra o mundo;  
Mar inteiro – feraz Pantanal!<sup>231</sup>.

É interessante percebermos que as ressonâncias deste discurso iconográfico, musical e histórico/literário, ainda reverberam na cidade, pois atualmente grande parte da política do turismo é feita mediante esta mesma lógica enunciativa de valorização da natureza e do passado “histórico” de Cáceres.

Um bom exemplo das ressonâncias<sup>232</sup> – tanto destes discursos, quanto da literatura<sup>233</sup> que os contaminou – que ainda reverberam na História escrita e vivida atualmente na cidade de Cáceres, pode ser encontrado no breve histórico presente no texto do cardápio do Knôas. O texto deste cardápio não é único, pois muitos são os breves históricos construídos a partir desta mesma forma/conteúdo. Quando ocorrem mudanças, geralmente elas estão mais relacionadas às informações utilizadas no breve histórico, do que propriamente na alteração desta forma/conteúdo de se pensar e escrever a História, assim, pode ser encontrado textos muito semelhantes nos cardápios de outros restaurantes<sup>234</sup>, em sites de agências de turismo, no site da Sematur, em folders de pousadas, em blog, entre outros.

---

<sup>231</sup> Hino de Cáceres: letra do Prof.<sup>a</sup> Natalino Ferreira Mendes; música e orquestração do Cap. Lenínio da Silva Porto

<sup>232</sup> Na cidade de Cáceres existe na fala e na escrita do discurso interessado em exibir uma suposta identidade da cidade, ou dos los da cultura material e imaterial que devem ser considerados como patrimônio histórico, ainda as ressonâncias de todas as práticas discursivas elaboradas e emitidas naquele ano do bicentenário.

<sup>233</sup> LEITE, Luís-Phelippe Pereira. *Vila Maria dos Meus Maiores*. Ed. Mato Grosso: IHGMT, 1978. Ainda deste mesmo autor, as obras: “O Médico de Jacobina, Dr. Pedro Nolasco Pereira Leite” e “O Engenho da Estrada Real”. CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses*. Cuiabá: IHGB/MT, p. 66-70.

<sup>234</sup> Restaurante Corimba – localizado às margens da baía do Malheiros, Rio Paraguai – 2006, ou ainda, o restaurante Etrúria, situado no calçadão da Praça Barão do Rio Branco, ano 2009.

Quando destacamos que este texto constitui-se como um bom exemplo das ressonâncias das práticas discursivas contemporâneas ao ano de 1978 que, inda reverberam atualmente, não é simplesmente pelo fato de a maioria destes textos estarem utilizando e, em algumas circunstâncias, até plagiados algumas informações contidas no artigo jornalístico<sup>235</sup> de Natalino Ferreira Mendes, produzido para um caderno especial do Correio Cacerense, publicado no dia do bicentenário. Falamos em ressonância neste caso, sobretudo, porque percebemos a permanência de uma visão da História que ainda se auspicia na condição e competência de definir a História de um povo, de um país, de um Estado, de uma cidade, em poucas palavras, em um breve histórico. Os postulados desta prática discursiva que ainda ecoam na cidade de Cáceres ou em diversas escolas deste país, assemelham-se bastante ao discurso da estereotipia, pois:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma fala que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada no grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas em nome de semelhanças superficiais do grupo.<sup>236</sup>

Em Cáceres, ou no velho/novo Mato Grosso, durante o ano de 1978 – velho porque permaneceu com a mesma capital e também conservara o mesmo nome, novo porque após a divisão, ocorrida um ano antes, teria que ser escrita uma nova História para o estado, com novos heróis –, existia uma preocupação de se escrever a História do estado e da cidade. Esta História, entretanto, não se justifica apenas pela divisão do estado, também temos que levar em conta a importante

---

<sup>235</sup> MENDES, Natalino Ferreira. *Cáceres – Duzentos Anos*. Caderno especial do Correio Cacerense. 06/10/1978, ano II, n. 353.

<sup>236</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes* – 2. ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p.20.

questão da presença do outro, do imigrante que afluíu para o estado com grande intensidade durante estes anos setenta<sup>237</sup>. Do outro que representa a ameaçadora diferença visível na culinária, no sotaque, no vocabulário, nas formas de sociabilidade, na concepção de tempo, enfim, nos traços culturais. É a partir deste contato com o outro que o discurso da identidade ganha maior importância, e emerge todo um interesse em construir uma História que tenha uma memória disciplinada em comum; disciplinada, porque, quem se arvora a esta condição de memorialista, varia muito pouco o seu repertório.

Na cidade, sobretudo, durante e após o bicentenário, não faltaram discursos que ressaltassem a importância de se escrever e preservar a História local, em decorrência da iminente destruição do passado, provocada pelo processo modernizador em que o estado estava ingressando. Assim,

a divisão do Estado de Mato Grosso, prevista no PND, fez com que Cáceres se tornasse uma das principais cidades do novo Estado. Este será o alvo de grandes atenções do Governo Federal, o qual tem por objetivo injetar recursos financeiros prevendo o desenvolvimento da região. Vários planos desenvolvimentistas irão surgir objetivando trazer progresso para a área. De grande importância será todo esse desenvolvimento, mas antes que ele chegue é necessário salvaguardar a memória regional. Em nosso país, o desenvolvimento sempre vem acompanhado da destruição do velho e do antigo para a identificação do novo. No entanto, o passado faz parte da vida. É através da formação sócio-econômica da região que se poderá elaborar planos de desenvolvimento adequados à área e que poderão trazer realmente um progresso. Ciente disto, a Prefeitura Municipal

---

<sup>237</sup> Um importante trabalho sobre a vinda de grande quantidade de migrante para região da grande Cáceres, ou mais especificamente, para localidade que futuramente iria se tornar um novo município é o trabalho de: HEISNT, Andréa de Cássia. *Bandeirantes do século vinte. Memória e ocupação da terra em Mirassol D'Oeste*, Mato Grosso. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

de Cáceres e a TURIMAT (Companhia de Turismo de Mato Grosso) decidiram organizar o Museu de Cáceres.<sup>238</sup>

### Descontinuidades e rupturas

As descontinuidades e rupturas mais significativas puderam ser percebidas desde a abertura – após o fim da Guerra da Tríplice Aliança – da navegação do rio Paraguai, que possibilitou a maior circulação de mercadorias e pessoas, provenientes de outras partes do mundo, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, com a implantação de importantes casas comerciais que vendiam – literalmente – produtos e uma nova concepção de mundo<sup>239</sup>, porém, quantitativamente, as rupturas e descontinuidades se intensificaram após a inauguração, em 1964, da Ponte Ponce de Arruda – atualmente denominada de Ponte Marechal Rondon – sobre o Rio Paraguai, a qual, juntamente com as Rodovias Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, desempenhou a importante função de elo das correntes migratórias, intensificadas em Mato Grosso durante a segunda metade do século XX, ou mais propriamente nas décadas de 60 e 70.

Dos inúmeros migrantes, provenientes das mais distintas regiões do país, que afluíram para Mato Grosso pelo corredor da Rodovia Cuiabá-Porto Velho, muitos ficaram na região da Grande Cáceres e

---

<sup>238</sup> Argumentos utilizados por Luiza Rios Ricci Volpato, na época professora da UFMT, e, por isso mesmo, fala autorizada/competente, para requerer junto à Delegacia de Educação e Cultura a professora Emilia Darci de Souza Cuiyabano, para exercer a função de diretora do Museu e Arquivo Municipal, como também, de organizar todo o material previsto para estar presente no mesmo; MENDES, Natalino Ferreira. *Memórias Cacerenses*. Cáceres: MT, 1998, p. 171.

<sup>239</sup> Só para ficarmos com exemplos de civilização material deste período, podemos mencionar todo o conjunto de edificações em estilo *eclético* – com platibandas de gradil de ferro –, influência direta de Montevidéu e Buenos Aires, existentes apenas também no sul do Brasil, as quais juntamente com os prédios já existentes em tipologia colonial – com beiral de beira seveira ricamente adornados – vieram a se acrescentar todo um conjunto de Estilos arquitetônicos com o prefixo neo: neoromânico; neogótico – tendo como exemplo a parte frontal da catedral – e, ainda, o estilo *art nouveau*, conhecido fora dos países de influência francesa como liberty – a Casa Rosada, talvez seja a única edificação de Mato Grosso que mais se aproxime deste estilo; um pouco depois deste período, as ressonâncias do *art déco* – na *Exposição Internationale des Arts Decoratifs Industriels Modernes*, ocorrida em Paris em 1925 – se fazem presentes em muitos prédios da cidade como linhas regulares e bastante sobriedade geométrica. Para uma leitura mais específica deste assunto consultar: LACERDA, Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso: bens edificados tombados pelo Estado e a União*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

trouxeram consigo diferentes práticas culturais. Deste novo contato e integração, harmônica ou conflitante, vai se constituindo a vida cotidiana da cidade neste tempo contemporâneo, caracterizado por uma realidade sinestesticamente bem diversificada, porque, construída a partir de um amalgama pluricultural.

Como todo e qualquer instantâneo – é apenas a visão de um determinado ponto – este, também o é, assim, muitas podem ser as maneiras de se interpretar a História de uma cidade; temos, inclusive, certo receio em sintetizar em tão pouco espaço, a História tão ampla e complexa de um município como Cáceres, afinal, além do que já foi elencado até aqui, poderíamos, a partir de uma visão mais polissêmica da História, enumerar tantos outros fatos pertencentes a mais segmentos da população cacerense, e assim dar visibilidade e dizibilidade a diferentes espaços de memória como possui o maior festival em água doce de pesca embarcada do mundo inscrita no *Guinness book*; é conhecida como cidade das bicicletas; é cidade sede e, também, célula gestora da Universidade do Estado de Mato Grosso; possuiu um estabelecimento comercial – Café Nice<sup>240</sup> – que não fecha suas portas a aproximadamente três décadas

Nestas últimas/importantes palavras temos o interesse de discutir apenas sobre mais duas questões. A primeira, de caráter mais geral, está relacionada a uma difícil e constante pergunta: para que

---

<sup>240</sup> Estabelecimento comercial – bar – situado na frente da rodoviária. Até 2000 tinha a vizinhança/interação de outro estabelecimento que poderíamos nominar e definir como pertencendo à zona do baixo meretrício, mas que popularmente era chamado de “cai pinto”. O “café Nice” tem a peculiar característica de não fechar suas portas, há quase três décadas. É frequentado, normalmente, por pessoas pertencentes à classe social financeiramente mais pobre. Nômades por opção, ou por ocasião, no caso dos que não tem um lar sedentário para habitar. Talvez o “Café Nice”, após a Desterritorialização provocada pela perda do lar sedentário, seja para estas pessoas uma outra forma de reterritorialização, aonde os mesmos quase sempre voltam e batem o ponto, para usarmos uma linguagem mais sedentária. Nestas primeiras/poucas palavras sobre o “Café Nice”, podemos observar que estas vidas possuem uma memória diversificada, que ainda precisam ser mais observadas, não só pelos historiadores, mas também por qualquer pessoa preocupada em tentar perceber outros aspectos da cidade, bem diferentes daqueles já tão propalados pela mídia ou pela memória disciplinarizada dos memorialistas, inclusive, por uma parcela da História produzida na academia.

serve a História? A segunda, mais específica, reside na intenção de saber e reiterar qual é o sentido e a preocupação que este artigo possui?

A esta primeira e difícil pergunta, respondida por tantos historiadores, mesmo assim, constantemente refeita, pois a História tanto como o acontecer humano quanto como à área de estudo – historiografia –, está sujeita a mudança, à perpétua revisão dos seus postulados, ao intenso e acalorado debate sobre sua epistemologia; contudo, tencionamos responder esta pergunta dentro de uma específica economia textual, que conjectura seus argumentos pelo viés da comparação. Viés este, que, apresenta a vantagem de partir de um exemplo já estabelecido, com prática/teoria experimentada, e, também, ajuda a aproximar ou, sobretudo, perceber a proximidade existente entre diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, compreender as similitudes existentes entre a História e a Literatura no momento de constituir enunciativamente seus discursos, ou seja, saber que ambas têm a linguagem falada ou, principalmente escrita, como meio de construção/invenção de sua atividade.

Se a literatura – para Manuel de Barros – tem a importante função de arejar a língua, para impedir que a mesma se petrifique nos usos da linguagem clichê, a História também tem a imprescindível função de arejar a memória, para impedir que esta se sedimente nos exemplos de uma memória oficializada, homogeneizante e pouco sensível a diferença. Se a boa literatura desestabiliza as estruturas da linguagem, provocando desfamiliaridades e disjunções no uso da língua, chegando mesmo a incitar a insubordinação, a História, por sua vez, deve revolver a memória, (des)-sedimentalizá-la, ou até mesmo profanar seus heróis e desnaturalizar suas versões. Perceber, aliás, como tudo que é histórico, que estas versões e estes heróis foram construídos, ou seja, historicizar ao máximo as condições de possibilidade de construção/invenção desta memória.

Revolver e aerar esta memória possibilita a emergência do novo na História, possibilita à insurgência da polifonia, da balburdia que se realiza no pão nosso de cada dia, do disparate dos diferentes interesses que constituem o tecido social, das próprias vilanias que permeiam a

## História e Memória: Cáceres

---

construção do discurso homogeneizante de uma memória que se auspícia na condição de ser e pertencer a todos, pois quando devidamente historicizada, a mesma não passa de uma grosseira simplificação viabilizada pela estereotipia da representação, que se contenta em encenar o todo utilizando pequenas frações. Talvez, o problema nem seja necessariamente encontrado na defasagem existente entre estas pequenas frações (linhas esparsas, costuras incompletas) e a totalidade do tecido social, mas antes, na dissimulação de não assumir que estes fragmentos de memória pertencem, ou são evocados, por apenas uma parte deste tecido social.

É importante saber e perceber que o próprio tecido, é muito mais que uma colcha de retalhos do que, propriamente, um corte de linho bem construído com compleição inteiriça. O mais interessante é: assumirmos que os mais diferentes retalhos dessa colcha têm direitos de fala ou, ainda, que não precisam reconhecer necessariamente a vidência dada a apenas um destes retalhos da colcha, o qual, não raro, auspícia a condição de representar toda miscelânea que a constitui.

Levando em conta estas reflexões sobre: para que serve a História? Podemos, afinal, entender qual é o sentido/preocupação que este artigo possui, pois se a História tem como funções: problematizar, discutir, debater, revolver, aerar essa memória mais homogeneizante, então os sentidos e interesses que nos levaram a pesquisar/escrever este texto, acabam tornando-se mais plausíveis, ou seja, talvez a memória em Cáceres esteja precisando de uma aragem que consiga revolver seus sedimentos, para tornar o solo da História mais fértil, porque, mais poroso e menos cristalizado nos velhos e corriqueiros exemplos de uma memória grandiloquente.

Ao percebermos como todo um arcabouço de memória foi construído/inventado, dentro de uma relação de poder/saber, acabamos por (des)sacralizar esta memória que visa construir uma identidade cacerense a partir de apenas alguns exemplos da História vivida. Não que queiramos desvincular o marco do Jauru, a casa rosada, a fazenda Jacobina, a catedral de São Luis de Cáceres, o anjo da ventura e o vapor etrúria de uma História sobre Cáceres, pois eles efetivamente fazem

## História e Memória: Cáceres

---

parte desta História, pertencem à memória e a História de Cáceres. No entanto, é importante ressaltar que, não obstante fazerem parte dos elementos materiais e simbólicos desta História, não podem por isso ser confundidos, ou ainda pior, vistos como sendo a própria memória e a História da cidade, afinal: "a História, em nosso tempo, não pode ser discurso de construção, mas de desconstrução, discurso voltado para compreender o fragmentário que somos, as diferenças que nos constituem, o dessemelhante que nos habita".<sup>241</sup>

Como historiadores, temos que nos preocupar em não sedimentar, através de nossa escrita, uma memória que reside em poucos lugares<sup>242</sup>, pois a Casa Dulce, o marco do Jauru, a Casa Rosada, a Fazenda Jacobina e a Fazenda Descalvados são exemplos de memória de apenas um segmento da população cacerense – elite econômica e/ou política –, por tanto, não devemos menosprezar os múltiplos locais de memória existentes na cidade, a amplitude da História vivida, com práticas quotidianas bem diferentes desta memória disciplinada pelo discurso memorialista. Assim, só para pensarmos em um simples e interessante exemplo relacionado a outros espaços de memória: enquanto estava havendo na cidade de Cáceres, no ano de 1978, todo aquele conjunto de comemorações relacionadas ao bicentenário, preocupadas em disciplinar uma memória para a cidade a partir de um passado bandeirantizado ou, de um panteão de heróis, vinculados a elite política/econômica do passado e do presente, podemos, porém, encontrar nas páginas do *Correio Cacerense* o seguinte enunciado:

Campeonato Poli-Esportivo (Undo Kai) no Campo de "BASE BALL" ao lado do Estádio Municipal "Luiz Geraldo da Silva", com início às 7

---

<sup>241</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História a arte de inventar o passado. Bauru – SP: EDUSC. 2007, p. 87.

<sup>242</sup> Afinal: "não há diferença entre aquilo de que um livro fala e a maneira como é feito". DELEUZE, Gilles; QUATTARI, Felix. 1925-1995 Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1; tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 17; "O falecido R. G. Collingwood gostava de dizer que o tipo de História que alguém escrevia, ou o modo como refletia sobre a História, era em última análise uma função do tipo de homem que se era." WHIT, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 2008, p. 440.

## História e Memória: Cáceres

---

horas, promovido pela Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de Cáceres, constando de:

1 – abertura

2 – Provas: corrida e gincana<sup>243</sup>

É a partir da observação dos paradoxos existentes no tecido social de Cáceres, constituído por fios mais antigos, relacionados a uma História de longa duração, como também, por fios mais recentes, vinculados as discontinuidades e rupturas, que se fez presente o desafio de se pensar e, sobretudo, escrever/inscrever, as cenas e conjecturas apresentadas no respectivo instantâneo histórico. Não para auspiciarmos a última palavra sobre o assunto, mas, sobretudo, para incitar o debate historiográfico. Este pequeno artigo possui o interesse principal de fazer uma provocação sobre as discussões do passado, do presente e, ainda, projeções futuras de nossa cidade, funcionando como propositor de ideias reativas, análogas as reações químicas de um instantâneo polaróide que possibilitam o delineamento de novas imagens e cenas sobre Cáceres, mesmo que estas venham a ganhar um aspecto apenas impressionista.

Afinal, não acreditamos que a História para ser salva, precise virar refém do truísmo, pois a História de um povo é construída, principalmente, pelos vários espaços de memória que constituem a vida negociada e difícil do dia a dia de todo o tecido social. Tão importantes quanto à memória e os vestígios materiais dos grandes “heróis” do passado, do presente e do futuro, são os exemplos simbólicos e materiais da vida do homem comum, do homem ordinário – porque, não é extraordinário – diria de Certeau<sup>244</sup>, do homem infame – porque, sem fama – acrescentaria Foucault<sup>245</sup>, que inventa seu cotidiano bem longe dos palácios, dos textos, dos casarões, enfim, dos marcos desta História grandiloquente feita pela, e para elite; História esta, contraída

---

<sup>243</sup> *Correio Cacerense* 08/10/1978, ano II, nº. 354 – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

<sup>244</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (Trad.) Ephraim F. Alves. Vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

<sup>245</sup> FOUCAULT, Michel. *A História dos Homens Infames*. In: FOUCAULT, M. *Estratégias, poder-saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2006.

“*para inglês ver*”, para turista apreciar, pois mesmo quando mostra o homem comum, ou os elementos de sua cultura, é quase sempre a partir de um viés que folcloriza suas ações e manifestações culturais, contudo, quando nos lembramos das lições do grande historiador Paul Veyne de que: *uma cultura esta bem morta quando a defendem ao invés de inventá-la*<sup>246</sup>, percebemos a urgências da sociedade se integrar a este debate.

Além do mais, não acreditamos que a História realmente precise ser salva. Em Cáceres, talvez ela só precise ser mais democrática, mais polifônica, menos saturada pelo discurso memorialista relacionada à tradição de uma elite das grandes famílias. Como historiadores, preocupados em não perceber o discurso memorialista como óbvio e natural, ou natural porque óbvio, deveríamos sim, nos interessar mais em dar maior visibilidade e dizibilidade às constantes invenções da cultura cacerense que pululam na realidade material e simbólica da cidade no pão nosso de cada dia.

### FONTES

TERMO DE FUNDAÇÃO DO NOVO ESTABELECIMENTO, a que mandou proceder o Ilm.º e Exm.º Srº Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, denominado Vila Maria do Paraguay. Cópia de um documento original do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Fundo: Documento Avulso sobre Mato Grosso – Caixa 18, nº. 1162. FUFMAT/NDHR – Microficha 273.

DOCUMENTO DATILOGRAFADO E ASSINADO POR WANDYONON VANINI FILHO – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

HINO DE CÁCERES: letra do Prof.<sup>a</sup> Natalino Ferreira Mendes; música e orquestração do Cap. Lenínio da Silva Porto.

---

<sup>246</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*; Foucault revoluciona a história. 4. Ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

## História e Memória: Cáceres

---

DOCUMENTO DATILOGRAFADO ASSINADO POR WANDYONON VANINI FILHO – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

RESTAURANTE CORIMBA, localizado às margens da baía do Malheiros, Rio Paraguai – 2006, ou ainda, o Restaurante Etrúria, situado no calçadão da Praça Barão do Rio Branco, ano 2009.

### JORNAIS

CORREIO CACERENSE, 08/10/1978, ano II, nº. 354 – pasta: Bicentenário de Cáceres 1778-1978 – 29 de setembro de 1977. Cáceres: APMC.

MENDES, Natalino Ferreira. *Cáceres – Duzentos Anos*. Caderno especial do Correio Cacerense. 06/10/1978, ano II, n. 353.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes* – 2. ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru – SP: EDUSC. 2007.

BRAUDEL, Fernand. “A longa duração.” In: *Escritos sobre História*. Trad. J. Ginsburg e Tereza C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. “Posição da História em 1950”. In: *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editora Presença, 1990.

CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1951, 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1964.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (Trad.) Ephraim F. Alves. Vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaís mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A. “Livros”, publicação, v.3).

FLORENCE, Antoine Hercule Romuald. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes - Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

\_\_\_\_\_. A História dos Homens Infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégias, poder-saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *História da Loucura*. Rio de Janeiro: Petrópolis, .

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. A prosa do mundo. In: FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche, a genealogia e a História”, In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado, 20ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. Preface in: DELLEUZE, Gilles; GATTARI e Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete 16ª edição. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1997.

DELEUZE, Gilles; QUATTARI, Felix. *1925-1995 Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1; tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1995.

LACERDA, Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso: bens edificados tombados pelo Estado e a União*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

LEITE, Luís-Philippe Pereira. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: Oficina gráfica da Escola Técnica Federal, 1976.

\_\_\_\_\_. *Um médico em Jacobina*. São Paulo: Engenho, 1978.

\_\_\_\_\_. *Vila Maria dos Meus Maiores*. Ed. Mato Grosso: IHGMT, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre Brasil Colônia, *In*: FREITAS, Marco Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editor Contexto, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

WHIT, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 2008.

### MONOGRAFIA, DISSERTAÇÕES E TESES

GARCIA, Domingos Sávio. *Territórios e Negócios na Era dos Impérios: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

HEISNT, Andréa de Cássia. *Bandeirantes do século vinte. Memória e ocupação da terra em Mirassol D'Oeste, Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

Olga Maria Castrillon-Mendes<sup>247</sup>

Guardando velhos arcanos  
Da gente antiga, valente,  
Dos Lusos e Castelhanos,  
Como um gigante impotente  
Jaz na praça principal,  
Desta terra hospitaleira,  
Em frente da Catedral,  
Velho Marco de Fronteira.

(MENDES, 1993, p. 26)

O Marco do Jauru é o único símbolo, ainda existente, do acordo firmado entre Portugal e Espanha, no século XVIII<sup>248</sup>. Colocado na foz do rio Jauru, importante canal de ligação entre Cuiabá e o Amazonas, na época, foi concebido por Alexandre de Gusmão, representante da colônia brasileira, responsável pela negociação do Tratado de Limites de 1750. Exprime, através das legendas gravadas no seu formato quadrangular, a conquista da diplomacia, da justiça e da paz, firmadas entre as duas maiores potências ibéricas possuidoras de terras na América. Em 1880 o Marco foi trasladado para a Praça da Matriz (hoje Barão do Rio Branco), na cidade de Cáceres-MT. Em 1977 foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>249</sup>.

Tal significado histórico pode ser visto como o lugar de memória responsável pelos discursos que construíram o sentido de Mato Grosso no cenário brasileiro e internacional. Como signo, funda o

---

<sup>247</sup> Professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>248</sup> Em janeiro de 1750, na capital espanhola, foi feito um acordo entre as Coroas portuguesa, representada pelo rei D. João V e espanhola representada pelo rei Fernando VI, pelo qual reconhecia e remarcava as posses ibéricas no Novo Mundo. Esse acontecimento histórico, assinado como Tratado de Madrid substituiu o Tratado de Tordesilhas (1494), tendo como base jurídica o princípio do direito privado romano do *uti possidetis* (a posse de fato, é a posse de direito), que se valeu do curso dos rios para delimitação das fronteiras entre os dois reinos. O Marco do Jauru tem essa representação diplomática. Esta nota é uma contribuição de leitura da professora Maria do Socorro Souza Araújo.

<sup>249</sup> Cf. MENDES, 1983.

espaço onde se produz uma identidade<sup>250</sup> particular e os sentidos específicos do colonialismo, lugar possível de investigação dos processos de constituição do povo.

Assim concebido, não há como ignorar o monumento plantado, entre outros, na Praça central da cidade. Para alguns, é um símbolo importante que necessita de cuidados e de política de preservação; para outros, um incômodo bloco de pedras amareladas que bem poderia ceder espaço para as festas e os colossais brinquedos infantis, entre outras possibilidades de ocupação de espaços.

Entre os prós e os contras, o “gigante impotente” cantado pelo poeta tem resistido ao tempo e às constantes mudanças de local no espaço da mesma Praça<sup>251</sup>. O soberbo guardião da memória resiste, talvez pelo sortilégio das invocações, talvez pela beleza piramidal e marmórea dos seus imponentes blocos, ou até mesmo pela necessidade de subscrição dessa história-memória da cidade. Pela força reguladora das circunstâncias ou pelas transformações de mentalidades do mundo contemporâneo, o monumento tem sido constantemente reinventado em prosa e em versos.

Uma dessas releituras teve lugar durante as comemorações dos 70 anos do 2º Batalhão de Fronteira, que propôs uma Expedição ao assentamento original do Marco comemorativo do Tratado de Madri. Realizada em 2009 por iniciativa da referida corporação militar, a viagem-expedição pelo rio Paraguai contou com a participação de professores e alunos pesquisadores das Universidades Públicas do Estado de Mato Grosso, a UNEMAT e a UFMT, o Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres - IHGC, além de setores ligados à Prefeitura Municipal. A programação mista oficial e acadêmica objetivou reconstituir o monumento no seu local de origem, a partir da reposição do monumento por uma réplica em madeira de lei torneada, cuidadosamente localizada a partir dos dados geográficos constantes do relato do naturalista Hercules Florence, conforme dito pelo engenheiro da Expedição. Do diário de viagem retoma-se a seguinte passagem:

---

<sup>250</sup> Identidade aqui é tomada com o sentido de pertencimento ao lugar de origem.

<sup>251</sup> Cf. pesquisa de MENDES (2009), resultante dessa Expedição, sobre as constantes mudanças de posição do referido marco de fronteira.

## História e Memória: Cáceres

---

11 de setembro de 1827. Partindo às 2 horas da madrugada, às 9 horas da manhã chegamos ao rio Jauru, à direita. Em vão procuramos a princípio enxergar a pirâmide que vínhamos ver: descobrimo-la afinal à direita da embocadura, por trás de árvores que a ocultam das vistas. Não é possível enxergar com indiferença um monumento qualquer de mármore branco e de arquitetura regular que de repente se nos depara no meio dessas vastas regiões, onde sem partilha reina a natureza.

(FLORENCE, [1875] 1977, p. 207)

O retorno à origem é interpretado, temporalmente, num campo em que se interceptam duas linhas. Uma é vertical (ou diacrônica), pela qual a história do passado é relida no presente; a outra é horizontal (ou sincrônica) em que se relacionam os dados compositivos e as particularidades contemporâneas para compor o quadro histórico que se pretende reconstruir. Por consequência, os significados corporizados em símbolos projetam a imagem que constitui a generalidade do objeto representado.

Visto dessa forma, os sentidos imbricaram-se nas festividades de uma Organização Militar e no “lugar de memória” que, conforme Pierre Nora (1993), marca a necessidade de sedimentação do espaço e a forma como o ser humano concebe a manutenção do espaço de memória. A viagem fluvial representou o momento do encontro entre o registro, o estudo e a poesia, criando outro acontecimento de memória. Desta feita, aquele que disciplina o movimento dos sentidos produzidos sobre a fronteira, retoma pré-construídos e sinaliza ações futuras, dando acesso a outras vozes que problematizam as diversas maneiras de leitura, para além das evidências.

Nesse sentido, este artigo, além de marcar o evento revisionista do *locus* original do Marco, propõe interpor dois discursos: o histórico e o literário. O primeiro faz parte da nossa compreensão sobre os sentidos de Mato Grosso desde as disputas fronteiriças do século XVIII. O outro abre a clara intenção de tornar visível parte da produção literária “regional” concebida, de certa forma pela historiografia literária, como “periférica”. Ou seja, o acontecimento histórico voltando-se para o fenômeno da criação de uma linguagem especial (a literária) e, mais especificamente, a Poesia. Não apenas o sentimento que dialoga

## História e Memória: Cáceres

---

diretamente com os batimentos do coração em consonância com os compassos da música e a estrutura material e linguística, mas o *fenômeno* da criação de uma linguagem especial que traduz a intuição criadora.



Marco simbólico fixado no sítio do Marco do Jauru em 12/05/2009.  
Foto: Luís César Castrillon Mendes

Assim conceituados, o acontecimento histórico e a Poiética (ou a psicologia da criação nas palavras de Gilberto Mendonça Teles) entram na composição de um conhecimento das formas que a linguagem acumula através dos tempos pelos mecanismos das possibilidades inventivas e das suas funções na sociedade de cada época (TELES, 2005, p. 50-51).

### A voz do poeta

O poema “Marco do Jauru” faz parte da obra *Anhuma do Pantanal: poesia da terra*, de Natalino Ferreira Mendes, publicada em 1993, como parte de uma coletânea poética que reúne, em seis partes, os *hinos* dedicados à terra. São temas que remetem à história e à memória em estruturas fixas, dos sonetos, e em versos livres das canções e místicas. O mote condutor é o grito da anhuma, pássaro que denuncia a aproximação do ser humano no cenário silencioso e majestoso do pantanal. Simbolicamente, na/pela ave o poeta costura o tecido significante à medida que o jogo das palavras é o teatro dos acontecimentos aflorados pela língua. Desta forma, são temporalidades de uma bicentenária paisagem cantada por preciosidades rítmicas que buscam re-afirmar a memória do povo e a intensidade emotiva, ambas unidas pelos limites indecisos das formas simbólicas, muitas vezes, tensos e indefiníveis no movimento da significação. Essa abertura do simbólico corresponde a diferentes gestos de interpretação formulados pelo imaginário, articulando/reconstruindo os sentidos.

O verso que constrói a ideia de um “gigante impotente que jaz na praça principal” é uma peça histórico-literária. Um enunciado que impõe respeito e admiração ao monumento para quem o vê assim. Traz consigo, portanto, uma necessidade de interpretação, tanto pelo lugar da metáfora representativa, como pelo espaço da ideologia. Em um campo de contradição produz conhecimento, interpelando a historicidade, muitas vezes, apagada pelas próprias questões postas por “velhos arcanos” da política de fronteira do setecentos.

Guardando velhos arcanos  
Da gente antiga, valente,  
- Dos Lusos e Castelhanos (p. 26)

## História e Memória: Cáceres

---

Desta forma, a memória trabalha no entremeio do que é dito. Assim, não há separação entre a linguagem e a memória constitutiva do discurso, levando a crítica até o limite da existência do *outro*. Nesse caso, o objeto desconhecido coloca uma necessidade histórica de reorganizar o campo das relações entre diferentes locais do saber. Ou seja, a crítica trabalha no espaço tenso entre as redes de memória postas, contraditoriamente, pela linguagem em seus mecanismos imaginários.

Por esse meio simbólico, o poeta interpela o objeto empírico e o observador/leitor, pois não há quem não se curve diante da beleza marmórea que desperta possibilidades do mundo-linguagem-ideologia, procurando estabelecer sentidos, como propõem os versos:

Aos que passam impressiona  
Pela forma e pela história  
Do seu conjunto assoma  
Todo um passado de glória (p. 27).

O conjunto orgânico dos enunciados substitui a “sensação” pelo conhecimento de uma historicidade que perdura. No frescor da espontaneidade, o olhar não se dá como expressão acabada, mas impõe uma *impressão* evocativa dada pelas formas, concentradas idealmente e entendida como símbolo do espaço universal. A articulação plástico-expressiva exalta o aparato faustoso do mármore e (re)vela a ideia do solene.

Mesmo que os versos carreguem visível convicção dogmática, a carga emotiva de uma afirmação de verdade poética orienta a superação individual que, se cola ao coletivo na descoberta da dimensão de uma trajetória infinita de experiências e de reinvenções, estas mesmas que fizeram parte da concepção de consentimento entre os povos líderes do passado. Conseguiram, assim, manter temporariamente relações diplomáticas “disciplinando a expansão / dos dois reinos colossais / que se valem da ocasião / dos parentescos reais” (idem, *ibidem*). Relações diplomáticas num mundo que se construía sob o signo da “vitória nas contendas”, atestando a supremacia do poder e a apologia ao sentimento pátrio.

O mesmo ideal de celebração se presentifica, também, na conhecida denominação do 2º Batalhão de Fronteira, sediado em

Cáceres. Pelo seu lema “Sentinela do Marco do Jauru”, a incorporação militar remonta à fundação da cidade. A história registra no/pelo diário de Luiz de Albuquerque, que no local da fundação havia um “destacamento” e na confluência do rio Paraguai com o Jauru, já se achava posto o marco que devia servir de fronteira às demarcações conforme estabelecido pelo “Ajuste” (MENDES, 1992, p. 16). Assim, o domínio se manteve pelo rio “por onde se fazia a comunicação entre a então Capital Vila Bela e Cuiabá” (MENDES, 1998, p. 138).

No movimento humano que estabeleceu os limites geográficos fundadores dos sentidos, as expedições científicas participaram da construção de uma rede constitutiva de discursos particulares que aliam uma visão humanista do mundo à geografia das grandes descobertas. A maior parte dessas expedições legou um repertório de textos, documentos e imagens que orientam (e determinam) a forma como esses arquivos são explorados e como a produção atual dos sentidos são postos na fronteira entre a história, a geografia e a literatura. Tais textos compõem bancos de dados que se formaram sobre as sociedades visitadas, construindo componentes imagéticos de/sobre diferentes aspectos culturais e político-econômicos de uma região. Comporta, também, o inusitado desejo de conhecer o desconhecido, recuperar e remontar o cenário do tempo/espaço da memória, permitindo a recriação dos acontecimentos da língua na história.

Esse fato configura a estratégia de solidificação de posses e de povoamento que caracteriza o espaço de movimento dos atos, gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres que são formas coloniais, as quais firmam o processo de apropriação. É, portanto, desta maneira que o Brasil se constitui dentro de uma configuração política, social e econômica e pela necessidade de alargamento de fronteiras para além-mar. Avanço que traz implícita a necessidade de equilíbrio de forças entre as duas potências conquistadoras da época: Portugal e Espanha. Os espanhóis ocuparam, pelo Pacífico, a região dos Andes e avançaram para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Os portugueses, pelo litoral do Atlântico, caminharam em direção ao interior, formando o cenário dos choques constantes pela disputa das terras que geraram as questões demarcatórias das fronteiras continentais brasileiras, cujos resultados

## História e Memória: Cáceres

---

encontram-se inventariados nos relatos oficiais dos administradores coloniais, conforme análise discursiva que fiz em estudos anteriores sobre a relação entre as Cartas emanadas da Colônia e as Instruções advindas da Corte<sup>252</sup>.

Desta forma, o Marco celebra a conquista e o pretendido espírito de concórdia entre os interesses coloniais, como se vê na gravação em uma das faces do monumento: “justitia et pax osculatae sunt”, princípios silenciosos que conduziram os destinos políticos da América colonial ibérica, silenciando outros dizeres possíveis. A razão e a justiça, a paz e a civilização se inscrevem nas quatro partes do monumento. A esses princípios, o poeta canta perante a posição do astro-rei:

Na face, que o sul contempla,  
Desse Marco de Fronteira,  
Há um lema que acalenta  
Esta terra brasileira:  
- “Justiça e Paz se oscularam”  
Nestas plagas sem rivais...”  
(MENDES, 1993, p. 27).

O “eu poético”, não só conta parte da história, mas canta a celebrada vitória dos povos conquistadores. Nesse sentido, o tom é dado pelos versos *redondilhos*, de largo uso na poética luso-brasileira<sup>253</sup>. Nota-se, então a relativa união de sentidos entre a flexível disposição das rimas e a conclusão dada pelos versos finais da estrofe onde repousa a apologia<sup>254</sup> que resulta da beleza do canto marcado na/pela cadência rítmica própria de um hino. Portanto, indício da harmonia lírica pelas combinações polimétricas em que a voz do poeta expressa orgulho telúrico.

Hoje, simbolicamente colocado entre a imponente Catedral e o rio Paraguai, os preceitos perenizados nas placas do Marco, dizem

---

<sup>252</sup> Cf. Castrillon-Mendes (2000).

<sup>253</sup> Redondilhos são versos de sete sílabas poéticas de longa tradição literária (Na/fa/ce/queo/sul/con/tem/-). Normalmente continuam a ser utilizados na poesia popular dos folhetos de cordel (Cf. MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1985).

<sup>254</sup> Embora a apologia seja exclusiva da oratória, usamos o termo como sinonímia de panegírico com o qual o poeta conclama os ideais de solidariedade entre os povos.

muito da construção do *outro*, produzindo um recorte específico no discurso europeu sobre o Novo Mundo e, nesse caso, o Brasil em seu sentido dominante e marcado pela relação entre a Europa e a América.

### **A Fronteira, o Marco, o Município: ligações (inter)nacionais**

No século XVIII em Mato Grosso a formação de vilas e povoados tem correlação com o traçado da fronteira. As vilas eram criadas por razões estratégicas dentro do “vazio geográfico” da colônia, como base do fato de que o futuro viria autorizar a invocação e aplicação do princípio do *uti possidetis*, segundo o qual, Portugal continuaria possuindo como possuía, no mesmo lugar de sua posse. Significa dizer, nas palavras de Ernesto Borges<sup>255</sup>, o lugar da estratégia e da diplomacia, produzindo o efeito legal: o princípio constituidor de direito que impele a conquista para o interior, gerando a maior penetração de que se tem notícia e a ocupação da mais vasta área de terra do continente americano.

Virgílio Correia Filho (1925, p. 5) no comentário introdutório da obra *As raias de Mato Grosso*, diz que “as fronteiras ao Sul e Poente foram magistralmente delineadas pela clarividência de Alexandre de Gusmão e alteradas, a primeira, pelos que seguiram na esteira de Azara<sup>256</sup>, ao passo que, na outra, as modificações decorreram dos pareceres de Luiz de Albuquerque”, o fundador de Cáceres. Significa dizer que a delimitação de Mato Grosso liga-se ao sentido do político e das relações de poder que traçaram os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos dos rios Paraguai (e seus afluentes) e Guaporé. Os textos daí resultantes oferecem o lugar da constituição do espaço de memória em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos já estabelecidos e de culturas diferentes. No confronto das relações de força e de sentido se constrói os processos identitários nos entrelugares de produção.

---

<sup>255</sup> Cf. “Prefácio”. In: PEREIRA LEITE, Luis Philippe. *Vilas e fronteiras coloniais*. São Paulo: Resenha Tributária. Ed. do autor, s/d.

<sup>256</sup> Encontramos em Costa (1999, p. 230-31) que Felix de Azara foi o comissário da terceira divisão de demarcação de limites entre as possessões das coroas ibéricas, após o Tratado de Santo Ildefonso.

## História e Memória: Cáceres

---

O Marco de fronteira simboliza essas tensões. Instalado na foz do rio Jauru foi nomeado por Hercules Florence de “pirâmide quadrangular”, onde se gravaram as armas de Espanha e de Portugal. O narrador de viagem não deixa de registrar punjantes impressões:

A pirâmide, compreendendo o pedestal, é de alto a baixo separada em duas metades, ambas de uma só pedra [...]. Dizem que uma metade foi feita em Lisboa e outra em Cádis [...]. Como as duas peças da pirâmide não juntaram bem e, para facilidade de transporte da Espanha para Buenos Aires, e pelo Prata daquela cidade até ao lugar marcado, não foram feitas maciças, há sempre no interstício colméias de abelhas. Na fenda introduzimos um facão e de pronto correu delicioso mel que encheu uma cabaça e misturado com farinha deu-nos ótimo regalo (FLORENCE, 1977, p. 209-210).

Observa-se no fragmento, como a cultura da viagem influenciou a história e a arte, bem como, qual o sentido dos relatos na constituição da ficção brasileira. Em vários momentos da narrativa, o narrador desloca o olhar de cientista ao ser conquistado pela paisagem. Ao adjetivar o espaço, colar impressões e fornecer pontos de vista sobre o observado e o vivido, contribui para repensar a origem do narrador e, conseqüentemente, da literatura no Brasil como construção móvel de uma ideia que não está presa no passado, mas faz todo sentido no presente. Como analisa Flora Süssekind, a obsessão pela cor local e pela busca da identidade nacional era tanta que, sugere que o narrador não podia fazer sombra à paisagem, apenas a fitasse como um exercício do olhar. Por isso diz-se que é na literatura não ficcional de viagem e no paisagismo que se começa a definir o começo histórico e a se desenhar o narrador (SÜSSEKIND, 1990, p. 20).

Portanto, a origem dessa figura literária está posta com maior nitidez no/pelo olhar de fora, num jogo de contrastes e imitações. Pelo processo de delimitação das fronteiras brasileiras vê-se que o Marco carrega significado histórico e simbólico, ligando-se a uma cidade pela memória pétrea.

Cáceres, como outros municípios que formam a vasta fronteira oeste, é parte desse contexto que firmou a posição de Portugal no

ocidente de Mato Grosso. Surge de um planejamento estratégico ditado por princípios legais e de administração nos trópicos. Luiz de Albuquerque, falando em nome do poder que detém na colônia “dá ordem”, conforme consta na Ata, para se fundar na margem oriental do rio Paraguai, “no lugar onde se dirige a estrada que seguia à Cuyabá desde Villa Bella [...] uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possível”<sup>257</sup>. Esse fato configura a estratégia de solidificação de posses e de povoamento que caracteriza o espaço de movimento dos atos gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres. Forma de colonização que determina o processo colonial de apropriação. No dizer de Bosi (1992, p. 11-13), “tomar conta de” reside no sentido básico de “colo”, que importa não só em “cuidar”, mas também em “mandar”, ou seja, o administrador manda conforme o sistema estabelecido.

Nesse sentido, os sítios e os locais que foram fundados pelos pioneiros ocupantes das terras, passaram a ser vistos como embriões do município. Jacobina, por exemplo, foi considerada “contemporânea da fundação de Cáceres”, pois em “1786, Leonardo [Soares de Souza] tinha roça no local, conforme registrou Ricardo Franco que ali passou de regresso de Cuiabá a Vila Bela, donde saíra em missão exploradora” (MENDES, 2009, p. 31).

Quase meio século depois, o naturalista Hercules Florence relata sobre o desejo do encontro com as “comodidades que se prodigalizavam segundo diziam todas as classes de viajantes, como também pela sua importância, cada vez mais exaltada neste caminho, à medida que as distâncias se iam encurtando”. Embora as notícias não se confirmassem de todo “comparada com estabelecimentos desse gênero em outras províncias do Brasil”, as impressões registradas por Florence ratificam o que foi dito na historiografia sobre a fazenda (FLORENCE, p. 179-180).

Então, entre um narrador que descreve o que observa e narra as impressões do olhar observador de viajante, o relato de Florence constitui importante documento para se compreender o processo de formação histórica de Cáceres, integrando-se ao processo de construção

---

<sup>257</sup> Cf. Ata de fundação de Vila Maria. In: Mendes (2009, p. 27-9).

do sistema literário de que trata o crítico Antonio Candido na tentativa de interpretar o fenômeno literário a partir da contraditória relação entre o geral e o particular, o significado histórico e o caráter singular dos autores de um passado histórico (CANDIDO, 1997).

Num processo em rede discursiva constrói-se o lugar das (im)possibilidades, sinalizadas pelos interesses políticos e de administração e pelas tensões entre o conteúdo e a expressão, entre os períodos e os autores, definindo as bases de uma investigação de caráter informativo, mas também estético.

O movimento desses (des)limites geram experimentações capazes de reconhecimento e definição de valor, transferindo ao leitor um resultado das impressões de uma verificação objetiva. Nesse sentido, Mato Grosso surge no discurso do acontecimento da fronteira, produzindo variados sentidos ressignificados em condições de produção de uma relação colonial.

Nessa relação, casar o pensamento jurídico colonial com o sentimento, o coração com o entendimento, leva-nos ao encontro da Poesia – a vibração do que de mais incontaminado habita o espírito humano. Nesta possibilidade, parece-nos residir grande parte da força telúrica firmada entre o lema da Justiça e da Paz, bem como, o conjunto dos sentidos que se instalam no passado tornado presente pelos novos sentidos que se instauram.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio [1957]. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 1. 8 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Nas 'raias' de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas-SP: IEL/UNICAMP, 2000.

CORREA FILHO, Virgílio. *As raias de Matto Grosso*. Vol. II. Fronteira Oriental. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1925.

## História e Memória: Cáceres

---

COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdades/Kosmos, 1999.

FLORENCE, Hercules [1875]. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/Ed. USP, 1977.

MENDES, Luís César Castrillon. *Descortinando caminhos: o Marco do Jauru e seus translados pela fronteira oeste*. Texto apresentado no I seminário do grupo de pesquisa “Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade”, realizado nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2009.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. 2 edição. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT, 2010.

\_\_\_\_\_. *História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada*. Tomo II. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010.

\_\_\_\_\_. *Memória cacerense*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 1998.

\_\_\_\_\_. *Anhuma do Pantanal: poesia da terra*. Passo Fundo-RS: Pe. Berthier, 1993.

\_\_\_\_\_. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dezembro/ 1993.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TELES, Gilberto Mendonça. *Sortilégios da criação*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2005.

### MEMÓRIAS SUBSCRITAS EM UM TEMPO REVISITADO

Maria do Socorro de Sousa Araújo<sup>258</sup>

Em maio de 1992, a revista "Isto É", ao noticiar os crimes políticos do Chile, na década de 1970, incluía o nome de cinco brasileiros desaparecidos durante a ditadura militar de Augusto Pinochet. Entre os nomes, consta o de Jane Vanini, nascida em Cáceres, Estado de Mato Grosso, que em 1964 fixou residência na cidade de São Paulo com o intuito de estudar e trabalhar. Após quase vinte anos, a circulação dessa notícia pela referida revista, além de poder instrumentalizar a pesquisa histórica, possibilitou, sobretudo, compreender e desconstruir os silêncios sobre as atividades políticas, a clandestinidade e a morte de Jane Vanini.

Como pode ter acontecido uma coisa dessas com uma pessoa de Cáceres? Curiosamente, essa é uma indagação que permeava, com certa frequência, os diálogos com muitas pessoas residentes na cidade de Cáceres mostravam-se, até certo ponto, intrigados quando tomavam conhecimento, ainda que de forma superficial, sobre a vida de Jane; também podíamos ouvir: “ninguém podia imaginar que ia acontecer uma coisa dessas com ela!” \_ exclamam outros contemporâneos seus. De uma forma ou de outra, quase sempre uma expressão de perplexidade parece não querer conferir ao lugar, um lugar de história. É como se a construção da história ainda tenha de acontecer com feitos e personagens heróicos, em espacialidades incomuns. Assim, na normalidade dos lugares e na singularidade dos tempos, ao registrar suas experiências de vida, Jane Vanini dá visibilidade a esse *lugar comum* da história.

Por intermédio de indícios fisgados de suas correspondências, juntamente com testemunhos de familiares e contemporâneos, como também se utilizando da mediação de registros escritos, foi possível reconstituir alguns cenários políticos, sociais e culturais da época, na

---

<sup>258</sup> Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - campus de Cáceres.

## História e Memória: Cáceres

---

cidade de Cáceres. Jane era a caçula do universo de oito filhos do casal José e Antonia Vanini. Numa ordem cronológica decrescente, seus irmãos são: Dulce, Marize, Magali, Jones, Romano, Henry e Helena e, com exceção de Jones, todos estão vivos. A mãe, todos a conheciam carinhosamente como Dona Tunica, se dizia “fumaciana” pela sua origem de vida na fazenda Fumaça, localizada também no município de Cáceres. O chefe dessa família era de origem italiana, cujos progenitores, como outros grupos de imigrantes estrangeiros, se estabeleceram em Cáceres, ainda no século XIX.

De característica patriarcal, a organização familiar é construída sobre fortes sentimentos afetivos mútuos e duradouros. Com um modelo de sociabilização voltado para o fortalecimento do núcleo familiar, o patriarca, José Vanini Filho, deu menos importância às situações que podiam aumentar sua renda financeira ou sua efetiva participação nos quadros do poder político local. Ele era um pequeno proprietário rural que, como provedor familiar, fazia da lavoura a atividade provedora para garantir a manutenção de todos os familiares, por muito tempo.

Na década de 1960, Cáceres era uma cidade de vida pacata e saudável, considerada pelos discursos geopolíticos como polo de desenvolvimento do lado oeste mato-grossense. Com pouco menos de trinta mil habitantes espalhados pelos 42.333 km<sup>2</sup> de extensão territorial, tradicionalmente, o município está localizado a noroeste do Estado, a cerca de duzentos quilômetros da capital - Cuiabá, primava pela pecuária, mas a riqueza se complementava com a produção de milho, arroz e algodão que se originava nos minifúndios e, dessa forma, constituíam a fartura que os *olhos podiam alcançar*.<sup>259</sup>

Assim eram os anos 60 do século passado, quando o largo da Praça Barão do Rio Branco emprestava o seu espaço para que fosse empilhada a produção de grãos, episódio este que muito chamou a atenção de toda a população, representações sociais e instituições, inclusive a imprensa: “eu me lembro que vieram repórteres de São Paulo, dos grandes jornais de São Paulo e fotografaram as montanhas de produção e estamparam nos jornais paulistas”, relembra Natalino

---

<sup>259</sup> Expressão popular que significa linha do horizonte e aqui é empregada para quantificar a produção.

## História e Memória: Cáceres

---

Ferreira Mendes, ao comentar aspectos das safras agrícolas daqueles tempos.<sup>260</sup>

Com um olhar mergulhado nas dobras de um passado que não se descola de um presente, diversos atores sociais, que encenam suas vidas nos anos sessenta, relembram a cidade num estilo bucólico. Tempo este em que, as pessoas reinventam a cidade, pois ainda não tinha a constância da luz elétrica, porém se utilizava dos lampiões de querosene ou, para economizar o querosene, usufruíam do prateado das noites de luar para alumiar as ruas. Enquanto isso, a prosa corria solta entre aqueles que arrastavam as cadeiras para se sentarem à porta da casa e a *meninada*, solta pelos pátios, podia brincar com as *brincadeiras de crianças* como se distribuísse inocência.

Essa é a forma mais frequente com que as pessoas rememoram o desenho da cidade e o convívio social. Não há maquilagens nesse olhar, elas veem o lugar com esse caráter romântico e trazem para o presente, não o passado, mas suas marcas e seus sentidos, os quais reaparecem articulados com as percepções do tempo atual. Há, portanto, um movimento da memória no tempo e, isso se dá, porque “todo ato de perceber é indissociável da memória que temos acumulada, assim como, todo ato de rememorar compreende a forma como nossa percepção encontra-se condicionada ao presente.”<sup>261</sup>

Assim como em outras épocas, a juventude de Cáceres costumava formar seus *grupinhos*, observando as mais distintas afinidades entre eles, uma vez que se identificava como a fatia da população considerada mais ativa e moderna. O ponto de encontro era habitualmente a Praça Barão do Rio Branco, onde se assentava o passeio público. Existiam também as *brincadeiras dançantes*, como se costumava convencionar, que aconteciam geralmente em residências, previamente escolhidas. Eram atrativos frequentes, como lembra a professora Regina Helena:

[...] então era assim, a gente passava a noite no Calçadão, final de semana, se bem que não saíamos de Segunda a Quinta, era muito difícil, só

---

<sup>260</sup> Entrevista com Natalino Ferreira Mendes, professor e funcionário público em Cáceres durante 40 anos. A entrevista foi feita em Cáceres, em setembro de 1992.

<sup>261</sup> MONTENEGRO A. T. e FERNANDES T. M. *História Oral: um espaço plural*, 2001, p. 09.

quando tinha um bingo, ah! tinha muito bingo dançante; fim de semana era uma maneira da moçada reunir, divertir... sempre tinha dança pelo meio e não era as danças soltas de hoje, mas aquelas danças de pares, bem comportadas...<sup>262</sup>

Convém destacar que, em boa parte das residências, consideradas de classe média, constava um piano no seu mobiliário e chegava à cidade pelas embarcações fluviais do rio Paraguai, contudo não era ao som de piano que os jovens organizavam seus encontros. Nesse tempo, o Brasil se embrulhava nos ares da modernidade, cujos símbolos eram (e ainda são) classificadores dos níveis sociais. Na diversidade de objetos que configuravam a sociedade de consumo, no conjunto que dava relevo aos grupos sociais, constava a eletrola, também conhecida como vitrola. Era ela, a vitrola, que pela sua funcionalidade, substituíu o piano naquelas brincadeiras dançantes.

Na variedade e na sofisticação dessa funcionalidade, o “rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM ao rádio de pilhas, que se locomovia junto com o ouvinte; a eletrola, a vitrola *hi-fi*, o som estereofônico, o aparelho de som, o disco de acetato, o disco de vinil, o LP de doze polegadas, a fita, a TV preto e branco...”<sup>263</sup>, entre outros marcaram as temporalidades, ajustando os brasileiros ao mundo moderno.

É importante ressaltar que, em Cáceres vivia-se a época do rádio. Era um tempo em que os sistemas de comunicação se alastravam. Enquanto os aparelhos de televisão não chegavam a todos os lugares, o Brasil inteiro ouvia o rádio. O rádio que encurtava as distâncias, redimensionava o tempo, provocava emoções e decodificava o mundo distante, até então, inexistente para muitos. O rádio era quase sempre um veículo para o qual se dispensava um zelo especial, a ponto de consagrar-lhe um lugar especial na casa. Geralmente, era na sala sobre uma mesinha forrada com uma toalha, de preferência bordada, com cadeiras ao redor que todos escutavam os noticiários, as novelas, o jogo

---

<sup>262</sup> Entrevista com Regina Helena Costa Marques Cardoso Leal, professora em Cáceres. A entrevista foi feita em Cáceres, no dia 14 de setembro de 2000.

<sup>263</sup> MELO J. M. C. de e NOVAES F. A. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, 1998, p. 564.

de futebol (aos domingos) e as produções musicais radiofônicas que circulavam.

As inovações da modernidade eram mais acessíveis para os centros urbanos com maior concentração populacional, aonde os padrões de vida iam adquirindo novos hábitos. Mesmo não havendo ainda uma difusão ou uma frequência dos aparelhos de telefone e televisão, na cidade as pessoas costumavam se comunicar através da telegrafia e, assim, *na época as distâncias eram vencidas pelo telégrafo, a gente mandava muita carta e telegrama*, como afirmou a professora Regina Helena.

Articulando comunicação e divertimento, não dá para se esquecer dos cinemas, onde rigorosamente passavam o noticiário em tela e os espectadores saíam mais informados sobre futebol ou outros fatos políticos e sociais que aconteciam pelo país a fora. Pela memória, ainda dá para escutar a trilha sonora que parecia acompanhar o arremesso da bola, como se fosse perfurar a tela cinematográfica. Os casais de namorados cuidavam-se para não serem surpreendidos com a presença do *guardinha* que repentinamente aparecia focalizando sua lanterna como que procurasse algo que nunca teria perdido. Quase como um ritual, era dessa forma que sempre começavam as exibições dos filmes nos cinemas São Luiz, Copacabana e Palácio, em Cáceres.

Além disso, como em tantos outros lugares, a cidade era bastante festeira. Com o Esporte Clube Humaitá, Esporte Clube Mato Grosso e o UBSSC (agremiação dos sargentos do Exército), a população vivia várias festas durante o ano. Entre outras, a Festa da Primavera, a Festa da Cidade, os desfiles de moda, o desfile do Sete de Setembro e a festa de debutantes. Dos eventos religiosos, os mais rememorados eram o do Divino Espírito Santo, São Benedito, São Sebastião e São Luís - o padroeiro da cidade. Embora distintas na forma de apresentação, as festas dos santos também eram motivações que propiciavam um reencontro com os amigos ou o começo dos namoricos da época.

Quase sempre nessas festas Jane se fazia presente. Pelo acervo fotográfico da família, existem vários registros seus em desfiles de moda. Nas festas de debutantes, há sempre uma fotografia congelando sua imagem, nesse tempo definidor de marcas, seja por meio da dança ou vinculada ao grupo de amigos. Compondo o álbum de família, ela

também aparece num outro cenário muito singular - a comemoração de seus quinze anos. Especialmente, no ano de 1960, como rito de passagem, lá estava Jane Vanini, na sua festa de debutante, estreando na vida social de Cáceres.

Jane era uma jovem de seu tempo e de seus momentos. Habitava todos esses recantos, vivia todos os encantos de sua cidade. Sempre presente nos passeios de bicicleta, piqueniques, *banhos de praia* do rio Paraguai e *bailinhos*, fossem nos clubes ou em casas de famílias amigas. Nos bailes carnavalescos, ela sempre se apresentava fantasiada de índia, princesa, odalisca e outras figuras, seguindo o estilo de época.

Nas lembranças das pessoas, Jane era uma moça muito vistosa, tinha uma fisionomia de traços visivelmente marcantes, destacando-se o cabelo comprido e volumoso, os olhos pretos e arredondados e um sorriso largo. Assim, seus contemporâneos, quase que se repetindo uns aos outros, a descrevem. Na ação de descrevê-la, quase todos também parecem legislar sobre um tempo que se perdeu e retirou dele o substrato dos tempos vividos. Numa expressão do tipo: *...eu lembro muito, parece que estou vendo ela com aquelas tranças... engraçado como o tempo passou... como Cáceres era diferente e como mudou nesse tempo todo...*, as pessoas recolhem-se nos seus mundos e atualizam suas histórias de vida. É o tempo revisitado, construindo ressignificações de si mesmo.

Completando o cenário urbano é imprescindível visitar os territórios sócio-político e cultural que ocupa a escola. A educação era uma aquisição luxuosa, digna dos *possuidores*. Em idades apropriadas nem todos estudavam. Nesses tempos, a educação significava muito mais uma formação para um convívio social qualificado que um adestramento para o trabalho, como nos tempos atuais.

O Colégio “Onze de Março”, o Colégio “Imaculada Conceição”, o “Instituto Santa Maria”, o Colégio “Esperidião Marques” e a Escola “Rodeio” eram as instituições educacionais que apareciam como carro-chefe da educação em Cáceres. Salientando aqui, o destaque para as duas primeiras por reunirem maior número de alunos com melhor poder aquisitivo e, por isso, projeção das atividades escolares nos meios sociais. Elas simbolizavam, sobretudo, a distinção social.

O Colégio Imaculada Conceição é uma instituição pertencente à Congregação das Irmãs Azuis, originada na França no final do século XVIII, cujas regras de comportamento moral e disciplina eram bastante rígidas. Com um corpo docente quase que totalmente formado apenas por religiosas da referida congregação, a escola atendia às necessidades do ensino básico, pois oferecia os cursos, então denominados, primário e ginásial, para um corpo discente constituído apenas por meninas e moças.

Uma das alunas matriculadas no curso ginásial dessa escola era Jane Vanini. Pelos registros escolares, ela era assídua às aulas e sempre participava das atividades extra-curriculares, incluindo as religiosas, tais como as missas aos domingos e a celebração da páscoa. Pela memória fotográfica da escola e da família, ela também estava presente, com seu *uniforme impecável*, nos desfiles cívicos de Sete de setembro e Seis de outubro. Este último referia-se às comemorações do aniversário da cidade.

Estudar no Colégio das Irmãs (assim conhecido) era um motivo de orgulho e distinção social para as alunas, ao mesmo tempo em que, às famílias imprimiam uma certeza de filhas “bem formadas” para a vida social, para os atributos familiares, principalmente para o casamento, para a disciplina da convivência e para a perpetuação dos valores católicos, sobretudo, a obediência a Deus-Pai todo poderoso. Sobre esse tempo, a ex-aluna e professora, Regina Helena, relembra as marcas de sua formação e de sua adolescência:

[...] eu vivi toda a vida no colégio das Irmãs – Colégio Imaculada Conceição. Eram poucas as alunas no antigo ginásio; era restrito o número de alunos que estudavam ali, mas dos poucos que estudávamos éramos muito unidas, amigas umas das outras e saíamos em turmas. A gente era formada realmente para ser esposa e mãe; era muito rígido, a gente não entrava sem estar impecável com o uniforme, sapato engraxadinho, meia comprida  $\frac{3}{4}$ , gravata, nem pintava nem mesmo a unha; tem um episódio que eu não me esqueço: houve um baile, parece que até da primavera, pintei a unha de

esmalte escuro, chegou no dia seguinte, como aqui a gente tinha dificuldade de acesso à acetona e não tinha supermercado na época só nas lojas e quase a gente não encontrava esse produto, tentamos tirar e tiramos um pouquinho do esmalte com açúcar cru e álcool que ensinaram p'ra gente, porque a gente não entrava mesmo de unha pintada; o colégio era muito rígido; nos desfiles em que a gente se apresentava tinha os uniformes de gala, também o colégio era muito querido tanto o colégio das Irmãs e o Colégio Onze de Março, os dois colégios se apresentavam muito bem nos desfiles, a gente tinha muito orgulho e sempre as mães admiravam as meninas...<sup>264</sup>

Ao que parece, via de regra, os jovens tendem a transgredir as ordens estabelecidas, uma espécie de confronto de valores vigentes. Com Jane também não foi diferente. Desde cedo ela experimentou a ousadia e inventou sua própria história. Certa vez, foi à Cachoeirinha, um sítio de propriedade de sua irmã, Marize Vanini, localizado na comunidade denominada Cabaçal, em Cáceres. Parecia ter boas recordações daquele lugar, uma vez que em algumas das cartas enviadas do Chile, por volta de 1973, enfatizou aspectos a que atribui significados especiais. Com pouco mais de dezesseis anos, a viagem parece ter sido uma provocação, pois sem autorização dos pais, foi acompanhando o carro de boi do senhor Miguel Ferreira e acabou ficando por lá, aproximadamente, uns dez dias, contou Marize.

Surpresa e ao mesmo tempo assustada, a irmã perguntou-lhe se sua presença ali era do conhecimento da família, o que prontamente Jane lhe respondeu: "papai não deixou, mas eu falei que vinha a pé". Continuando a contar, Marize Vanini, fitando um canto da sala, como que sua expressão quisesse esconder uma melancolia, deixou escapar dos fios de suas lembranças: "...ela gostava de desafiar".

A escola era por excelência, um lugar de experimentações plurais. O Colégio Estadual "Onze de Março", tratado até hoje por CEOM, era um pouco diferente do colégio das irmãs. Estudavam moças

---

<sup>264</sup> Entrevista com Regina Helena Costa Marques Cardoso Leal, em 14 de setembro de 2000.

## História e Memória: Cáceres

---

e rapazes, o que certamente ajudava a construir uma dinâmica de relações interpessoais entre os jovens alunos com uma significação diferenciada. Nessa época, a escola, enquanto lugar privilegiado do saber, incorporava em si mesma o signo de mundo do conhecimento técnico e cientificamente elaborado e, se traduzia como a certeza de um “futuro brilhante” para cada aluno e para cada família.

Como hoje, o corpo docente apresentava certa rotatividade ocasionada pela falta de profissionais devidamente habilitados para a carreira do magistério, porém a cidade parecia se empenhar para romper seus obstáculos. Nesse sentido, lembra o então professor Natalino Ferreira Mendes, primeiro diretor da escola Onze de Março:

[...] e também como nós não dispúnhamos, vamos dizer assim, de professores formados na época, nós utilizávamos os poucos que tinham curso superior em Cáceres; eram farmacêuticos, eram médicos e sobretudo utilizávamos os padres, as Irmãs e as Forças Armadas, ou melhor do Exército, que Cáceres sempre teve um intercâmbio muito forte com o quartel, com os militares, porque essa gente aqui chegava e se entrosava logo com o civil... aquela amizade de cidade pequena...<sup>265</sup>

Compondo essa equipe de professores, alguns pareciam ser mais presentes nas experiências que formulavam e, talvez por isso mesmo, mais presentes nas memórias de seus ex-alunos. Além dos professores Lindote, Natalino, Ênio Maldonado, entre outros, há um destaque especial para a figura do profissional Aroldo Widal de Pinho, a quem todos o conheciam como o professor *TUTE LINE*. Pelos depoimentos, ele aparece distinto na sua lida diária pelo empenho que demonstrava para com o trabalho de magistério e pela metodologia empregada durante as atividades de construção do saber, especialmente no que dizia respeito às provocações que fazia aos seus alunos ao inventar

---

<sup>265</sup> Entrevista com Natalino Ferreira Mendes, em setembro de 1992.

formas que questionavam a investigação do conhecimento didático e científico, a saber:

[...] ele era um excelente professor, era o orientador e mestre da gente; se o aluno não aprendesse bem a matéria durante as aulas ele dizia: ‘que dia é que você quer ir lá em casa para eu te ensinar?...Ele era professor de matemática e trouxe harmonia com o ensino de matemática [...] porque até então nós tínhamos um medo, todo aluno tem medo de matemática [...] diante disso, nós tivemos uma convivência boa com o professor Tute, que é o nosso professor Aroldo Widal de Pinho [...] quando ele dizia que nós precisávamos melhorar, buscar coisas boas para Cáceres [...] ele nos ensinou sempre que precisávamos separar o joio do trigo [...] ele sempre nos deu esperança dizendo que nós mudaremos o nosso sistema de vida [...] se nós ficássemos lá, ele sempre falava para mim: você vai ser talvez o melhor laçador de boi, na fazenda de um fazendeiro qualquer... [...] na área de química, ele sempre dizia: olha convém vocês conhecerem um pouquinho mais e busquem esse aprendizado e qualquer dúvida que vocês tiverem procurem, perguntem p’ra mim até fora da aula, porque o que eu quero é que meus alunos sejam criativos, que busquem o aprendizado através da comparação das coisas e saber distinguir a água limpa da água suja, nós não podemos seguir simplesmente as ideias...<sup>266</sup>

Na cidade, há quem afirme que esse espaço de convivência com o professor “Tute” tenha contribuído para despertar, em seus alunos, outros olhares sobre o mundo. O ano era 1962 e na constituição do corpo docente da escola “Onze de Março” estava Jane Vanini. Na perspectiva de validar essa premissa é que se inscreve o olhar de Regina Helena sobre Jane:

---

<sup>266</sup> Entrevista com Abnael Bordon, ex-aluno do Colégio CEOM. A entrevista foi feita em São Paulo, capital, no dia 05 de novembro de 2000.

[...] ela era uma moça bonita, sempre ativa em todos os sentidos, inteligente e muito avançada para a época, politizada e muito avançada para a época; ela era no mínimo uma década na frente da gente, no pensamento e em tudo, a gente notava...<sup>267</sup>

Na conversa com o ex-aluno Abnael Bordon, ele enfatizou que a falta de perspectiva, tanto no ensino quanto no campo de trabalho, levava os jovens a percorrer outros caminhos desejados, esvaziando a cidade. Em Cáceres, afirma ele: “os que tinham boas condições financeiras iam para o Rio de Janeiro e os que precisavam trabalhar iam para São Paulo, porque trabalhavam durante o dia e, durante a noite, estudavam”. Uma outra passagem, digna de observância, na vida cotidiana dessa gente era a existência do Grêmio Estudantil “Castro Alves”, filiado à União de Estudantes Secundaristas de Cáceres - U.E.S.C., que por sua vez era filiado à União Mato-grossense de Estudantes Secundaristas - U.M.E.S., cujo lema estampado no documento de identificação dos alunos filiados parecia cravar no mundo a conduta de um tempo: *DEVEMOS VENCER PELA FORÇA DO DIREITO, NÃO PELO DIREITO DA FORÇA*.

Jane Vanini consta como aluna dos Colégios Imaculada Conceição e Onze de Março, lugares de onde pode exibir um *atestado de boa conduta*.<sup>268</sup> Na sua trajetória estudantil, em Cáceres, participou ativamente do então Grêmio Estudantil “Castro Alves”, cuja identidade de filiação era do ano de 1963 e levava o número 09, assinada pelo então presidente Bolivar Ramos e o então secretário geral Airton Montecchi Filho. Pelo depoimento deste último, na diretoria da agremiação, ela ocupava o cargo de diretora social pela habilidade que tinha no tratamento com as pessoas.

Nas lembranças de alguns filiados ao Grêmio daquela época, a vontade e o estímulo para participar desse movimento estudantil apareciam pela necessidade de se preocupar com um futuro próximo,

---

<sup>267</sup> Entrevista com Regina Helena Costa Marques Cardoso Leal, em Cáceres.

<sup>268</sup> Documento oficial que fazia parte da documentação de época, necessária ao ingresso nas instituições escolares.

## História e Memória: Cáceres

---

pois Cáceres ainda não contava com uma escola que oferecesse os cursos científico ou clássico, os mais desejados na época e que correspondiam atualmente ao que se denomina de ensino médio.

Uma atuação muito comum entre as organizações estudantis na década de 1960 era a edição de *jornaizinhos* que circulavam entre os alunos, cujos conteúdos propagavam as informações, divulgavam as práticas e revelavam as múltiplas habilidades estudantis. Mesmo com uma dimensão de informalidade que apresentavam, os jornais estudantis também eram artifícios que possibilitavam um ensaio das projeções sociais da escola, a potencialidade de cada aluno envolvido e a capacidade inventiva dos diversos grupos de estudantes. O movimento que articulava essas práticas políticas e sociais revelava, sobretudo, um tempo simbólico demarcador de identidades e os territórios que configuravam essa construção identitária.

Ao abordar as limitações sobre estudo e trabalho em Cáceres, os quais inquietavam os filiados ao Grêmio “Castro Alves”, Abnael Bordon reconstitui um tempo revisitado, da seguinte forma:

[...] não tínhamos condições de encontrar emprego, a cidade não nos oferecia, não tínhamos trabalho, não existia investimentos que aproveitasse o aluno no trabalho [...] então, acabávamos ficando ociosos e isso daí não seria bom, por isso que nós também acabamos criando um jornal, que pudemos divulgar o nosso trabalho, a nossa escola, o nome do Ginásio, que era o jornal do ginásio mesmo, [...] o qual tivemos grande participação de vários colegas, entre eles eu posso citar Airton Montecchi, Bolívar Ramos e uma pessoa muito especial que é Jane Vanini...<sup>269</sup>

Percorrendo outros arquivos institucionais e particulares, até este momento, não há vestígios de qualquer edição desse jornal, contudo, é numa correspondência de Jane, endereçada aos sobrinhos, por volta de

---

<sup>269</sup> Entrevista com Abnael Bordon, em São Paulo.

## História e Memória: Cáceres

---

1972, que aparece sua ação de escrever e o nome do jornal da escola, no qual seu então colega, Abnael Bordon, fez referência:

Um dia me chamaram de comunista porque no jornal ‘A voz do Aluno’ eu reclamava pelo aumento no preço do leite e da carne, que muita gente não podia pagar e esses alimentos são básicos para uma boa alimentação (carta 03)<sup>270</sup>

Destacando o termo *comunista* que aparece na carta da militante Jane, do qual se servia o aparato repressivo para desqualificar as pessoas, em especial, estudantes opositores ao regime militar, Abnael Bordon disse que:

[...] em Cáceres qualquer ideia que nós trouxemos, no sentido de mudar ou trazer qualquer novidade, além daquilo que fosse dado nos bancos escolares, era uma afronta e isso talvez ocorreu muitas vezes se observada dessa forma, mas o que ela [Jane] tinha muito era um espírito crítico, mas ela nunca buscou distorcer as coisas do poder existente naquela oportunidade, porque contrariar em Cáceres naquela época era sujeito até ser expulso, não digo ser expulso, mas ser visado, isso que eu sinto da época.<sup>271</sup>

Não era só em jornais escolares e nem só textos de protesto que Jane escrevia. Ao que se conhece, ela habituou-se a escrever desde cedo. O ato de escrever é uma prática, na qual os escritos emitem sentidos que revelam outras práticas sociais, ou seja, um texto exposto à circulação adquire uma função relacional com os leitores, além de comportar em si mesmo, para o autor, o prazer da comunicação e o encontro com seu próprio mundo. No poema abaixo, a autora Jane Vanini demarca as temporalidades de seu sujeito social.

---

<sup>270</sup> Carta de Jane Vanini, sem data e com assinatura de Jane.

<sup>271</sup> Entrevista com Abnael Bordon, em São Paulo.

### SONHO DE NORMALISTA

Como é possível esquecer-te se estás presente em tôda parte? Até nos ruídos mais bizarros ouço o teu nome. O próprio vento traz-me o eco da tua gargalhada e repete-me baixinho até as palavras mais simples que me disseste.

Esta rosa aberta me lembra o teu beijo e o seu botão me faz pensar naquele que ainda me darás. Essa luz, essa réstea de sol que entra mansamente pela minha janela, que imperceptivelmente caminha pela sala, és tu, teu espírito, tua sombra. Êsse verde que veste os ramos, és tu materializado em folhas. O ar que respiro é o mesmo que o teu!

Esta caneta com que escrevo, é o teu dedo traçando minha sorte sôbre o livro da vida, que se chama destino. Tu és tudo para mim. Amar-te é sentir no inferno as alegrias do céu, e no céu sofrer o martírio do inferno. Amar-te é tudo para mim, pois minha vida sem ti não vale nada. Tu és meu deus particular, teu amor é o meu hino, teu nome a minha prece, meu porvir, minhas esperanças.

Tu és a luz da minha vida e a esperança que emoldura o meu porvir. Se pudesse imortalizaria êste teu amor como a liberdade se materializou em sua estátua de bronze.

Partes. Mas... sei que um dia voltarás e ao ver-me, lembrar-te-ás de que ainda existo. Sorrirás talvez. Quiçá te perguntarás - ‘será que a amo?’ - Eu te responderei a essa pergunta, não para ti, mas para mim mesma, ao sentir o corpo dolorido e o coração a pulsar mais forte dentro do peito: - ‘sim, eu o amo ainda!’

E, ao fazê-lo, vozes de anjos descerão até mim, cantando, glorificando êste amor. O demônio murmurará por entre as chamas do inferno, que perdeu a partida, que me queimei, não em suas chamas, mas na labareda do teu imenso amor.

Deuses descerão à terra para abençoar êste amor e o mundo inteiro, derrotado, abaixará a cabeça, pois tudo fizeram para nos separar e nada conseguiram. O tempo, a distância, a saudade, já não existirão; serão como lendas que se cantam às crianças para fazê-las dormir.

Finalizando, te deixo estas humildes palavras, como uma lembrança de alguém que sempre te terá em seu coração por mais que o tempo e a distância nos separe, até que enfim chegue o dia em que tenhamos que nos encontrar para não nos separarmos jamais.<sup>272</sup>

Esse texto estabelece uma comunicação com a sociedade, codifica as condutas próprias de um tempo e de um grupo social, além de assinalar a inserção de uma mensagem em vários sentidos intertextuais. Nos primeiros anos da década de 1960, muitos jovens pareciam ter construído experiências de cunho político-sociais, as quais apareciam, simultaneamente, reeditadas de formas diferentes, em localidades distintas, porém com a mesma matriz referencial, ou seja, a negação de valores e condutas tradicionais. Na reminiscência desse tempo e na memória dos contemporâneos, foi possível reconstruir episódios que cristalizaram o perfil das ações estudantis do grêmio “Castro Alves”. Um deles diz respeito ao acesso aos cinemas.

Em Cáceres, o calçadão da Praça Barão do Rio Branco, até hoje ainda se caracteriza como espaço público legitimado, pois na cidade tudo acontece sempre ali: as festas de santo, os festejos juninos, o vai-e-vem da moçada, os encontros, as trocas de olhares que quase sempre ajudam a despontar um namorico, enfim, é o espaço que se apresenta como o cenário propício para os desejos e as paixões da juventude. Na década de 1960, lá também se situava o Cine São Luiz, de propriedade do Senhor José da Lapa. E como em qualquer lugar do Brasil, nos anos 60, o “escurinho” do cinema era, potencialmente, um símbolo de sedução que atraía desejos, sentimentos e corpos. Ali, todos se encontravam.

---

<sup>272</sup> Jornal *O Pioneiro*, p. 06, Cáceres, 16 de junho de 1963. Museu Histórico Municipal de Cáceres.

## História e Memória: Cáceres

---

Pela “Força do Direito”, os estudantes lutavam para usufruir o direito de assistir aos filmes, pagando apenas a metade do valor do ingresso, uma vez que esse tratamento acontecia em todo território nacional, porém a postura sisuda e inacessível do proprietário impedia que fossem contemplados.

Em meio às proibições e tentativas fracassadas de diálogos, os estudantes encontraram uma forma muito singular de chamar a atenção de outras pessoas e exporem suas vontades e iniciativas: aglomeravam-se constantemente em frente ao cinema, dificultando assim, o fluxo normal do público alvo, conforme reconstrução do então estudante Airton Montecchi:

[...] o proprietário do cinema chamou a polícia, a polícia veio mas não resolveu nada, pois achou que a gente estava com a razão e fez corpo mole... e continua relatando o então secretário geral do grêmio: ... posteriormente reunimos e discutimos esse assunto e resolvemos usar de um outro tipo de operação: fila-boba no cinema, só estudante na fila, não deixava ninguém entrar e nós íamos renovando... chegava perto da bilheteria, não comprava o ingresso e voltava para o final da fila... ficava ali... não entrava ninguém... e desse movimento acabou a gente ganhando o direito a meio ingresso acertado com o proprietário desde que a pessoa fosse filiado à União Cacerense de Estudantes Secundaristas - U.C.E.S.; pagava uma taxa simbólica e obtinha a carteira de estudante, então de posse da carteira a pessoa se habilitava a pagar meio ingresso e foi uma vitória; deixamos todo mundo boquiaberto, ninguém acreditava que aqui em Cáceres acontecia um movimento daqueles... os estudantes também tinham um lugar ao sol, nós estávamos assim no nível do estudantado do Brasil todo.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> Entrevista com Airton Montecchi, em Cáceres, no dia 22 de setembro de 2000.

## História e Memória: Cáceres

---

Um outro momento demarcador das práticas estudantis, veiculado pelo Grêmio Castro Alves, foi a participação de estudantes de Cáceres no Congresso de Estudantes Secundaristas realizado em Campo Grande, ainda Estado de Mato Grosso, no ano de 1963. Na oportunidade, os jovens Abnael Bordon, Bolívar Ramos e Terezinha Conceição de Souza representaram a delegação estudantil de Cáceres, cabendo à última, conduzir a fala representativa, reivindicando a criação dos cursos Comercial e Científico para a cidade de Cáceres. Esse episódio recebeu o reconhecimento da Câmara Municipal, na forma de *moção de louvor*, apresentada pelos vereadores Walter Fidelis Mendonça, Airton Pinheiro Leite e Luiz Souza Costa.<sup>274</sup>

Ainda naquele congresso, as lembranças dos jovens participantes trazem para o presente as discussões acaloradas, repudiando a dominação do capital internacional sobre a exploração de *monasita*, um minério extraído das minas de Urucum. O discurso, o posicionamento e a convicção dos estudantes expressavam a “luta por uma política de nacionalização das riquezas brasileiras, principalmente a exploração do subsolo”, relembra Abinael Bordon, então militante do movimento estudantil em Cáceres.

Aqui, é importante perceber que, por mais que o desenho da cidade de Cáceres possa ter-se configurado como um lugar meramente provinciano como, ocasionalmente, afirmam algumas pessoas, é impossível defender a ideia de um mundo isolado. Pelas singularidades das ações e pelas espessuras dos episódios que saltitam dos relatos, não há dúvidas de que esse recanto do Brasil sintonizava-se e articulava-se com os mais diversos grupos sociais, com outras culturas e com os acontecimentos que fervilhavam pelo mundo a fora.

Nessa perspectiva, basta compreender a dimensão que o sistema de comunicações produz nos espaços humanos. A dimensão das ondas curtas e médias com que as emissoras de rádio operavam, através dos noticiários, juntamente com toda a programação, era capaz de construir um rearranjo das temporalidades históricas. Os elevados índices de audiência alteravam a lógica e a dinâmica social. Eles também indicavam múltiplas reinvenções de práticas de convivências. O rádio,

---

<sup>274</sup> CÁCERES. Câmara Municipal, ofício CMC nº 13/63, de 20.02.63, encaminhado à Mesa Diretora.

além de reformular a concepção de lazer, ocupava o lugar de interlocutor social e ganhava uma importância fundamental pelo alcance da comunicação interpessoal, através dos serviços de utilidade pública que prestava às comunidades, se incorporando ao cotidiano das pessoas.

Quem dessa época esquece o *Repórter Esso*? A *Voz do Brasil* que trazia como fundo musical *O Guarani* de Carlos Gomes, era um compromisso que fazia parte da agenda do dia, preferencialmente após o jantar. As mensagens telegráficas também eram constâncias na vida diária das pessoas, em Cáceres. As várias revistas e os jornais veiculavam as informações, especialmente as primeiras, pela capacidade de visualização de suas imagens. É certo que nem telefone e nem aparelho de televisão ainda compartilhavam do dia-a-dia da cidade, mas isso não significa uma inferiorização do lugar, pois, como acontecia em todo o interior do Brasil, a maior dificuldade era o acesso a esses mecanismos e não o desconhecimento da existência deles.

Contudo, não há de se desconsiderar o imenso vácuo que se estabeleceram na relação dicotômica entre as ideias de sertão e litoral, capital e interior, campo e cidade, atraso e modernidade, bem como outras situações dessa natureza. Embora a elaboração da memória seja fundamentada na percepção pessoal, ela, a memória, é produto da convivência social e, por isso mesmo, sua construção passa, inevitavelmente, pela apropriação das ideias e dos discursos predominantes de cada época.

Na construção dos discursos que ressaltava a ideia de isolamento de Cáceres, um dos aspectos que pode ser traduzido como *isolamento* era a ausência de estradas de rodagens, ligando a cidade a todo o Brasil, uma vez que, a rodovia representava (e ainda representa) um dos ícones bastante forte do desenvolvimento e do progresso material, na segunda metade do século XX. Esse é o tempo em que o asfalto atapeta as estradas, simbolizando a modernidade, porque o capital moderniza-se ao mesmo tempo em que se inventam suas próprias fórmulas de multiplicação simultânea.

Os vários textos, quer políticos, quer jornalísticos, e os investimentos públicos encarregavam-se de construir e disseminar esse ideário, como símbolo de modernidade e de novos padrões de consumo. É certo que as inovações retardavam para chegar às populações

## História e Memória: Cáceres

---

distantes dos grandes centros urbanos, mas as imagens desses signos, veiculadas nas revistas de circulação nacional, como, por exemplo, *O Cruzeiro*, iam modelando os desejos de inclusão à modernidade.

Sobre as rodovias, como ícones do progresso, Mello e Novais (1998) ilustram a imponência desses tempos, ao afirmarem que:

[...] desenhamos um sistema rodoviário que cortava o Brasil de ponta a ponta, com algumas estradas de padrão internacional, as primeiras a Via Dutra, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, a Via Anchieta, de São Paulo a Santos, e a Via Anhaguera, de São Paulo a Jundiá e, depois, até Campinas.<sup>275</sup>

Ademais, nessa perspectiva, não há como negar a importância e a influência que as viagens fluviais das mais diversas pessoas de Cáceres, notadamente os jovens que se deslocam para estudar no Rio de Janeiro (a capital cultural) e em São Paulo (a capital financeira), exerciam sobre a cidade, fossem em períodos de recesso escolar ou não. De qualquer forma, o fluxo de pessoas que atravessavam as águas do rio Paraguai, levando e trazendo o *fascínio* da vida daquelas cidades, provocava, inevitavelmente, uma interlocução recíproca entre esses mundos, aparentemente distantes, e ao mesmo tempo, uma reinvenção de práticas sociais diferenciadas.

Numa outra abordagem, percebe-se que, nas sociedades modernas, o lugar das ações humanas é o espaço urbano e concentra-se com maior intensidade nas metrópoles. Elas, como invenção de seu tempo, representam a percepção do mundo atualizado e desenvolvido, encarnando, em si mesmas, a racionalidade humana e a dimensão da ideias, onde se cristalizam a arte, a cultura, a religião, a economia, as ciências, a política, a guerra, o futuro e a esperança.

Percebida pelos olhares dos atores até aqui expostos, Cáceres parecia um espaço de convívio social harmônico, em que os sujeitos sociais constituíam uma cadência de acordes no concerto urbano. Nas frestas que se situam entre um instrumento e outro, Jane Vanini, ao escrever para seu pai, dava visibilidade a cenários comuns que eram

---

<sup>275</sup> MELO J.M. C. de e NOVAES F. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, 1998, p. 563.

## História e Memória: Cáceres

---

quase imperceptíveis ou encobertos pelos olhares que se detinham sobre a cidade:

Fico contente com o progresso cacerense. Imagino que com o crescimento deve ficar difícil para os pobres irem até às casas do centro ou da Coronel Ponce a pedir esmolas que costumava ver quando eu era pequena, não é mesmo? Assim se tem a impressão de que tudo vai bem. O Brasil cresce, ninguém o segura, etc. Agora, cá pra nós, para que o governo que representa apenas os ricos deem uma parte desse lucro dos ricos para aumentar as estradas, levar a televisão a todas as partes, etc., necessariamente tem algum motivo, não é mesmo? O que interessa a eles é a “paz social” e dinheiro. A “paz social” aumenta na medida que os pobres se dividem em mais pobres e outros menos pobres, que passou a receber uma parte do “progresso” e o dinheiro eles recebem quando essa parte mais satisfeita com a esmola começa a trabalhar com mais afinco para o enriquecimento dos donos das indústrias, comércio para os patrões, enfim. P’RA FRENTE BRASIL! O NORDESTE? Ah! Mas isso é subversão (carta 23)<sup>276</sup>.

Ao falar, *o Brasil cresce, ninguém o segura, e o que interessa a eles é a paz social e dinheiro*, Jane Vanini revelava o tempo do “milagre econômico”, em franca execução e propagação pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici. Esse era o tempo em que os militares promoveram uma intensa propaganda *patriótica*, na qual estava explícita a crença de que o Brasil seria, em pouco tempo, uma grande potência mundial. Os efeitos propagandísticos se davam pelos discursos e pelas imagens dos grandes investimentos públicos, como a ponte Rio-Niterói que, fincada dentro do mar e na imponência tecnológica, ajudava a modelar um quadro urbanístico daquelas duas cidades; a hidrelétrica de Itaipú (a bi-nacional, que abastece de energia elétrica o

---

<sup>276</sup> Carta de Jane Vanini, sem data e com assinatura de Ana. Provavelmente escrita em fins de 1972.

sul do Brasil e o Paraguai); a estrada Transamazônica (rodovia que corta uma imensa faixa da floresta tropical, cujo fim resolveria os problemas da seca do Nordeste, ao deslocar grandes contingentes populacionais de flagelados da seca para a Amazônia); a usina de Angra dos Reis (usina nuclear que produziria energia suficiente para sustentar o déficit energético do Sudeste); Carajás e Serra Pelada, que nas suas produções de minério de ferro e ouro, respectivamente, eram respostas à dependência econômica brasileira.

É certo que na década de 1970 os beneficiários desse modelo econômico eram, em grande parte, os trabalhadores urbanos, portadores de mão-de-obra especializada, o que fazia a classe média, vivendo nos grandes centros de produções, alcançar um melhor padrão de vida material, pela melhoria da renda salarial. Aos outros trabalhadores – maior contingente – que incluía os oriundos do campo, que pelo êxodo rural invadiam as periferias das cidades, em busca de oportunidades de sobrevivência, restava-lhes enfrentar a rotatividade do subemprego ou a estatística do desemprego.

Dessa forma, a economia nacional, de fato, conseguia índices invejáveis, porém a concentração da riqueza produzida ficava em poder dos ricos e, em menor proporção, com a classe média. Os tecnocratas que compunham a área econômica dos governos, nesse caso, representados pelo então ministro Delfim Neto, reconheciam o quadro de desigualdades sociais, mas os consideravam inevitáveis numa economia capitalista que alcançava um vigoroso crescimento. E, geralmente, ilustravam essas situações ambíguas, anunciando que “o bolo devia crescer antes para dividi-lo depois”.<sup>277</sup>

Esse quadro político, gerador de profundos desníveis sociais, era o que Jane batizava de “paz social e dinheiro”. Essa era a forma pela qual ela expunha seu protesto não tão explícito contra o desenvolvimento, mas contra o progresso capitalista, pois produzindo muita riqueza para uns, também produzia muita pobreza para muitos. No seu discurso de esquerda, mergulhado num estilo pedagógico de interpretar e conceber as práticas do mundo capitalista, nas práticas da militância, em que os atos de contestação eram formas de se construir

---

<sup>277</sup> SKIDMORE, T. *Brasil de Castelo a Tancredo*, 1988, p. 254.

## História e Memória: Cáceres

---

uma identidade política e, sempre presente na demarcação desses territórios, Jane reafirmava o seu lugar de revolucionária, ao assinalar que, com o crescimento em Cáceres, *deve ficar difícil para os pobres irem até às casas da Coronel Ponce a pedir esmolas que costumava ver quando era pequena...*

Essa fala é uma alusão às grandes cidades modernas erguidas sobre sombras de multidões ambulantes e anônimas, que fragilizadas pelo progresso, convivem com a degradação social e a desumanização da vida. Contudo, no contrapelo da história, lá está essa multidão em suas fugas, reiniciando suas lutas e reinventando suas sobrevivências. Nessa interpretação, parece ter eco uma observação da professora Olga Maria Castrillon Araújo: “o progresso é uma alavanca que o homem nunca vai deixar de puxar. O espírito humano é insatisfeito e insaciável. A gana da conquista e das descobertas parece infinita... não vejo como poderíamos ter chegado até aqui por outro caminho”.

Ainda naquela mesma carta (23) que Jane escreve para o pai, além de outros significados de seu conteúdo, ela também revela o sentido de fronteira política estratégica que Cáceres representa para o país, na década de 1960:

Cáceres, pelo que me lembro fica muito perto da fronteira com Bolívia, país onde os operários e mineiros adquiriram um grau muito grande de consciência e que está sempre em uma situação explosiva. Além disso, o governo brasileiro colaborou diretamente no golpe que levou ao poder o ditador fascista que está no poder boliviano atualmente. Assim Cáceres é uma cidade localizada muito estrategicamente no terreno. Eu me lembro que quando se passava pela ponte para ir ao Cabaçal, por exemplo, revistavam as malas e caminhões em busca de armas e isso já faz bastante tempo. Agora deixando toda ou parte da população com posições simpáticas ao governo bem pouca gente quererá colaborar com os ‘subversivos’ que possam pretender atuar na região, não te parece? A televisão será para que a população tome conhecimento das torturas, da fome do Nordeste ou das lutas isoladas

que alguns desesperados tentam levar adiante como um último suspiro, ou será para a propaganda massiva que o governo faz de si mesmo por todos os meios possíveis e imagináveis de comunicação? (carta 23)<sup>278</sup>

Ao enfatizar *operários e mineiros adquiriram um grau muito grande de consciência*, a militante Jane Vanini se manteve fiel ao discurso da esquerda que concebia os trabalhadores urbanos como revolucionários em potencial. Ao omitir os camponeses do seu relato, por certo tem uma vinculação com o fim trágico do mito revolucionário Ernesto Guevara, emboscado por intermédio das informações de um lavrador daquele país. Quanto à afirmação de que *o governo brasileiro colaborou diretamente no golpe que levou ao poder o ditador fascista que está no poder boliviano atualmente*, Jane mostrava a interligação da rede de ditaduras militares que se estabeleceu na América Latina, como cortina de resistência à expansão dos regimes soviéticos e, em particular, o cubano.

No restante do trecho da carta, Jane chamou a atenção do pai para dois aspectos: o primeiro era o controle policialesco da população, quando da revista das pessoas ao atravessarem a ponte Marechal Rondon, fosse para o trabalho, fosse como viajante; e o segundo, é o papel que a televisão desempenhava na vida política do país, como instrumento de *massificação* dos brasileiros, no que dizia respeito às campanhas publicitárias, cujo produto anunciado era um nacionalismo exacerbado que servia para ocultar torturas, fome, miséria, conflitos sociais, desemprego, seca do Nordeste e as lutas revolucionárias da esquerda armada.

De todos os registros, a escolha dos fragmentos abaixo tem uma significação muito especial, porque Jane se dirigiu ao pai de uma forma muito singular:

É verdade que nós dois nunca conversamos e realmente nunca um chegou ao outro e disse abertamente tudo que pensava, mas creio que o

---

<sup>278</sup> Carta de Jane Vanini, sem data e com assinatura de Ana.

senhor é mais forte que os outros, pelo menos eu sempre aprendi a respeitá-lo por sua coragem, sua honestidade, em tudo que o senhor faz. Sua dedicação por fazer um trabalho bem feito, qualquer que seja, desde que assuma o compromisso de fazê-lo é uma coisa que pretendo imitar ao pé da letra. Sua coragem em não temer ao perigo se crê no que faz pode chamar mesmo valentia e junto com sua honestidade absoluta são coisas admiráveis. E por tudo isso creio que apesar de velho, o senhor é o mais forte e posso refugiar-me em sua fortaleza para contar-te esse pequeno período. Perdoe-me por escrever somente coisas sobre política, sei que vocês me pediram que não o fizesse para não dar nenhum problema se á que aconteça algo, mas se eu não escrever de tudo isso que é que eu vou escrever? Terei a me limitar a escrever-lhes: Estou bem, muitas saudades, abraços. Ana. (carta 23)<sup>279</sup>

Essa correspondência é bastante extensa e não traz nenhuma data. Pelos indícios apresentados no seu conteúdo, o tempo da escrita era o segundo semestre de 1972 e, ao que parece, tratava-se de uma carta-resposta ao senhor José Vanini Filho. Embora, não seja tão visível em outros relatos, aqui Jane se reconhece na figura do pai e, ao proceder assim, reafirma o modelo familiar tradicional que tem como uma das referências simbólicas a autoridade patriarcal.

A essas construções sociais vincula-se um emaranhado de virtudes, tais como fidelidade, firmeza, coragem, honestidade, respeito, compromisso, lealdade, capacidade de trabalho, entre outras, que constituem os códigos de conduta moral cristã, pelos quais se legitimam a autoridade patriarcal. No núcleo familiar tradicional, o homem é, por excelência, o chefe; ele não é só o pai dos filhos, é, sobretudo, o pai da família.

Nos trechos selecionados da carta, acima expostos, reúnem muitas dessas questões. É interessante observar que o fragmento começa por uma espécie de lamento pela falta de diálogo entre pai e filha, o que

---

<sup>279</sup> Ibidem.

é muito comum na época, contudo, termina com um pedido de perdão pela *desobediência e teimosia*, em continuar relatando sobre política. Embora, a distância e a escrita possibilitassem acomodar melhor as relações conflituosas entre pai e filha, este é um traço que expressa o reconhecimento da autoridade paterna patriarcal e familiar.

Ao mencionar do pai a *coragem em não temer ao perigo se crê no que faz pode chamar mesmo valentia e junto com sua honestidade absoluta são coisas admiráveis*, a filha Jane Vanini, ao legitimar as virtudes do patriarca, falava também da Jane Vanini militante, da sua coragem e valentia nas lutas, de não temer os perigos dos combates, da crença revolucionária e da lealdade para com a família, em compartilhar suas experiências. Da mesma forma, ao ressaltar a pretensão de imitar o pai, *ao pé da letra, na dedicação por fazer um trabalho bem feito, qualquer que seja desde que assumo o compromisso de fazê-lo*, primeiro, ela tomou para si a promessa de herdar os bens virtuosos (dedicação, responsabilidade e capacidade de trabalho), para em seguida, invocar a aceitabilidade do pai para sua opção política e validação de suas atitudes revolucionárias.

É certo que, na formação humana de cada indivíduo, estão às marcas traçadas pelas aprendizagens que uma convivência familiar proporciona, ainda mais quando são sistematizadas pelos costumes e tradições vigentes de uma época. Nessa perspectiva, o trecho da carta de Jane leva a evidenciar que ela vivia, naquele momento, um questionamento existencial e, assim, busca no pai os valores referenciais de sua vida, porém para esse reencontro, observa-se que primeiro ela reafirma a ele o código de conduta moral, que também dá sentido a sua existência. Nesses aspectos parece ficar visível o drama que ela vivia, em conviver com os conflitos que se construíram entre as identidades revolucionária e *pequeno-burguesa*.

Em meados da década de 1960, Jane se interessou em adotar São Paulo como sua segunda cidade. Com o *curso ginásial* concluído, a iniciativa se tornou mais facilitada, pelo fato de seus familiares já terem fixado residência naquela cidade. Nos seus planos para a vida futura, lá, certamente imaginou encontrar melhores motivos para estudar, trabalhar e profissionalizar-se, como fizera tantos outros contemporâneos seus. Dessa forma, muito provavelmente, entre os anos de 1964 e 1965,

mudou-se em definitivo para a capital paulista, tendo como primeiro endereço o apartamento de Dulce Ana Vanini (irmã mais velha), então localizado na Avenida Nove de Julho.

Recomeçou a vida procurando matrícula nas escolas e um trabalho, para dividir com a irmã suas despesas de manutenção. Oportunamente, trabalhou como secretária, na então revista Engenheiros Modernos e, em seguida, na rede de lojas de departamentos Mappin S/A, na condição de agente de crediário. Entre outras instituições educacionais, foi aluna do Colégio Estadual Paulista, localizado no Parque D. Pedro e, ao que se sabe, tinha pretensões de ser universitária do curso de Ciências Sociais, da Universidade de São Paulo – USP. Nos registros do DOI-CODI de São Paulo, consta que Jane Vanini pretendia fazer curso de psicologia, tinha instrução pré-universitária e, em 1968, ‘era aluna do Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia/USP’, situado à Rua Martinico Prado.<sup>280</sup>

Jane tinha menos de vinte anos quando mudou-se para São Paulo, entre 1964 e 1965. No convívio estudantil conheceu Sérgio Capozzi (paulista, da Escola Politécnica da USP) com quem se casou, em 1968, e os dois se tornaram simpatizantes da Aliança Libertadora Nacional – ALN,<sup>281</sup> começando a prestar “serviços” de suporte a esta organização. Em 1970, o cerco da Operação Bandeirantes – OBAN<sup>282</sup> chegou à Editora Abril, lugar onde Sérgio trabalhava, e com apoio de um segurança, o casal se refugiou, indo para a clandestinidade. Num navio italiano, saindo pelo porto de Santos, os dois, com os nomes de *Mário* e *Adélia*, respectivamente, chegaram ao Uruguai, depois seguiram para Buenos Aires, Roma, Praga e Cuba.

Em Havana, entre outras atividades, *Adélia* foi locutora da Rádio Havana, durante seis meses, transmitindo um programa, em português, para o Brasil. Durante a permanência na Ilha, Jane Vanini, Sérgio Capozzi e outros militantes decidiram fundar o Movimento de

---

<sup>280</sup> SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 2ª Auditoria do Exército, DOI-CODI, *ficha de elementos procurados*, sem data e sem paginação.

<sup>281</sup> Organização de esquerda armada de projeção política nas ações de guerrilha urbana, que enfrentou o regime militar no Brasil, entre os anos de 1968 e 1973.

<sup>282</sup> Órgão de repressão política, criado em meados de 1969, que integrava militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal, polícias estaduais e outros organismos de policiamento.

Libertação Popular – MOLIPO.<sup>283</sup> Em 1971, voltaram ao Brasil, se estabeleceram em Araguaína-Go e, no campo, recomeçaram a luta revolucionária. Ainda no mesmo ano, as emboscadas e as mortes de militantes levaram Jane ao Chile em busca de apoio para a *organização*. Em 1972, *Mário* foi ao encontro de *Adélia* com o propósito de abandonar o movimento, já que não acreditava mais no sucesso da luta.

No ano seguinte, o casal se separou, *Adélia* seguiu na luta, se transformando em *Ana*, conheceu o jornalista José Tapia Carrasco – Pepe –, seu segundo companheiro, e ingressou no *Movimiento de Izquierda Revolucionário* – MIR.<sup>284</sup> Nesse espaço de lutas, ela participou ativamente da experiência política chilena, que se configurava como um tempo de transição do capitalismo para o socialismo, tendo como dirigente, o então presidente Salvador Allende, eleito no ano de 1970.

Com o golpe de Estado em setembro de 1973, a militante Jane Vanini, fugindo das perseguições policiais-militares da ditadura chilena do general Augusto Pinochet Ugart, se refugiou na cidade de Concepción, até a noite de 06 de dezembro de 1974, quando as forças repressoras cessaram definitivamente as convicções e os sonhos revolucionários de Jane - *Adélia* - *Ana* - *Carmem* - *Gabriela* - *Tereza*...<sup>285</sup>

Este artigo se originou da minha pesquisa de mestrado pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002), que privilegiou as cartas pessoais, que a militante Jane Vanini escreveu e enviou do Chile aos seus familiares, todos então residentes no Brasil, entre os anos de 1972 e 1974. Além das cartas, registros fotográficos, correspondências de outros familiares e depoimentos colhidos em entrevistas, com pessoas que, de uma forma ou de outra, compartilharam a época dos acontecimentos, contribuíram para complementar a massa documental.

---

<sup>283</sup> Grupo de esquerda armada que surgiu como dissidência interna da ALN, buscando se firmar como a “cara” socialista do movimento revolucionário, o que deferia da ideia de “libertação nacional” da ALN. O grupo foi composto no final de 1970 com 28 militantes, principalmente lideranças estudantis que se encontravam em Cuba, mas também agregava militantes no Brasil.

<sup>284</sup> Grupo de esquerda chilena, de pouca expressão política, cujas ações revolucionárias são balizadas pelas experiências cubanas incorporadas na formação de seus militantes.

<sup>285</sup> Todas essas *mulheres* que aparecem nos registros são nomes fictícios com que Jane Vanini assinava seus relatos, durante suas vivências políticas.

É imprescindível ressaltar que, as correspondências e as fotografias da militante pertencem ao acervo particular da família, no entanto, foram autorizadas para a pesquisa graças a uma respeitosa concessão de Dulce Ana Vanini, em nome de quem agradeço imensamente a confiança da família, em me permitir manusear uma memória tão delicada.

Manifestando a importância da luta política dos militantes no combate à ditadura civil-militar, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro nomeou vários logradouros com seus nomes, homenageando-os. Jane Vanini é uma dessas homenageadas. Em outubro de 2001, o então governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, criou o Campus Universitário “Jane Vanini”, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – em Cáceres, também como um reconhecimento de sua luta política no Brasil e na América Latina.

Acredito que, como gente de sua época, Jane Vanini foi uma dessas pessoas apaixonadas pela vida, pela família e pelos ideais da luta que tanto viveu e acreditou. Buscando em Hegel o conceito de paixão, Lebrun afirma ser aquilo “que dá estilo a uma personalidade, uma unidade a todas as condutas [...] é então constitutiva de um personagem – mas sem transformá-lo num maníaco...”<sup>286</sup> Nessa perspectiva, é cabível perceber essa paixão revolucionária como um movimento da alma, que toca os afetos e conduz as emoções. Elas, as paixões, permeiam as práticas políticas e aparecem em meio ao sofrimento e ao prazer, aos encantos e aos desencantos não como aspectos antagônicos, mas complementares e indissociáveis da natureza humana que devem passar pela compreensão e não pela condenação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLO, João Manuel Cardo de, NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A História da Vida Privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. (Org.), v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

---

<sup>286</sup> LEBRUN, G. *O conceito de Paixão*, p. 23.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

LEBRUN, Gérard. *O conceito de Paixão*. In: CARDOSO, Sérgio. Os sentidos da Paixão [et al]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília-DF: Editora da UNB, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa-Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

# DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA EM CÁ CERES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Oswaldo Mariotto Cerezer<sup>287</sup>

O texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com professores de História de escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Cáceres/MT, no ano de 2010, sobre o ensino de História e de cultura africana, afro-brasileira e indígena<sup>288</sup>.

A investigação buscou analisar as representações sobre a História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas práticas e saberes produzidos pelos professores de História no ensino fundamental (6º ao 9º ano), visando entender o nível de compreensão destes profissionais sobre o tema investigado e a forma como lidam com o mesmo em sala de aula.

Nesse sentido, procuramos analisar como os professores produzem interpretações e imagens da História e da cultura africana e indígena, enfatizando as mudanças, as permanências, as lacunas e as alternativas pedagógicas presentes nas práticas e saberes produzidos na sala de aula.

Analisar os saberes e as práticas produzidos no cotidiano da sala de aula constitui-se em importante ferramenta de análise para os cursos de formação de professores e para os profissionais em atuação, pois representa a possibilidade de compreender como o ensino da História e da cultura africana e indígena vêm sendo desenvolvido no interior das escolas e, a partir disso, tomando como referência as palavras de Hebe Maria Mattos (In: ABREU e SOIHET, 2003: 127) “tentar intervir nas maneiras de sua implementação para que elas possam concretizar suas

---

<sup>287</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres.

<sup>288</sup> A Lei 10.639/03 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio. Em 2008 foi complementada pela Lei 11.645/08 que incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura dos povos indígenas.

possibilidades positivas de intervenção” no ensino das temáticas africana e indígena nas aulas de História.

Investigar os saberes e as práticas produzidos pelos professores nas aulas de História implica conhecer como a diversidade étnico-racial e cultural tem sido pensada e trabalhada no universo escolar na cidade de Cáceres.

Nesse contexto, o presente texto apresenta os resultados parciais da pesquisa e, para esse fim, foram analisadas as concepções e as interpretações produzidas por 6 (seis) professores de História que atuam em 4 (quatro) escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Cáceres.

Assim, torna-se importante analisar as interpretações dos professores de História a partir das propostas apresentadas pela Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, e Lei nº 11.645/08, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas, procurando perceber as diferentes estratégias teóricas e metodológicas adotadas para a abordagem dos temas. Isso significa compreender quais são as representações que os professores possuem a respeito da História e da Cultura Africana e Indígena e, ainda, como abordam tais temáticas em sala de aula, quais são suas estratégias de ação didático-pedagógicas, suas metodologias e seus recursos. Procuramos, além de identificar o nível de conhecimento destes profissionais sobre a temática da pesquisa, levantar os problemas e dificuldades enfrentados, bem como, as ações desenvolvidas por eles no ensino.

As transformações ocorridas na educação na última década, em especial no ensino de História, têm posto novos desafios a serem enfrentados pelos cursos de formação inicial e continuada de professores e, especialmente, pela prática pedagógica dos docentes em atuação, uma vez que não é mais possível negar ou silenciar a participação dos africanos e indígenas na construção da História e da Cultura do Brasil. Essa nova realidade aponta para a necessidade de

estudos e de abordagens historiográficas que revejam a herança colonial de negação, o silenciamento e a exclusão a que foram submetidas as populações africana, afro-brasileira e indígena no contexto de formação da sociedade brasileira.

Assim, torna-se impossível pensar na superação dos problemas relacionados à questão étnico-racial, no Brasil, sem pensar no papel político e social representado pelas instituições de ensino no processo de construção de uma educação pautada pela preocupação com a exclusão, a marginalização, o preconceito e o racismo presentes e atuantes no seio social. Ao mesmo tempo, é impossível pensarmos na contribuição das instituições de ensino na luta contra o processo histórico de discriminação e de exclusão sem nos questionarmos sobre o professor que atua nas instituições de ensino e, principalmente, sem nos preocuparmos com a sua formação inicial e continuada.

A escola, enquanto espaço de formação e de cruzamento da diversidade étnico-racial e cultural, portanto um espaço plural e híbrido, somente atuará na construção de uma abordagem histórica em que as populações historicamente negligenciadas estejam presentes, se houver espaços para contestação e questionamentos a respeito da hegemonia da cultura dominante.

Nilma Lino Gomes, em artigo intitulado “Educação Cidadã, Etnia e Raça: o trato pedagógico da diversidade”, argumenta:

Ainda nos falta muito para compreendermos que o fato de sermos diferentes uns dos outros é o que mais nos aproxima e o que nos torna mais iguais. Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças, etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. [...] A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí,

sim, estaremos articulando Educação, cidadania e raça (GOMES, 2001: 87).

A mudança curricular não opera transformações se, junto a esta, não houver mudanças nas práticas desenvolvidas pelas escolas e pelo seu corpo docente e discente, assim como se não houver o reconhecimento de que a diversidade existe e por si só não irá produzir alterações significativas no processo de formação. Além disso, é necessária uma postura crítico-reflexiva que proporcione entendimento sobre a construção histórica do “outro” e sua diversidade e, a partir desta, possibilitar o desenvolvimento de um ensino/aprendizagem que reconheça e valorize a riqueza representada pela diversidade étnico-racial e cultural.

Kabengele Munanga, ao argumentar sobre a Lei nº 10.639/03, salienta que a implementação da referida lei nas escolas brasileiras mostra que “[...] a grande tarefa no campo da educação há de ser a busca de caminhos e métodos para rever o que se ensina e como se ensina, nas escolas públicas e privadas, as questões que dizem respeito ao mundo da comunidade negra” (IBIDEM, 2006: 56).

A atual conjuntura educacional brasileira, especialmente após a promulgação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 (que estabeleceram a educação das relações étnico-raciais) implica no redimensionamento dos cursos de formação de professores de História e de seus currículos, incluindo a temática da educação das relações étnico-raciais, além da inclusão de disciplinas sobre História da África e História e Cultura Indígenas. A implementação destas leis coloca a escola como

[...] lócus privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas (SOUZA & CROSSO, 2007: 21).

Essa realidade tem suscitado grandes desafios a serem enfrentados pela prática pedagógica do profissional da História sobre as abordagens historiográficas e estudos interdisciplinares que rediscutem a herança colonial de pobreza, privação de direitos e falta de escolaridade da população africana e afro-brasileira, como salientou Leila Leite Hernandez (2005) e, ainda, conforme enfoque de Maria Celestino Almeida (2003: 27) sobre a “participação de indígenas como atores coadjuvantes, agindo sempre em função do interesse alheio”. Para Petronilha B. G. e Silva:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprio aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive a participação no espaço público (SILVA, 2007: 490).

As mudanças no âmbito das políticas públicas de educação apontam para a necessidade de observarmos as dinâmicas, os saberes e as práticas produzidos por professores de História e alunos das universidades e escolas brasileiras a partir das propostas e desafios lançados pelas referidas leis no que concerne à História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Como sugere o próprio Ministério da Educação (MEC), nesse contexto, torna-se necessário um debate amplo e pesquisas que abordem a implementação das novas leis, assim como a produção de materiais didáticos e paradidáticos e a formação de professores.

Essas questões trazem à tona a preocupação de compreendermos como a escola tem atuado, legitimando determinados conhecimentos/saberes por meio do seu currículo e das práticas pedagógicas nela desenvolvidas, silenciando e excluindo dos seus estudos e debates a História, a Cultura e as práticas pertencentes aos grupos historicamente marginalizados.

Antonio Flávio Barbosa Moreira, ao refletir sobre o currículo e sua importância na formação de valores e ideologias, propõe um “processo de desconstrução, crítica, reformulação e hibridização dos conteúdos tradicionais, desestabilizados em vigoroso confronto com outros olhares, outras lógicas e outros pontos de vista” (IBIDEM, 2001: 77-78).

A necessidade de compreender essa realidade vem acompanhada da constatação de que é necessário um grande investimento numa formação docente multicultural que questione as tentativas de homogeneização que estão presentes nas políticas públicas e, em especial, nas políticas educacionais atuais. Para isso, a formação docente necessita de investir na formação de profissionais capazes de questionar os conhecimentos e práticas legitimadas, provendo-os de “contradiscursos” (MCLAREM E GIROUX, 2000) capazes de entender e combater as práticas dominantes, incluindo nos estudos desenvolvidos nas instituições de ensino e em seus currículos, os saberes e conhecimentos específicos do local e cotidiano dos alunos pertencentes às camadas populares.

Vera Maria Candau (2008), tomando como referência os estudos de Peter McLaren (1997) baseados no *multiculturalismo crítico*, defende a necessidade de estudos e ações baseados na perspectiva intercultural que pretende articular as diferenças, estabelecendo um diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, favorecendo ações de reconhecimento do “outro”. A autora diz que:

Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008: 08.)

Assim, acreditamos ser essencial aos cursos de formação de professores de História oportunizar momentos de estudos e debates em que a diversidade existente em nossa sociedade possa não só ser colocada no centro das discussões, como também, questionada. Nesse sentido, os resultados parciais da pesquisa aqui apresentados possuem como embasamento teórico as abordagens fundamentadas no multiculturalismo crítico (Peter McLaren, Henry Giroux, Petronilha B. G. e Silva, Nilma Lino Gomes, Selva Guimarães Fonseca, entre outros) da educação multicultural e em referências teórico-metodológicas para a formação de professores da educação básica na perspectiva da diversidade étnico-racial.

### **Ensino de História e Diversidade Étnico-Racial em Mato Grosso: algumas considerações**

A pesquisa realizada com 6 (seis) professores de História de escolas públicas da cidade de Cáceres-MT sobre a questão étnico-racial africana e indígena foi desenvolvida com o intuito de compreender o grau de conhecimento destes profissionais sobre a temática em estudo, assim como de identificar como os professores lidam com a questão étnico-racial no dia a dia da sala de aula, as dificuldades enfrentadas, os mecanismos e recursos didático-pedagógicos utilizados.

Entendemos que este tipo de estudo é fundamental não somente para compreendermos como a temática é percebida e tratada no interior das aulas de História, mas também, para os cursos de formação inicial e continuada de professores de História e seus currículos, pois acreditamos que as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano da sala de aula criam sentidos e saberes que repercutirão diretamente na formação de ideias e valores por parte dos alunos e, por consequência, atingirão o imaginário social. Nesse contexto, Ana Cannen salienta que:

A educação e a formação de professores não pode mais ignorar esta realidade [multicultural]. Não se pode continuar em um modelo educacional que se omita face à diversidade sócio-cultural da sociedade e aos preconceitos e estereótipos a ela relacionados (CANNEN, 1997: 479).

Mais que procurar identificar o grau de conhecimento dos professores sobre a questão étnico-racial, a preocupação central da pesquisa pautou-se em tentar compreender como o ensino da História e Cultura Africana e Indígena vem sendo trabalhado no cotidiano escolar pelos professores pesquisados.

Para a coleta dos dados necessários à nossa investigação, a pesquisa utilizou questionário estruturado compreendendo aspectos gerais sobre formação acadêmica, tempo de serviço, nível de qualificação, carga horária semanal de trabalho, nível de conhecimento sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, recursos didático-pedagógicos, cursos de formação continuada, presença ou não do preconceito em sala de aula, além de duas questões sobre a concepção dos professores em relação ao índio e ao negro. As duas questões apresentadas visavam identificar a compreensão/concepção dos professores pesquisados sobre o índio e o negro e, em razão disso, nos deram importantes pistas sobre como estes professores lidam com tais questões em sala de aula.

O perfil dos professores pesquisados nos traz importantes elementos para compreendermos a relação estabelecida no que se refere ao conhecimento das leis aqui tratadas, assim como nos possibilita entender as ações e práticas pedagógicas que estes profissionais desenvolvem sobre a temática étnico-racial nas aulas de História. O perfil é apresentado tendo como foco central questões relacionadas à faixa etária, gênero, raça/cor, escolaridade, tempo de serviço, entre outras.

As informações sobre a questão raça/cor foram analisadas a partir da autoclassificação feita pelos pesquisados através de perguntas específicas realizadas pelo questionário aplicado. Salientamos que usamos a classificação de raça/cor tendo como referência as alternativas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em suas pesquisas, bem como, oportunidade para que os professores apresentassem outras formas de autoclassificação, caso necessário, para compreender a imagem construída sobre si mesmos.

Em relação ao quesito raça/cor, os dados coletados apontam que, entre os 6 (seis) professores pesquisados, 2 (dois) se consideram brancos, 3 (três) se consideram pardos e 1 (um) se considera indígena. Em relação ao gênero, 3 (três) professores são do sexo feminino e 3 (três) do sexo masculino. A faixa etária dos pesquisados está entre 25 e 54 anos.

Em relação à formação acadêmica, constatamos que todos os professores pesquisados são licenciados em História, dentre os quais apenas 1 (um) possui a titulação de Mestre em História, 1 (um) possui Especialização em Educação Infantil e Especial e 2 (dois) possuem Especialização em História. A carga horária semanal dos professores está assim distribuída: 3 (três) professores trabalham de 10 a 20 horas-aula semanais, 1 (um) trabalha de 20 a 30 horas, 1 (um) ministra 40 horas-aula e apenas 1 (um) afirma trabalhar mais de 40 horas-aula semanais. O tempo de serviço na docência entre os pesquisados oscila entre 1 (um) e mais de 20 (vinte) anos de magistério.

Cabe salientar que a totalidade dos pesquisados afirma participar periodicamente de cursos de formação continuada. Por outro lado, esses profissionais afirmam que a falta de materiais didático-pedagógicos e de infraestrutura das escolas dificulta o trabalho em sala de aula sobre a temática étnico-racial africana e indígena. Nesse sentido, 3 (três) professores afirmam que a escola ou o poder público municipal e estadual não disponibilizam recursos didáticos, como vídeos e livros, que contribuam para o planejamento de aulas sobre a História e cultura indígena, africana e afrodescendente. Em contrapartida, 3 (três) professores afirmam ter acesso a esses recursos.

Entre os recursos mais citados pelos professores para consulta e utilização em sala de aula para o trato das questões étnico-raciais, destacam-se o uso da internet, livros paradidáticos, vídeos/documentários e textos acadêmicos.

Para fins desta análise, os professores não serão identificados pelos seus nomes oficiais. Para isso, utilizaremos alguns dados

referentes ao seu perfil profissional, gênero, raça/cor e tempo de docência no magistério.

O primeiro docente a ser analisado é do sexo feminino, possui mais de 20 (vinte) anos de carreira no magistério, desempenha uma jornada de trabalho de mais de 40 (quarenta) horas-aula semanais e possui Especialização em História. Em relação ao quesito raça/cor, considera-se branca. A docente salienta que o seu conhecimento sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 é “regular”. Ela argumenta que a temática étnico-racial “não deveria ser tratada através de lei, mas a sociedade não sabe ser e viver livremente”.

Em relação ao questionamento realizado pela pesquisa sobre “quem é o índio e quem é o negro para você?”, a docente assim se manifestou: “um ser digno de respeito e respeito às diferenças”. Ao ser indagada sobre se há manifestação do racismo na escola em que trabalha e como lida com tal problemática, salienta que existe a presença do preconceito e, para isso, “procuro desmistificar dando exemplo e conto fatos para que isso tenda a ser menos vivido e viver uma relação humana”.

Constata-se que a docente, apesar de afirmar possuir um entendimento “regular” sobre as questões étnico-raciais, salienta que procura trabalhar com os alunos questões relacionadas a preconceito e racismo. A escola e, em particular, o trabalho desenvolvido pelo professor nesse ambiente de contradições e conflitos, possui compromisso ético e político de reconhecimento, valorização e respeito a toda expressão e/ou manifestação da diversidade. Nesse sentido, questionar as práticas pedagógicas desenvolvidas no interior do espaço escolar torna-se fundamental para que estas possam ser encaradas e desenvolvidas visando à inclusão, ao reconhecimento e ao respeito à diversidade representada pelos sujeitos participantes da formação oferecida nesse espaço.

O segundo professor a ser analisado é do sexo masculino, possui mais de 20 (vinte) anos de profissão, é especialista em História, atua

numa jornada de trabalho de 30 (trinta) horas-aula semanais e se considera pardo na autotaxação em relação à raça/cor.

Em relação ao nível de conhecimento das referidas leis de ações afirmativas, o docente afirma possuir “bom” entendimento. Salientamos que este profissional não se manifestou ao ser questionado sobre a sua opinião em relação às citadas leis. Por sua vez, ao ser indagado sobre “quem é o índio e o negro”, o pesquisado assim se manifestou: “para ser índio não precisa estar na floresta, basta estar ligado à cultura (negro idem)”. Sobre a existência do preconceito na escola e como lida com este, o docente não emitiu opinião, salientando que “pré-conceito, racismo em si é diferente, mas podemos chamar de bullying”. Presenciamos aqui uma definição bastante vaga em relação à questão do negro e do indígena, o que pode desencadear uma abordagem superficial sobre o tema em sala de aula. Ao mesmo tempo, a resposta sobre a existência ou não do preconceito na escola em que atua deixa transparecer certa confusão e/ou desconhecimento sobre as diferenças existentes entre os conceitos de “preconceito, racismo e bullying”.

A terceira docente entrevistada tem cerca de 5 (cinco) anos de experiência profissional, possui título de Mestre em História e se considera branca. A respeito do conhecimento sobre as leis de ações afirmativas, considera possuir “bom” nível de compreensão. A docente afirma que a escola e o estado não fornecem recursos apropriados para o planejamento de aulas para o trato das questões étnico-raciais. Em sua argumentação sobre as leis afirmativas, declara que:

Acredito que os livros didáticos já auxiliam o professor nessa abordagem, porém é preciso haver cursos ou mesmo leituras complementares para que possamos ajudar o aluno a ter uma reflexão crítica e maior integração com o que é entendido sobre identidade e cultura nacionais.

Ao responder à questão sobre o índio e o negro, afirma que: “o índio e o negro fazem parte da diversidade étnica do país, devem ser valorizados e respeitados como parte da cultura nacional, tornando-se

## História e Memória: Cáceres

---

assim em exemplos de luta contra o etnocentrismo”. Ao mesmo tempo, ao expor a sua percepção sobre o racismo na escola, salienta que:

[...] até hoje não tive nessa escola nenhuma experiência com essa prática, até porque trabalhamos nessa escola a aceitação e respeito ao outro, ao diferente, porque estamos inseridos num contexto com muitas pessoas com deficiência, os surdos no caso. Acredito que essa experiência de integração tem dado muito certo e auxilia nesse processo de aceitação e respeito ao outro, ao diferente.

A fala da professora se refere ao atendimento que a escola em que atua oferece aos alunos especiais, pois se trata de uma escola com características específicas, destinada à inclusão.

O quarto docente pesquisado possui cerca de 2 (dois) anos de experiência na docência, é do sexo masculino, possui graduação em História e se considera “pardo” em relação à raça/cor. Afirma que o seu nível de conhecimento sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 é “bom”, salientando que estas “são leis que possibilitam o reconhecimento de culturas responsáveis pela formação cultural do Brasil”. Sua compreensão sobre quem é o índio e o negro está assim formulada: “o índio além de primeiro habitante, constitui uma rica fonte de costumes e crenças que tal como o negro possibilita o estudo de descendências que contribuíram para a fala, escrita, crenças, etc.” A sua argumentação destaca a íntima relação existente entre a História e Cultura dos afrodescendentes e indígenas na construção cultural da sociedade brasileira.

A respeito da existência do racismo na escola em que atua, o docente afirma que “não ocorre racismo principalmente devido à inclusão de alunos especiais (surdos, cadeirantes, com deficiências múltiplas) dentro das séries normais, que muitas vezes acolhem os alunos especiais da mesma forma que um aluno normal”. Cabe destacar que este professor atua na mesma escola da docente anteriormente citada.

O quinto docente pesquisado apresenta 2 (dois) anos de atuação no magistério, possui graduação em História e se considera indígena em relação à autotransclassificação raça/cor. Considera “excelente” o seu nível de conhecimento a respeito das leis estudadas e afirma que “a lei foi uma iniciativa interessante. Infelizmente os professores têm que ser obrigados a trabalhar com projetos discutindo as questões referidas”. O docente acredita que tais temáticas não deveriam ser ensinadas através da imposição das leis, mas que deveriam ser algo natural no trabalho dos professores de História. Salientamos que o pesquisado se absteve de qualquer opinião em relação ao negro e ao índio, assim como sobre sua percepção se há racismo na escola em que trabalha.

A sexta e última docente entrevistada possui 2 (dois) anos de experiência na docência, é especialista em Educação Infantil e Especial e se considera “parda”. Considera “bom” o seu nível de conhecimento sobre a Lei nº 10.639/03 e “pouco” em relação à Lei nº 11.645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena na Educação Básica. Ela acredita que a escola não fornece recursos adequados para o desenvolvimento das aulas sobre a temática étnico-racial. Destaca que considera excelente a criação das referidas leis por acreditar que “contribuirão muito para reverter a discriminação sofrida pelos afro-descentes, assim como pelos indígenas”. Em relação à questão sobre o índio e o negro, a pesquisada enfatiza que “são humanos que possuem características próprias”. Ao se manifestar sobre a existência do racismo na escola, argumenta que nunca vivenciou essa experiência e que, caso isso acontecesse, “chamaria direção da escola para que juntos encontrássemos o melhor caminho”.

De forma geral, a pesquisa demonstrou que há um conhecimento expressivo entre os professores sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, demonstrando que a obrigatoriedade do ensino das questões raciais na educação básica trouxe maior interesse sobre a temática. No entanto, as mudanças e melhorias alcançadas não são suficientes para uma transformação profunda do grave problema que as populações afrodescendentes e indígenas ainda enfrentam, principalmente em relação ao racismo e à exclusão social.

Apesar das transformações ocorridas, a pesquisa aponta que ainda é grande o caminho a ser trilhado pelas políticas educacionais e pelo poder público em relação à oferta e disponibilidade de materiais e recursos didático-pedagógicos adequados para o ensino da temática da diversidade racial e cultural na educação básica, assim como na formação inicial e continuada dos professores.

O elenco de respostas obtidas nos remete para a existência de uma conscientização significativa por parte dos docentes pesquisados sobre a importância das leis, de ações afirmativas e do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Tal constatação representa um passo importante e promissor no que se refere à necessidade de valorização da História e Cultura dos povos historicamente marginalizados, reconhecendo a importância destes para a compreensão da formação da sociedade brasileira. Os dados apontam, ainda, algumas críticas ao fato de a temática da diversidade racial e cultural ser ensinada através da imposição de uma lei específica.

Por outro lado, há uma compreensão bastante disseminada sobre a existência do racismo na escola e a necessidade de abordagens educativas que visem a um trabalho efetivo para a superação de tais problemas. Ao mesmo tempo, encontramos a afirmação de alguns docentes que salientam nunca ter presenciado a existência de situações de preconceito e racismo nas escolas em que atuam, destacando o discurso da igualdade e do respeito às diferenças existentes dentro do espaço escolar.

Parte do problema relacionado às dificuldades de se trabalhar a questão da diversidade racial e cultural em sala de aula decorre das deficiências de muitos professores em sua formação inicial e continuada, o que merece uma análise mais aprofundada e uma discussão constante, por parte dos cursos de formação de professores e instituições de ensino, do papel das políticas públicas voltadas ao atendimento da formação inicial e continuada e de melhores condições de trabalho. No entanto, essa situação, embora de difícil manejo, precisa ser compreendida e encarada como um desafio a mais na vida

profissional de todos os professores, independentemente de sua área de formação e/ou atuação profissional.

Em maior escala, a promulgação destas leis impulsionou significativamente as pesquisas em âmbito nacional, as publicações acadêmicas, os materiais didáticos e paradidáticos, os vídeos/documentários, entre outros recursos que abordam a temática étnico-racial, buscando construir uma nova versão sobre a presença e contribuição das populações afrodescendentes e indígenas na História e Cultura brasileiras, visando à superação do racismo e do preconceito.

A convivência com uma sociedade plural e híbrida como a brasileira, certamente apresenta alguns desafios, pois a diversidade está presente em todos os lugares, seja na família, na escola, na igreja, seja no trabalho ou no convívio social. Essa mesma sociedade, fundada em bases discriminatórias e excludentes, ainda não aprendeu a lidar com a sua complexa diversidade e com os elementos que a compõem. Neste intrincado e desafiador cenário social e cultural, encontramos a escola, em que os reflexos da dificuldade de reconhecimento e de aceitação da diversidade se fazem presentes com força total.

Historicamente, a escola sempre teve dificuldades em lidar com as diferenças em seu interior, diferenças marcantes, incômodas e conflituosas. Assim, a escola, enquanto instituição de ensino, colabora na manutenção da exclusão, a partir do momento em que a diversidade cultural nela existente não é reconhecida e valorizada. Segundo José Ricardo Oriá Fernandes, “[...] a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços” (FERNANDES, 2005: 379).

O papel político e social da escola exige certa postura por parte dos docentes, pois é nela que são formados muitos valores e concepções sobre o “outro”. A sala de aula é um espaço plural, portanto, repleto de conflitos oriundos, na maioria das vezes, da dificuldade de aceitação do “outro”, do “diferente” que se encontra lado a lado no ambiente escolar. Assim, a escola é o reflexo dos problemas que a sociedade apresenta.

A sociedade atual, permeada pela globalização e pelos avanços da tecnologia, aproximou as diferentes sociedades com suas formas específicas de vida, organização social e cultural, entre outras. Concomitantemente, criou abismos entre os povos e sua diversidade étnico-cultural, aprofundando a exclusão de grande parte das sociedades menos desenvolvidas, ampliando ainda mais os problemas relacionados ao “outro”, ao “estranho”, ao “diferente”. Nessa aldeia global, o outro e sua diversidade estão mais próximos e, ao mesmo tempo, mais distantes, distância essa compreendida por meio da relação estabelecida pela conjuntura social, política, cultural e econômica da sociedade atual. Assim, o diferente se faz presente/próximo por intermédio de uma espécie de “presença/ausência”. Nesse contexto, Boaventura de Souza Santos afirma que:

A ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objecto e consequentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objecto à condição de sujeito (SANTOS, 2005:30).

A sociedade brasileira como um todo tem muita dificuldade de lidar, entender, aceitar e respeitar a diversidade, seja ela de cor, raça, religião, sexo, condição econômica etc. Nesse contexto, criamos “fronteiras” simbólicas de pertencimento a esta ou àquela etnia, cultura, classe social, poder econômico, político e, consequentemente, separamos, afastamos aqueles que não fazem parte do território cultural e étnico considerado “ideal”.

Nessa realidade multifacetada, presenciamos a existência de lutas simbólicas pela supremacia de uns sobre os outros, em que as diferenças que formam o mosaico cultural brasileiro são percebidas e analisadas, em grande parte, por meio de estereótipos que falseiam e deturpam a compreensão, aceitação e o respeito às diferenças.

Segundo Nilma Lino Gomes (2001: 92), “o racismo no Brasil é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria

negação. Ele é negado de forma veemente, mas mantém-se presente no sistema de valores que regem o comportamento da nossa sociedade”.

A construção de estereótipos sobre o outro e sua diferença faz parte do processo histórico de desenvolvimento da humanidade, justificado, em parte, pela necessidade de superação de uns frente aos outros, pela competição, pelo avanço e pelas conquistas alcançadas. Em diferentes tempos e lugares, os estereótipos se fizeram presentes de forma explícita e implícita, agindo como uma espécie de “fronteira” delimitadora entre o considerado normal/correto e o anormal/incorreto.

As fronteiras construídas pelos estereótipos precisam ser compreendidas pelos professores de História para que possam ser combatidas com ações concretas de compreensão do processo de construção histórica dessa realidade por meio do trabalho desenvolvido em sala de aula. Assim, as concepções etnocêntricas precisam ser conhecidas, enfrentadas e questionadas através da construção histórica, cultural e social do estereótipo e das consequências da sua existência, transformações e permanências.

A atual realidade social e educacional alertou também para a necessidade de se criar mecanismos para lidar com a imensa diversidade étnica e cultural, uma vez que estas não podem mais ser ignoradas ou negadas. O grande desafio que se apresenta nesse contexto é como lidar com as diferenças sem que estas sejam obrigadas a se adaptar ao modelo dito “dominante” e como, por meio da educação, e, mais especificamente, por intermédio do ensino de História, podemos criar possibilidades de reconhecimento, aceitação e respeito a todas as formas de manifestação das diferenças.

É necessário que os professores e futuros professores estejam abertos para o diferente. É fundamental que o diferente não cause “medo”. É premente pensar e encarar o diferente como uma oportunidade de aprendizagem, de inovação em suas próprias convicções/conhecimentos/saberes e não como um “inimigo”, como alguém de quem se deve manter distância ou em relação a quem se deve

desenvolver um tratamento discriminatório e excludente. De acordo com Nilma Lino Gomes,

pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si; é, antes, entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como *critérios de* classificação, seleção, inclusão e exclusão (GOMES, 2003: 161).

A partir dessa constatação, há a emergência de desafios a serem coletivamente encarados por todos os educadores, implicando a construção de uma postura de combate aos problemas que envolvem as relações étnico-raciais, necessitando, para isso, de uma consistente fundamentação teórica e ética para o desenvolvimento de um ensino de qualidade voltado ao reconhecimento, valorização e respeito à diversidade.

Assim, a sala de aula passa a ser concebida como um espaço de reflexão e construção do conhecimento e da percepção de outras lógicas e em que as diferenças são respeitadas num ambiente de troca, de compreensão das diferentes concepções de ser e estar no mundo. A base dessa educação é a interculturalidade, isto é, o diálogo entre as culturas, o intercâmbio positivo e enriquecedor entre as diversas concepções, sem que uma se sobreponha em relação à outra. Um ensino intercultural valoriza o desenvolvimento de estratégias que promovem a construção das identidades particulares e o reconhecimento das diferenças. Trabalha na perspectiva de que as instituições educativas reconheçam o papel ativo do educando na elaboração, escolha e atuação das estratégias pedagógicas. A ênfase dessa prática educacional está na preocupação constante em repensar as funções, os conteúdos e as metodologias escolares, de modo a afastar-se do caráter monocultural historicamente presente e atuante no universo escolar.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. R. C. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a História indígena. In: ABREU, Martha e SOITNET, Rachel (Orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CANAU, V. M. *Sociedade, educação e culturas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANNEN, Ana. *Formação de professores: diálogos das diferenças*. In: Avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.5, n.17, p.477-494, out./dez. 1997.

FERNANDES, J. R. O. *Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades*. Caderno Cedes, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set/dez 2005.

FONSECA, S. G. e COUTO, R. C. do. *Formação de professores e ensino de História: a perspectiva multicultural em debate*. In.: Linhas Críticas . Volume 12, Número 22 - p. 59-74, jan.-jun. 2006. Disponível em:  
[http://www.fe.unb.br/linhascriticas/linhascriticas/n22/formacao\\_de\\_professores.htm](http://www.fe.unb.br/linhascriticas/linhascriticas/n22/formacao_de_professores.htm). Acesso em 12/03/2010.

GOMES, N. L. Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural. In: DALILA, Andrade Oliveira (Org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, N.L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

HERNANDEZ, L. M. G. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MCLAREN, P. e GIROUX, H. (2000). Escrevendo das margens: geografias de identidade, pedagogia e poder. In: McLaren, P. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: ed. ArtMed, 2000.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIA, A. F. *A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 18, set-dez, 2001.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

SANTOS, B. de S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, P. B. G e. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. In: Educação Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>>

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSSO, Camila (Org.) *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

### IMAGENS DE CÁCERES, A PARTIR DE FOTOGRAFIAS ESCOLARES

Marisa Farias dos Santos Lima<sup>289</sup>

O conceito de Educação diz respeito às novas ideias relacionadas às experiências adquiridas durante o processo de formação do indivíduo que é construído com base nas antigas tradições das famílias européias, as quais são portadoras de cultura e de organização política e disciplinar. Nesse caso, a escola torna-se objeto para a compreensão desse processo de construção social.

A chegada dos jesuítas, em 1549, possibilitou o crescimento dos interesses ibéricos portugueses, favorecendo o comércio e a evangelização. Deste contexto, tornou-se prática comum a edificação de escolas e igrejas nas mais variadas regiões da colônia, com atividades pedagógicas voltadas para a música, às danças e ao teatro, conforme destaca Azevedo (1943, p.290, apud FONSECA, 2006) “[...] multiplicando seus recursos para atingir à inteligência das crianças e encontrar-lhes o caminho do coração”.

Durante o período imperial a constituição de 1824 propiciou a educação primária como gratuita e destinada para todos. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que, qualquer pessoa com instrução educacional poderia ser professor, pois era um sistema fácil de ser implantado. Podemos afirmar, por exemplo, que mesmo um aluno normal poderia exercer a função de um professor, podendo dar aula para até dez pessoas, com a vigilância de um inspetor.

No império também houve um decreto 1826 que introduziu quatro graus de instrução: "as Escolas Primárias, Liceus, Ginásios e as Academias". Esse projeto propôs à implantação da criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever uma seleção para o título de professor e a criação de escolas para meninas.

Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro foi criado o colégio Pedro II, com objetivo de ser um modelo pedagógico para o curso

---

<sup>289</sup> Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - campus de Cáceres.

secundarista, segundo Bello (2001), efetivamente o colégio Pedro II não conseguiu se organizar, até o fim do Império, para atingir tal objetivo.

No ano de 1889, com o advento da República, a Educação recebeu traços da filosofia positivista que era uma forma de ensino que substituía os literários. Neste caso, o projeto educacional propunha como novo a ideia das ciências como ensino, Bello (2001, p. 06), ressalta que “[...] a reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a Liberdade e laicidades do ensino, como a gratuidade nas escolas primárias”.

O positivismo era uma doutrina filosófica que valorizava a ciência e os fatos “positivos”, ou seja, o fato estabelecido pela experiência científica. Nesta concepção os teóricos positivistas trabalhavam para propor um projeto político de reforma da sociedade, o qual deveria ter como base a análise científica dos problemas sociais. Neste período, algumas intervenções de reforma foram realizadas com o interesse em oferecer cursos preparatórios em nível superior.

O ensino de graduação superior chega ao Brasil no século XIX, acontecimento que propiciou uma grande mudança na área educacional, pois as escolas que eram apenas locais, que favoreciam a instrução inicial e preparatória, passaram a ser também um lugar de graduação ou nível superior. Assim, tudo passou a beneficiar a camada superior, seja ela mineradora ou comerciante, as quais pressionaram as autoridades para que seus filhos conseguissem *se formar*, sem passar em exames adimensionais, ou seja, destacando a indicação de uns e a exclusão de outros.

Vale ressaltar que, os cursos mais procurados eram os de Direito e os de Medicina, o primeiro devido ao prestígio jurídico e intelectual que representava na sociedade. Segundo os autores Orlando e Nascimento (2007):

A separação entre Igreja e Estado ensejou algumas medidas com as quais as autoridades eclesiais buscaram recuperar a força da instituição católica. Tal processo impeliu introduziu no Brasil o movimento de romanização a fim de unificar os católicos e traçar diretrizes consoantes com o espírito romano. Essa unificação resultou,

entre outras coisas, em uma proposta de solidificação da moral católica que sempre gozou de certa elasticidade na colônia portuguesa. Desde o século XIX houve um forte investimento em tal projeto de moralização do catolicismo, através de uma formação mais rígida e mais seletiva do corpo sacerdotal. Contudo, foi a aproximação com Roma que ditou a nova trilha do catolicismo brasileiro (IBIDEM, 2007, p.180).

As mudanças ocorridas durante a instauração da república provocou a necessidade de novas estratégias de cristianização, devido ao fato de que o espaço, antes considerado hegemônico e ao poder da Igreja, passou a ser dividido com novos movimentos religiosos, como: os protestantes e os espíritas. Desta forma, a disputa religiosa tornara-se inevitável. Além das situações citadas:

As campanhas anticlericais embasadas pelo liberalismo, pela maçonaria e pelo positivismo criaram uma representação da Igreja Católica como uma instituição resistente às mudanças, à modernidade, a tudo que invocasse o novo e especialmente, ao espírito científico que invadiu o pensamento moderno, articulando-a ao conservadorismo e à tradição como sinônimos de atraso e tornando-se, com isso, uma das frentes de luta mais acirradas da Igreja (IBIDEM, 2007, p.180-81).

Assim, segundo os autores, a tática adotada pela Igreja foi iniciar uma reforma que privilegiasse as camadas mais privilegiadas da sociedade, a estratégia era priorizar a formação da elite e implantar vários estabelecimentos de ensino, em diversas regiões do país, tendo como objetivo inculcar os ideais, os valores e a moral católica. O ensino católico objetivou levar as pessoas a se comportarem e a obedecerem às ordens, não para serem homens críticos, mas sim moldados pela máquina de controle proposta pela Igreja.

A doutrina aplicada pela igreja era para manter o controle da liberdade de ação dos alunos, pois esta interferia em suas vidas, tanto dentro como fora das escolas. Segundo Foucault (1987), o exército e a escola podem ser considerados dispositivos disciplinares, os quais podem ser utilizados para punir os indivíduos que cometem infrações ou transgridem as normas. O autor enfatiza que, o corpo, durante muito tempo, foi alvo dos castigos, onde a punição era o instrumento utilizado para moldar os indivíduos.

Segundo Foucault (1987), a violência também se desenvolveu no processo sócio-histórico, as punições tornaram-se mais sutis e deram espaço para o surgimento de comportamentos de vigilância sobre o cotidiano, na tentativa de controlar gestos, atitudes e comportamentos humanos. Assim, o poder torna-se privilégio não somente do Estado, mas também das instituições escolares.

Desta maneira, a escola tornou-se espaço privilegiado para a realização de práticas que, tinham por objetivo transmitir valores, como também *formar* o cidadão dentro dos parâmetros desejados. Segundo Orlando e Nascimento (2007, p.181), “[...] As práticas escolares podem ser entendidas perfeitamente como práticas civilizatórias por abrangerem as várias esferas da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo”.

Ao ser fundada, em 1778, a então cidade de Cáceres, dentro de um processo de ocupação espacial disputada entre as coroas portuguesa e espanhola, a cidade teve sua primeira imagem produzida a partir dos acordos registrados nos Tratados de Fronteira, em especial de Santo Idelfonso (1777). Assim, seis de outubro de 1778 marca, oficialmente, a fundação da Vila Maria do Paraguai, pelo então governador Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, em homenagem a Rainha de Portugal D. Maria I.

Segundo pesquisadores, a fundação teve como principais objetivos: a posse efetiva de Portugal na região da fronteira oeste; a abertura de um caminho navegável para a cidade de São Paulo e o estreitamento comercial entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. No ano de 1874, São Luis de Cáceres passou a possuir a nomenclatura de cidade e, em 1938, o nome Cáceres foi conservado

## História e Memória: Cáceres

---

sem nenhum outro complemento<sup>290</sup>. Dentro dessa organização constitutiva, os relatos sobre a cidade fazem referências à atividade agropastoril e ao comércio. A visibilidade da cidade é ressaltada durante a guerra contra o Paraguai, contexto onde os documentos apontam para o crescimento da cidade e sua importância na economia da região.

No ano de 1836, foi criada a Congregação das Irmãs Azuis na cidade de Castres, no sul da França. Fugindo da perseguição religiosa ocorrida na Europa, seis irmãs deixaram o país em 19 de agosto de 1904, as quais se deslocaram para a Espanha e depois para o Brasil. Primeiro vieram para Cuiabá, logo após mudaram-se para a cidade de São Luiz de Cáceres.

Em Cuiabá fundaram o Asilo Santa Rita, que tinha como característica o amparo social aos pobres e aos órfãos. Em 1908, abriram um pensionato e o externato, para atender às necessidades das famílias mais pobres, oferecendo ainda cursos de trabalhos manuais (LOPES, 2002). Em 1º de janeiro de 1907, quatro irmãs azuis francesas chegaram a São Luis de Cáceres para morarem em uma casa humilde, que mais tarde se transformou no Colégio Imaculada Conceição.

Os motivos que impulsionaram a vinda das religiosas para São Luiz de Cáceres, talvez tenham sido por doenças como a febre amarela, a varíola negra e a peste bubônica que, eram muito comuns na primeira década do século XX, como também a pobreza existente no lugar. Isso pode ser confirmado através do Diário da Comunidade de Cáceres, em 09 de janeiro de 1908, como foi registrado na obra *Missão Azul 1994-2004* de Bongiovanni, Mendes e Cani (2004):

Uma obra, que nossa vida missionária, é a visita aos enfermos. A madre Imelda teve a boa inspiração de inicia - lá e a encarregada é Irmã Saint Laurent, que fala sua alegria: “quando chego, muitas vezes, tenho o coração apertado diante do abandono e sofrimento dos pobres. Não posso explicar a felicidade e alegria que lhes dão nossas visitas. Neste dias, uma mulher me dizia. ‘Por alguns momentos, esqueço meus sofrimentos que são

---

<sup>290</sup> ARRUDA, Adson. Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). Dissertação de Mestrado, 2002, p. 10 e 11.

terríveis, quando a senhora me fala do céu.’ O bem que podemos fazer a estas pessoas é muito grande (IBIDEM ,2004,p.34).

Para que ocorresse a vinda das Irmãs Azuis para São Luiz de Cáceres, os padres franciscanos enviaram um telegrama à madre Théodosie Rulhe, supervisora geral, solicitando seis irmãs para a cidade. Apenas quatro foram escolhidas “[...] madre Imelda Gastou, 56 anos, Irmã Saint Laurent Mages, Irmã Denize Marcou e a jovem professora. Irmã Saint Anselme Pomés” (BONGIOVANNI, MENDES e CANI, 2004, p.20).

A chegada das religiosas foi aguardada por várias autoridades da época, pois eram consideradas as salvadoras das almas dos cacerenses, as quais chegaram na embarcação *Etrúria*, que era um importante barco que fazia a rota Corumbá, Cáceres e Cuiabá, sempre era aguardado com expectativa pela população, pois sempre trazia alguma personalidade importante, nesta questão vale a pena destacar que:

O apito do *Etrúria* [um dos principais vapores que faziam esta rota] era conhecido pela população cacerense e corumbaense, pelo seu zunido trêmulo e estridente. Aqueles sons faziam vibrar de alegria a alma generosa e hospitaleira dos cacerenses. Não se cansavam de ouvir e admirar, com o seu entusiasmo de sempre, aquele curioso e agradável sinal de aproximação do pacote ao porto da cidade (ARRUDA, 2002, p.107).

Dessa forma, em 1º de janeiro de 1907, desembarcou em São Luiz de Cáceres as irmãs, as quais foram acomodadas em uma casa humilde preparada, especialmente, para elas. O primeiro impacto, segundo relatos, foi o clima, pois em Mato Grosso há predominância do clima quente, na França onde elas moravam o clima era predominantemente mais fresco, pois na cidade de Toulouse que fica no sul da França poucos são os momentos de clima quente. A dificuldade encontrada na cidade foi relatada pela Irmã Imelda que escreveu uma carta contando sua chegada em São Luiz de Cáceres.

Quero que saiba minha querida madre que ainda estamos sem nossas bagagens e nem sabemos onde esta! Dormimos sem lençóis e faltam-nos muitas outras coisas que só Deus conhece! Quando soube, que as condições eram bem diferentes das previstas e não dispúnhamos de recursos, meu coração ficou pequeno. Fora do mobiliário escolar: seis cadeiras, quatro tambores de madeira e quatro de frágeis tijolos que nos servem de cama, a casa esta totalmente vazia. Não temos colchões, um pouco de palha nos serve de travesseiros e dispomos de um coberto para cada uma, adquirido graças aos 900 F que a senhora nos enviou, quanto ao resto, nos envolve a noite... Que fazer quando se esta longe? Voltei-me para o coração de Jesus, dizendo-lhe que a casa de São Luiz é a casa de Maria Imaculada, pois se nos faltam as comodidades da vida, experimentando um pouco o que é a pobreza, temos o necessário e nos consideramos felizes em sentir as privações desta Santa pobreza (carta de irmã Imelda, de 19/02/1907) (IBIDEM,2004, p.22).

A primeira preocupação das irmãs em Mato Grosso, em especial em São Luiz de Cáceres, foi à saúde do povo, pois esta se apresentava precária e o aumento incontrolável de enfermos, era quase incontrolável. A fronteira e o grande fluxo de pessoas que passavam pelo lugar para irem busca de novas terras era constante e aumentavam ainda mais as dificuldades. Assim, as Irmãs Azuis dedicaram-se em ajudar os doentes com conforto e com palavras de salvação, principalmente, às pessoas que passavam por dificuldades espirituais e financeiras.

As irmãs Azuis, em Mato Grosso trabalhavam junto aos doentes, em vários lugares do Estado, além de terem realizado visitas nas casas das pessoas enfermas e em hospitais. Os hospitais existentes em Mato Grosso era o Asilo Santa Rita que, contou com a contribuição das irmãs que começaram a ajudar várias instituições desde 1904. Estas contribuíram com a santa Casa em Cuiabá, o hospital São Luiz em Cáceres, e também com o hospital Geral que ficava em Poconé e,

posteriormente, no Hospital o Bom Samaritano que teve a ajuda de instituições internacionais, vale ressaltar que neste hospital eram tratadas as pessoas vitimadas pela lepra e, outras doenças contagiosas, as quais afetavam muitas pessoas no início do século XX, em todos os lugares do país.

As irmãs fundaram instituições de ensino que ajudaram muitas pessoas, estes estabelecimentos de ensino religioso eram, muitas vezes, creches que ofereciam aulas de pintura, teatro e música. No entanto, mantinham uma educação realmente controladora para que essas crianças obedecessem às normas de ensino, com o objetivo de preparar para a sociedade, cidadãos disciplinados e religiosos, defensores da moral e dos bons costumes.

Nesta perspectiva, no ano de 1907 foi fundado o Colégio Imaculada Conceição, com o objetivo de catequizar e instruir as pessoas segundo os padrões católicos. Vale ressaltar que, o processo de formação intelectual da elite de Cáceres ficou delineado durante muito tempo, a partir da educação realizada pelas Irmãs Azuis.

Vale ressaltar que, em Cáceres a presença da educação religiosa dividiu-se em dois núcleos: o primeiro, voltado para a educação feminina representada pelo Colégio Imaculada Conceição e, o segundo, direcionado para a educação de meninos no Instituto Santa Maria, somente na década de 90, do século passado, é que o ensino misto, meninos e meninas, foi admitido nos estabelecimentos dirigidos pela ordem religiosa das respectivas irmãs. Os estabelecimentos eram mantidos pela própria ordem religiosa, em alguns casos recebiam ajuda dos órgãos públicos. Nesse sentido, o ensino realizado nos colégios católicos influenciou as demais instituições de ensino mantidas pelo governo, um exemplo desta afirmativa foi à construção de capelas nos ambientes escolares.

Apesar da *preocupação* das religiosas e dos religiosos com a pobreza, com a saúde dos menos desfavorecidos não se pode esquecer que, as instituições escolares criadas dentro desse contexto estavam direcionadas a elite cacerense, pois a permanência na instituição era feita a partir do pagamento de mensalidades. As atividades não se resumiam apenas em ler e escrever, os alunos também recebiam *complementos educacionais* tais como afirma Arruda (2002):

É importante salientar a abrangência da ‘educação’ oferecida por esses colégios. Acessível aos filhos das famílias mais abastadas, por serem pagos, neles não se ensinava apenas as primeiras letras. No Collegio Immaculada Conceição [por exemplo] as jovens cacerenses aprendem [...] ainda musica, bordado, desenho e pintura. E, a escola mantida pelos Franciscanos – Collegio S. Luiz - oferecia aos jovens um ensino voltado para Artes e Officios (IBIDEM , 2002, p.74-5).

No início de sua fundação, o Colégio Imaculada Conceição funcionava como sistema de internato para moças, que desejam ou eram influenciadas pela família em seguirem a vocação religiosa. Assim, esta abordagem procura estabelecer reflexões sobre algumas fotografias encontradas no acervo da instituição supracitada.

Burke (2004), afirma que as fotografias ou imagens apresentam pontos interessantes de observação, as quais servem, segundo o autor, para distorcer a realidade social, pois não devem ser consideradas simples reflexões de suas épocas e lugares, mas sim extensões dos contextos sociais nos quais foram produzidas. Neste sentido, ao tratar das imagens como evidência, deve-se estar alerta para a questão de que muitas delas não foram elaboradas com esse propósito, mas para cumprir uma função estética, religiosa e política (MARTINEZ, 2004).

Assim, a fotografia, deixa de ser uma imagem retirada do tempo para se tornar uma mensagem que se *processa* por meio do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento (CARDOSO E MAUAD, 1997). Neste contexto, a imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado que, vai além de uma descrição verbal detalhada.

A escolha por esta instituição ocorreu devido o acervo fotográfico que possui, além de ser uma instituição centenária e ser a materialização da presença da educação católica no município, é também considerada referência de formação para os filhos da elite cacerense. Portanto, as imagens selecionadas para essa pesquisa apresentam situações diferenciadas, tais como: as categorias de grupos

## História e Memória: Cáceres

---

de alunas e de religiosas, no interior de sala de aula e no pátio da instituição (fotografia 1).



**Fotografia 1:** alunas e professora/irmã  
**Fonte:** Acervo do Colégio Imaculada Conceição

A fotografia não possui identificação sobre o motivo da foto ou de quem eram as aulas, ou a religiosa presente na imagem. Vale ressaltar, no entanto, que a imagem foi selecionada, pois apresenta um possível padrão de fotografia para apresentar as turmas do colégio. Na maioria das imagens do acervo as alunas são apresentadas da mesma forma, com a presença da possível professora da turma no centro. Em algumas imagens, as meninas estão de joelhos e a religiosa sentada ou em pé.

Outro aspecto a ser observado, diz respeito ao uniforme escolar, apesar da imagem não ser colorida, segundo depoimento da bibliotecária da escola, os uniformes sempre eram azuis, com detalhes em branco, possivelmente para relacionar a cor do hábito da Ordem, a qual as religiosas faziam parte. A organização das alunas era dividida por faixa etária e nível escolar, fator que nos remete a disciplina e a ordem, critérios presentes nas escolas religiosas (fotografia 2). A figura

## História e Memória: Cáceres

central da imagem, na maioria do acervo fotográfico, é representada pela religiosa, a qual se distingue das demais personagens.



**Fotografia 2:** Leitura em sala de aula

**Fonte:** Acervo Colégio Imaculada Conceição

Esta fotografia também não possui registro de data ou ano, a escolha por essa imagem ocorreu devido o arranjo estético, a disposição das carteiras, a luminosidade que entra pelas janelas amplas, a concentração das alunas, parecem comunicar a ordem e a disciplina necessárias para a aprendizagem. Essa imagem foge do padrão de imagens encontradas no Colégio, pois na maioria das imagens que apresentam as salas de aula, há a presença marcante da professora.

Pode-se perceber que as alunas estão concentradas na leitura de um livro, possivelmente essa imagem retrata um dia de aula como outro qualquer, entretanto surgem questionamentos sobre o real comportamento das meninas e a dúvida de pose ou não para a fotografia. Essa imagem destaca a disciplinarização das alunas, principalmente, em relação ao uniforme padronizado, interessante observar que eram vestidos ou saias abaixo do joelho, ou seja, o corpo em momento algum era exposto. O plano de tomada da fotografia

## História e Memória: Cáceres

---

valoriza a completude da sala de aula e coloca em foco as alunas (fotografia 2).



**Fotografia 3**

**Fonte:** Acervo Colégio Imaculada Conceição

Na fotografia acima o primeiro plano destaca a professora e a aluna em aprendizado, vale ressaltar que a presença religiosa na imagem é explícita por meio do hábito de freira, bem como, do desenho do terço no canto do quadro negro. Percebe-se que a mobília da sala é simples, apenas um armário, sobre a organização das carteiras ela se faz presente, contudo a postura das alunas demonstra concentração. O uniforme das alunas em relação às imagens anteriores demonstrou mudanças, as mangas mais curtas e a sobriedade sustentada com a introdução da *gravatinha*. Sobre esse aspecto Lonza (2005, p.32) afirma que o uniforme tem três funções básicas: “[...] representar a identidade da instituição, promover a segurança dos alunos fora da escola e estimular o orgulho dos estudantes pelo colégio”. Esse modelo de uniforme foi um dos mais bonitos da escola em conversa informal com uma ex-aluna do CIC, nos eventos cívicos o uniforme do CIC era, segundo a mesma, sempre o mais destacado.

## História e Memória: Cáceres

---

Ainda de acordo com Lonza (2005) a roupa torna-se motivo de orgulho e de respeito. Outro fator que deve ser destacado é que o uniforme também evidencia tendências da moda, segundo a época das fotografias. No entanto, a respeito da fotografia 3, não há como indicar essa afirmação, pois não há identificação de data, isto porém, não deixa passar despercebido um elemento diferenciado, no caso a *gravatinha*, que mescla um acessório masculino a um uniforme feminino de uma escola religiosa.

A localização do CIC pode ser considerada emblemática, pois está inserido em uma região onde as relações culturais, sociais e simbólicas são definidas (ARRUDA, 2002). O espaço onde se localiza o colégio Imaculada Conceição ainda encontra-se próximo a igreja Matriz, a Praça Barão e o rio Paraguai, conforme podemos observar na Fotografia 4.



**Fotografia 4:** Construção do colégio Imaculada Conceição

**Fonte:** Acervo Colégio Imaculada Conceição

Como afirma Martinez (2004), a fotografia como documento desempenhou um papel determinado e importante na construção cultural

da sociedade. Ou seja, os autores pesquisados auxiliaram-me no sentido de compreender que, além de servirem como testemunhas de situações passadas, as fotografias são portadoras de sentidos, com as quais determinados grupos pretendem imprimir na sociedade, normas e regras de boa conduta (MARTINEZ, 2004, p. 23). Pode-se assim compreender que, as fotografias analisadas, certamente tinham um propósito em demonstrar a ordem, a disciplina e, principalmente o legado da qualidade de ensino, marca destas instituições católicas de ensino.

Dessa forma, pode-se afirmar que as imagens escolhidas, possivelmente demonstram autoridade e respeito em relação aos alunos que ali estudavam, elementos destacados nas maneiras de vestir e de se comportar das alunas. Pode-se, assim, concluir que as fotografias escolares são documentos, que se constituem como valiosas fontes para a pesquisa sobre a história da educação. Salientando que, para a cidade de Cáceres, que comemora seus 232 anos, fazem-se necessárias novas pesquisas que venham apresentar os caminhos da História da Educação no município, quiçá no Estado. Nesse sentido pesquisas que venham contribuir para a compreensão não somente da esfera privada como também da pública, utilizando-se desse objeto de estudo que é a fotografia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Adson. *Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A Cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado em História, Cuiabá: 2002.

BONGIOVANI, Luzia; MENDES, Denize Ferreira; CANI, Érica. *Missão Azul: Cem anos da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Castres no Brasil (1904-2004)*. Casa Provincial, São Paulo, 2004.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da história. Ensaios de teoria e*

*metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-417

KOSSOY, Bóris. Fotografia e Memória: Reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org). *O Fotográfico*. 2ª edição. São Paulo: Senac, 2005. p. 39-46

LONZA, Furio. et al. *História do Uniforme Escolar no Brasil*. São Paulo, Editora Rhodia, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Historia e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINEZ, Silvia Alicia. O uso da fotografia na história da Educação: Leituras (possíveis) de um retrato de formatura. *Anais do III Seminário Internacional das Redes de Conhecimento e Tecnologia-Professoras e professores: textos, imagens e som*. Rio de Janeiro, 2005.

## GESTÃO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CÁCERES: DIVERSIDADE CULTURAL, SUSTENTABILIDADE E TURISMO

Luciano Pereira da Silva<sup>291</sup>

### Apresentação

Esse texto tem como perspectiva polemizar sobre questões que envolvem a conservação, a destruição, a subutilização e os benefícios do patrimônio arqueológico de Cáceres. Consideram-se possibilidades de gestão sobre tais bens culturais na peculiar geopolítica da cultura municipal, sobre a qual, julga-se importante Cáceres estar entre as cidades históricas do Brasil.

A questão é o que fazer e como fazer para que a sociedade, de fato, se beneficie do seu patrimônio arqueológico? Para tanto, situa-se de antemão para reflexão as seguintes questões a serem implementadas como pauta para discutir uma gestão patrimonial encabeçada pelo município (BRANDI, 2009): (1) Investimento em recursos humanos e financeiros de caráter permanente, (2) Implementar e aperfeiçoar infra-estruturas, (3) Associar patrimônio arqueológico e ambiental em face da sustentabilidade, (4) Cumprir e criar leis municipais específicas para gestão dos sítios arqueológicos e do patrimônio histórico e cultural de forma geral, (5) Fortalecer as instituições parceiras; (6) Democratizar de forma permanente as decisões, atribuições e competências para uma gestão participativa, (7) Executar programas de Educação Patrimonial nos distintos processos e fases do ensino; (8) Participação política e científica efetiva da universidade; (9) Elaborar a Carta Arqueológica de Cáceres como medida de proteção e gestão<sup>292</sup>; (10) Planejar estratégias arqueologia preventiva em áreas urbanas no centro histórico e entorno.

---

<sup>291</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Cáceres.

<sup>292</sup> O georeferenciamento de sítios arqueológicos contribui para o “fornecimento de informações e dados científicos sobre o turismo, numa perspectiva de promover o

Serão discutidos casos de gestão possível nos seguintes sítios arqueológicos: 1) Cavalhada, 2) Carne Seca (Jardim Paraíso), 3) Fazenda Facão, 4) Fazenda Jacobina, 5) Comunidade das Flechas e 6) Cemitério São João Batista.

### **Cultura, desenvolvimento e patrimônio arqueológico em Cáceres: possibilidades no contexto do PAC Cidades Históricas e da Copa do Mundo de 2014**

Entende-se como patrimônio histórico e cultural os bens materiais (arqueológicos, edificados, etnográficos, documentos, mapas, moedas entre outros) e imateriais (modos de fazer e saber como gastronômicos, musicais e festas tradicionais, por exemplo) legados historicamente e culturalmente. O patrimônio pode ser individual quando relevante para uma pessoa e, coletivo quando é determinado por outros, portanto mais distante e representativo de uma coletividade (FUNARI e PELEGRINI, 2006). É importante assinalar que a concepção de patrimônio está diretamente relacionada às ideias de pertencimento e apropriação. Nesse sentido é importante questionar se a população de uma forma geral conhece seu patrimônio histórico e cultural.

Cabe situar alguns pontos contidos, direta ou indiretamente, no “Plano de Ação para as Cidades Históricas” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que atribuí aos municípios às seguintes responsabilidades: fornecer informações ao Cadastro do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural; realizar ações que integrem interesses públicos e privados que favoreçam a preservação e a gestão do patrimônio histórico e cultural; promover atividades que visem à participação da sociedade civil e organizada, poder público municipal, estadual e federal; propor um plano de estratégias que integre o desenvolvimento local por meio das potencialidades provenientes dos sítios históricos; discutir e planejar investimentos estratégicos a curto, médio e longo prazo para pesquisa e medidas emergenciais de

---

desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental” (Neves, Neves, Casarin, 2010).

prevenção e preservação; gerir de forma sustentável os bens patrimoniais (IPHAN, 2010).

### Lugares de História

Existe quase uma centena de sítios arqueológicos registrados no município de Cáceres, como o Jatobá, Índio Grande, Descalvados, Barranco Vermelho e Jauru. Na época da fundação da Villa Maria do Paraguay (atual Cáceres) no século XVIII, o local já era habitado por populosos grupos indígenas, com uma indústria lítica e cerâmica bem desenvolvida, classificadas pela arqueologia brasileira como *tradição descavados* e *tradição pantanal* (MIGLIÁCIO, 2000, 2006). Grande número destes sítios está exposto a processos de destruição, por fatores naturais e/ou antrópicos.

Por outro lado, o processo colonial no Brasil em sua complexidade, o capitalismo e a modernidade criaram um complexo de conexões entre europeus, indígenas e africanos, no qual relações de resistência e relações de dominação conduziram a relações de dependência e exploração (FUNARI, 1996; OLIVEIRA, 2002). Os estudos de Arqueologia Histórica vêm privilegiando o caráter discursivo tanto dos vestígios materiais, assim como, os documentais (FUNARI, HALL & JONES, 1999; FUNARI & ZARANKIN 2004), sendo estes objetos de estudo inseparáveis (OLIVEIRA, 2002, 2004).

Ressalta-se que o patrimônio arqueológico de Cáceres possibilita a investigação de temas de extrema importância tais como: as origens do povoamento; as formas particulares de organização social e adaptação cultural; contatos interétnicos entre indígenas europeus e euroamericanos e as mudanças ocorridas; relação entre tradições e estilos tecnológicos com etnicidades indígenas conhecidas historicamente (EREMITES DE OLIVEIRA, 2004)

Deve-se situar que o mais importante a ser feito no princípio é de fato discutir com a sociedade civil e organizada as questões patrimoniais. Promover cursos, oficinas e audiências públicas sobre Patrimônio Arqueológico e Sustentabilidade, ou seja, ações de Educação Patrimonial pode ser um começo. No momento, com

brevidade serão apresentados alguns contextos dos sítios arqueológicos com a perspectiva de pensar um roteiro turístico, cultural e educativo.

O sítio arqueológico Cavalhada está localizado no bairro de mesmo nome a aproximadamente dois quilômetros do centro da cidade. Assim, como os sítios arqueológicos Carne Seca (Jd. Paraíso) e Facão, pertencem à tradição descalsvados. Os remanescentes do sítio já bastante destruído estão em uma área densamente ocupada e sob risco perene. Contudo, faz-se necessário um diagnóstico que indique os potenciais arqueológicos de áreas a princípio não impactadas, para então traçar junto com a comunidade uma estratégia preventiva para não destruição de setores arqueológicos intactos, que poderiam ser sítio-museu (Prancha 1).

O sítio arqueológico Carne Seca, às margens do rio Paraguai, localiza-se a seis quilômetros da área central da cidade (Prancha 2). O local está sob impacto devido a diversos fatores: ocupação e construções de casas, plantios, abertura e manutenção de ruas e valas para o escoamento de águas pluviais do loteamento Jardim Paraíso, linhas de transmissão da companhia elétrica do Estado, duas empresas, além disso, lixo e entulho são despejados continuamente e materiais arqueológicos sendo retirados por leigos (IHB, 2008). Essa situação representa um problema que se prolonga há pelo menos 11 anos, causando temor aos moradores por habitarem em uma área legalmente protegida. O sítio demonstra potencial de associar turismo, cultura e natureza, o que agrega valor a perspectiva de um sítio-museu.

Para tanto, é necessário realizar prospecções arqueológicas intensivas com o objetivo de determinar o setor destinado para sítio-museu e uma sala de memória; executar o salvamento arqueológico nos setores sob risco de impacto eminente, seja na ampliação ou abertura de fossas nas casas ou devido a obras públicas, colocar placas de aviso, assim como nos demais sítios arqueológicos citados; executar um plano de gestão patrimonial que relacione pesquisa, ensino e extensão.

O sítio arqueológico Facão localiza-se nas proximidades da BR-070 a aproximadamente doze quilômetros do centro de Cáceres, em área destinada inicialmente a um projeto de assentamento de pequenos produtores rurais. O sítio arqueológico sofre impactos constantes (Prancha 2 e 3), apresenta alta densidade de vestígios arqueológicos

indígenas pré-coloniais e de contato que cobrem vasta área de alguns quilômetros de extensão (MIGLIÁCIO, 2000; 2006).

O local também possui um sítio histórico relativo à Fazenda Facão (Prancha 4 a 8), cujas estruturas estão em estado de deterioração e sem medidas de preservação. Os locais ainda edificadas são: casarão com estruturas de trabalho (Prancha 5), escola (Prancha 8) e igreja (Prancha 4), além disso, quatro bases de casas em ruínas (Prancha 7), aqueduto e estrutura de engenho, construção para represamento e desvio do curso de água, que segundo a tradição oral foi “feito pelos escravos” (Prancha 8). As ruínas e os remanescentes existentes, no sítio, podem ser pensados em termos de um conjunto a ser evidenciado e preservado para sítio-museu, enquanto verdadeiros monumentos. O sentido dicionarizado dessa palavra é a “sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social; recordação, lembrança”, e mais ainda, é uma herança e sinal do passado com poder de perpetuação (LE GOFF, 1996). A musealização destas ruínas deve servir para refletir de forma crítica o que fazer e o que não fazer com o patrimônio. Por sua vez, o casarão, sendo restaurado, pode abrigar um espaço de recepção ao turista, sala de memória e venda de souvenirs, por exemplo. As ações necessárias nos dois contextos do sítio arqueológico Facão são bastante similares àquelas do sítio Carne Seca, acrescido da identificação das patologias estruturais e os aspectos arquitetônicos das edificações existentes.

A Fazenda Jacobina (Prancha 9) está situada a aproximadamente 30 km de Cáceres em direção a Cuiabá e relaciona-se ao processo de ocupação colonial da fronteira oeste. A Jacobina constituiu a maior fazenda da recém criada Capitania de Mato Grosso em 1748. O seu princípio formal situa-se em 1772 quando Leonardo Soares de Souza requer a primeira sesmaria no local. Segundo a tradição oral da família Pereira Leite, o sobrado foi construído por trabalhadores portugueses que retornavam das obras da sede administrativa da capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade. Ao que consta, segundo o “Diário da Diligência do Reconhecimento do rio Paraguai”, de Ricardo Franco de Almeida Serra, em 1786 o casarão ainda não estava construído (GOMES DE SOUZA, 1998).

A Fazenda, em 1820, recebeu a visita de Hercules Florence (1977) viajante e desenhista da Expedição Langsdorff, que nessa passagem retratou, em desenhos, índios bororo que foram “instalados” no lugar (Prancha 10). Os remanescentes das estruturas edificadas da primeira metade do século XIX no entorno do pátio do casarão, período de maior desenvolvimento da fazenda, requerem cuidados e avaliações técnicas para sua preservação. As possibilidades arqueológicas do local devem ser feitas por meio de diagnóstico intensivo com a finalidade de propor um plano de gestão no local, pensando os potenciais culturais existentes, agregando o patrimônio histórico de forma efetiva e pragmática às ações de turismo já realizadas no local. Inclusive, pensando o entorno, porque, por exemplo, segundo informação dos moradores da Jacobina existe um sítio arqueológico nas proximidades da fazenda às margens da estrada da tradição descavados. Além disso, uma sala de memória pode ser um importante instrumento para fruição do conhecimento, da mesma forma poderia ocorrer nos sítios arqueológicos Carne Seca (Jd. Paraíso) e Facão.

A Comunidade das Flechas a 75 quilômetros de Cáceres foi o lugar sede da antiga sesmária das Flechas e a partir da segunda metade do século XIX sediou a imponente Usina das Flechas. O local possui alta potencialidade para prática do turismo, apresentando componentes socioculturais, arqueológicos, arquitetônicos, iconográficos, documentais, mobiliários e naturais (Prancha 11 a 13). Contudo, uma análise preliminar diagnosticou, por exemplo, que os documentos e fotos carecem de acompanhamento técnico imediato para sua conservação. A alternativa para questão é buscar uma solução, cuja vocação seja a pesquisa, difusão do conhecimento e fortalecimento da comunidade para gerir seus bens patrimoniais de forma sustentável. O local agrega também um rico patrimônio imaterial, identificado nos saberes dos moradores, suas festas, comidas, modos de fazer, enfim práticas culturais diversas.

Para concluir sobre os potenciais históricos existentes, os cemitérios são ícones históricos, sociais e religiosos, mais recentemente é foco de trabalhos e estudos que relacionam gestão e turismo. No Cemitério São João Batista de Cáceres observam-se práticas religiosas, simbologias, influências arquitetônicas, distintas representações

materiais que refletem diferentes movimentos políticos, econômicos e artísticos. Esse local é uma fonte valiosa de informações, assim como, serve para pensar a preservação do patrimônio histórico e cultural local.

### **Considerações finais ou por uma gestão sobre os bens patrimoniais**

O texto pretendeu em especial chamar atenção para os seguintes pontos: 1) São bens não renováveis; 2) São atrativos para o turismo cultural; 3) Sofrem freqüentes impactos e estão sujeitos de forma perene à destruição; 4) Inexiste planejamento estratégico por parte das instituições responsáveis.

Por sua vez, a gestão patrimonial nos sítios arqueológicos e históricos como Cavalhada, Carne Seca (Jd. Paraíso) e Facão, contribuiria também para: 1) Segurança: sítio-museu com guarita e funcionário, policiamento ostensivo, iluminação e manutenção da vegetação; 2) Agregar valores e trabalhos comunitários: a comunidade local confecciona *souvenirs* para comercialização; 3) Cumprir a Lei 11.645 sobre o ensino da diversidade cultural afro-brasileira e indígena; 4) Cumprir a legislação relativa ao patrimônio arqueológico.

Cabe elencar pontos que servem para nortear um planejamento estratégico inicial: 1) Executar Programas de Educação Patrimonial participativo para múltiplos públicos; 2) Articulação entre Município, Estado, Federação e a UNEMAT; 3) Realizar diagnósticos socioeconômicos e estudo de viabilidade para execução de projetos junto a moradores da Comunidade das Flechas, Carne Seca (Jd. Paraíso) e Facão; 4) Discutir um Plano Preventivo; 5) Pesquisar e inventariar para elaborar a Carta Arqueológica de Cáceres.

É importante considerar que, esse texto representa apenas uma ínfima parcela do potencial existente em torno do patrimônio histórico e cultural de Cáceres, assim como, focou apenas a questão arqueológica.

Necessariamente para gestão dos bens culturais é fundamental a existência de arqueólogos no quadro permanente da prefeitura municipal para ações preventivas, assim como, para atuar também nas áreas urbanas no centro histórico e seu entorno. As áreas urbanas não foram citadas. Contudo, requerem máxima atenção pela constante destruição de casas com características históricas, acerca desse tema é

importante chamar atenção para o estudo atualizado e detalhado realizado pelo Laboratório de Geotecnologias da UNEMAT, por ser um registro fundamental para ações preventivas e de monitoramento que visem a preservação (ARRUDA; NEVES; NEVES). Para de fato efetivar tais demandas é necessário maior rigor, controle e critério na emissão de alvarás de construção e reformas nas áreas legalmente protegidas. Por fim, cabe ressaltar que a gestão patrimonial só ocorrerá por meio da colaboração e parceria entre diversas instituições, e mais importante e fundamental ainda, com a efetiva, e não meramente performática participação da comunidade.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, R. F. ; NEVES, S. M. A. S. ; NEVES, R. J. Espacialização de elementos do centro histórico de Cáceres, MT e seu entorno: subsídios para o desenvolvimento de atividades educacionais e turísticas. In: *3º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*, 2010, Cáceres/MT. Anais do III Simpósio de Geotecnologias no Pantanal. Campinas/SP : Embrapa informática agropecuária; Inpe, 2010. v. 1. p. 962-972.

BRANDI, Rafael de Alcântara. *Patrimônio cultural arqueológico na gestão territorial: uma proposta para os municípios da Foz do rio Itajaí*. Dissertação (mestrado). UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande: Oeste, 2004.

FLORENCE, Hercules.. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. de Afonso d'E. Taunay, São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo. 1977.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia e A Cultura Africana Nas Americas. *Revista de História Regional*, v. 17, n. 2, p. 61-71, 1991.

\_\_\_\_\_. *Archaeological Theory In Brazil: Ethnicity and Politics At Stake*. *Historical Archaeology in Latin America*, South Carolina, V. 12, p. 1-13, 1996.

- FUNARI, P. P. A. (Org.); M. Hall (Org.) ; S. Jones (Org.) . Historical Archaeology: Back from the edge. Londres: Routledge, 1999. 350 p.
- FUNARI, P. P. A. (Org.) ; ZARANKIN, A. (Org.) . Arqueología Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI. Bogotá: Uniandes, 2004.
- FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GOMES DE SOUZA, Lécio. Jacobina: história de uma fazenda de Mato Grosso. Cuiabá. IHGMT. 1998.
- IHB. INSTITUTO HOMEM BRASILEIRO. Diagnóstico e Prospecção Parcial do Sítio Arqueológico Carne Seca, Cáceres, MT. Jul/ago 2008.
- IPHAN. Plano de Ação para as Cidades Históricas. 2010.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1996.
- MIGLIACIO, M. C. A ocupação pré-colonial do pantanal de Cáceres, Mato Grosso. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cuiabá/São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. O doméstico e o Ritual: cotidiano xaray no alto Paraguai até o século XVI. São Paulo. Tese de Doutorado em Arqueologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cuiabá/São Paulo, 2006.
- NEVES, R. J. ; NEVES, S. M. A. S. ; CASARIN, R. . Sistema de informação turística geográfica de Cáceres/MT-Brasil: subsídios ao planejamento e desenvolvimento local. In: VI seminário latino-americano e II seminário ibero-americano de Geografia Física, 2010, Coimbra. Sustentabilidade da Gaia; ambiente, ordenamento e desenvolvimento. Coimbra : Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, 2010. v. 1. p. 181-182.
- OLIVEIRA, N. V. Arqueologia y Historia: un estudio de un Aldeamento Jesuítico en Rio de Janeiro. In: Pedro Paulo Funari; Andres Zarankin. (Org.). Arqueología Histórica em América del Sur, los desafios del siglo XXI. Bogotá: Uniandes, 2004, v. , p. 78-98.

## ANEXOS

### Prancha I



Acima – Exposição “O doméstico e o ritual no universo Xaray: uma viagem arqueológica ao pantanal da pré-história tardia”, grandes vasilhames da tradição descavalvados e urna funerária, organizadora e curadora: Maria Clara Migliácio. Abaixo – Sítio arqueológico Cavalhada: uma recuperada e terreno com potencial arqueológico. Na parte do muro indicado foi retirada uma urna no passado.

### Prancha II



Acima – Sítio arqueológico Carne Seca: impactos e urna com artefatos em seu interior. Abaixo – Sítio arqueológico Facão: via de acesso para o assentamento.

## Prancha III



Sítio arqueológico Facão: impacto de aproximadamente 4.000 m<sup>2</sup>.

## Prancha IV



Fazenda Facão: potencial histórico e arqueológico; acentuada deterioração e necessária gestão.

## Prancha V



Fazenda Facão: potencial histórico e arqueológico.

## Prancha VI



Fazenda Facão (Igreja e Escola): potencial histórico e arqueológico.

## Prancha VII



Fazenda Facão: potencial histórico e arqueológico

## Prancha VIII



Fazenda Facão: potencial histórico e arqueológico; aqueduto.

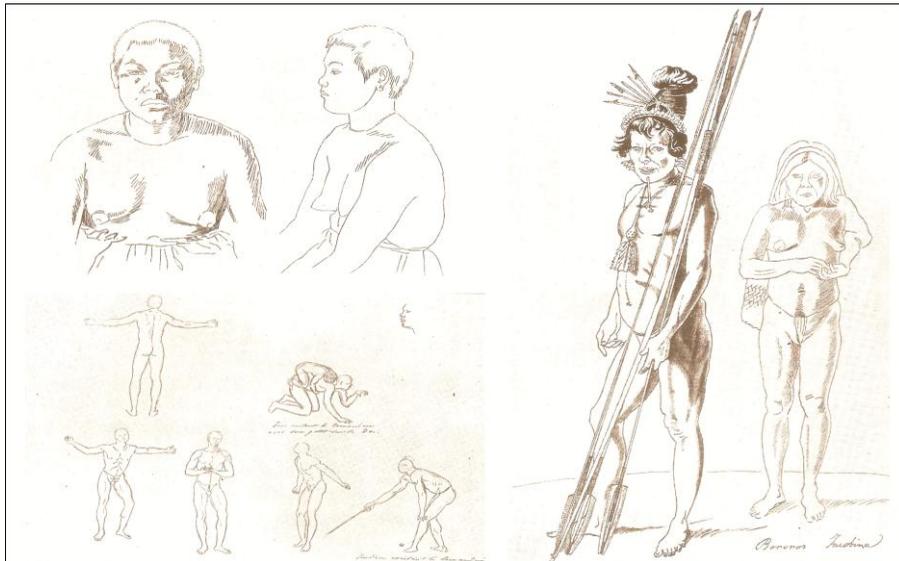
## Prancha IX



Igreja N.S. de 1946

Fazenda Jacobina: potencial histórico e arqueológico. Acima: Solar (esq.) e antiga senzala (dir.). Abaixo: Igreja e maquinário industrial (2010) (Fotos: Renato Fonseca).

## Prancha X



Passagem de Hercules Florence da Expedição Langsdorff em 1820 pela Fazenda Jacobina. Desenhos de índios bororo (Florence, 1977).

## Prancha XI



Comunidade das Flechas: casarão colonial; porta; mobiliário, foto de 1926. Fotos: Renato Fonseca.

## Prancha XII



Comunidade das Flechas (s/d): potencial arqueológico nas edificações que não existem atualmente. Fotos: Renato Fonseca.

### Prancha XIII



Comunidade das Flechas: potencial arqueológico (alicerces de paredes que podem ser evidenciados).